

cadernos de
ESTUDOS
SOCIAIS

Recife, v. 29, n. 1, janeiro/junho, 2014

ISSN 0102-4248

2014, Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais

Todos os direitos reservados, proibida a reprodução por meios eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, sem permissão por escrito da Fundação Joaquim Nabuco e Diretoria de Pesquisas Sociais

Tiragem: 500 exemplares

Diretoria de Pesquisa Sociais, Fundação Joaquim Nabuco

Rua Dois Irmãos, 92 – Apipucos – CEP 52071-440 – Recife – Pernambuco - Brasil

PABX (81) 3073-6464 - Caixa Postal 1595

<http://www.fundaj.gov.br> | E-mail:

Capa: Carlos Eduardo Chiba / Tikinet

Diagramação eletrônica: Aline Maya / Tikinet

Pede-se permuta | On demande l'échange | We ask for exchange | Pidese permutate | Si richiede lo scambio
Man bittet um Austausch | Intershango dezirata

Cadernos de Estudos Sociais. Fundação Joaquim Nabuco, Diretoria de Pesquisas Sociais – v. 1, n. 1, 1985 – Recife: Fundaj, 1985 -

Semestral

ISSN 0102-4248

1. Ciências Sociais – Periódicos. I. Fundação Joaquim Nabuco.

CDU 3:061.6(05)



PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO

Fernando José Freire

DIRETOR DA DIRETORIA DE PESQUISAS SOCIAIS

Luis Henrique Romani Campos

EQUIPE EDITORIAL

Patricia Bandeira de Melo – editora-chefe

Isolda Belo da Fonte – editora

Joanildo A. Burity – editor

CONSELHO EDITORIAL CES – 2014

Edna Castro (UFPA)

Héctor Ricardo Leis (UFSC)

Ivan Targino (UFPB)

João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional-RJ)

José Batista Neto (UFPE)

Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE)

Paulo Henrique Martins (UFPE)

Tania Bacelar de Araújo

Frédéric Vandenberghe (Iesp/UERJ)

Inaiá Carvalho (CRH/UFBA)

Jane Beltrão (UFPA)

João Policarpo R. Lima (Pimes/UFPE)

Marcus André Barreto Campelo de Melo (MDU/UFPE)

Marion Aubrée (França)

Silke Weber (UFPE)

Esta revista é indexada por: Índice de Ciências Sociais, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1987; CLASE- Citas Latino-Americanas em Ciências Sociales y Humanidades, Universidad Nacional Autónoma de México, México, D.F., 1986; Library of Congress, accessions list, Brazil: anual list of serials, Rio de Janeiro: The Office, 1976.

Os conceitos emitidos em artigos são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Sumário

Nota dos editores 7

Patricia Bandeira de Melo

Isolda Belo da Fonte

Joanildo Burity

ENTRE EL DISGUSTO Y LA GOZADERA:
UN ESTUDIO DEL CONSUMO MUSICAL
DEL REGUETÓN Y LAS IDENTIDADES JUVENILES..... 9

Ligia Lavielle Pullés

NEGROS EM COLARINHOS BRANCOS: ESTILOS DE VIDA,
IDENTIDADES E ASCENSÃO SOCIAL
NO SERVIÇO PÚBLICO 29

Ivo de Santana

INSTITUIÇÕES DE CONTROLE EXTERNO, ESTABILIDADE
DEMOCRÁTICA E ACCOUNTABILITY NO BRASIL,
CHILE E URUGUAI 65

Diego de Freitas Rodrigues

Alessandra Guimarães Soares

Mônica Sodré Pires

ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO LOCAL
AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO
TURÍSTICA: ESTUDO NO MUNICÍPIO
DE TIBAU DO SUL 93

Nilson Cortez Crocia de Barros

TRÊS DÉCADAS DE ENCONTROS E REENCONTROS
CONFIGURAM O NOVO PERFIL DEMOGRÁFICO DA
NUPCIALIDADE BRASILEIRA 1991, 2000 e 2010 133

Flávio Henrique Miranda de A. Freire

Moisés Alberto Calle Aguirre

A GESTÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS 159
E O DUMPING SOCIAL

June Alisson Westarb Cruz

Wesley Vieira da Silva

Susan Emily Iancoski Soeiro

HOMENAGEM: ERNESTO LACLAU (1935-2014)

ENTREVISTA: ERNESTO LACLAU 181

Joanildo Burity

Gustavo Gilson Oliveira

Rui Mesquita

ERNESTO LACLAU (1935-2014): A TRAJETÓRIA
DE UM LEGADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS 193

Luis Gustavo Teixeira da Silva

RESENHA CRÍTICA 211

Danieli Siqueira

Nota dos editores

Este número da revista *Cadernos de Estudos Sociais* estava em organização quando fomos colhidos pela morte do sociólogo Ernesto Laclau. Seu falecimento em 13 de abril de 2014 surpreendeu a todos, e particularmente ao editor Joanildo Burity, que foi seu orientando de doutorado na University of Essex, Inglaterra, e que recentemente o trouxe à Fundação Joaquim Nabuco para uma palestra, permitindo que muitos pudessem dialogar com um dos grandes intelectuais latinoamericanos contemporâneos. Assim, buscamos fazer uma homenagem ao sociólogo argentino publicando uma entrevista inédita concedida durante a sua passagem pelo Recife, em 2013, encerrando essa revista com uma sessão especial sobre a sua trajetória.

Essa edição, porém, é essencialmente de artigos de temas livres. Abrimos a revista com o artigo *Entre el disgusto y la gozadera: Un estudio del consumo musical del reguetón y las identidades juveniles*, no qual a professora cubana Ligia Lavielle Pullés analisa o consumo de música pela juventude cubana, em particular o ritmo *reggaeton*, que há cerca de dez anos faz sucesso naquele país. O professor Ivo Santana estuda a presença do negro no serviço público no texto *Negros em colarinhos brancos: estilos de vida, identidades e ascensão social no serviço público*. Em seguida, Diego de Freitas Rodrigues, Alessandra Guimarães Soares e Mônica Sodrê Pires analisam as condições de estabilidade democrática no trabalho *Instituições de controle externo, estabilidade democrática e accountability no Brasil, Chile e Uruguai*.

O professor Nilson Cortez Crocia de Barros apresenta um estudo de viés quantitativo em seu artigo *Alterações demográficas da população local ao longo do desenvolvimento da região turística: estudo no Município de Tibau do Sul*, analisando o desenvolvimento turístico e o processo imigratório na região. Já no artigo *três décadas de encontros e reencontros configuram o novo perfil demográfico da nupcialidade brasileira*, os autores Flávio Henrique Miranda de A. Freire e Moisés Alberto Calle Aguirre fazem análise descritiva e comparativa das transições entre os estados conjugais por sexo e idade da população brasileira entre os anos 1991, 2000 e 2010. Finalizando a sessão de temas livres, June Alisson Westarb Cruz, Wesley Vieira da Silva e Susan Emily Iancoski Soeiro discutem a gestão de riscos operacionais por meio da análise da jurisprudência a respeito do *dumping* social, abordando questões acerca da delimitação da conduta concreta passível de configurar *dumping*.

Encerrando a revista, temos a sessão especial de homenagem à Ernesto Laclau. Além da entrevista, publicamos o artigo *Ernesto Laclau (1935-2014): A Trajetória de um Legado às Ciências Sociais*, do doutorando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), Luis Gustavo Teixeira da Silva. O autor traz um panorama tanto da atividade acadêmica como da militância política de Laclau, particularmente a sua inserção no cenário acadêmico inglês nos anos setenta. Fechamos o número com a resenha crítica de Danieli Siqueira sobre o livro *La descolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*, de Paulo Henrique Martins.

Desejamos a todos uma boa leitura, aguardando novas contribuições para as futuras edições da revista.

Patricia Bandeira de Melo

Isolda Belo da Fonte

Joanildo Burity

Editores da Revista Cadernos de Estudos Sociais

ENTRE EL DISGUSTO Y LA GOZADERA: UN ESTUDIO DEL CONSUMO MUSICAL DEL REGUETÓN Y LAS IDENTIDADES JUVENILES¹

Ligia Lavielle Pullés

Profesora de la Universidad de Oriente. E-mail: ligia_lavielle@csh.uo.edu.cu.

RESUMEN

Desde finales del siglo XX el tema consumo cultural ha sido desarrollado de forma prolífica en el marco de las investigaciones sociales, desde un punto de vista cultural, se dilucida el uso que los actores sociales hacen de los productos que la industria cultural crea. Dentro de estos estudios, la música alcanza un alto perfil debido a su connotación en el marco de la vida cotidiana, sobre todo de los jóvenes. Al respecto se ha abierto una aguda línea de investigación sobre los significados que para los jóvenes tiene la música. En ella se interceptan desde los aportes de la musicología y la historia de la música hasta los de las ciencias sociológicas y económicas. Dentro de esta línea se inserta la investigación que sucintamente se presenta en el siguiente artículo. El mismo, sobre la base de una perspectiva sociológica aborda uno de los fenómenos musicales que viene sacudiendo el panorama sonoro de Cuba hace casi más de 10 años: el reguetón. Para su análisis convergen presupuestos conceptuales del consumo, especificado al caso música, también de identidades y juventudes. El interés del presente va más allá de cuánto se consume esta música para concertarse en los distintos significados que los jóvenes le atribuyen desde un consumo asimétrico, que se puede expresar lo mismo en el menosprecio de algunos jóvenes, hasta el éxtasis de otros, por ello predomina la perspectiva cualitativa, amparada en las especificidades del consumo musical.

PALABRAS CLAVE: consumo musical, reguetón, identidades.

1. Este trabajo se inserta en el marco del Proyecto de colaboración VLIR desarrollado entre la Universidad de Amberes (Bélgica) y la Universidad de Oriente (Cuba) y corresponde a la tesis de maestría de su autora y a la naciente tesis doctoral que desarrolla.

RESUMO

Desde o final do século XX o tema do consumo cultural tem se desenvolvido de forma fecunda nas pesquisas sociais. A partir de um ponto de vista cultural, desvenda-se o uso que os atores fazem dos produtos da indústria cultural. Nesses estudos, a música alcança uma alta representação devido à sua conotação no contexto da vida cotidiana, sobretudo na vida dos jovens. A respeito disso, abre-se uma perspicaz linha de investigação sobre os significados que têm a música para os jovens. Nela, interceptam-se desde aportes da musicologia e da história da música até os das ciências sociais e econômicas. Dentro dessa linha se insere a investigação que sucintamente se apresenta nesse artigo. O texto, com base em uma perspectiva sociológica, aborda um dos fenômenos musicais que vem sacudindo o panorama sonoro de Cuba há quase dez anos: o reggaeton. Para sua análise convergem pressupostos conceituais do consumo, específico para o caso da música, e também de identidades e juventudes. O interesse vai mais além do quanto se consome este tipo de música para atender aos diferentes significados que os jovens lhe atribuem a partir de um consumo assimétrico, que se pode expressar tanto pelo menosprezo de alguns jovens, como pelo prazer de outros. Por essa razão, predomina a perspectiva qualitativa, amparada nas especificidades do consumo musical.

PALAVRAS-CHAVE: Consumo musical. Reggaeton. Identidades.

ABSTRACT

Cultural consumption has been developed a lot on social sciences bases since the end of Twenty Century with the cultural point of view to understand how social actors consume the products of cultural industries. Music is one of the themes more researched like a part of these studies thanks its connotation to daily life, particularly to the young people. In that sense a fine researcher line about the music means to young people has been opened with the interception of musicology and music history contributions such as social and economics sciences. This paper is inserted in that line. On the sociological bases will be analyzed one of the musical phenomena which have shaken the Cuban sonorous panorama for almost 10 years: the reggaeton. It has used the convergence of conceptual frameworks such as consumption, specifically the musical, and also identities and youth. The interest of this paper goes beyond how this music is consumed to meet at the different meanings that young people attribute to it from an asymmetric consumption, which can be expressed as contempt for some young people, as ecstasy of others. Thereby, it is predominantly a qualitative perspective, protected by the specificities of musical consumption.

KEYWORDS: Musical consumption. Reggaeton. Identities.

INTRODUCCIÓN

¿Todos los cubanos bailan? Sería una pregunta difícil de responder, pero sin lugar a dudas y parafraseando aquella joya de nuestro pentagrama popular, la mayor parte reconocemos en la música *aquel amor que hace hervir la sangre en las arterias*. Y es que la rítmica musicalidad del cubano/a y del Caribe en general, constituye uno de los patrimonios más visibles; huella identitaria que marca una nota más en el polifónico mestizaje que nos caracteriza.

No sería un hecho aislado entonces, la inundación de sonidos armonizados que alcanza la vida cotidiana en una marea de músicas que atraviesa los espacios rurales y sobre todo urbanos. Tanto en las calles, transportes públicos, escuelas, espacios de recreación abiertos y cerrados, como en la televisión, la radio, el internet hasta en los audífonos o altavoces de algún dispositivo tecnológicos de última generación (Mp4, *ipods*, *iphones*, etc), la música se hace un hecho casi palpable y demuestra sus dimensiones individuales y sociales. Sin embargo si agudizamos mejor la mirada, vemos y no con extrañeza que son los jóvenes quienes con más frecuencia imbrican las melodías a la dinámica de sus vidas diarias.

No resulta fortuito que sean ellos, más que los adultos, quienes se preocupen y dediquen a la búsqueda de las novedades en estos predios, una práctica recurrente que exige la constante renovación de su lista de éxitos. También son ellos, unos de los blancos predilectos de los principales oligopolios musicales globales, cuya acción se retroalimenta precisamente del consumo. Del mismo modo, y dado que presentan más ventajas y habilidades para encarar las constantes oleadas tecnológicas, constituyen un grupo a tener en cuenta en los movimientos de producción y experimentación musical sobretodo independiente, donde estas capacidades se ponen en práctica. Por ello sus preferencias son las que con mayor fuerza que impulsan los *hits parades* sociales

Si de preferencias juveniles contemporáneas habláramos, entonces en relación a la música sería ineludible no atender a los procesos de consumos musicales, cuyo marco de análisis sirve de basamento al presente texto. Esta manifestación intangible del arte, ha transitado por los circuitos comerciales inherentes a la industria discográfica, y no ha escapado de convertirse también en un producto cultural mediatizado, con los peligros y ventajas que esto representa. Todo ello conduce a pensar que aunque puede ser evaluada desde el campo de las ciencias del arte, el hecho de constituir además un producto cultural perfila otras connotaciones analíticas y en

este sentido toma referentes en las sociologías de la cultura, del arte y la música en particular.

La última responde a la necesidad de estudios sobre el papel que ocupa la música en la sociedad, y en qué medida condiciona o refleja transformaciones. Esta sub-disciplina que pugna por hacerse un lugar en los estudios culturales, parte del reconocimiento de la música como la más cotidiana de las artes, por ello sus repercusiones constituyen elementos pertinentes para el análisis social. Dichas repercusiones giran alrededor de uno de los fenómenos donde el matrimonio arte (música) y sociedad se explicita: el consumo musical. Allí se conjuga la relación ciencias sociológicas y ciencias del arte (música), con la necesaria comunión además de otras ciencias: económica, comunicológica, antropológicas, entre otras.

Ya en el terreno del consumo musical y en el contexto del escenario insular cubano se ubica uno de los ritmos que más ha dado que hablar a la comunidad nacional, ya sea para excomulgarlo de las listas de músicas selectas y defensoras de los valores sonoros patrimoniales o para endiosarlo como uno de los éxitos comerciales predilectos sobre todo entre los jóvenes. Por ello, sus impactos sociales en los espacios geográficos caribeños, donde tuvo lugar su surgimiento, son más evidentes en la juventud. Más que dejar sentado un género musical con particularidades propias, imbrica a sus más fieles seguidores, en un circuito de consumo musical, extendido más allá de la escucha, cuyas implicaciones impone la asunción de actitudes y modas. Al unísono, y en franca contradicción, otros jóvenes vuelven la espalda insultados, no solo por lo que escuchan a nivel textual y musical, sino por la constante saturación sonora que rebasa una gran parte de los escenarios que transversalizan sus vidas cotidianas. De manera similar otros jóvenes lo acogen bajo determinadas circunstancias de disfrute.

Todo ello evidencia diferentes maneras en que se manifiesta la apropiación del hecho musical, en concordancia con la identidad que se va conformando en los jóvenes, junto a una mayor o menor prevalencia de modas y prácticas culturales.

Aludir al consumo musical del reguetón como objeto de estudio del presente acercamiento, y analizar las huellas identitarias que marca *a posteriori*, significa pensar en el nexo existente entre el consumo cultural y las características intrínsecas de la música, catalogada además como hecho social (SILBERMANN, 1961).

SOBRE LA SINGULARIDAD DEL CONSUMO MUSICAL

La mirada hacia el consumo comienza a construirse como asidero teórico desde las postrimerías del siglo XIX, en concordancia con las nuevas estructuraciones sociales que formaban parte del proceso de cimentación de una sociedad capitalista basada en la lógica del mercado. Marx, Simmel, Veblen, son autores iniciales importantes en el entendimiento de la maduración conceptual del tema consumo, y posteriormente su particularización cultural; desde una dimensión económica unilineal hasta sus plurales dimensiones simbólicas que alcanzan los derroteros conceptuales de nuestros días. Precisamente uno de los señalamientos más importantes en el recorrido histórico del tema, estriba en la versatilidad disciplinar que le ha caracterizado, gracias a los enfoques que cada ciencia ha aportado a su concepción.

En ese sentido destacan la economía, la filosofía, la antropología, la sociología, las ciencias del arte y la comunicación social, por solo citar algunas. ¿Bajo qué visiones disciplinares se produce entonces la convergencia entre consumo cultural y música? Las sociologías de la cultura, del consumo, del arte y singularmente de la música, representan sub-disciplinas que han desarrollado al análisis de la música como objeto de interés sociológico y, en consecuencia, bajo la égida de sus presupuestos teóricos y metodológicos es posible ubicar el análisis del consumo musical. Aun así es necesario destacar que no es la música la manifestación del arte que ha despertado mayor interés a la ciencia de lo social, en contraposición a las artes visuales y específicamente a las artes plásticas (NOYA, 2010, p. 2).

De todas maneras, los conceptos del consumo cultural también se hacen extensivos a los bienes simbólicos que se conforman desde lo musical. Los Estudios Culturales en América Latina aportan señales a la constitución del hecho musical dentro del universo del consumo, pues esta última temática ha sido trabajada profusamente, en consonancia con los procesos socio-económicos, políticos y culturales que caracterizan al área.

Cuando en 1993 García Canclini² definía al consumo cultural como “el conjunto de procesos de apropiación y usos de productos en los que el valor simbólico prevalece sobre los valores de uso y de cambio, o donde al menos estos últimos se configuran subordinados a la dimensión simbólica”

2. Su texto de 1993 “El consumo cultural en México”, donde aportaba tratamientos conceptuales al tema del consumo, fue editado en el año 1999 bajo el título “El consumo cultural: una propuesta teórica”.

(1999, p.89) hacía señalamientos pertinentes en relación al concepto. Destacaba la validez de producciones culturales donde la prevalencia de la dimensión simbólica marcaba también su valor preponderante, y aludía además a la estrecha relación entre la creación de tales producciones y los presupuestos simbólicos concebidos en el marco de la actividad mercantil moderna.

Estos ejes analíticos permiten visualizar a la música como bien simbólico y a la vez producto cultural que se crea en el marco de industrias culturales, con la finalidad de sustentarla materialmente y promoverla a nivel global. Por tanto, es ineludible su incorporación al concepto de consumo cultural anteriormente descrito. ¿Qué singularidades posee esta manifestación artística que la connota dentro de los consumos culturales?; ¿cómo ha sido trabajada dentro de la ciencia sociológica?

La sociología de la música suple la necesidad de entender al arte de los sonidos; no obstante como lo declara Enrico Fubini:

La relación música-sociedad es extremadamente problemática porque entre la música y la sociedad no se da una relación de causa a efecto: para Adorno, la música está en la sociedad y es, como tal, un hecho social. Si a la música se la considera desde esta perspectiva, no se cuestiona ya el problema de las relaciones sino, más bien, el problema de la función de la música dentro de la sociedad (1999, p. 419).

El gusto musical y su posterior consumo, constituyen al unísono una preocupación científica recurrente (que también indaga en las funciones sociales de la música) abarcada precisamente por esta subdisciplina: la sociología de la música. Así lo revelan la aplicación de encuestas desarrolladas en muchos países del orbe, hasta la indagación en sus significados (HORMIGÓS, 2004, 2010; MEGÍAS Y RODRÍGUEZ, 2003). Empero, uno de sus principales tropiezos radica en la aparente similitud y posterior confusión que empareja los procesos del gusto musical con los del consumo. Si se examina a profundidad, el segundo extralimita al primero; característica que lo diferencia del consumo de otras expresiones artísticas³

3. Como es el caso del cine y la mayor parte de las artes visuales circunscritas al espacio galería, donde se manifiesta el paralelismo del proceso que caracteriza el gusto estético con el consumo. Al respecto, es notable que el público visite las galerías con la finalidad de consumir la obra plástica mediante su goce o (en el escaño superior) el deleite. El proceso de gusto y consumo también se iguala

para las cuales el actor social debe disponerse subjetivamente según las formas de apropiación.

La óptica divisoria entre gusto y consumo se esclarece y a la vez se condiciona ante el auge que cobraron las industrias musicales en relación a los avances tecnológicos de la institución cultural. La emisión a gran escala de soportes para la música y el abaratamiento tecnológico que permite sus accesos y posterior circulación, sustenta la inserción más tangible de la música en la sociedad. Se subraya entonces su carácter cotidiano en la medida que acciona su dispersión en los espacios públicos. De esta manera, la disposición subjetiva del actor social para asistir a teatros, salas de conciertos o centros nocturnos donde se igualan gusto y consumo, no constituyen los únicos resortes para apropiarse de fenómeno musical.

Se le puede considerar entonces “la más cotidiana de la artes”, en tanto los sonidos compuestos por ritmos, armonías y melodías viajan con completa libertad, no ceñidos por la voluntad de quienes lo escuchan. En consecuencia los procesos de su consumo se explicitan muchas veces de manera impuesta, aseveración comprobada particularmente –y con molestia en el caso de más de un joven- desde el consumo del producto musical reguetón, diseminado en toda la trama urbana.

Entre los aspectos causales que explican la expansión del género devenido en producto musical y de antecedentes musicales⁴ en el rap, se pueden

en el cine y, de hecho, la disposición de ir al cine con la finalidad de apreciar alguna obra audiovisual, constituye un rasgo distintivo que lo separa del disfrute cinematográfico en el espacio privado del hogar. Sin embargo, escuchar música y posteriormente incorporar sus contenidos, no necesariamente está mediado por la voluntad, de ahí la extralimitación que ejerce con respecto al gusto.

4. La génesis del reguetón durante las postrimerías de los noventa derivó de la fusión del raggamuffin, el dancehall y el rap (CIDMUC, 2005; Ziquero, 2006). Ello explica que los cantantes todavía mantiene vínculos desde lo textual-musical con el rap; el modo recitativo en que por lo general también se expresa el cantante o la llamada “tira’era” (tiradera) que alude a supuestos enfrentamientos verbales entre ellos. Aunque sus orígenes geográficos todavía no son totalmente consensuados (Panamá-Puerto Rico) los sociales sí, ya que emerge de los barrios más pobres “periféricos” de estas ciudades del Caribe. De ahí que su lenguaje se plegó al modo de discurso característico de ese sector popular tildado como “marginal”. Se inscribió en los predios del *Hip Hop* e hizo su entrada en discotecas y otros centros nocturnos. Por eso mimetizó la estética y también una parte del discurso de protesta y/o de crónica social inherentes al rap, o por lo menos al sector del rap que se ubica lejos de lo netamente mercantil. Sin embargo, el poder comercial que prometía este nuevo género, rápidamente le hizo enfatizar en los temas que ponderaban el divertimento y la visión estereotipada y machista de las mujeres, pues

mencionar: la constante mutación que opera al interior del mercado discográfico mundial y que ubica en el centro el aspecto comercial. También se destacan los modos particulares de expresión, transgresores e irreverentes, que discursan sobre la realidad cotidiana y versan sobre una mentalidad que alude “al barrio” a “la calle” y de pretensiones materiales e incitaciones sexuales explícitas. Por otro lado, también inciden en su expansión la elaboración que experimenta como producto cultural de especificidad musical desde industrias domésticas emergentes. Del mismo modo, repercuten en el hecho las diferencias generacionales que condicionaron los gustos musicales de jóvenes en cuyas infancias y adolescencias ha fungido este género como correlato sonoro, y la misma flexibilidad métrica del reguetón que le permite fusionarse sin contradicción con disímiles estilos.

Ciertamente no son éstas las únicas causas de su masiva expansión, aunque sí las más evidentes y comprobables. Aun así, representan solo la superficie de fenómenos más profundos en gestación hacia el interior de las sociedades contemporáneas, donde la realidad cubana se integra y añade su peculiaridad.

METODOLÓGICOS

Ante la extensión territorial que han ganado los sonidos del reguetón, no sólo en la ciudad santiaguera⁵ sino en todas las ciudades del país, una parte de las identidades juveniles, orientada hacia el hecho musical, queda configurada en cuatro dimensiones a partir de la repercusión de su consumo. Ello se evidencia en la trama urbana en la manera en que se expresan una cantidad considerable de jóvenes⁶; en cómo estructuran sus gustos

con esto ganaban más adeptos. Así se consolidó su expansión. Por ello, transmutaron las temáticas y también la estética, de suerte que los pantalones y pullovers anchos característicos del rap fueron sustituidos por pullovers y pantalones apretados que subrayan la masculinidad y sobre todo, el poder adquisitivo al que se aspira o del cual se hace gala. Al menos en Cuba, esta transformación estética se llevó a cabo en casi todos los cantantes, y todavía no cesa de mutar. Ello abrió una brecha entre reguetón y rap que todavía se resiente en varias ciudades cubanas, aunque con más fuerza en unas que en otras. Al respecto, la expresión de Roberto Zurbarano no deja lugar a dudas: “del rap al reguetón en Cuba hay un salto que va del compromiso a la gozadera” (2006).

5. Esta ciudad constituye uno de los centros culturales donde el género marca su impronta con más fuerza.
6. Los jóvenes a los que hacemos referencia y que conformaron una muestra representativa, son oriundos de la ciudad de Santiago de Cuba, donde se llevó a

estéticos y musicales, en contraste con otros que vuelven la espalda y se dicen indignados por la irreverencia mostrada por este producto musical.

El presente artículo discursa sobre las variadas maneras en que el consumo musical imprime huellas identitarias en los jóvenes santiagueros, desde la asunción teórica de un consumo musical heterogéneo, que permite su división y clasificación, de acuerdo a que la apropiación no se efectúa de la misma manera en todos. Para ello, fue necesario detenerse en la dimensión diferenciante del consumo cultural y, por extensión, también en el musical.

Este proceso sociocultural de apropiación desbordó los anclajes económicos que configuraron sus primeros acercamientos conceptuales para mostrar el lado simbólico del consumo; lugar de la producción de sentidos, al decir de Martín Barbero (2006, p.57). Precisamente uno de los vértices de la concepción simbólica del consumo se sostiene en su dimensión diferenciante (BOURDIEU, 1979; GARCÍA CANCLINI, 1999), entendida no solo en el uso de los productos culturales, sino en la distinción incorporada en la manera de usarlos. Esta idea se visualiza específicamente en el consumo del reguetón.

Ante la masificación de la mayoría de los bienes generada por la modernidad – educación, alimentos, televisión- la diferenciación se produce cada vez más no los objetos que se poseen, sino por la forma en que se les utiliza (...) Contribuye a este papel decisivo del consumo cultural el hecho de que muchas distinciones entre clases y fracciones, se manifiestan, más que en los bienes materiales ligados a la producción (tener una fábrica, un banco), en la manera de transmutar en signos los objetos consumidos. (GARCÍA CANCLINI, 1999, p. 89).

El estudio ameritó la realización de un trabajo de campo, desarrollado para estos fines en la ciudad de Santiago de Cuba. Muchas de las interrogantes respondidas –incluso aquellas dirigidas hacia los significados atribuidos- también pueden ser reconocidas en otras zonas del país, amén de consabidas distancias. No obstante, con la finalidad de ser minuciosos

cabo el trabajo de campo. Los resultados, no obstante, pueden visualizarse también en otras ciudades cubanas. Sin embargo, es justo señalar la posibilidad que estos cuatro niveles se multipliquen o se reduzcan en dependencia de las características socioculturales distintivas de cada ciudad, amén de los rasgos generales que caracteriza a todas. Por eso, la propuesta clasificatoria no debe observarse tampoco como lecho de Procusto y sí cuidadosamente en cada espacio donde sea analizada.

y cuidadosos utilizamos un sustento metodológico que exigió cerrar el ámbito espacial. De ahí que se escogió dicha ciudad en disímiles emplazamientos comunitarios y espacios musicales de socialización, vistos desde una noción de muestra⁷ que pretendió cubrir algunos estándares mínimos de representatividad.

El análisis de las preferencias musicales de los jóvenes respecto al reguetón; la apropiación de los elementos ideo-estéticos que lo caracterizan; y el uso relativo o intenso de las oralidades secundarias, resultantes también de este producto musical, constituyeron los criterios que señalaron las diferencias en la manera de consumirlo, y se originaron en la noción de estilo propuesta por Carles Feixa (1998) y utilizada por varios de los investigadores de campo sobre las culturas juveniles⁸. La definición de

7. La muestra de carácter probabilístico aleatorio, estuvo compuesta por 60 jóvenes entre 18 y 30 años, de las comunidades: Chicharrones, Veguita de Galo, Los Hoyos, El Tivolí y la universitaria. De ellos, 13 del sexo femenino y 47 del masculino. A estos jóvenes se le aplicaron entrevistas abiertas semi-estructuradas y encuestas. La observación participante se concentró en los espacios musicales de socialización donde el reguetón alcanza protagonismo musical.

8. Uno de los direccionamientos científicos más prolíficos dentro de los estudios de juventud se concentra en el campo interdisciplinar de las culturas juveniles. Su desarrollo, se enriquece gracias a las disparidades de abordajes temáticos, epistémicos y metodológicos en las manos de científicos que enfatizan la interpretación de culturas desde distintas aristas de la estructura social, donde el sujeto joven se erige como protagonista. Muchos autores han trabajado profusamente este campo de estudios, que tuvo un punto de partida significativo en las interpretaciones de la escuela de Birmingham, sobre la emergencia de subculturas. Una de las obras que sobresale en el transcurso histórico de tales investigaciones, es la del antropólogo catalán Carles Feixa, cuyos marcos conceptuales acerca de la formación de culturas sobre la base de identidades grupales, todavía son revisitados por estudiosos del tema. En una de sus obras más importantes “De jóvenes, bandas y tribus. Antropología de la juventud” reinterpretó la visión también paradigmática de Michel Maffesoli sobre la formación de culturas juveniles. Sentó además un referente teórico importante a partir de su trabajo con categorías como estilo, generación y territorialidad en sus correlatos juveniles. Los postulados sobre culturas juveniles se han enriquecido no sólo por el trabajo continuo de este autor en coordinación con otros como Laura Porcio, Joan Pallarés, Carmen Costa por sólo citar algunos. A ello se le suma la obra de muchos latinoamericanos: Maritza Urteaga Castro-Pozo, Rossana Reguillo, José Valenzuela Arce, Mario Margulis, Oscar Martínez, Emilia Bermúdez, entre otros. Estos autores brindan una visión particularmente latinoamericana sobre el fenómeno de las culturas juveniles desde distintas aristas de la sociedad, con acercamientos teóricos y metodológicos integrados a los estudios culturales de la región. Sus aportes posibilitan pensar en la juventud latinoamericana en una

estilo expresa “un conjunto de elementos materiales e inmateriales que los jóvenes consideran como representativos de su identidad como grupo (...) y se configura desde las siguientes dimensiones: la jerga, la música, la estética y las producciones culturales” (Urteaga, 1998, p. 57) cuya unicidad se asienta en la exteriorización de elementos que permitan agrupar a los jóvenes bajo una misma cultura juvenil. Ajustarse a este concepto significa sentar las bases para responder a una de las interrogantes que condicionan la investigación, ¿hasta qué punto los jóvenes más consumidores de reguetón asumen un estilo que los agrupe bajo la égida de un producto musical?; ¿es posible referirse entonces a grupos juveniles en este caso?

Considerar teóricamente los elementos provenientes de la noción de estilo, permitió instrumentar los criterios o indicadores, ajustados al caso concreto del presente estudio, de ahí que teniendo en cuenta sus necesarias variaciones y distancias epistémicas se consideraron: la preferencia por el reguetón (donde se incluyó la asistencia a los espacios musicales de socialización protagonizados musicalmente por el género), la asunción de códigos ideo-estéticos (referido a la incorporación de una imagen, donde sobresale el uso de vestimenta y accesorios que asemejen, o al menos se acerquen a la que caracteriza a sus cantantes) y -el reconocimiento y uso de una oralidad secundaria⁹ puesta en marcha a partir del texto-canción del reguetón. Los dos últimos criterios se derivan directamente del producto musical.

Cada uno de estos rasgos por separado, no resulta un criterio válido que marque la plena conformación identitaria musical; sin embargo, cuando confluyen los tres sobre un mismo joven, se concluye que el consumo musical del reguetón ha dejado remarcada sus huellas identitarias en él.

Aunque todos los niveles de consumo musical son importantes, toda vez que describen la asimetría en un proceso sociocultural que se supone bastante homogéneo, y como tal se ha estudiado con frecuencia por las ciencias sociales, los límites de esta presentación científica imponen acudir someramente a los tres primeros y enfatizar en el cuarto nivel, donde el

dimensión heterogénea en el marco de sus problemáticas económico-sociales, lo cual permite proyectar y decidir una visión más incluyente de su futuro.

9. Se definen como las expresiones orales “dadas por la acción de los grandes medios de comunicación, cuando no por la influencia retroactiva de la escritura sobre el desempeño oral” (Mosonyi, 1990, p.2). En este caso, se pone en movimiento en la comunicación cotidiana juvenil una especie de jerga -accesible a todos, aunque no usada por todos-, gracias al resorte del reguetón y su explícita presencia en la vida cotidiana.

reguetón dialoga más cercanamente con las jóvenes generaciones. En el cuarto nivel las huellas identitarias se marcan de manera más profunda que en los demás, el criterio unitario sobre el cual se fundamenta esta clasificación del consumo musical y que unifica el discurso fue: *la conformación de identidades musicales en jóvenes*, la cual responde a la influencia, menor o mayormente intensa de la apropiación del producto musical aludido.

NIVELES DE CONSUMO MUSICAL

Dado que la clasificación alude a la intensidad con que se efectúa el proceso de apropiación, sus apartados se colocaron *in crescendo*, de menor a mayor incidencia, es decir, del primer al cuarto nivel. A partir de aquí se pudo hablar de un *consumo musical impuesto*, referido a su carácter de obligatoria escucha. En correspondencia se conforman en los jóvenes identidades musicales que se oponen al reguetón. Expresa el disgusto o la no preferencia a la que aluden algunos respecto al género lo cual conlleva, no solo a criticarlo, sino a intentar alejarse de él. Su preferencia musical se conforma por tanto, al margen del reguetón. Si pareciera que estos jóvenes no gustan nada del reguetón –e incluso algunos expresan su notable desprecio por él; ¿podrían considerarse consumidores musicales?

La respuesta es afirmativa, pues desde el momento en que más allá de oírlo, a veces lo pueden escuchar, interpretar –ya sea solo para ejercer la más dura crítica- reconocer a sus exponentes e incluso, reproducir mediante el tarareo la melodía, se produjo la apropiación. Este consumo –que se escapa de la voluntad de tales jóvenes- pudo valorarse de carácter mínimo, cognoscitivo, pero al fin y al cabo, resulta consumo musical.

Posteriormente se ubica el segundo nivel de consumo musical, o *consumo musical ocasional* e identidades semi-estructuradas respecto al género, donde se colocan tanto los jóvenes que no gustan del reguetón, como los que gustan muy poco de él. La diferencia fundamental respecto al nivel anterior radica en que estos actores sociales sí participan de esta música a través del baile, en los espacios festivos en los que se encuentren, cuando circunstancialmente lo acogen bajo determinadas condicionantes de disfrute y recreación.

Los dos niveles posteriores por lo general, sí reflejan tácitamente el gusto por este género. El tercer nivel o *consumo musical aceptado e identidades musicales intermedias respecto al reguetón*, está conformado por los jóvenes que lo eligen entre el abanico de opciones que la música brinda hoy

en día, pero no asumen íntegramente el uso de los elementos ideo-estéticos y la oralidad secundaria derivada de él.

El cuarto nivel de consumo musical se denomina: *consumo musical marcado e identidades musicales estructuradas respecto al reguetón* (regueteros), y se establece a partir de la preferencia marcada del reguetón en los jóvenes, y la asunción paralela de los elementos que de él se derivan, tanto en el orden cognoscitivo como en la incorporación de la cultura derivada de él. Si se vuelve la vista atrás, resaltan radicales diferencias en cómo se produce su apropiación. Aquí se ubicó la mayor parte de la muestra estudiada, un 50 % de total.

PREFERENCIAS MUSICALES

-¿Te gusta el reguetón?

-Pues claro.

Así comenzaron muchas de las entrevistas a jóvenes, que denotan preferencias musicales donde el reguetón ocupa un lugar significativo. La obviedad de la respuesta indicó en algunos casos, que no fueran posibles otras, o que el “encanto” del reguetón fuese insoslayable. Afirman generalmente que lo bailan porque el ritmo es pegajoso, que no va a morir por ahora, a pesar de pronósticos desfavorables y aunque se ha expandido por doquier sigue representando a la parte “periférica, baja”, o sencillamente “al gueto” de la ciudad, por eso también les gusta. Se manifiesta con tales opiniones como todavía se construyen imaginarios colectivos respecto a un producto musical que hace tiempo sobrepasó las fronteras de sus primeras voces y oídos.

En este punto, una de las cartas de triunfo del reguetón fue explicitar una manera de pensar y de decir, donde de frontalmente se orientaba a “*tener conocimiento de lo que es la calle*” o se aludía a que “*yo soy del reparto, yo soy del solar*”¹⁰. Los jóvenes que conforman este nivel, sí conocen con certeza hasta la última canción de moda del reguetón, y más que escuchar este producto musical, lo vivencian, prestando atención a sus dinámicas internas. La constante movilidad que experimenta el producto musical conforma una parte esencial de “la experiencia musical” al decir de Frith, que construyen estos jóvenes sobre la base de su consumo. Por eso estar informado respecto al último tema que está sonando en “la calle”, saber

10. Frases populares del reguetón que aparecen en textos de canciones del grupo cubano Gente de Zona y del cantante también cubano, conocido como “El Micha”.

sobre el último acontecimiento que involucra a sus cantantes fuera y dentro de los escenarios, conocer sobre su presencia en el suelo santiaguero, amén de que los mecanismos de divulgación de la ciudad no den mucha cobertura al hecho, son aspectos que subrayan la vivencia cultural de estos jóvenes en torno al reguetón.

Ello no significa que no incorporen otros géneros a su espectro de preferencias, pues otras canciones y tendencias también permean constantemente la moda musical, y casi siempre en un lapso de tiempo relativamente corto, se imponen en el gusto popular juvenil, al lado del reguetón.

Los espacios musicales de socialización más sobresalientes durante la fase de recogida de información fueron los cabarets: La Claqueta, Tropicana, el Café Santiago, y en menor medida, la Plaza Juvenil de Ferreiro, este último constituye un espacio totalmente abierto y a diferencia de los otros su entrada es libre. Referen no gustarle otros espacios habituales de confluencia juvenil tales como: La Sala de Concierto Dolores, la sede de la Asociación Hermanos Saíenz y el patio del Cabildo Teatral. Resulta curioso que la Plaza Juvenil de Ferreiro, como espacio musical de socialización del reguetón, y así reconocido por muchos jóvenes, no sea una de las primeras opciones en cuanto a preferencias musicales. La causa estriba en las características fundamentales de este lugar, identificado por muchos amantes del género, como espacio de reyertas.

ELEMENTOS IDEO-ESTÉTICOS

Los jóvenes ubicados en el cuarto nivel (reguetoneros), asumen objetivamente o como pretensión, la estética predominante en el reguetón, de manera que a diferencia de los otros –sobre todo del primer y segundo nivel– estos sí se sienten cómodos mientras usan una imagen que asemeja a la del cantante. Se caracteriza por lo general por pantalones ajustados, o denominados “europeos”, pullovers brillantes y de colores, cadenas gruesas, de vez en cuando gorras, gafas llamativas, modos de llevar el cabello pocos tradicionales y atractivos. Sus opiniones al respecto se dirigen a asumir la moda estética del momento que impone el reguetón. Algunos jóvenes fueron más explícitos durante las entrevistas y explicaron que esta estética denominada mickie se distingue de la anterior denominada “repa” y tiende a sustituir algunos elementos, por ejemplo: reemplazó el uso de pantalones y pullovers anchos por la ropa apretada y colorida.

Otros jóvenes incluso, no solo reconocieron con rapidez a los cantantes del reguetón, sino que también fueron minuciosos a la hora de describir

su imagen estética, aludiendo sobre las transformaciones que ha experimentado en la historia del género, y en comparación con otros países del área caribeña como Puerto Rico. Estos datos tan detallados no fueron encontrados en jóvenes de niveles anteriores, lo cual revela conocimientos profundos en el escenario musical del reguetón.

ORALIDAD SECUNDARIA

La mayoría reconoce una fraseología típica del reguetón, extendida hacia los discursos juveniles populares, pero la diferencia estriba en su incorporación, por lo regular más tácita, en su discurso cotidiano. En este sentido, es necesario subrayar que el género bebe del sustrato popular de estereotipo marginal que le dio origen, por eso todavía posee reminiscencias discursivas que aluden a este origen social, ampliando su espectro a otros sectores sociales. De ahí que la letra de las canciones sea considerada irreverente “chabacana y vulgar”, en opinión de algunos jóvenes (pertenecientes en su mayoría al primer nivel) y por el contrario, “pegajosa” en opinión de los que en el cuarto confluyen. De hecho se hace notar el carácter co-creativo que poseen estos consumidores del género, pues en ocasiones “las frases que se usan normalmente en la calle, esas son las que se pegan”¹¹. Luego de tomar inspiración de una parte del sustrato popular, los exponentes del reguetón hacen de esta experiencia un producto comercial, traducido en canciones, que posteriormente se consumen activamente por una parte de la juventud, al sentirse copartícipes de esa filosofía “de la calle”. Se constituye así un ciclo, que a los efectos del presente estudio se denomina *de reproducción socio-cultural* del reguetón.

En él se argumenta lo errado de una opinión todavía generalizada y prejuiciosa, conformada en pruritos musicales, los cuales ven en la extensión urbana del consumo del reguetón la causa fundamental de la mala educación esgrimida “supuestamente por la juventud” y la pérdida de valores tradicionales de la juventud cubana. Con este ciclo que atañe solamente a lo textual del producto musical, se evidencia que el reguetón

11. El carácter co-creativo o la producción secundaria al decir de M. De Certeau (1979), refiere una incorporación juvenil en los procesos socioculturales que ponen en movimiento el producto musical reguetón. Esta participación joven va desde la mima creación de la canción, que toma inspiración de vivencias cotidianas y espontáneas, y muchas veces se colige en colectivos juveniles, hasta la circulación del género, cuyo principal motor se desarrolla de manera no oficial o underground.

no crea nada que no haya sido creado o reproducido en el habla cotidiana con anterioridad. Eso sí, al permear medios de comunicación legitimados por políticas culturales se le da cabida a su consiguiente legitimación. Por ello los medios masivos de difusión intentan evaluar y cuidar los productos musicales que son allí exhibidos.

No sería extraño entonces, que los jóvenes que conforman este nivel, al ser los propios cantantes del género y sus más enconados consumidores, asuman de manera más cotidiana la oralidad secundaria derivada del reguetón; ¿forman un grupo juvenil y una sub-cultura que se autorreconoce a sí misma? La respuesta es negativa.

Si se considerara que estos jóvenes manejan con facilidad los códigos del producto musical expuesto, a diferencia de los anteriores que no poseen todos sus elementos, sí es posible considerarlo una cultura juvenil; sin embargo, no se enmarcan en un grupo estructurado como se presentan tradicionalmente las culturas juveniles. Al retomar algunas nociones conceptuales de lo que se considera un grupo, se hace perceptible que estos jóvenes no se autorreconocen unos a otros, pues solo confluyen ocasionalmente en los festejos populares, y su interés se orienta al divertimento, no a formar una especie de cofradía juvenil. Aun así, no se descarta completamente la posible existencia de grupos de jóvenes que con un fin específico se reúnan alrededor de alguna práctica socio-musical que coloque en el centro el reguetón y cuyos códigos sean indescifrables para otros jóvenes. En la investigación base de presente artículo no se encontró ninguno de ellos, los que confluyen en este nivel, por lo general no se estructuran en grupos.

Con estos elementos es posible definir al consumo musical marcado e identidades musicales estructuradas respecto al reguetón o sencillamente reguetoneros, como la apropiación juvenil del producto musical, que lo coloca en primeros planos en cuanto a preferencias musicales. Su repercusión en consecuencia resulta intensa, evidenciada en la elección de normas y códigos característicos de producto en tanto la asunción con relativa plenitud de normas ideo-estéticas y usos recurrentes de frases, palabras e incluso un modo de pensar que también le son típicos. Una parte sustancial de las identidades de estos jóvenes sí se conforma a través de las huellas profundas que deja el reguetón en ellos, por eso para los efectos de este estudio, se estructuran respecto a sus rasgos musicales y extramusicales. De ahí que los integrantes de este nivel, puedan ser llamados a su vez reguetoneros, denominación extendida más allá de la profesión -cantantes del género- y que incluye aquellos que de manera notable lo vivencian.

OTRA DENOMINACIÓN PARA LOS JÓVENES DEL CUARTO NIVEL: IDENTIDADES CONTRA-LIMÍTROFES

En el año 2006 el sociólogo cubano Alain Basail publica un estudio centrado en algunos consumos culturales y su estrecho vínculo a las identidades sociales que se tejen a partir de ellos. Su perspectiva se articula en el poco reconocimiento de las políticas culturales cubanas respecto con las identidades que resultan de los consumos desarrollados en espacios “alternativos” o “no oficiales”¹². Algunos de sus aportes conceptuales (como el uso del término identidades deterioradas)¹³ representan el sustento sobre el cual se apoya otra denominación otorgada a las identidades explicadas en este, el cuarto nivel del consumo musical.

Respecto a las *identidades deterioradas* o *parásitas* es necesario, en primer lugar sentar distancias denominativas. Aunque el autor aclara que el carácter parásito no las hace insignificantes y mucho menos execrables, solo queremos destacar su carácter emergente o residual, “ruidoso”, convidado y sincrético a partir de varias formas de identificación y repertorios simbólicos propios, todavía puede ser considerada bajo una visión peyorativa. De tal manera será sustituido por el término *identidades limítrofes*, en tanto destaca, - de la manera menos despectiva posible- de qué forma, y sobre todo en qué medida, se ha producido su desarrollo al margen de las políticas culturales de la oficialidad. Su aplicación conlleva a la siguiente

12. En la presente investigación, cuando abordamos la oficialidad y sus consecuentes espacios nos estamos refiriendo a aquellos legitimados por las políticas culturales, las cuales impulsan la creación y el desarrollo cultural a través de prácticas concebidas en programas, proyectos o estrategias. Esta oficialidad se ubica en diferentes estructuras sociales (educativas, comunitarias, entre otras), más allá de las instituciones declaradas como culturales; pues la cultura, en todas sus expresiones atraviesa la sociedad. Con criterios similares acciona el sociólogo Alain Basail, quien distingue los espacios oficiales, de aquellos donde las políticas culturales no alcanzan a intervenir.

13. En este texto Basail señala que: “Más allá de la sociabilidad instituida que prefigura esas identidades fuertes, hay otras realidades que generalmente no se alcanzan o atrapan. La vida de lo social invisible transcurre al margen –al lado, diría Rufo Caballero (2002)- de las instituciones escolares, culturales, familiares y alrededor de unas fronteras lo suficientemente elásticas como para sobrevivir lejos –o aparecer cerca siempre que se pueda y convenga- “de lo oficial”. (...) creen que su singularidad no es reconocida a plenitud o, al menos no se realiza en la forma en que ellos desean, acumulando amarguras, frustraciones e indiferencias” (2006). De este modo le da cabida conceptual a las identidades parásitas o deterioradas.

pregunta: ¿Hasta qué punto es posible considerar a los jóvenes que integran el cuarto nivel de consumo musical, como prototipos de estas identidades?

El carácter dinámico del producto musical reguetón se extiende también a los procesos socioculturales derivados de él y explica por qué las políticas institucionales varían constantemente en cuanto a su aceptación. Si bien es cierto que el género en sus inicios no tuvo lugar en todos los espacios legitimados por las políticas culturales para su reproducción – medios de comunicación e industrias culturales – éste se impuso fundamentalmente mediante su circulación alternativa, hasta el punto que darle la espalda fue imposible¹⁴. Es válido destacar, no obstante, que algunos espacios de la oficialidad todavía le cierran sus puertas al género¹⁵, pero sus cantantes se han impuesto y dominado una buena parte de las preferencias juveniles.¹⁶

Si las identidades limítrofes se conjugan en aquellos actores sociales donde *no* se efectúa el reconocimiento a plenitud de la singularidad o al menos no de la forma en que ellos desean, (BASAIL, 2006) las identidades reconocidas y socializadas por muchos jóvenes, gracias a la constante repercusión popular del producto musical, serían su antinomia y, por ello, es posible referirlas como identidades contra-limítrofes.

Con este acercamiento al reguetón, no desde la música y sí desde una visión sociológica que se detiene en los significados atribuidos por los jóvenes, se reconoce la diversidad con que se efectúan los consumos musicales de un género devenido producto musical. Tal aseveración deja al descubierto la variedad que permea el mundo de los jóvenes cubanos, por la cual es posible estudiarlos mediante miradas plurales. Sobre esta base queda un camino abierto, orientado hacia la posible implementación de políticas culturales e institucionales, que reconozcan las diferencias en el plano simbólico de los jóvenes, e inviertan esfuerzos hacia la inclusión

14. En la televisión, por ejemplo, los programas juveniles y musicales fueron haciéndose eco de estos vídeos clips de reguetón. Particularmente en Santiago de Cuba, quedó demostrado que la institución cultura le ha conferido algunos espacios públicos significativos. Esto contradice el carácter liminal de las identidades juveniles que reflejen el consumo intenso del producto musical reguetón.

15. “*Las disqueras te llaman luego del éxito, cuando tú llevas tiempo pegao, a nosotros nos pasó así, nos llamaron cuando ya teníamos todo, y estábamos pegaos.* Declaraciones del dúo de reguetón Gente de Zona en el documental “De dónde son los cantantes”, (2010)

16. Esta música no necesitó ser reconocida a plenitud por parte de las políticas culturales, pues sus sonidos impactantes se elaboraron y aún se crean desde el hogar, recorriendo luego buena parte de todos los sectores de la vida cotidiana.

sociocultural de los jóvenes, agrupados o no, bajo la égida de culturas juveniles.

REFERENCIAS

BASAIL, Alain Rodríguez (2006). “Consumos culturales e identidades deterioradas. Políticas culturales y lo social cubano invisible”, En: Basail, Alain (Ed). *Sociedad Cubana Hoy. Ensayos de Sociología Joven*. Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, pp. 233-251.

BOURDIEU, Pierre (1979). *La distinción. Criterios y bases sociales del gusto*. Madrid: Editorial Taurus, 1979.

DE CERTEAU, Michel (1996). *La invención de lo cotidiano*. Artes de hacer, Universidad Iberoamericana México.

FEIXA, Carles (1998). *De Jóvenes, bandas y tribus*. Antropología de la Juventud, Editorial Ariel. S.A. Barcelona.

FRITH, Simon (1996). “Música e Identidad”, En: HALL, Stuart y GAY, Paul du (Eds.) (2003). *Cuestiones de Identidad Cultural*, Amorrortu Editores, Buenos Aires - Madrid, pp.181-213.

FUBINI, Enrico (1999). *La estética musical desde la antigüedad hasta el siglo XX*, Alianza Editorial, Madrid.

GARCÍA Canclini, Néstor (1999). “El consumo cultural: una propuesta teórica”, En: SUNKEL, Guillermo (Ed.) (2006). *El Consumo Cultural en América Latina*, Segunda Edición, Convenio Andrés Bello, Bogotá D-C, Colombia.

MARTÍN BARBERO, Jesús (2006). “Recepción de Medios y consumo cultural. Travesías”. En: SUNKEL, Guillermo (Ed). (2006). *El consumo cultural en América Latina*. 2da Edición. Convenio Andrés Bello. Bogotá D-C. Colombia.

MEGÍAS Quirós, J.J y Rodríguez San Julián, Elena (2003). “Jóvenes entre sonidos: hábitos, gustos y referentes musicales”, En: Instituto de la Juventud en España (INJUVE). Disponible en <www.fad.es/sala_lectura/jovenesentresonidos.pdf>, Consultado El 22 de diciembre de 2010.

MONSONYI, Esteban (1990). “La Oralidad”. En: Revista Oralidad de la UNESCO, No 2, Oficina Regional de Cultura para América Latina y el Caribe. La Habana. Cuba.

NOYA, Javier (2010). “Principales antecedentes teóricos de la sociología de la música”. Grupo de Investigación Musyca. Música, sociedad y creatividad artística, Universidad Complutense de Madrid, 2010. Disponible en <http://es.scribd.com/doc/73225657/Noya-Paradigm-As-Sociologia-Musica>.

SILBERMANN, Alphons (1961). *Estructura social de la música*. Madrid, Editorial Taurus.

URTEAGA Castro-Pozo, Maritza (1998). *Por los territorios del Rock. Identidades Juveniles y Rock Mexicano*. México: Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes. Dirección General de culturas Populares.

ZIQUERO, Raquel (2006). **El indiscreto encanto del reguetón**. A propósito de una explosión en el campo cultural latino. En: *Movimiento*, Revista de la Agencia Cubana del Rap, Núm. 6, pp. 16-17.

ZURBANO, Roberto (2006). **Mami no quiero más reggaetón**. En: *Movimiento*, Revista de la Agencia Cubana del Rap, Núm. 6, pp. 4-12.

NEGROS EM COLARINHOS BRANCOS: ESTILOS DE VIDA, IDENTIDADES E ASCENSÃO SOCIAL NO SERVIÇO PÚBLICO¹

Ivo de Santana

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

E-mail: ivosantana@hotmail.com.

RESUMO

Partindo de narrativas de negros que ocuparam cargos de alto escalão em instituições do Serviço Público em Salvador (BA), analiso o modo como eles constroem e definem as suas realidades, como pensam a questão da identidade racial, como a articulam e que peso relativo tem os fatores que eles vivenciam. As análises remetem a realidades pouco exploradas, acidentadas e complexas, protagonizadas por pessoas de origens modestas que migraram de classe social num curto espaço de tempo - sem suportes em coletivos sociais ou herança familiar, que superdedicaram-se às carreiras com sacrifício da vida pessoal. Distanciaram-se da “massa dos negros”, travando lutas cruéis no enfrentamento do racismo e construindo um coletivo simbólico que não gera unidade entre seus pares raciais.

PALAVRAS-CHAVE: Negros. Mobilidade social. Serviço público. Identidades. Estilo de vida.

ABSTRACT

Taking into account narratives of black employees who occupied senior positions in government organizations in Salvador (BA), I analyze how they construct and define their reality, how they think the issue of racial identity, as they articulated it and the relative weight has these factors in their experiences. The study reveals unexplored, rugged and complex realities lived by people of modest origins who migrated to a higher social class in a short time - without social collective supports in or familiar heritage, that dedicated themselves to the careers with sacrifice of the personal life, they were away of the “mass of blacks”, living cruel fights in the confrontation of racism and building a symbolic collective that does not generate any unity among themselves.

KEYWORDS: Blacks. Social mobility. Public service. Identities. Lifestyle.

1. Esse texto é uma versão adaptada do capítulo 5 de minha tese de Doutorado *À margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia em 2009.

A partir de las narraciones de los negros que ocupaban puestos de alto rango en las instituciones de la Administración Pública en Salvador (BA), analizan cómo construyen y definen su realidad, su forma de pensar el tema de la identidad racial, como se articula y que el peso relativo es los factores que experimentan. Los análisis se refieren a realidades no exploradas, robustos y complejos vividos por personas de orígenes modestos que emigraron de la clase social en un corto período de tiempo - sin corchetes en grupos sociales o reliquias familiares que superdedicaram hasta carreras en el sacrificio de la vida personal. Distanciado de la “masa de negro”, librando luchas crueles para hacer frente al racismo y la construcción de un colectivo simbólico que no genere la unidad racial entre sus pares.

PALABRAS CLAVE: Negro. La movilidad social. Servicios públicos. Identidades. Estilo de vida.

INTRODUÇÃO

A assimetria das relações raciais no Brasil é uma realidade que perpassa a formação histórica do país. Instalada em suas principais estruturas, reproduz-se nas dinâmicas da sociedade, afetando a qualidade de vida dos seus cidadãos, especialmente dos negros cuja sobre-representação contrasta com a reduzida presença deles em áreas de maior prestígio.

Na última década, o processo de crescimento do país aponta para o aumento no número de brasileiros que melhoraram de vida. Dentre esses, sobressai um pequeno contingente de negros que, em níveis distintos da maioria de seus pares, possuem formação educacional avançada, desfrutam de padrões mais elevados de renda, além de frequentarem “áreas de influência” na sociedade¹. Alguns ascenderam tornando-se autoridades públicas e ocupando espaços de poder que, no país, por séculos, mantiveram-se como lugares exclusivos de brancos.

A ascensão social dos negros no Brasil é um tema ainda pouco explorado nas Ciências Sociais – em comparação com outros aspectos da realidade dos negros, tais como as questões ligadas às camadas populares, aos cultos afro-brasileiros, e, em boa medida, aos que vivem na marginalidade social. De fato, desde a sua conformação como um campo de estudos das Ciências Sociais, a ascensão social dos negros não incorporou volume significativo de pesquisas. Algumas se tornaram clássicas, mas, do ponto

1. COTTA (2007), FRIEDLANDER *et all* (2008), SARAIVA (2008).

de vista dos autores, pode-se dizer que esse tema é de pouca tradição na literatura acadêmica.

Os estudos de Freyre, nos anos de 1930, são basilares, abordando a ascensão do mulato e realçando o caráter democrático das relações raciais no Brasil. As pesquisas desenvolvidas nos anos de 1950 por Donald Pierson, Thales de Azevedo e Oracy Nogueira, no âmbito do Projeto UNESCO, ampliaram o debate sobre o tema, afirmando a existência do preconceito até então fortemente negado. Avançando para outro patamar, salientam-se os estudos desenvolvidos, a partir dos anos de 1960, por Florestan Fernandes, Octavio Ianni e, sobretudo por Carlos Hasenbalg em 1979, revolucionando o conhecimento que se tinha até então sobre a mobilidade social no Brasil, influenciando pesquisadores mais jovens e que ainda hoje constituem os grupos mais fortes de pesquisas sobre o tema.²

Os estudos de Hasenbalg (1979) reavaliam argumentos produzidos pela literatura sociológica e antropológica brasileira de que as desigualdades raciais foram herdadas do passado escravocrata e que tendiam a desaparecer. Negam a noção freyriana de que as desigualdades entre grupos raciais no Brasil seriam menos rígidas, apontando que, ao longo do tempo, as chances de ascensão para “pretos” e “pardos” continuavam muito menores do que para os brancos, mesmo quando se isolavam os determinantes ligados à origem social. Mostraram que a cor dos indivíduos tinha um peso considerável na explicação das desigualdades e revelava um desfavorecimento embutido nas relações sociais, que dificultava o processo de ascensão. Semelhantes constatações foram observadas em outras pesquisas realizadas posteriormente³.

Segundo Hasenbalg, na estrutura social que se estabeleceu após a Abolição, o preconceito e a discriminação adquiriram novos significados e funções. Práticas racistas do grupo dominante branco, que se instalou a partir daí, estabeleciam benefícios simbólicos e materiais para seus pares, criando fortes barreiras raciais nos processos de mobilidade social dos negros, com a acumulação de desvantagens sucessivas⁴.

2. A exemplo de Ângela Figueiredo (2002,2003), Reinaldo Soares (2004), Osório (2003,2006), Marcelo Neri (2011), Marcelo Paixão (2003), dentre outros cujas reflexões embasaram esta pesquisa.

3. Nesse caso se incluem as pesquisas de Valle Silva (1988, 2000), Hasenbalg, Silva & Lima (1999).

4. Hasenbalg (1979, p. 220).

Uma contribuição marcante do trabalho de Hasenbalg foi chamar a atenção para o fato de que numa sociedade caracterizada por estratos superiores de tamanho reduzido e estratos inferiores proporcionalmente grandes, a maior quantidade relativa dos negros nos escalões mais baixos tendia a reduzir as chances coletivas de eles aproveitarem os canais de ascensão. Contribuía para mantê-los sobrerrepresentados nos grupos de menor acesso à educação, de acentuada evasão escolar e de maior dificuldade em transformar o estudo adquirido em renda. Ainda conforme o autor, as desigualdades raciais assim produzidas, aliadas às práticas discriminatórias e à violência simbólica exercidas sobre esses indivíduos, reforçavam-se mutuamente. Levava-os à internalização de um sentimento de inferioridade e autoimagem desfavorável que restringia as aspirações de acordo com o que era culturalmente imposto e definido como o lugar apropriado para as pessoas de cor.⁵

As análises de Hasenbalg em 1983 introduzem novos elementos nos estudos de mobilidade ao apontar que, independente da origem social e da educação, era nos processos intrageracionais de transmissão de status, bem como no processo intergeracional de realização educacional, que os efeitos da cor mais se manifestavam. Para ele, os negros que conseguiam fugir à pobreza apresentavam, em contrapartida, uma típica consistência de status, considerando-se que grande parte deles, embora possuindo educação superior e realizações ocupacionais de renda, tendiam a enfrentar sérias dificuldades tanto na preservação da própria posição social como da de seus descendentes, uma situação que poderia ser resumida como segue:

Quando são tomados dois pais, um negro e um branco, ambos com exatamente a mesma condição social se esta for baixa, o filho do branco terá melhores chances de ascender na estrutura social; se for elevada o filho do negro correrá mais risco de descender na hierarquia. (...) tal situação ocorrerá mesmo se esses dois filhos hipotéticos atingissem o mesmo nível educacional, o que pode não ocorrer visto que há diferenças raciais na realização educacional que prejudicam os negros, para vantagem dos brancos⁶.

Os anos seguintes às formulações primeiras de Hasenbalg são tomados pelo avanço de novas teses e novidades conceituais que se irradiam a partir do trabalho conjunto desse autor e Nelson do Vale e Silva, em finais dos

5. Hasenbalg (1979, p. 209).

6. Osório (2003 p.21).

anos 1980. Nesse sentido, pesquisadores em diversos estados passaram a desenvolver estudos especializados por área (educação e mercado de trabalho, principalmente), além de outros buscando descobrir os micro-mecanismos de discriminação nos seus diversos âmbitos (escola, mídia, livro didático, locais de trabalho e outros espaços sociais).

Na Bahia, a radicalidade das transformações decorrentes do crescimento industrial ocorrido nos anos 70 ofereceu oportunidades significativas de mobilidade social. O alcance e a magnitude das mudanças na dinâmica dos grupos raciais foi alvo de diversas pesquisas que reiteraram para o plano local, a persistência de várias formas de relação racial já documentadas para o contexto nacional⁷. Constatou-se que, em Salvador, os negros estavam sobrerrepresentados entre os que se inseriam nas ocupações mais precárias, instáveis e de menos prestígio na escala social. Eram também os menos instrumentalizados em termos de educação formal e apenas uma pequena parcela conseguia alcançar ocupações consideradas de alto prestígio ou de maior visibilidade.

Vale destacar o estudo de Castro & Barreto (1992) que, tomando como base a indústria, analisa as possibilidades de constituição de trajetórias ascensionais entre trabalhadores negros na Região Metropolitana de Salvador concluindo que, para os pretos e as mulheres, havia uma sobre-escolaridade na configuração das posições ocupacionais. Aos pretos que ocupavam funções socialmente mais valorizadas, demandava-se um capital escolar mais elevado que aos brancos e essa escolaridade, como mecanismo de seleção social, era mais cruel entre as mulheres pretas que, para se inserirem nos setores mais valorizados socialmente, necessitavam ultrapassar barreiras ainda mais exigentes. Sujeitavam-se a uma maior seletividade não apenas por comparação aos homens, como também às demais mulheres.

Castro e Barreto apontam ainda que a estrutura do mercado de trabalho em Salvador apresentava espaços diferenciados para negros e brancos. O espaço “cativo” dos brancos correspondia ao das ocupações de mando, que expressavam poder ou posse dos meios de produção. O “espaço negro” equivalia ao das atividades manuais ou de produção, que envolviam dispêndio de esforço físico. Nessa condição, para os pretos, a possibilidade de exercício de funções de chefia se concentrava nos escalões intermediários. No máximo, assumiam funções de supervisão.

7. Dentre outros estudos vale citar Bairros (1987); (1990,1992).

Em outro momento, Castro e Guimarães (1993), partindo de informações cadastrais sobre os empregados de uma empresa estatal e outra privada, analisam as desigualdades raciais nos locais de trabalho. Considerando as diferenças entre as gestões de trabalho dessas empresas (quanto ao acesso, posição, mobilidade etc.), observaram que a estratégia de sobre-escolaridade era um dado presente e constituía-se numa saída para os grupos mais discriminados, no caso, as mulheres e os pretos. A discriminação racial e de gênero se verificava em ambas as empresas, contudo a discriminação racial se mostrava mais branda na empresa pública, apontando acentuada desigualdade dos pretos em relação aos outros grupos de cor⁸. O significado social desses dados se mostra instigante, pois os negros constituíam o maior contingente populacional em Salvador, apresentando a mais elevada taxa de participação na força de trabalho.

As estatísticas oficiais confirmam que não reduzido é o número de negros que ocupam posições de relevo nas instituições. Aliado a isso, pouco ainda se sabe acerca de como essas pessoas se estruturam, se comportam ou como significam as próprias experiências vivenciadas. Para preencher essa lacuna novos estudos vêm sendo efetuados no sentido de desvendar o universo dos negros que ascendem, adentrando a classe média. Em geral, baseiam-se em narrativas biográficas dos indivíduos e parecem refletir as recentes tendências, em termos de análise, nos estudos sobre os negros que ascendem no Brasil. Dentre estes, destacam-se os estudos de Figueredo, comentados a seguir.

Em pesquisa realizada junto a profissionais liberais negros em Salvador, Figueredo (2002, 2003) analisou a forma como a experiência de mobilidade se relacionava com a assunção de uma identidade negra. Sua pesquisa distingue-se por introduzir novos ingredientes na discussão acerca da ascensão dos negros no cenário contemporâneo. O destaque que muitos autores costumam dar à mudança de grupo de referência – experimentada pelos negros ao longo do processo ascensional –, que fazem supor ser uma singularidade desses indivíduos, é contestado pela autora cujas reflexões deixam entrever que tal mudança não se reduz a uma especificidade da trajetória ascensional dos negros, mas trata-se de um fenômeno comum aos processos de mobilidade vivenciados por outros grupos de indivíduos.

Nada obstante, ela aponta ainda para a existência de características específicas a demarcarem a fronteira entre as estratégias de ascensão

8. Os autores trabalham com as categorias: branco, moreno, mulato e preto.

utilizadas pelos negros e por grupos de imigrantes no Brasil. Por exemplo, os projetos de ascensão dos imigrantes e seus descendentes são grandemente facilitados pela utilização de estratégias de socialização e de solidariedade étnica entre os membros de origem comum, ou seja, eles lançam mão de ajuda mútua. Já os negros não recorrem a essas formas tradicionais de solidariedade étnica.

Pelo contrário, conforme suas observações, a ascensão social destes tem sido historicamente orientada a partir do uso de estratégias individuais associado à assimilação dos códigos e valores da sociedade dominante. Para Figueredo tais estratégias, em grande medida, passam por um grande investimento na educação, pelo emprego público, pelo apoio da rede familiar e, acima de tudo, por escolhas cuidadosas dentro das reais possibilidades de êxito. As estratégias coletivas de solidariedade, quando se apresentam, nunca extrapolam o nível familiar⁹ e nessa condição, as dificuldades se ampliam, pois, além de não contarem com os recursos de que desfrutam algumas minorias étnicas no país, os negros têm contra a sua ascensão o racismo, que os põe constantemente em situações de ter que provar a sua capacidade profissional.

No que tange aos conceitos de negritude, identidade e embranquecimento, a autora mostra que, quando associados à ascensão social, apontam para a não assunção da “identidade negra”, pelos negros. A esse respeito, inclusive, ela chama a atenção para um fato que contraria a conclusão de várias pesquisas sobre os negros em ascensão social, ao afirmar que, no processo ascensional, muitos dos entrevistados redescobrem símbolos da cultura negra e tentam incorporá-los em suas vidas, um fato que levaria a supor que a escolarização e o conhecimento da história do negro no Brasil têm contribuído para incorporar o orgulho da cor e da ascendência negra.

As reflexões a seguir decorrem de estudo envolvendo vinte homens e mulheres negras, que alcançaram postos de topo na hierarquia de instituições do serviço público em Salvador-Ba, tornando-se autoridades públicas em funções como: comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor-chefe de polícia, superintendente de instituição, juiz, desembargador, dentre outros.

No decorrer dessa pesquisa, mantive diálogo com diversos autores que nas últimas décadas elaboraram estudos relacionados à ascensão social

9. A importância da rede de solidariedade familiar na construção dos processos ascensionais é também referida na pesquisa de Santos (2003), ao investigar a trajetória de professores universitários negros em Mato Grosso.

dos negros no Brasil. Contudo, procurei destacar autores, no âmbito das Ciências Sociais, que considero centrais dentro dessa discussão, porém, sem deixar de considerar ao longo dos demais capítulos a seguir outras teorias e outros olhares, especialmente aqueles construídos através das ações socioculturais dos sujeitos, e que tendam a refletir um novo imaginário social acerca dos negros em ascensão.

Entendo que a correta percepção do fenômeno requer maior atenção para o aspecto humano – com as suas capacidades singulares, os sonhos, as tragédias e os dramas específicos dessas pessoas. Assim, com o intuito de contribuir para ampliar a discussão sobre os impactos da mobilidade, esse artigo se propõe a refletir sobre: Como negros em ascensão social constroem e definem a sua realidade? Como pensam a questão da identidade racial? Como articulam e que peso relativo tem os fatores que eles vivenciam?

Como principal recurso de análise, utilizei-me de entrevistas em profundidade com vinte homens e mulheres negras, que alcançaram postos de topo na hierarquia de instituições do serviço público em Salvador (BA), em funções como: comandante de corporação militar, reitor de universidade, corregedor-chefe de polícia, superintendente de instituição, juiz, desembargador, dentre outros. As entrevistas foram gravadas e nelas, explorei vários ângulos da socialização dos informantes: família de origem, bairro, escola, trabalho e espaços de convivência. Os depoimentos foram transcritos e tratados através do que Bardin (1979, p. 42) denomina de “análise de conteúdo”,

Procurei captar percepções que me auxiliassem na compreensão da vida social, inclusive a profissional. Nesse sentido, a noção de trajetória se mostrou importante, por valorizar o aspecto individual, sem desconsiderar o entorno ou determinar que pessoas supostamente pertencentes à mesma classe tenham aspirações e visões idênticas.

O exercício da memória, a disposição para relembrar sentimentos e fatos, muitas vezes doloridos, advindos do passado, teve importância fundamental na tomada dos depoimentos, assim como a emoção, as constantes surpresas e até mesmo a similaridade sócio-racial entre pesquisador e pesquisados, interferindo ou estimulando o desenvolvimento do trabalho de campo. Em muitas situações, fiquei preso ao “*anthropological blues*”, de Da Matta (1974), e passei a acreditar que os depoimentos dificilmente seriam possíveis há alguns anos, quando o racismo era mais acirrado e havia forte repressão política.

No que pude observar, a categoria em que esses negros se inscrevem escapa das estatísticas oficiais em Salvador, confirmando que eles são muito poucos. Assim, em se tratando de negros ocupando funções de prestígio e mando em organizações do mercado de trabalho em Salvador, a quantidade de sujeitos por mim entrevistados torna-se bastante significativa em relação a um universo, sobre o qual se poderia dizer, abordado em sua quase totalidade.

Face aos desafios que se apresentaram no âmbito da prática etnográfica, cabe tecer algumas considerações no intuito de situar-me enquanto investigador na relação com os sujeitos investigados, na medida em que compartilhávamos certas referências comuns. Éramos todos negros, partimos de origens modestas e, assim como eles, vivenciei um processo de mobilidade incomum à maioria dos nossos pares raciais. Exerci posto executivo na administração pública, além de transitar por espaços comumente associados às camadas médias de Salvador.

Muitas outras referências se acrescentaram, desde o fato de que tínhamos equivalentes faixas etárias (em torno de 50 anos)¹⁰, em grande maioria, nascemos, estudamos ou vivemos há longo tempo em Salvador. A proximidade de nossas experiências ampliava-se à medida que tais similaridades e equivalências faziam com que alguns deles já fossem meus antigos conhecidos ou que, com frequência, descobríssimos, nas conversas, amigos comuns. Ainda que isso possa ter favorecido o contato inicial, posteriormente revelou-se um ponto de dificuldade, especialmente nas ocasiões de questionar determinadas respostas, seja devido à existência de uma rede de relações comuns, ou porque a pergunta, muitas vezes, poderia parecer óbvia.

Presumo que paralelismos e cruzamentos relacionam-se ao fato de, há algumas décadas em Salvador, não haver muitos locais de convívio e, por isso, as pessoas estavam sempre se cruzando nas poucas bibliotecas e cinemas, festas, eventos populares e outras situações mais cotidianas. Tais “coincidências” se acentuaram a ponto de, em diversos momentos, diante do grupo que pesquisava eu me perceber como um *insider*, e submeter-me a vários desafios.

O primeiro era o de não haver uma diferença radical entre minha vida cotidiana e a das pessoas que eu estava pesquisando, tal qual ocorre com

10. Em geral, os entrevistadores são pessoas de classe média e com idades abaixo de 40 anos conforme assevera Thompson (2002), e eu era da mesma geração dos indivíduos pesquisados.

um antropólogo europeu que chega a uma tribo do Leste africano. Eu pertencia à mesma sociedade dos informantes; falávamos a mesma língua nacional; compartilhávamos valores, visões de mundo e estilos de vida, além de termos uma trajetória de vida similar, vivenciada em períodos próximos.

Dúvidas e hesitações inquietavam-me: como abordar ou questionar fatos que vivenciei junto a informantes que já eram antigos conhecidos? As questões poderiam soar constrangedoras, desnecessárias ou redundantes. Como me conduzir diante de fatos que, pela minha amizade com o informante, a confissão ou a lembrança poderia significar algo doloroso?

Vale dizer que, em muitas ocasiões, a condição de insider favoreceu o desenvolvimento de uma atmosfera em que eu terminava sendo percebido, em termos de presença, como “familiar”, mesmo junto a sujeitos com quem jamais havia me relacionado anteriormente. Com alguns deles, poucos minutos de conversa já criava uma informalidade tal que, invariavelmente, passávamos a nos tratar por “você” ou pelo próprio nome, fazendo desaparecer os personagens/papéis que frequentemente desempenhávamos antes estranhos, fosse como autoridade pública ou pesquisador, economista, administrador, ou advogado que éramos.

A interação parecia desenvolver-se entre sujeitos ávidos por conhecimentos mútuos. Cumpre ressaltar que, com alguns dos informantes, especialmente aqueles que pela maior proximidade entre nós eu era considerado “de casa”, pude perceber que à empatia demonstrada juntava-se, também, certa apreensão e “defesa”. Por certo, algumas dessas atitudes poderiam acontecer da mesma forma se a pesquisa estivesse sendo conduzida por outro pesquisador. No entanto, acredito que houve casos em que certos comportamentos só ocorreram devido a minha proximidade anterior com tais informantes.

Também surgiram dificuldades. Uma delas refere-se ao limite temporal dos encontros que, nas pesquisas urbanas, tende a ser mais reduzido que no trabalho de campo tradicional. Na prática, isso restringiu períodos de interações importantes, no sentido de aumento da confiança e cumplicidade com alguns dos informantes.

A consciência dessas aproximações e dificuldades me levou a um exaustivo processo de autodimensionamento paralelo e complementar ao estudo. Havia o temor de que a familiaridade com o mundo social pudesse conduzir-me a naturalizações e “essencializações”; por isso, conforme Da

Matta, exercitei a “exotização do familiar e a familiarização do exótico”¹¹. Assim, conforme recomendam os manuais de Antropologia, procurei não ser etnocêntrico, vigiei meus preconceitos e, muito pontualmente em relação a esse estudo, evitei ser paternalista, embora nem sempre com sucesso.

Um segundo desafio relacionou-se ao fato de que a Antropologia, tradicionalmente, tem estudado “os outros”, e eu me propus a estudar o “nós”. Muito embora outros autores já o tenham feito, estudos dessa natureza, no Brasil, ainda são poucos¹². Na antropologia efetuada em meio urbano, as pesquisas têm sido realizadas, mais frequentemente, com grupos em situações de desvantagem social, destituídos de poder político e econômico.

A quantidade de pesquisas que se afastam desse padrão é limitada. Isso, talvez, pela opção clássica da Antropologia de pesquisar as chamadas minorias sociais, ou em função das dificuldades de acesso às camadas médias e altas ou, até mesmo, pelo fato de a maioria dos pesquisadores, sendo oriunda da classe média, nutrir certo interesse em conhecer hábitos, costumes e valores de uma classe social à qual não pertencem.

Tal limitação reverte-se na ausência de trabalhos sobre a metodologia de pesquisa aplicada aos estudos das camadas médias da população brasileira, especialmente no tocante ao segmento negro. Nesse sentido, pude inspirar-me em poucos etnógrafos, já que, por vezes, buscando atender satisfatoriamente aos objetivos da pesquisa, vi-me obrigado a inventar estratégias de ação no confronto com os sujeitos ou adaptá-las aos instrumentos metodológicos de que dispunha.

O terceiro desafio refere-se ao fato de que a similaridade sócio-racial entre o pesquisador e os pesquisados é tema ausente no debate acadêmico brasileiro, geralmente limitado aos encontros e diálogos informais entre os pesquisadores negros. Do ponto de vista dos autores, é um tema de pouca tradição na literatura acadêmica, requerendo do pesquisador uma apurada atenção para tirar o máximo de proveito de sua proposta.

Neste artigo, é a fase da atuação das pessoas no comando da instituição pública que privilegio nas reflexões. Por se tratar de profissionais com largo tempo de atividade, suas trajetórias expressam percursos mais acabados, em relação a gerações mais jovens, permitindo observar melhor os processos de formação de identidade e outros aspectos pontuais de cotidianos mais consolidados, a exemplo do leque de relações que se estabelecem no decurso da vida profissional. Considero importante que se

11. Da Matta apud Velho (2004, p. 124).

12. Velho (2002, p.11).

conheça o caminho percorrido até alcançarem a posição ocupada, contudo, a limitação de um artigo impede o maior detalhamento dessas trajetórias, impondo o esforço da síntese, aqui representado por um resumo de cada entrevista em particular, tomada como um todo homogêneo, em que são acentuados os elementos considerados relevantes para contextualizar a população estudada.

Os informantes provêm de origens modestas, vivenciadas em bairros proletários e em famílias numerosas, que chegavam a ter 15 membros, incluindo os agregados. Os chefes da família tinham pouca ou nenhuma escolaridade e exerciam profissões de baixa qualificação. O ciclo completo de educação formal foi realizado em escolas públicas “de boa qualidade”, acrescido de forte investimento em estudos pós-graduados. Ingressaram no serviço público pela via do concurso e desenvolveram carreiras ascendentes. Alcançaram a hierarquia superior das instituições, exercendo papel central nas decisões e conquistando espaços importantes em áreas fundamentais de prestígio e poder na sociedade; funções que, tradicionalmente estavam reservadas a indivíduos brancos e provenientes das camadas sociais mais elevadas. A maioria deles concentrava-se na faixa entre os 50 e 55 anos e constituíam os primeiros entes da família a experimentar destacado grau de mobilidade social - abrindo caminho para uma nova escala de vivências para todo o grupo familiar.

A ascensão social possibilitou aos informantes realizar sonhos materiais, expandir a formação educacional e oferecer melhores condições de vida à família. Também ampliou a convivência deles em domínios de prestígio e poder na sociedade, onde a precariedade de laços de amizade mantidos por eles marca a totalidade das histórias individuais¹³.

De fato, eles representam a primeira geração familiar a se instalar nas camadas médias e chegam isoladamente, a partir de trajetórias complexas, juntando-se a uma diversidade de “outros” já estabilizados profissionalmente, ou socialmente integrados aos requisitos do novo espaço social. Em uma referência a Simmel (1983), eles se enquadrariam na configuração do “estrangeiro” - não no sentido do viajante que chega hoje e parte amanhã, mas no sentido de uma pessoa que chega e deverá ficar.

13. Trata-se de domínios majoritariamente frequentados por brancos e de reconhecidas tendências à formação de grupos fechados de solidariedade e com laços, por vezes, iniciados há muitas gerações. Para Guimarães (1995, p. 175), esses grupos se configuram como equipes, desenvolvendo fortes relações pessoais e de amizades que terminam funcionando como um escudo de proteção para seus pares e, sobretudo, como uma estratégia de ascensão social.

Não pertencem ao grupo desde o início e, em sua chegada, introduzem elementos que não se originaram nem poderiam ali se originar. Ou seja, são indivíduos pertencentes ao grupo, porém, se de um lado são imanentes e têm uma posição de membro, por outro, estão fora dele e o confrontam, ao intrometer-se, como uma peça extra, em um grupo no qual as posições já estariam ocupadas.

O estudo de Guimarães (1995) aponta para a condição de “estrangeiro” vivenciada por negros em ascensão profissional no setor petroquímico. Ele constata que nem os bons salários, nem a elevação do status profissional repercutiram na maior integração dessas pessoas com os grupos de estratos médios. Ao contrário dessa integração, uma das consequências mais aparentes da melhoria de vida foi favorecer um processo em que esses indivíduos passaram a orientar seu círculo de amizades para uma esfera mais marcadamente familiar, em contraposição a essa condição de “fora de lugar”, experimentada junto às esferas médias.

Ao analisar o processo de ascensão social dos negros no trabalho radiofônico, no período de 1959 a 1963, Pereira (2001) também faz constatações semelhantes, de que a maior aproximação com os brancos de classe média nunca extrapolava o campo das relações profissionais. Mesmo os indivíduos realizando os sonhos materiais que eles supunham, promoveriam a maior integração nos espaços almejados (como exemplo: a aquisição de automóvel, casa, dentre outros bens e comportamentos que conferiam status social).

Certamente, por isso, o cotidiano dessas pessoas comportava um leque de relações sociais bastante restritas. Não mantinham um contato significativo com indivíduos de outras classes sociais (exceção feita às relações de trabalho). De igual maneira, era escasso e frouxo o envolvimento deles com coletivos sociais de reivindicação política, a exemplo dos sindicatos e das redes de relações sociais do “mundo negro”¹⁴, conforme mostra o depoimento a seguir.

14. A expressão “mundo negro”, tomada de Pereira (1983), refere-se ao sistema de relações sociais estabelecidos a partir de instituições negras, como as escolas de samba, religiões afro-brasileiras e associações culturais que promovem a sociabilidade entre os negros, permitindo o resgate da autoestima, além de funcionarem como um microcosmo paralelo no qual seus integrantes estariam “protegidos” da discriminação.

Agora, eu já posso participar tanto de Movimento de Negros, como de Movimento de Mulheres, porque eu já cheguei. Estou fortalecida, mas ainda assim eu procuro ficar sempre à distância. Antes eu não queria ficar estereotipada, nem me comprometer com certos ideais que eu via grassarem lá dentro e também não estava preparada para aqueles embates. Eu admiro muito as pessoas que foram com a cara e a coragem, que se dedicaram, mas eu tinha outros objetivos então me dirigi pra as atividades que são a minha vida hoje. Sempre me mantive longe desses movimentos. (VANDERLINA)

O depoimento de Vanderlina faz-se emblemático, ao deixar entrever a conformação de um microcosmo que, por um lado, não estabelecia vínculos com o “mundo negro” de forma mais ampla e, por outro, tinha dificuldade de participar do “mundo branco”, configurando um espaço social bem delimitado: “um mundo paralelo dentro do mundo paralelo”.¹⁵

O universo pouco abrangente de relações era, em grande parte, circunscrito aos familiares e, em menor grau, ao ambiente de trabalho. Dificilmente ultrapassava os limites da empresa e quase sempre eram definidos em termos de relações de coleguismo (e nunca de amizade), confirmando um padrão observado por Soares (2004), em pesquisa junto a negros da classe média paulistana.

Interessante observar que, em detrimento dos novos vínculos emergidos da posição social em que se situavam, alguns adotavam um estilo de vida social mais reservado, e voltado para uma esfera marcadamente familiar. Isto parece marcar uma postura peculiar dos negros que ascendem socialmente. Referindo-se a ida a restaurante de classe média, o discurso de Judite mostra-se típico indicando que, o seu lazer “é muito limitado... junto com os meus familiares. Viajo com meu companheiro, ou fico em casa assistindo filmes, lendo, cuidando da casa, sem essa espalhação maior. Não sou muito de sair...”. Presumo que esse direcionamento do lazer e da sociabilização para o círculo familiar possa estar relacionado ao fato de haver neles a clareza da existência de “certos problemas” - como, por exemplo, a discriminação nos espaços públicos de classe média - e que se recolhendo nos redutos mais familiares, evitariam se expor a situações que eventualmente poderiam trazer algum tipo de constrangimento.

Nas relações com os “outros”, os depoimentos indicam um comportamento bastante recorrente, no qual os indivíduos mantêm-se na defensiva, controlando ostensivamente as informações da vida pessoal. Nesse

15. A expressão entre aspas foi tomada de Soares (2004, p. 145).

sentido, quando inquiridos, era comum silenciarem sobre o passado de adversidades, dissimularem as vivências cotidianas de racismo ou até mesmo omitirem a existência de entes familiares de condições mais precárias. Tais revelações surgiam quase sempre sob esquivas, escamoteamentos ou quando inevitável a negação. Essa atitude parece configurar uma estratégia na qual esse comportamento se prestaria a evitar a associação de suas imagens aos estigmas e estereótipos de pobreza ou inferioridade, comumente atribuídos aos negros.

AS RELAÇÕES COM O MEIO DE ORIGEM: A FAMÍLIA E O BAIRRO

Associadas a essas relações, outras subjetividades emergem das falas e parecem manter estreita relação com o isolamento geográfico e social em que essas pessoas se circunscrevem. A descrição da juventude no bairro de origem (ou seja, o locus da ascensão social) revela um comportamento de reserva em relação à vizinhança. Diferentemente dos pais e irmãos, que chegaram a estabelecer vínculos de amizade nos bairros pobres em que moravam, elas eram avessas às camaradagens. Via de regra, “não se misturavam”, não participavam dos roteiros e formas de lazer do bairro e, conseqüentemente, se desviavam de possíveis parceiros e parceiras matrimoniais.

Adotavam um estilo de vida diferente, direcionando seus esforços de sociabilidade para as amizades e os espaços da classe média, adquirindo uma série de posturas, hábitos e conhecimentos que destoavam do comportamento das pessoas do bairro, gerando um quadro de difícil aproximação. Assim, ao migrarem desses bairros, praticamente cortam os poucos laços que chegaram a manter com essas comunidades. Alguns ainda tentam “retornar a casa”, mas este, na prática, se revela um movimento irreconciliável, como mostram Balbina e Anameire¹⁶.

Eu não andava com as pessoas do bairro, e hoje algumas vizinhas ainda estão lá. Não estudaram, estão com 20 quilos a mais, sem dentes, com um monte de filhos adolescentes, caminhando pra miséria também. Quando eu apareci, elas comentaram: “Olha, você não casou e nem teve filhos não, é?”

16. Ressalte-se que, no cotidiano, eles mantêm um relacionamento com “ricos” e “pobres, até porque a função desempenhada no serviço público dá margem ao contato com pessoas de diversos níveis sociais. Contudo, tal convivência é geralmente limitada à relação profissional - onde não é possível fazer escolhas.

Ah! Que pena!” Isso me machucou, e hoje eu consigo entender. Elas tinham uma birra comigo, porque eu nunca fui da turminha. Era “a neguinha doce”, como me chamavam, a “neguinha boba”, e hoje é como estivessem dizendo: você não aceitou o seu mundo nem o que você procurou lhe aceitou. Você também saiu perdendo. Não voltei mais lá. (ANAMEIRE)

A ruptura com esse círculo de origem gera uma espécie de susceptibilidade decorrente da ausência do “outro qualificado” para compartilhar acontecimentos que, em geral, permanecem como pontos de demarcação na história de cada um. Remetendo a Bosi¹⁷, é como se, em relação às recordações, o sujeito se tornasse “a testemunha única que, às vezes, não crê em seus próprios olhos”, fazendo apelo constante a outro qualificado para confirmar certas versões de fatos realmente acontecidos: “Aí está alguém que não me deixa mentir”.

A ajuda econômica prestada aos parentes permeia a totalidade das histórias individuais destacando-se, dentre elas, a ajuda aos irmãos e sobrinhos. Sobressai o investimento em benfeitorias na moradia dos pais (pinturas, abertura de garagem, construção de andar etc.), ou o patrocínio da migração destes para bairros melhores (ou para imóveis na mesma rua, em condições superiores à habitação anterior).

A vida melhorou mesmo quando eu comecei a subir de cargo. Eu me lembro que, no primeiro mês, eu comprei uma geladeira. Meu pai comemorou. Depois comprei uma televisão, e ele ficou deslumbrado. Os vizinhos iam lá pra janela assistir televisão e diziam que ele tinha ficado rico. Reformei a casa e instalei um telefone. Ele nunca discava, prá não ficar muito caro. Não tinha o hábito, coitado. (MARTA)

Como sugere o relato anterior, as benfeitorias no imóvel da família conformam um jogo de reclassificação social em que a casa tende a se distinguir das demais no ambiente urbano desvalorizado, evidenciando-se aí uma forte articulação entre a morada e o emprego¹⁸. As reformas e reconstruções, assim como as aquisições de bens de consumo, refletem o novo status, tendendo a tornar essa mobilidade não apenas a representação da modificação das condições materiais do padrão familiar, mas também

17. Bosi (2006, p. 408).

18. O termo reclassificação social faz uma referencia a Bourdieu (1974, p.14) que leva em conta não só o capital econômico, mas também o social, o cultural e o simbólico, como elementos constitutivos de uma classe social.

uma expressão, em termos weberianos, das necessidades objetivas de modificação dos estilos de vida. Acredito que elas representam também uma tentativa de essas pessoas se desfazerem de marcas simbólicas da pobreza urbana, a exemplo do valor negativo normalmente conferido aos seus bairros de origem, em termos sociais, raciais, arquitetônicos, de equipamentos urbanos e mesmo de saúde pública.

Na relação com as famílias de origem, conflitos e desconfortos ainda se fazem notar, especialmente pelo desnível social entre os sujeitos e seu entorno parental. O fato de serem os únicos que ascenderam no círculo familiar “incomoda, dá um sentimento que não diria que é de culpa, às vezes é vergonha mesmo, quando eu vejo que, enquanto eu avanço, está todo o resto lá... parado: irmãos, tias, primas”. Nessa fala denota-se um desconforto que só parece encontrar alívio ou compensação na solidariedade prestada aos parentes.

Já me vi triste em determinados espaços pensando: “Poxa! Meus irmãos e meus sobrinhos poderiam estar aqui!”. Eu tenho um monte de sobrinhos que me veem como a tia rica, porque mensalmente eu dou uma ajuda, que já admiti como uma obrigação. Tenho um irmão que não tem nem plano de saúde, e se vira com os “bicos” que faz. Não ajudar, dá um complexo de culpa. (DINORAH)

A dimensão dessa solidariedade encaminha para outras subjetividades, vez que a melhor condição econômica em relação aos demais parentes reforça o status de liderança que essas pessoas gozam no meio familiar. Fortalece certa representação que os referencia como exemplo a ser seguido, amacia-lhes o ego, mas, também, causa desconfortos diante da responsabilidade implicada, como descreve um informante ao comentar: “me veem como capaz de resolver os problemas de todos: doença da sobrinha, desemprego do irmão. Eu tenho que ser um cara forte pra eles o tempo inteiro, e isso é um peso muito grande... Às vezes você tem que estar se policiando pra não perder a paciência”.

A transcrição dessa fala e das anteriores é duplamente útil: primeiro, por fornecer elementos indicativos de que o apoio econômico à família de origem perdura ao longo da vida e, segundo, por iluminar outras dimensões dessa ajuda. Por exemplo, a repartição dos ganhos com os parentes tem repercussão no padrão de suas vidas, pondo em xeque a capacidade de acumular bens para transmiti-los às gerações seguintes. Embora percebam

remunerações equivalentes aos seus pares profissionais, essas pessoas tendem a uma maior diluição de suas rendas, no círculo parental.

O APRENDIZADO DO “JOGO”

Na sociedade baiana, os profissionais investigados se constituem nos primeiros negros a atingirem esses postos profissionais. Portanto, não lhes precedeu modelos de pares raciais a norteá-los, tampouco referências sócio-raciais na família. A vulnerabilidade que essa situação desperta, aliada à ausência do *habitus* de classe, parece conduzi-los a uma espécie de comportamento em que pouco ou quase nada subvertiam do que deles era esperado.

Assim, cabe registrar o que presenciei momentos antes de uma sessão de entrevista com uma das informantes: uma equipe de televisão chegara a sua casa para gravar um clipping com suas impressões sobre determinado candidato a governador do Estado. Estávamos em período de campanha eleitoral, e as impressões que, logicamente, deveriam ser “enaltecedoras”, prestavam-se a associar o perfil negro e de credibilidade da informante ao candidato, visando ganhar os votos da comunidade negra. A gravação do clipping ocorreu contra a sua vontade, expressada por várias procrastinações alegando “falta de tempo”. O candidato, apoiado por grupos de forte influência política na cidade e apontado pelos institutos de pesquisa como o vencedor não era o de sua preferência¹⁹. Conforme seus comentários em *off*, contrariar esses grupos de poder poderia lhe “custar caro”, pela ausência de suporte político a ampará-la contra represálias. “Portas importantes poderiam se fechar”, como ela remete abaixo:

Pra muita gente aquilo seria o auge do prestígio... mas, não era ... nem pra mim e tampouco pra o candidato. Era um aproveitamento da minha imagem de mulher negra e autoridade, para que o candidato ganhasse pontos. Nessa situação, eu nada ganho, pelo contrário, só tenho que balancear qual a menor perda. Eu tenho perdas de qualquer forma. Estar naquela situação, gravando, poderia sugerir que a pessoa sobre quem eu estava dando declarações seria a partir dali meu aliado com seu grupo me dando o apoio. Isso se chama ingenuidade, coisa que eu não me permito mais. (NORMA)

19. Ressalve-se que esse candidato foi derrotado nas eleições, e o seu adversário, vencedor do pleito, talvez não saiba que foi ele quem teve o voto da informante, cuja imagem na mídia imagem gravada como apoiando o perdedor.

Essa consciência da vulnerabilidade acompanha as narrativas de todos os informantes. Pesa-lhes a ausência de ancoragens significativas, tais como riqueza, status de família ou efetivas relações igualitárias com pessoas influentes, ou seja, faltavam-lhes suportes importantes diante de mecanismos de que o todo social dispõe para reforçar o poder de autoridade que eles detinham. Tal situação é explicitada na fala de Balbina, abaixo:

Hoje tenho acesso a um monte de coisas que posso pagar por elas, mas meu colega vem tendo acesso desde o avô dele. Por exemplo, na Escola de Medicina você encontra alunos que têm laços ali dentro há quatro gerações. Então, quando eles chegam é como se aquilo fosse deles e eles estão só há três anos ali. O professor quando cumprimenta diz: “Eu dei aula pro seu pai. Como é que ele está?” Essas coisas, geram certas distinções. Aqui no Hospital isso acontece muito: o profissional chega precedido da fama de um parente e isso é ponto positivo no desenvolvimento de sua carreira.

As narrativas exteriorizam o esforço deles em aprender o “jogo”,²⁰ seja sujeitando-se a fidelidades acrílicas, como também ao poder das normas - cumpridas com certo rigor. Evitam contrariar e se expor a situações que, eventualmente, possam lhes trazer constrangimento ou reforçar estereótipos e rótulos negativos que, no Brasil, costumam recair sobre a representação coletiva dos negros.

Ademais, por circunstâncias históricas, no Brasil, o domínio de certos mecanismos sociais sempre esteve associado ao grupo racial dominante, e o manejo de técnicas de infiltração nesses meios pode ser considerado privativo da camada branca da população. Afora isso, o florescimento de tradicionais esteios de sustentação social entre os negros foi inibido por um passado de submissão legal e de confinamento do grupo dentro de uma sociedade estratificada em termos estamentais PEREIRA (2001: 134). Desse modo, a experiência de convivência no interior de grupos de estratos sociais médios resta limitada, assim como a intimidade com certas disposições e regras de funções integrativas nesses meios, a exemplo da familiaridade

20. Utilizo a palavra “jogo” para me referir a habilidades técnicas e comportamentais que facilitam o aprendizado e a prática da vivência em grupos de classes sociais mais elevadas - a exemplo do saber “quem é quem”, o traquejo social etc. Nesses grupos, em geral, o conhecimento de tais habilidades é apreendido a partir de experiências transmitidas na própria família e nos demais círculos de pertencimento ligados à origem.

com a etiqueta, do *savoir-faire*, do traquejo social e da desenvoltura em penetrar ou se movimentar em determinados círculos sociais.

O ENFRENTAMENTO DO RACISMO

Nas falas relacionadas à experiência do racismo²¹, era comum a minimização dos seus impactos na vida de cada um. Por vezes chegavam a dissimular que não as percebiam, conforme expressou um informante: “a gente não pode deixar que os outros vejam que a gente percebeu o racismo na atitude de alguém. Tem sempre de fingir que não viu nada, e que (...) até pra ficar bem no grupo, senão, dentre outras coisas, você é quem vira o racista, um complexado”. Esquivando-se de reportar-se a dificuldades comuns aos negros, eles calavam o racismo, dando a entender que a ideologia racial teria sido absorvida. Não podemos esquecer que eles constituem parcela de um grupo social cuja representação coletiva envolve estereótipos e rótulos negativos geralmente associados à capacidade intelectual, a traços de personalidade, bem como a características físicas individuais. Face aos traços negroides serem depreciados e relacionados a aspectos do comportamento, como rudes ou deselegantes, e diante de certo padrão branco de beleza, costumam ser considerados física e esteticamente feios, ou mesmo exóticos.

Trata-se de representações que marcam historicamente suas vidas, mas também demarcam espaços sociais. A ultrapassagem desses espaços os fazia serem confundidos com subalternos, questionados nas competências profissionais e até mesmo vistos com desconfiança, como descreveu uma informante que, na adolescência, mesmo tendo condição de adquirir um bem em determinada loja, esbarrava em uma barreira simbólica que lhe causava desconforto e tensão pela expectativa de ser alvo do preconceito e da discriminação:

Até hoje eu evito entrar em loja de departamento em razão das situações que já passei de me sentir observada de uma forma que constrangia, que queria dizer: “se é preto, cuidado. Pode ser ladrão ou ladra”. Na minha

21. Refiro-me, especialmente, a manifestações que ocorrem sob forma de olhares, gestos e tons de voz, mas também em atitudes de “má vontade”, “descasos”, “boicotes”, “impaciências” e tantas outras que, sem fazer relação à cor da pele, são discricionárias e dificultadoras do progresso profissional, tanto quanto manifestações racistas diretas.

adolescência eu fui seguida na Slopper da Rua Chile, muitas vezes. Fingia que não via que estava entretida nas compras... Tinha um segurança lá, que era só eu entrar, às vezes com minhas irmãs, que ele ficava seguindo a gente. Hoje eu só entro em loja cara, na qual eu entre, e o vendedor já me abria os braços... E isso não é atualmente, depois que eu assumi o posto, mas já faço há muito tempo. (NORMA)

Ao relatar que evitava frequentar lojas de departamentos, ela não estava apenas relatando sua experiência traumática, mas também expressando que os sujeitos tendem a criar as suas próprias estratégias para lidar com o preconceito. Ao direcionar sua rejeição para um determinado espaço social, ela sugere uma espécie de mapeamento particular, em que as lojas de departamento e sua presença nesse espaço configuravam uma situação passível de ocorrer novos constrangimentos a serem evitados. Os relatos demonstram que, na vida em sociedade, essas pessoas sempre se consideram propensas a enfrentar dimensões inéditas de convivência cujo trato não se mostra tão simples, mas sob a forma de persistentes e silenciosos embates em função do patamar em que se encontram, dando a entender que a escalada ascendente acentua a dimensão e o peso de ser negro.

Ao longo da suas vidas, eles passaram por situações dramáticas - dolorosas experiências que não querem ver repetidas. Em razão disso, parecem ter desenvolvido uma espécie de hipersensibilidade - quase um faro - para saber onde e com quem podem ou não devem estar; qual o campo que é mais conveniente entrar ou qual devem evitar. Era como se mapeassem o universo em que atuam em áreas proibidas e não proibidas, cuja proteção lhes exige uma dose a mais de cautela nos contatos com o “outro”, como mostra a fala abaixo:

Por conta das minhas experiências passadas, eu desenvolvi uma armadura invisível, pois, de certa maneira, eu nunca espero ser aceita de pronto em nenhum desses ambientes que me apresento. Nunca descarto a possibilidade de ser tratada com uma atitude racista, mesmo por pessoas que comparecem aqui na minha sala, por isso eu não dou abertura. Estando o tempo inteiro num meio branco, a gente deixa de ser espontâneo. Muitas vezes não vejo com sinceridade o beijo que me dão o abraço. Entendeu? De certa forma, é desconfortável viver eternamente vigilante. Eu já tive situações de me pedir perdão por ter duvidado dos outros, mas é assim: eu vivo em permanente estado de alerta, mesmo. Eu estou calejada de chegar desprotegida, vir uma

mão pra lhe barrar a entrada e, depois, você não saber nem o que fazer. Ter que fingir que não entendeu. (JOSEMILDA)

Chama a atenção o fato de que a ausência de outros negros em postos de comando na própria instituição era percebida por eles, porém esse fato raramente ou nunca era questionado, especialmente em conversas com pares sócio-raciais, sugerindo uma espécie de naturalização, de um “silêncio autoprotetor” ou mesmo a ausência de preocupação coletiva com a mudança desse quadro. Esse fato mereceria um maior aprofundamento, tendo em vista que certas crenças, oriundas do senso comum, costumam apregoar que o aumento do grau de escolaridade leva o indivíduo a pensar mais crítica e coletivamente sobre tais problemas.

A FAMÍLIA CONSTRUÍDA E O TRATAMENTO DA QUESTÃO RACIAL

Na literatura específica sobre a ascensão social, um consenso entre diversos autores aponta para três mecanismos de ascensão utilizados pelos negros: o casamento interracial, principalmente entre o homem negro e a mulher branca, o apadrinhamento de indivíduos negros por famílias brancas e o embranquecimento, referindo-se à adoção de valores e comportamentos ou relacionamentos identificados como brancos.

As minhas observações sinalizam para certo esgotamento da utilização dessas estratégias pelos negros em ascensão. Dentre os vinte informantes, foram observados apenas oito casos de casamentos interraciais. É possível que na entrevista alguns parceiros tenham sido “enegrecidos”, em razão do conhecimento prévio que eles tiveram acerca dos objetivos da pesquisa. Ainda assim, considero bastante significativo que 60% afirmassem ter casado com negros. A dificuldade de tratamento dessa questão, durante as entrevistas, não permitiu um maior aprofundamento. Contudo, os depoimentos se mostraram importantes ao evidenciar que os casamentos se realizaram no início da carreira, dentro do próprio segmento de classe e em ocasiões sociais propícias à formação dessas alianças.

Destacou-se o fato de os homens continuarem casados com as mesmas parceiras, enquanto, entre as dez mulheres entrevistadas, apenas três permaneceram casadas. As demais (seis) eram divorciadas e uma delas nunca se casara, denotando existência de dificuldades para as mulheres negras,

que ascendem socialmente, manterem vínculos afetivos mais duradouros, como sugerem os depoimentos seguintes.

Há dificuldade de encontrar parceiro, sim... A grande parte dos homens negros ainda está no patamar da sobrevivência. Eu tenho amigas negras com a vida organizada, que estão sem namorado há um monte de tempo. Elas não dividem uma conta com um homem negro, como se isso fosse motivo de espoliação, e me criticam. O meu namorado atual estuda e eu pago a Faculdade. Se eu partir do princípio de que só vai me interessar um homem negro bem sucedido, que ganhe mais do que eu, vou ficar sozinha... (risos). Eu tenho minhas carências afetivas, então, eu pago mesmo. Ainda mais na minha idade. (ANAMEIRE)

Fiquei casada dez anos, com um homem de nível de escolaridade menor, e não deu certo. Os homens em geral não têm cabeça pra aceitar uma mulher que tenha uma melhor posição do que eles, então eu já descartei a possibilidade de outro relacionamento (...). (NORMA)

As famílias construídas apresentavam marcantes diferenças em relação aos seus núcleos de origem, especialmente no que se refere aos recursos culturais e econômicos dos chefes da família. Ambos os cônjuges achavam-se integrados no mercado de trabalho formal e possuíam maiores ganhos de escolaridade – seja em anos de estudo ou em qualidade da educação recebida. A maior autonomia da renda possibilitou-lhes a elaboração de projetos familiares, como a aquisição de bens e a melhoria do padrão educacional. A limitação do número de filhos e o menor número de dependentes reduziram a diluição dos recursos familiares, aumentando as possibilidades de que os filhos mantenham ou ultrapassem a mobilidade social alcançada.

Outro aspecto importante no comportamento dessas famílias diz respeito à orientação dos filhos para lidarem com as questões raciais. Embora presentes no dia-a-dia de cada um dos membros, as narrativas explicitavam uma espécie de recusa em discutir essas questões abertamente junto aos filhos. As orientações eram fornecidas apenas à proporção que os problemas apareciam, como se os pais estivessem pretendendo não antecipar a consciência racial dos filhos. Falavam o quê?

Eram frequentes as expressões de desconforto em relação as minhas perguntas: Como é tratada a questão racial no seu meio familiar? Que tipo de conversação ou atitudes você adota com seu filho em relação ao racismo e à discriminação racial? As respostas, em geral, eram sempre

negativas, além de curtas, a exemplo de: “Nós nunca conversamos sobre isso”. Expressavam também uma leve tensão, para que o assunto não se estendesse, indicando ser esse um “tema delicado” no trato com esse tipo de informante. Muito frequentemente eles desviavam o assunto para outro tema, ou mesmo autoafirmavam-se em comportamentos ideais, mais parecendo uma tentativa de dar respostas que me causassem boa impressão.

Apesar do emaranhado de incoerências, contradições e ambivalências, o que se pode notar é que esses pais terminaram produzindo uma nova e positiva feição de família negra. Seus filhos, mesmo com a vasta convivência em meios de classe média, interagindo com indivíduos brancos, se autodeclaravam como negros - inclusive aqueles de pele mais clara, frutos de casais mistos. Esses jovens diferiam dos pais, que, no passado, preferiam autorreferirem-se como pardos ou morenos, ainda que pelos seus caracteres fenotípicos outros indivíduos tendessem invariavelmente a classificá-los como negros.

O LOCUS DA MORADIA E O LUGAR NA SOCIEDADE

A ascensão social deu impulso às migrações residenciais e estas se direcionaram para bairros nobres da orla de Salvador ou seu entorno. Trata-se de redutos da cidade, cujo fato de morar ali confere significados materiais, mas também ganhos simbólicos aos seus moradores - desde a melhor qualidade na infraestrutura de serviços urbanos, como a proximidade do lazer praiano, maior conforto das moradias, assim como a vizinhança de indivíduos das classes médias e alta, como expressa um informante: “aqui em Salvador o lema é: fale onde mora e eu digo quem você é”.

Em investigação junto a segmento das camadas médias do Rio de Janeiro, Velho (2002) observou que, no imaginário dos moradores de Copacabana, a sociedade não estaria dividida entre pobres e ricos. Esta era, principalmente, hierarquizada entre aqueles que moravam em bairros tradicionais e bairros periféricos. Nessa perspectiva, o lugar de moradia faz referência ao lugar do indivíduo na sociedade. Assim, transportando tal representação para Salvador, um morador do Pero Vaz e outro de Ondina seriam inconfundíveis, pois suas identidades sociais estariam vinculadas ao bairro em que moram.

Com efeito, negros que residem nos bairros da orla de Salvador desfrutam de espaço privilegiado e estilo de vida distinto dos seus pares raciais. Estão mais assistidos pelo poder público em termos de equipamentos urbanos, partilham a vizinhança com indivíduos de pele mais clara e de

similaridades nas condições sociais. A moradia nessas zonas mais nobres da cidade abre caminhos para uma nova escala de vivências, apresentando, também, aspectos traumáticos para eles.

Não é raro que sejam submetidos a ações de racismo, ou confrontados com estereótipos que marcam os pertencentes ao seu segmento racial. São confundidos com porteiros, empregadas domésticas e lavadores de carro em seus próprios domicílios. Num caso extremo, uma carta anônima com ofensas racistas e ameaças foi deixada sob a porta de uma das informantes, motivando-a a mover uma ação, junto ao Ministério Público, fato que aponta para uma nova postura dos negros das camadas médias, de tornar pública a intolerância contra atos de racismo.

Situações de preconceito racial envolvendo negros que ascenderam socialmente não são raras na esfera social, porém poucas delas são dadas a conhecer. Suas vítimas tendem a evitar a divulgação de tais atos, temendo expor-se em relação a essas situações, certamente acreditando que seu destaque poderia provocar um sofrimento individual ainda maior, com possíveis repercussões na vida social e profissional. A atitude de não se expor pode, também, representar uma estratégia para evidenciar a diferença do sujeito em relação ao "negro massa"²².

Não são poucos os casos de pessoas negras que afirmam ter sido paradas, sem qualquer motivo, por forças policiais. Quando dentro de um carro de luxo ou ostentando sinais de riqueza, eles tornam-se alvos de suspeita, tanto da população como também de policiais, indicando que a ascensão econômica ou cultural dos negros não os isenta da discriminação, ainda que esta, por vezes, mostre-se de uma forma diferente daquela que atinge os negros de condição mais baixa. É sempre mais sutil quase imperceptível para alguns, mas nem tanto para suas vítimas.

EXPLORANDO AS QUESTÕES IDENTITÁRIAS

Todos os entrevistados afirmaram-se como negros, significando socialmente o termo ao proferi-lo como uma categoria política que fazia referência não apenas a pessoas de uma origem comum, ou que compartilhavam

22. Não podemos esquecer, que esses indivíduos provêm de uma socialização familiar em cuja educação estimulavam-se as atitudes acomodadoras ou de silenciamento ante conflitos relacionados à questão racial. "*Não se exponha*", "*A corda sempre parte do lado do mais fraco, portanto, evite discussões*"; "*Não vá pela cabeça dos outros*" são expressões utilizadas nesse contexto.

determinados aspectos fenotípicos, mas, sobretudo, que se percebiam como grupo discriminado na sociedade. Expressavam a consciência de pertencimento a um grupo que necessitava se organizar para ocupar espaços sociais, mas também aumentar a visibilidade e mudar a imagem perante a sociedade.

Os relatos mostram que eles nem sempre foram assim. Na adolescência, rejeitavam o termo para se autodefinirem, “pois era inferiorizante”. Tal reversão de atitude expressa a conotação positiva que o termo negro passou a ter nesses últimos dez anos, em que a sociedade brasileira vem experimentando uma maior abertura para a questão racial. Há uma maior afirmação simbólica dos negros no país, e uma pequena, mas sensível, inflexão no padrão estético vigente, com o surgimento de revistas voltadas exclusivamente para essa população e a presença em comerciais e novelas.

As sucessivas pressões da militância negra fizeram com que uma série de políticas públicas voltadas para a inclusão social dos negros fosse desenvolvida pelo Estado, e isso é algo que parecia muito pouco provável há menos de 30 anos, período em que a maioria dessas pessoas iniciava sua vida adulta²³.

Cabe lembrar que os informantes diferenciam-se da massa dos negros por ocuparem posições socialmente valorizadas, que lhes permitem o acesso a espaços geralmente franqueados a uma elite econômica e cultural. Possuem formação superior, bem como padrões de renda e consumo mais elevados. Ainda que as classes sociais não se distingam apenas pela posse (ou não) de bens²⁴, no Brasil a renda familiar é considerada um referencial importante para pensar as classes sociais²⁵.

A esse respeito, valeria retomar aqui a discussão efetuada por Figueiredo (2002), ao considerar inadequada a expressão “classe média negra”, na referência a esses indivíduos. Em suas ponderações, ela alega que estes não constituem um grupo hegemônico com interesses específicos de classe vinculados à identidade racial. De fato, a mobilidade individual dessas pessoas dificulta a consolidação de uma classe média negra, de modo que elas não chegam a constituir ações coletivas, em defesa de interesses do

23. Os dados da Pnad mostram que de 2005 para 2006 aumentou, em 1,34 milhão, o número de pessoas que se declaram de cor preta, ou seja, passou de 11,5 milhões de pessoas para 12,9 milhões.

24. A esse respeito, ver os estudos de Bourdieu (1983, p. 82) demonstrando a importância da reprodução dos privilégios familiares.

25. Neri, (2011).

grupo e com fundamento na identidade negra. Por outro lado também não compartilho da ideia de Figueiredo (2002) de que o termo “negro de classe média” melhor se adequa para nos referirmos aos negros que experimentam uma mobilidade social ascendente.

A meu ver, a categoria “batalhadores”, criada por Souza (2012), parece melhor se adequar à categorização desses indivíduos, na medida em que eles tiveram suas vidas marcadas pela ausência de privilégios de nascimento, como o capital cultural (nas suas mais diversas formas) que caracterizam as classes: média e alta. Para Souza, a produção do indivíduo - tanto como membro de uma classe quanto da singularidade possível nessa classe - é feita desde a mais tenra idade.²⁶ As heranças emocionais, cognitivas e afetivas são, sempre, uma herança familiar e, portanto, uma herança de classe.

De fato, embora o destino possa mudar em uma ou outra fase da vida, essa mudança é sempre limitada e, mesmo quando ela é possível, mostra o rastro de onde se veio. Se tomarmos como exemplo um professor universitário iniciante e um trabalhador qualificado na indústria, de origem proletária, em que ambos recebem 7 mil reais mensais, as escolhas dessas duas pessoas vão ser, com muita probabilidade, bastante distintas: o/a parceira que escolhem, as amizades, o tempo de lazer, as roupas que compram, o padrão de consumo ou os livros que leem.

É interessante notar que, embora sejam frequentemente denominados como “classe média”, em face de certos atributos, como estilos e gostos, nível de renda e consumo, ou mesmo vestimentas e adereços, nenhum dos entrevistados se definiu como tal. Questionados sobre a identificação de classe, sempre davam a entender que preferiam não falar sobre isso, como se referiu um deles. “Essa é uma questão muito complicada”. Quando tal autoclassificação escapava, era quase sempre acompanhada de uma ressalva em relação aos “ricos”, considerados pela posse de bens, pelo estilo de vida derivado de suas condições econômicas ou pela tradição familiar, tal qual observou Soares (2004). A referência de “classe média” era sempre atribuída a “outros” ou a algo externo, nunca em referência a si próprios ou aos seus familiares: “os amigos classe média dos meus filhos”, “o apartamento que a gente mora é num prédio de classe média”

26. Refiro-me aos modelos que incorporamos inconscientemente, de como agir, reagir, refletir ou não refletir, gostar ou não gostar, que irão nos moldar em, literalmente, todas as dimensões da vida desde o tipo de roupa ou de comida de que se gosta ao tipo de parceiro sexual em relação ao qual se sente desejo.

etc., denotando também uma espécie de resistência em atribuírem-se tal classificação.

A dificuldade em autorreferenciar-se como classe média já havia sido registrada por outros autores, o que pode configurar um comportamento típico dos negros que ascendem socialmente²⁷. Nesse caso, caberia, então, indagar: O que significaria o fato de os sujeitos furtarem-se a admitir o pertencimento à classe média? Afinal, eles são assim referenciados por alguns pesquisadores e também pela mídia, seja em função da renda familiar e do consumo mais elevados ou, também, pelo estilo de vida que ostentam. Os estudos de Hasenbalg (1983) podem ajudar a pensar essa questão, ao demonstrarem que a precariedade é um caráter que singulariza a trajetória dessas pessoas e que, mesmo transpondo os obstáculos e conseguindo ultrapassar a linha das ocupações manuais, esses negros encontram fortes impedimentos para transmitir às gerações seguintes as posições por eles alcançadas. Por exemplo, em relação aos brancos, a reduzida quantidade de negros que consegue transpor essa linha encontra na geração dos filhos uma maior possibilidade de descenso na direção das ocupações manuais.

O fato de não se autoatribuírem a condição de classe média pode ser consequência de se perceberem com certa fragilidade nessa situação de classe e uma efetiva insegurança em relação ao futuro. Por exemplo, havia uma consciência generalizada entre os entrevistados de que a socialização dos resultados financeiros decorrentes da mobilidade não significava acumulação de riquezas no mesmo nível dos brancos, na medida em que, atrás de cada um desses sujeitos, havia normalmente uma família ou grupos de pessoas dependentes deles, na maioria das vezes, parentes de primeiro grau.

É importante lembrar que essas pessoas descendem de trabalhadores manuais e, em geral, as únicas a experimentarem esse tipo de mobilidade no grupo familiar. Constituem a primeira geração a ascender socialmente, portanto não foram socializados em ambientes de classe média. São precários os laços desenvolvidos no interior desse estrato social, vez que a nova condição de classe foi consolidada em um curto espaço de tempo

27. Hasenbalg¹(1983), em um estudo com estratos médios da população negra do Rio de Janeiro, verificou que somente 20% dos entrevistados se autotransferiram como classe média. Barcellos (1996) também constatou que, embora estivessem conscientes de possuírem um padrão de vida muito mais elevado do que a maioria dos negros, seus entrevistados furtavam-se a admitir essa classificação, pois tinham como referencial a classe média branca e a pressuposição de que ainda faltava muito para “chegar lá”.

- de apenas uma geração. Embora o breve período promova mudanças nos padrões individuais de comportamento e consumo, isso parece não ser suficiente para alterar radicalmente práticas e referenciais simbólicos que marcam a condição anterior. Não compartilham a mesma visão de mundo daqueles que já ocupavam a classe. Numa alusão a Bourdieu, não foram submetidos, desde a mais tenra idade, ao mesmo *habitus* de classe.

Podemos afirmar que eles têm marcantes diferenças em relação aos “estabelecidos”, numa alusão a Elias & Scotson (2000, p. 20), que assim se referem para caracterizar grupos consolidados, cujas pessoas se veem (e são vistas) como “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal ou de uma virtude específica, compartilhada por todos os seus membros, e que falta aos “outros”.

Com efeito, desde o processo de proletarização dos negros, no início do século XX, até os dias atuais, apenas alguns deles conseguiram ultrapassar a “barreira da cor”, alcançando posições de prestígio na sociedade brasileira, portanto, não houve no país a ascensão social de grupos de negros. A mobilidade deles sempre teve um caráter individual, e a maior parte ainda está confinada nos estratos mais baixos da estrutura social. Não herdaram bens imóveis ou outro tipo de realizável financeiro, sobrevivem exclusivamente do salário e, dada a ascensão isolada no conjunto familiar, esse rendimento, via de regra, ainda supre carências financeiras de outros parentes.

Cabe aqui uma digressão, para chamar a atenção para o fato de que, como já mencionado anteriormente, os entrevistados eram servidores do quadro de carreira de instituições públicas e possuía estabilidade no emprego, condição que os tornava menos expostos às constantes ameaças de desemprego no mercado de trabalho. Ocupavam cargos de prestígio e auferiam rendas equivalentes ao teto salarial dos servidores públicos, portanto, muito acima da média salarial da classe trabalhadora. Desfrutavam de uma condição econômica que possibilitava a realização de determinados sonhos materiais, como dar conforto e segurança à família, promover a inserção deles no espaço social da classe média e o acesso a cenários do mundo dos brancos.

Possuíam formação educacional mais avançada que a maioria dos negros e seus filhos já estavam encaminhados rumo à universidade (alguns até já haviam concluído pós-graduações), demonstrando que esses pais, ao menos, já haviam transmitido o status educacional aos descendentes, ainda que o mesmo não se pudesse assegurar no que se refere ao status ocupacional; até porque esses jovens ainda se encontravam em início de suas carreiras profissionais - muitos ainda encontravam-se fora do mercado formal de

trabalho, desempregados ou mesmo exercendo atividades precárias. Apenas três desses jovens atuavam regularmente em suas profissões (dois eram professores e, um, promotor público) e não mais habitavam com os pais.

A singularidade do grupo de informantes estaria justamente no fato de que eles se distanciaram socialmente do “negro massa”, mas também do branco pobre. Adquiriram maior capital escolar, econômico e cultural, desfrutaram de um melhor poder aquisitivo, como também construíram um estilo de vida equivalente aos dos indivíduos da camada média, em termos de moradia, consumo, lazer e escolaridade. Entretanto, a integração no “mundo branco” apresenta-se-lhes como uma tarefa complexa. Experimentam o sentimento de “fora de lugar”, como refere Silva (2001). Nos termos de Simmel, poder-se-ia denominá-los de “estrangeiros”. Percebem-se “tolerados”, em oposição a serem aceitos, e suas posturas de “reservas”, parecem dar significado a não se sentirem totalmente integrados ou, em outras curtas palavras: sentem-se sós.

A recusa dos entrevistados em referenciar-se como classe média permite, também, refletir sobre o significado da ascensão social dos negros, no tocante à socialização dos resultados financeiros dessa ascensão. Atrás de cada um desses sujeitos, existe uma família ou grupos de pessoas dependentes deles, na maioria das vezes, parentes de primeiro grau, o que significa maiores dificuldades para acumulação de riquezas em nível similar ao de outros pares de diferentes etnias.

No que se refere à autoidentificação como membros de uma classe social, pode-se dizer que os sujeitos encontram-se em processo de formação identitária, buscando para si, e para seus descendentes, formas de relações, políticas e estilos de vida vinculados a um padrão de consumo diferente das condições de vida dos seus pais. Reconhecem-se como negros provenientes de um estrato social específico, parte de um grupo reduzido que, individualmente, conseguiu mobilidade social. Isso se mostra significativo na proporção em que, em épocas passadas, não havia possibilidade do autorreconhecimento desses pares como um grupo de negros, mas de pardos ou morenos ou evitamento de qualquer menção às características raciais. Eles também percebem certa incipiência e instabilidade dessa ascensão individual, construída sobre bases nem sempre fortes o suficiente para fazer face às específicas e variadas dificuldades que se apresentam para a manutenção na posição em que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao aproximar-me do universo dessas pessoas, compartilhei de momentos de extrema sensibilidade e percebi que a realidade delas é muito mais

complexa e acidentada do que eu poderia imaginar. Migraram de classe no curto espaço de uma geração, experimentando uma ascensão social sem precedentes do ponto de vista sócio-racial nas instituições em que atuam como também no próprio meio familiar.

No contexto brasileiro, surpreendem pela ausência de suportes em coletivos sociais, em atributos de riqueza ou status de família. Travaram lutas por vezes cruéis no enfrentamento de situações preconceituosas e discriminatórias, que nunca apareciam sob a forma de uma hostilidade e agressão explícita, mas que sempre estiveram presentes enquanto discurso, falando pelo silêncio, gesto, comportamento, tom de voz e, até mesmo, por certas formas de tratamento diferenciais que eram reservados a esses indivíduos enquanto autoridades públicas. Por isso, desenvolveram a estratégia de calar o racismo, adotando o passar por cima, o fingir não entender e o desvelar-se para sobreviver nos grupos.

Distinguiram-se e distanciaram-se da “massa dos negros”, construindo um estilo de vida nos moldes da classe média, mas não lograram uma perfeita integração ao “mundo dos brancos”. Convivendo dentro de um leque restrito de relações, são levados a experimentar o sentimento de “fora de lugar” e a solidão étnica decorrente da falta de pares sócio-raciais, para compartilhar experiências vivenciadas silenciosamente.

Muitos desses negros não se posicionam frontalmente contra o racismo em seu cotidiano, o que parece não significar uma alienação ou uma ingênua visão de como se dão as relações raciais no Brasil. Mesmo que algumas formas de comportamento possam parecer conformismo e individualismo, entendo que elas precisam ser compreendidas na dimensão da existência dessas pessoas, nos contextos sociais que vivenciaram e nas formas como foram e são vistas em nossa sociedade.

No que pude perceber, eles terminam gerando uma forma singular de identidade, construída na individualidade e sem um suporte comunitário. Prescindiram da comunidade étnica ao seu redor e construíram um coletivo simbólico que não gera unidade entre si, pois a isolada mobilidade e a dispersa localização no âmbito de diversas instituições dificultam a aproximação entre esses negros como também qualquer tipo de mobilização.

Há que se pensar que essas pessoas se projetaram há muito pouco tempo, não se podendo esperar delas articulações parecidas àquelas manifestadas em grupamentos sociais mais estabilizados, onde as pactuações, mais do que uma reação à ameaça ao status de classe média ascendente, é uma estratégia coletiva de sobrevivência. Individualmente, elas manifestam um sentimento de repúdio à discriminação racial, contudo, não há evidências de

adoção de radicalização de comportamentos ou formação de organização coletiva voltada ao seu enfrentamento, como ocorreu em torno dos anos de 1930 e finais dos anos 1970, especialmente no sul do país.

A não ser a formação de redes centradas em torno da celebração de momentos marcantes na carreira de cada um, não há referência a algum coletivo social ou político relacionado a esses negros de classe média. Em verdade, eles têm sentimentos coletivos, mas, quando criam estratégias, estas são individualistas e individuais, talvez por temerem que as estratégias coletivas possam criar mais obstáculos que vantagens, mais adversários que aliados.

Abordar as histórias desses negros que ascenderam no serviço público, o contexto em que estas se desenvolvem estudar as questões raciais nelas envolvidas e implicações que cercaram a vida dessas pessoas foi um exercício que me exigiu muito mais que dedicação. Cobrou-me um profundo respeito, ouvido atento, compaixão, cuidado e, sobretudo, muito responsabilidade no tratamento aos depoimentos a mim confiados. Em muitas delas me reconheci. Fui tomado por surpresas, estranhamentos e até tristezas. No entanto, também vibrei de alegria com muitas das conquistas relatadas e que me remeteram a minha própria história.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. **Novos status e outros novos negros**: questões de identidade entre trabalhadores baianos. (mimeo) comunicação apresentada em outubro de 1990, ao Encontro anual da ANPOCS. Caxambu.

_____. (1992) Etnopolítica – a dinâmica do espaço afro-baiano. **Estudos Afros Asiáticos**, Salvador, n. 22, p. 99-115, set.

AZEVEDO, Thales de. (1996) **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social, classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: Edufba.

BARCELLOS, Daisy M. de. (1996). **Família e ascensão social de negros em Porto Alegre**. Tese (Doutorado), PPGAS Museu Nacional UFRJ, Rio de Janeiro, datilo.

BARDIN, Laurence. (1979). **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta.

BOSI, Ecléa. (2006). **Lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras.

BOURDIEU, Pierre. (1983), **Gostos de classe e estilos de vida**. In: ORTIZ, Renato (org.), Bourdieu (Coleção grandes cientistas sociais), nº. 39. São Paulo: Ática.

CASTRO, Nádia A.; BARRETO, Vanda S. (1992). **Os negros que dão certo**: mercado de trabalho, mobilidades e desigualdades raciais. (mimeo), apresentada ao XVI Encontro ANPOCS. Caxambu.

_____. (1998). **Trabalho e desigualdades raciais**: hipóteses desafiantes e realidades por interpretar. In: _____ Barreto, Vanda S. **Trabalho e desigualdades raciais**. São Paulo, Anablume.

- _____.; GUIMARÃES, Antônio S. (1993). Desigualdades raciais no mercado e nos locais de trabalho. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24. Rio de Janeiro: CEEA.
- COTTA, Elaine; NICÁCIO, Adriana. (2006) **Negros na elite: participação de afro-descendentes nas classes A e B sobem de 9% para 15%**. IstoÉ Dinheiro, n.455, p. 30-34. São Paulo: Editora Três. 07 jun.
- DA MATTA, R. (1974), **O Ofício de Etnólogo ou Como ter Anthropological Blues**. In Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro.
- DUALIBI, Julia; BORSATO, Cíntia. (2008) **Ela empurra o crescimento**. Revista VEJA. São Paulo. n. 2054. 2 abr.
- FERNANDES, Florestan. (1965). **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia Editora Nacional.
- _____. (1972). **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- FIGUEIREDO, Ângela. (2002). **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador**. São Paulo: Annablume.
- _____. (2003) **A classe média não vai ao paraíso: trajetórias, perfis e negritude entre os empresários negros**. Tese Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- FREYRE, Gilberto. (1968). **Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1999). Casa Grande & Senzala. São Paulo: Record.
- FRIEDLANDER, David et al. (2008) **A nova classe média do Brasil**. Revista Época, São Paulo. 11 ago.
- GUIMARÃES, Antônio S. et al. (1995). **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1995). **A ilusão do atalho: experiência operária da pequena burguesia**. In: Guimarães Antônio S et al. **Imagens e identidades do trabalho**. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1999). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34.
- _____. (2002). **Raça, classes e democracia**. São Paulo: Editora 34.
- HASENBALG, C. (1979) **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. **Anotações sobre a classe média negra no Rio de Janeiro**. Revista de Antropologia, n. 26, 1983.
- _____. **As desigualdades raciais revisitadas**. Revista Ciências Sociais Hoje, n. 2, São Paulo: Anpocs, 1983.
- _____. (1987) **Desigualdades sociais e oportunidades educacionais. Raça negra e educação**. Cadernos de Pesquisa. n°. 63, p.19-24. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nov.
- _____. (2003) **A distribuição de recursos familiares**. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. (orgs.) **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks.

- _____. (1988) **Raça e mobilidade social**. In: _____; VALLE SILVA, Nelson do. (Org.). *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: IUPERJ.
- IANNI, Octavio. (2004). **Dialética das relações raciais**. *Estudos Avançados*. v.8, n.50, p.21-30. São Paulo: USP.
- _____. (2004). **O preconceito racial no Brasil - Entrevista com Octavio Ianni**. *Estudos Avançados*, v.8, n.50, p.06-20. São Paulo: USP.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.
- JUNIOR Cirilo. (2009) **Crise econômica não afeta expansão da classe média, aponta FGV**. Folha de S. Paulo. São Paulo. 09 set.
- OSORIO, Rafael G. (2003). **Mobilidade social sob a perspectiva da distribuição de renda**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Sociologia. Brasília: UNB.
- _____. (2006). **Desigualdades raciais e de gênero no serviço público civil**. Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho.
- PAIXÃO, Marcelo. (2003). **Destino manifesto: estudo sobre o perfil familiar, social econômico dos empreendedores (as) afrobrasileiros (as) do final dos anos 1990**. Brasília: PNUD.
- NERI, Marcelo. (2011). **A Nova Classe Média – o Lado Brilhante da Pirâmide**. Rio de Janeiro: Saraiva.
- PEREIRA, João B. B. (1983). **Negro e cultura negra no Brasil**. *Revista de Antropologia*.
- _____. (2001). **Cor, profissão e mobilidade: o negro e o rádio de São Paulo**. São Paulo: EDUSP.
- SANTANA, Ivo de. (2009). **À margem do centro: ascensão social e processos identitários entre negros de alto escalão no serviço público – o caso de Salvador**. Tese (Doutorado em C. Sociais) – PPGCS. Salvador: UFBA.
- _____. (1999). **Executivos negros em organizações bancárias de Salvador: dramas e tramas do processo de ascensão social**. *Revista Afro - Ásia*, n.23, p.199-240. Salvador.
- SANTOS, Tereza J. C. dos. (2003). **Trajetórias de professores universitários negros em Mato Grosso**. (mimeo). 26ª reunião anual da ANPED - Grupo de estudos afro-brasileiros e educação. Poços de Caldas, set.
- SARAIVA, Alessandra. (2008). **Renda dos 10% mais pobres cresce em ritmo chinês. O Estadão**. *Caderno de Economia*. São Paulo. 22 set.
- SILVA, Márcia Regina de Lima. (2001). **Serviço de “branco”, serviço de “preto”. Um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano**. (mimeo). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IUPERJ. – UFRJ. Rio de Janeiro.
- SIMMEL, Georg. (1983). **O estrangeiro**. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*, vol. 34. São Paulo: Ática.
- SOARES, Reinaldo S. (2004). **Ascensão e identidade negra em Salvador**. *Revista USP*, n.63. São Paulo: USP.

- _____. (2004). **Negros de classe média em São Paulo: estilo de vida e identidade negra.** (mimeo). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH. São Paulo: USP.
- SOUZA, Jessé. (2012). **Os Batalhadores Brasileiros: Nova classe média ou nova classe trabalhadora?** Belo Horizonte: Editora UFMG.
- VELHO, Gilberto. (2002). **A utopia urbana: um estudo de antropologia social.** Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2003). **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2004). **Individualismo e cultura: notas para uma antologia da sociedade contemporânea.** Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. KUSCHNIR, Karina (orgs.). (2003), **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Zahar.
- VALLE SILVA, Nelson do. (1979). **As duas faces da mobilidade.** Rio de Janeiro: Dados.
- _____. (1988). **Cor e o processo de realização sócio-econômica.** In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do. (Org.). **Estrutura social, mobilidade e raça.** Rio de Janeiro: IUPERJ.
- _____. (2000). **Cor e mobilidade ocupacional.** In: PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. **Mobilidade social no Brasil.** São Paulo: Makron.

INSTITUIÇÕES DE CONTROLE EXTERNO, ESTABILIDADE DEMOCRÁTICA E ACCOUNTABILITY NO BRASIL, CHILE E URUGUAI

Diego de Freitas Rodrigues

Professor da Faculdade Integrada Tiradentes. E-mail: diegofreitas@gmail.com.

Alessandra Guimarães Soares

Doutoranda em Ciência Política pela UFSCar. E-mail: aleguisoares@gmail.com.

Mônica Sodré Pires

Doutoranda em Relações Internacionais pela USP. E-mail: monsodre@gmail.com.

RESUMO

Entendemos que a existência de controles externos aos governos, associada à estabilidade política, é um dos resultados da qualidade democrática. A necessidade de responsividade ocorre sob um cenário no qual os governantes, em teoria, elaboram suas políticas a partir das demandas dos cidadãos; e a estabilidade política permite não somente a criação, mas também o aprimoramento das instituições de controle por parte daqueles. A despeito disso, a corrupção tem efeitos sociais corrosivos que minam a habilidade governamental de promover serviços básicos. A partir deste cenário, o objetivo deste trabalho foi comparar o desenvolvimento dos modelos institucionais de controle externo no Brasil, Chile e Uruguai, após suas democratizações, e avaliar se a estabilidade democrática apresenta relação direta na institucionalização de mecanismos de accountability nos três países.

PALAVRAS-CHAVE: Estabilidade Política. Accountability. Corrupção. Controle Externo.

ABSTRACT

We believe that the existence of external controls governments associated with political stability is a result of democratic quality. The need for responsiveness occurs under a scenario in which the rulers in theory prepared their policies from the demands of citizens, and political stability allows not only the creation, but also enhancement of the control institutions. Nevertheless, corruption has corrosive social effects that undermine the ability of government promote basic services. Beginning this scenario, the objective of this paper was to compare the development of institutional models of external control in Brazil, Chile and Uruguay, after their democratizations, and assess whether

democratic stability has directly related on institutionalizing accountability mechanisms in the three countries.

KEYWORDS: *Political Stability. Accountability. Corruption. External Control.*

RESUMEN

Creemos que la existencia de controles externos de los gobiernos asociados a la estabilidad política es el resultado de la calidad democrática. La necesidad de una capacidad de respuesta se produce en un escenario en el que los gobernantes, en teoría, formulan sus políticas en virtud de las demandas de los ciudadanos; y la estabilidad política permite no sólo la creación, sino también la mejora de las instituciones de control de su parte. Sin embargo, la corrupción tiene efectos sociales corrosivos que debilitan la capacidad del gobierno para promover los servicios básicos. A partir de este escenario, el objetivo de este estudio fue comparar el desarrollo de modelos institucionales de control externo en Brasil, Chile y Uruguay, después de su democratización, y evaluar si la estabilidad democrática está directamente relacionada con la institucionalización de los mecanismos de accountability en los tres países.

PALABRAS CLAVE: *Estabilidad Política. Accountability. Corrupción. Control Externo.*

INTRODUÇÃO

Segundo O'Donnell (1998), muitos países tornaram-se democracias políticas/poliarquias nas últimas décadas e, embora à maioria estejam assegurados mecanismos considerados como de *accountability* vertical, como a existência de eleições livres e regulares e a possibilidade de os cidadãos poderem expressar livremente suas opiniões e reivindicações, os mecanismos de *accountability* horizontal ainda são frágeis, e uma evidência dessa fragilidade são os inúmeros e recorrentes casos de corrupção. Dada maior debilidade na *accountability* horizontal, maior a fragilidade institucional diante da corrupção, especialmente porque seus danos se compartilham em aspectos econômicos (onde geram, por exemplo, insegurança ao investimento privado), sociais (por exemplo, ao elevar o custo de acesso aos serviços públicos e reforçando a desigualdade social) e institucionais (estimulando a instabilidade governamental e fragilidade das instituições políticas).

Powell (2007) considera que a responsividade democrática ocorre sob um cenário no qual os governantes programam as políticas que os cidadãos querem. Consideramos que os problemas fundamentais sobre

accountability vertical e horizontal são acolhidos na esfera das instituições políticas democráticas, na maneira com a qual essas instituições podem proporcionar mecanismos de controle dos representantes. Esses meandros institucionais dependem de um quadro institucional muito próximo daquele oferecido por Dahl (2005) para regimes poliárquicos e que contém o princípio da *responsabilização*.

Já Moreno *et al.* (2003), contemplam a responsabilização enquanto um ato de *delegação*. Essa perspectiva sustenta-se no modelo *principal – agente* e na premissa de que as instituições *definem* a relação *principal – agente*. Um ponto importante para cimentar essa percepção é que a relação entre *principal* e *agente* alicerça-se como condicional, fundamentada na possibilidade de destituição do *agente* pelo *principal* (fundamento da *accountability*). Contudo, os autores reforçam a percepção que a relação *principal – agente* é vertical em sua constituição fundamental. Outro reflexo é a complexidade que o desenho institucional pode gerar na capacidade que o *principal* terá de punir o *agente* por meio das eleições. Os autores consideram a *accountability horizontal* como diretamente vinculada à qualidade da *accountability vertical*. O pressuposto que tomam é o de que o *problema da delegação é o eixo central ao debate em torno da accountability*.

De acordo com Alonso e Garcimartín (2011), a corrupção poder ser vista como uma anomalia no espaço mais amplo da relação entre *principal-agente*. No caso, um *principal* que decide o que deve fazer com recursos e oportunidades, e um *agente* que tem controle efetivo sobre esses recursos e oportunidades e também possui condições de impor sua vontade. Uma das explicações para esse cenário é que o marco institucional – ao qual se situa essa anomalia – é não somente inadequado por não dar suporte às penalizações (pouco transparente), mas também porque seu grau tanto de legitimidade e eficácia em exercer controle é baixo.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a corrupção configura-se como um fenômeno complexo, de abrangência social, política e econômica que afeta todos os países ao redor do mundo. As definições sobre corrupção são várias e adotamos nesse trabalho o entendimento de que, de maneira genérica, o ato corrupto pode ser classificado como o aproveitamento da função ou poder público para fins privados. Em suma, o fenômeno desvia recursos destinados ao desenvolvimento, mina a habilidade governamental de promover serviços básicos, fomenta a desigualdade e desencoraja o auxílio externo e o investimento, retardando o desenvolvimento

econômico, aumentando a instabilidade política, corroendo as instituições democráticas e deslegitimando a burocracia (KAUFMANN *et al.*, 2007).

Retomamos o problema da responsabilização: a baixa *accountability*, especialmente a horizontal gera, portanto, um cenário que tem por consequência o estímulo de fragilidades institucionais nos mecanismos de controle interno e externo, fundamentais para o melhoramento da administração pública e para a qualidade democrática e, portanto, de combate e redução da corrupção. Desta forma, um dos efeitos políticos mais diretos desse cenário é a baixa institucionalização de mecanismos de controle que assegurem maior controle e transparência governamental. No “melhor dos casos”, há lentidão na implementação de medidas institucionais preventivas de combate à corrupção, percebidos em muitos países da América Latina e, no caso específico de análise deste artigo, em países sul-americanos, devido, em muito a ausência de estabilidade política.

As crises institucionais (ausência de estabilidade política) que “assombraram” o subcontinente sul-americano depois da redemocratização não foram homogêneas e, para alguns países foram até mesmo ausentes, casos especialmente do Chile e do Uruguai e com menor intensidade no caso brasileiro. Neste artigo, consideramos como *crise institucional* a ameaça de ruptura ou colapso das regras e organizações do regime político (COUTINHO, 2008). Desta forma, consideramos que há uma relação de caráter endógeno entre a maior institucionalização de mecanismos de controle e a estabilidade política dos países, na qual a primeira variável depende diretamente da segunda. Trabalhamos neste artigo com a hipótese de que a instabilidade política impede a consolidação de um marco institucional eficaz, condição fundamental para a existência de instituições de controle num país.

Mas como mensurar essa relação de dependência entre maior institucionalização de mecanismos de controle e estabilidade política? Para efeito deste trabalho, buscou-se trabalhar principalmente com dois indicadores (de natureza subjetiva e de dupla direção) de corrupção na América Latina que utilizam critérios de estabilidade política para mensurar corrupção, a saber: World Bank (Worldwide Governance Indicators; Country Policy and Institutional Assessment) e Transparency International.

A partir desse cenário e considerando Brasil, Chile e Uruguai como países democráticos e com variações tão significativas no desempenho de indicadores de corrupção (do Brasil em relação aos outros dois países), a pergunta que orienta este trabalho é: qual a relação que se estabelece entre

estabilidade política e instituições de controle? Nosso principal objetivo foi comparar o desenvolvimento dos modelos institucionais de controle externo de dois países - Chile e Uruguai, considerados pela literatura especializada como avançados na institucionalização de mecanismos de controle e países estáveis politicamente - e do Brasil, considerado de *performance* mediana em ambas as categorias. O foco de investigação é analisar os modelos institucionais de controle externo e avaliar se a estabilidade política apresenta relação direta na maior institucionalização de mecanismos de *accountability*.

O artigo foi dividido em quatro momentos. Primeiramente, buscamos mapear, especialmente na literatura especializada de Ciência Política, trabalhos de investigação sobre o fenômeno da corrupção, a partir de definições usuais, suas causas e efeitos no tecido institucional dos países. Depois, buscamos primeiramente revisar, na literatura, as prerrogativas institucionais para uma maior *accountability* em regimes democráticos, considerando as instituições de controle como diretamente ligadas a mecanismos de *accountability* e, portanto, fundamentais à qualidade democrática de um país. No terceiro momento, vinculamos esse quadro à importância da estabilidade política para maior eficiência e legitimidade das instituições democráticas, especialmente através de indicadores de governança e controle da corrupção. Por fim, num tópico mais descritivo, relacionamos a estabilidade política ao desenvolvimento de instituições de controle externo no Brasil, Chile e Uruguai, no qual buscamos identificar diferenças entre os países nos arranjos e mecanismos de controle.

DEFINIÇÃO DE CORRUPÇÃO, CAUSAS E EFEITOS NO TECIDO INSTITUCIONAL DOS PAÍSES

A corrupção configura-se como um fenômeno complexo de causas, definições e efeitos variados e cujas interpretações não são consensuais por parte dos analistas. No caso brasileiro e de alguns países da América Latina, estamos habituados ao lugar comum que, ao analisar as causas do fenômeno, atribui separações poucos expressivas entre as esferas pública e privada, associada a uma orientação geral para a leniência, fatores que criariam um ambiente propício para a apropriação de uma pela outra com poucas possibilidades de punição.

As pesquisas sobre corrupção ganharam considerável fôlego no século XX e, de acordo com Filgueiras (2008), duas grandes agendas podem ser identificadas nos estudos: a primeira está relacionada à teoria da modernização e associa o mau funcionamento do sistema político à ideia de

subdesenvolvimento. A segunda agenda inaugurada nos anos 80,¹ adota premissas da escolha racional e do novo institucionalismo e distingue-se da primeira por conferir menos ênfase aos elementos da estrutura social, mais ênfase aos agentes políticos e suas posições frente à preferência em contextos específicos e ao chamar a atenção para os efeitos perversos da corrupção à economia.

Ainda de acordo com o autor, essa segunda agenda foi adotada, em especial, por instituições multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional para defender um tipo de reforma política e econômica do Estado. Por essa razão, sua abordagem sobre o fenômeno da corrupção se confunde com abordagens econômicas, com peso para as preferências individuais dos agentes de acordo com a sua racionalidade e capacidade de acumular utilidade. Em suma, essa abordagem aponta a necessidade de reformas institucionais que restrinjam os incentivos à corrupção, diminuam o papel da burocracia² e, no limite, auxiliem na consolidação da democracia.

Além dessas duas agendas identificadas pelo autor podemos considerar a existência de uma terceira, que qualifica a corrupção como fruto de desvios morais e de cultura política. Para além das questões institucionais, a corrupção floresceria em sociedades onde estivessem presentes determinadas características religiosas, de obediência à lei e confiança interpessoal. Nesse sentido, Power e González (2003) argumentam que o nível de corrupção em determinado país varia, essencialmente, em função do regime político adotado e do nível de desenvolvimento econômico, mas ressaltam que características culturais podem auxiliar nas explicações.

De acordo com Silva (1996), a principal dificuldade dos teóricos está em definir e classificar uma atividade cuja principal característica reside na ilicitude e na dissimulação. Segundo Seligson (2005), ao contrário do que ocorre com outros fenômenos institucionais, não há uma classificação uniformemente aceita para mensurar o fenômeno da corrupção. Há, até mesmo, uma ironia sobre a dificuldade de se mensurá-lo, como observa Tanzi (1998, p. 176):

-
1. Inaugurada com o trabalho de Rose-Ackerman – *Corruption: a study in political economy* (1978).
 2. Uma diminuição no papel das burocracias reduziria os monopólios existentes e, por consequência, reduziriam também a cobrança de subornos e a presença de propinas.

“si la corrupción pudiera ser medida, probablemente podría ser eliminada.” Apesar das dificuldades Klugaard (1997) a define como sendo: “el uso indebido de los ámbitos oficiales para la obtención de resultados no-oficiales, por lo general ventajas personales, aunque frecuentemente sólo para el beneficio de la propia empresa o partido político” (KLITGAARD, 1997, p. 252).

De todo modo, consideramos que é útil distinguir, minimamente, a classificação da corrupção em duas vertentes (que podem ocorrer no centro decisório da Administração Pública ou em diversos níveis do processo decisório): (1) a corrupção destinada a obter determinado serviço (*cost-reducing*) e a forma de corrupção destinada a ampliar o benefício (*benefit – enhancing*), derivada de uma determinada atividade. Dado esse cenário, existem dois tipos de indicadores de mensuração do fenômeno da corrupção: (1) *indicadores subjetivos* que trabalham com percepção ou experiências de agentes públicos e/ou privados; (2) *indicadores objetivos* que trabalham com denúncias e processos judiciais ou, então, diferenciais de preços nas compras ou serviços oferecidos pelo Estado.

Ambos os tipos de indicadores, entretanto, possuem fragilidades metodológicas. Primeiramente, não existem realmente indicadores político-institucionais puramente “objetivos”, especialmente relativos ao fenômeno da corrupção, ainda que existam trabalhos que busquem construir metodologias robustas para enfrentar essa dificuldade de mensuração (DI TELLA; SHARGRODSKY 2003, GOLDEN; PICCI 2005, e HSIEH; MORETTI, 2005). Quanto aos indicadores subjetivos, padecem, especialmente, de uma falha no seu reconhecimento cerceativo, ao lidar fundamentalmente com a percepção sobre corrupção de agentes econômicos, deixando outros importantes extratos sociais ausentes do processo de mensuração da percepção de corrupção no país. Entre esses últimos, o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional (TI), é um dos mais conhecidos.

A TI é uma organização da sociedade civil global, criada em 1993, e encarregada de lutar contra a corrupção ao redor do globo. Dentre as suas iniciativas está a criação do Índice de Percepção da Corrupção (IPC) através do qual os países são classificados de acordo com os níveis de percepção da corrupção no setor público, numa escala que varia de 0 a 10. A classificação se dá a partir da criação de um indicador agregado que combina fontes diversas de informação sobre corrupção e que permite a comparação entre países/territórios. Quanto mais perto de 0, mais corrupto é percebido um país. Por outro lado, quanto mais perto de 10, menos corrupto é percebido um país.

Seu último relatório, datado de 2011³, revela que nenhum país encontra-se imune às mazelas da corrupção e dos 183 países/territórios analisados, 134 apresentam valores abaixo de 5. Nova Zelândia, Dinamarca e Finlândia estão no topo da lista ao passo que Somália e Coréia do Norte estão na base (TRANSPARENCY INTERNATIONAL. CORRUPTION PERCEPTION INDEX, 2011).

No caso específico da América do Sul, as proximidades geográficas entre os países e suas semelhanças históricas do ponto de vista dos sistemas de governo e de seus processos de redemocratização escondem variações um tanto quanto significativas no que tange à percepção da corrupção. Equador, Venezuela, Guiana, Argentina, Paraguai, Bolívia e Suriname apresentam valores abaixo de 3, enquanto Brasil, Peru e Colômbia, valores pouco maiores que 3. Destacam-se, dentre nossos vizinhos, os casos de Uruguai e Chile que apresentam, respectivamente, 7 e 7,2.

De maneira análoga, quando observamos o indicador “controle da corrupção”⁴, fornecido pelo Banco Mundial⁵ e disposto abaixo na Figura 1, notamos semelhanças de desempenho entre Chile e Uruguai, ao mesmo tempo em que notamos uma discrepância significativa para o Brasil. Numa trajetória temporal de doze anos, os dois primeiros apresentam melhor desempenho no que concerne o combate à corrupção. O Chile se mostra relativamente estável, com pequenos retrocessos de 1999 e 2002 e entre os anos de 2007 e 2009, e com maior valor registrados no ano de 2010 (acima de 90%). O Uruguai apresenta melhor desempenho comparado ao longo dos doze anos e revela um crescimento contínuo desde 2005 atin-

-
3. No relatório de 2011 foram utilizadas avaliações e pesquisas de opinião realizadas por instituições independentes e de boa reputação, que incluem questões sobre corrupção de funcionários públicos, propinas em contratos públicos, desvios de fundos públicos e a eficácia dos esforços públicos no combate à corrupção.
 4. Mede até que ponto o poder público é exercido para ganhos privados, incluindo tanto as formas insignificantes quanto as de grande magnitude de corrupção, assim como uso do Estado pelas elites e interesses privados.
 5. Sobre a metodologia dos Indicadores Mundiais de Governabilidade Kaufmann, Kraay e Mastruzzi (2010) resumiram da seguinte forma: primeiramente os autores separaram a governança em três áreas (a) processo pelo qual os governos são escolhidos, monitorados e substituídos; (b) a capacidade do governo de efetivamente formular e implementar políticas adequadas e (c) o respeito dos cidadãos e do Estado com as instituições que governam as interações econômicas e sociais entre eles. A partir destas definições estes autores construíram duas medidas de governança correspondentes a cada uma dessas três áreas, resultando, assim, em um total de seis dimensões.

gindo melhores resultados no ano de 2010 (em torno de 85%). O Brasil, por sua vez, mostra-se altamente instável por ser aquele que apresenta pior desempenho comparado. Durante os doze anos analisados, os valores não ultrapassaram o patamar de 65%, com pior desempenho registrado em 2005⁶. Notam-se também as significativas oscilações apresentadas pelo país no que toca o controle da corrupção; oscilações essas que não se encontram presentes de forma tão expressiva nos vizinhos comparados.

Especificamente no que se refere ao âmbito internacional, diversos esforços de cooperação têm sido realizados para lidar com o problema da corrupção. Dentre os principais compromissos internacionais nesse sentido podemos citar a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, firmado no âmbito da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); a Convenção Interamericana contra a Corrupção, firmada no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. Brasil e Chile são signatários dos três compromissos, ao passo que o Uruguai não é signatário da Convenção da OCDE.

Dada essa significativa diferença entre os valores assumidos no IPC pelo Brasil e por nossos vizinhos, Uruguai e Chile, o que explicaria essas discrepâncias? Se somos tão semelhantes nas formas adotadas pelos governos, se somos todos países com períodos de redemocratização recente, com certas semelhanças culturais e com articulações internacionais no sentido de combater a corrupção, o que explica as expressivas variações em relação à sua percepção, com resultados poucos satisfatórios para o Brasil e com valores tão maiores e semelhantes para os outros dois?

6. Acreditamos que o baixo desempenho registrado no ano de 2005 possa ter relação com o episódio conhecido como “mensalão”. Em maio daquele ano a imprensa brasileira revelou um esquema de corrupção envolvendo deputados, com vistas a favorecer propostas oriundas do Poder Executivo e cujo mentor seria o então Ministro da Casa Civil, José Dirceu. A conclusão do julgamento está prevista para acontecer em agosto de 2012.

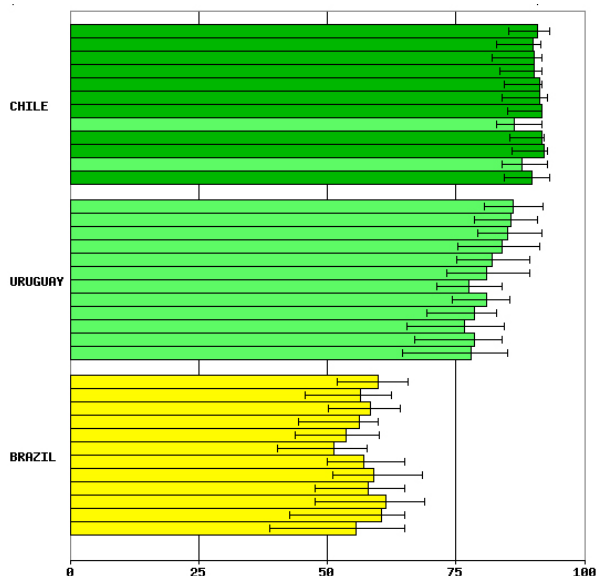


Figura 1 – Controle da Corrupção 1998 a 2010 (*top-bottom order*).

Country's Percentile Rank (0-100)

■ 90th-100th Percentile
 ■ 50th-75th Percentile
 ■ 10th-25th Percentile
■ 75th-90th Percentile
 ■ 25th-50th Percentile
 ■ 0th-10th Percentile

Fonte: Banco Mundial, 2012

Estamos cientes de que entre as críticas à utilização do IPC como instrumento de mensuração está o fato de ser um indicador composto através de outros indicadores, todos referentes ao nível de corrupção que os sujeitos imaginam vigorar num país e que não guarda, necessariamente, nenhuma relação com as práticas corruptas que de fato tem lugar naqueles locais.

É preciso ter em mente que a despeito das deficiências do indicador, mensurar o tamanho da corrupção, suas práticas e o volume de recursos movimentados tornam-se uma impossibilidade dada a própria natureza da atividade. Por essa razão, e considerando suas limitações, utilizamos aqui o Índice de Percepção da Corrupção em conjunto com outros indicadores, como os de Governança fornecido pelo Banco Mundial e o Índice de Estabilidade Política, fornecido pelo Observatório Sul-Americano. Juntos, acreditamos que eles podem fornecer um panorama mais eficiente no cenário que buscamos retratar.

Em suma, nos atemos à ligação que se estabelece entre ordem política e corrupção e à importância de variáveis institucionais para o seu controle. Acreditamos que crises institucionais têm lugar e espaço quando algumas capacidades democráticas estão ausentes, dificultando o surgimento ou processo de consolidação de instituições de controle, influenciando assim a qualidade democrática. Para isso, a próxima seção discutirá os conceitos de *accountability*, sua relação com os regimes democráticos e o papel das instituições como mecanismos de controle.

ACCOUNTABILITY, DELEGAÇÃO, CONTROLE: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Nas modernas democracias representativas, o mecanismo que efetiva um vínculo entre o eleitorado e os representantes é a *accountability*. A *accountability* – que só pode ocorrer pela fragmentação do poder - poderia se dividir, essencialmente, em manifestações institucionais de característica (1) horizontal, no qual ocorre o controle exercido mutuamente entre os poderes institucionalizados, a separação dos poderes, por exemplo, e (2) vertical, caracterizando-se pela coadunação em torno da prestação de contas e, conseqüentemente, a sujeição ao exame e veredicto popular por meio das eleições, gerando, ou não, nova delegação de competência decisória (DIAMOND, PLATTNER; SCHEDLER, 1999).

O debate em torno da *accountability*, para Arato (2002), considera que para um efetivo regime de *accountability* a participação da sociedade civil e da esfera pública é de cunho fundamental para a qualidade democrática e ainda pressupõe o aspecto retrospectivo da *accountability*. E mais: seria necessário incorporar graus de deliberação para essa efetividade de *accountability*.

A relação entre *principal* e *agente* alicerça-se como condicional, fundamentada na possibilidade de destituição do *agente* pelo *principal*, o próprio fundamento da *accountability*. Contudo, os autores reforçam a percepção de que a relação *principal* – *agente* é vertical em sua constituição fundamental. Outro reflexo é a complexidade que o desenho institucional pode gerar na capacidade que o *principal* terá de punir o *agente* por meio das eleições.

Dahl e Lindblom (1971) consideram *controle* a capacidade que um ator possui em fazer com que outro ator atenda suas demandas, através especialmente de incentivos, restrições e punições. Para Moreno, Crisp e Shugart

(2003), a eficiência do controle é diretamente vinculada à qualidade do processo de delegação entre os cidadãos (principais) e os políticos (agentes).

Acreditamos que, se os mecanismos de *accountability* vertical entre eleitores e legisladores são fracos, a própria *accountability* horizontal também padecerá dos efeitos de fragilidade da *accountability* vertical. Quando buscamos visualizar essa inferência, especialmente na América Latina, podemos elencar alguns fatores – todos vinculados à deficiência estrutural do sistema representativo - que reforçam o cenário de debilidade dos mecanismos de *accountability*: “sistemas partidários fragmentados e partidos débeis, clientelistas e não programáticos produzem uma estrutura de incentivos perversa para o exercício do controle” (MELO, 2007, p. 06).

O exercício do controle depende em muito da capacidade institucional de abertura política existente à demanda dos cidadãos o que, consideramos, depende diretamente da ausência de crises institucionais que resultem na debilidade das instituições democráticas. As instituições de controle externo, que podemos entender como instituições de *balance*, estão diretamente ligadas a mecanismos de *accountability horizontal* e são fundamentais à qualidade democrática de um país (O'DONNELL, 1998). Em nossa leitura, a instabilidade política impede a consolidação de um marco institucional eficaz, condição *sine qua non* para combater a corrupção.

Segundo Pellegrin e Gerlagh (2007), o maior nível de desenvolvimento econômico permite que os países disponham de maiores recursos para gerar instituições de maior qualidade, terminando por repercutir sobre os níveis de corrupção vigentes. A democracia não elimina a corrupção, mas como regime político constitui-se mais favorável à detecção e penalização de práticas de corrupção. A corrupção, nesse sentido, pode afetar não apenas a estabilidade econômica dos países, mas especialmente a estabilidade democrática, em especial por causar danos nos níveis de eficiência e legitimidade das instituições democráticas. Uma consequência direta desse cenário é a maior dificuldade na disponibilização de recursos para combater a gestão de problemas distributivos, pois em tese há um estímulo à promoção de gastos superiores aos níveis ótimos de mercado. O próximo tópico buscou mapear a estabilidade política na América do Sul, analisando-a – em associação a outros indicadores - em conformidade ao desenvolvimento institucional de controle na região.

INDICADORES DE GOVERNANÇA E CONTROLE DE CORRUPÇÃO NA AMÉRICA DO SUL: A IMPORTÂNCIA DA ESTABILIDADE POLÍTICA

A hipótese deste trabalho é: a qualidade democrática depende diretamente da ausência de crises institucionais (estabilidade política) para o aprimoramento das instituições de controle. Como, então, uma democracia pode ser considerada como estável e produzir, como resultado, o aprimoramento democrático de instituições de controle?

Uma tradicional resposta a essa pergunta é remeter a explicação da estabilidade política (identificada fortemente com a teoria da modernização) à forte correlação entre a estabilidade democrática e algum nível de desenvolvimento econômico inferido pela renda *per capita* (COUTINHO, 2008). Nesse sentido, o maior desempenho econômico não tende a produzir em escala regimes democráticos, mas possibilita fortemente que sua sobrevivência seja ampliada em sociedades de bem-estar (PRZEWORSKI *et. al*, 2000). De acordo com Rocha e Santos (2011), países com uma renda *per capita* em torno de US\$ 6 525, aumenta em 4,067 as chances de consolidar sua democracia, já países com renda *per capita* em torno de US\$ 6 525, suas chances de serem regimes democráticos é consideravelmente maior. A média da taxa de crescimento do PIB da América do Sul aponta resultados que variam entre 3,6% entre 1990-1999 e 3,7% para o período de 2000-2009 (OPSA, 2010).

Segundo Przeworski *et. al* (2001), uma democracia tem maiores chances de sobrevivência em conformidade ao crescimento da sua renda *per capita*. Nessa perspectiva, há uma associação entre estabilidade política e crescimento econômico, um país instável politicamente reduz condições para seu crescimento econômico. Essa é a perspectiva dos economistas Ari Aisen e Francisco José Veiga (2010). A premissa de trabalho dos autores não é necessariamente nova, como eles próprios confirmam: “Political instability is regarded by economists as a serious malaise harmful to economic performance.” Os economistas perceberam que a instabilidade política tem efeitos na produtividade econômica de um país e, como consequência, afeta seu crescimento econômico. Como resultado, a insegurança política e jurídica interfere na capacidade de atração de investimentos prejudicando, como resultado, o desempenho econômico do país. Estabilidade política, portanto, importa.

O modelo democrático, grosso modo, encontra-se estabilizado na América do Sul, ainda que o grau de estabilidade política e de institucionalização democrática varie de país a país, o que reflete no próprio desenvolvimento

de instituições de controle na região, com maior ou menor “separação de poder” em relação aos poderes constitucionais.

Do ponto de vista da estabilidade política é importante frisar que, a partir da análise dos dados relativos à estabilidade política na América do Sul, aponta-se realmente a existência de um patamar ou nível mínimo de renda *per capita* para que ocorra a estabilidade política em um país, ainda que não seja necessariamente “exigido” o *status* de país desenvolvido para que uma democracia torne-se consolidada. Muito mais do que um regime, a democracia é um sistema de interações políticas.

Consideramos que para maior qualidade democrática - através do aprimoramento das instituições - há uma conexão direta entre maior *accountability* (vertical, horizontal e societal) e o reforço institucional de controle, altamente dependente da estabilidade democrática. Essa é condição fundamental para expansão de melhores indicadores sociais, econômicos e de gestão governamental.

Do ponto de vista do indicador “voz e *accountability*”⁷ do Banco Mundial como se situam os casos de Brasil, Chile e Uruguai?

Notamos na figura 2 que, assim como na figura 1 ilustrando o desempenho quanto ao indicador “Controle da Corrupção”, Uruguai e Chile apresentam desempenhos melhores que Brasil também em relação ao indicador “Voz e *Accountability*”. O Uruguai apresentou significativos retrocessos nos anos de 1998 e 2001 (abaixo de 75%) e crescimento contínuo a partir de 2007, com melhor resultado obtido ano de 2010 (em torno de 85%). O Chile apresenta maiores oscilações e passou por retrocesso significativo no ano de 1999, e novos retrocessos nos anos de 2006, 2008 e 2009, apresentando melhor resultado no ano de 2005 (em torno de 85%). O desempenho do Brasil, por sua vez, oscilou pouco e se mostrou praticamente semelhante ao longo dos anos, com valores variando entre 60% e 65% e com melhor desempenho no ano de 2010. O próximo tópico, de caráter mais descritivo, buscou discutir o processo de desenvolvimento institucional de controle na região, especialmente no Brasil, Chile e Uruguai, apontando similaridades e diferenças.

7. Mede as percepções de até que ponto os cidadãos de um país são capazes de participar na seleção do seu governo, terem liberdade de expressão, liberdade de associação, e uma imprensa livre.

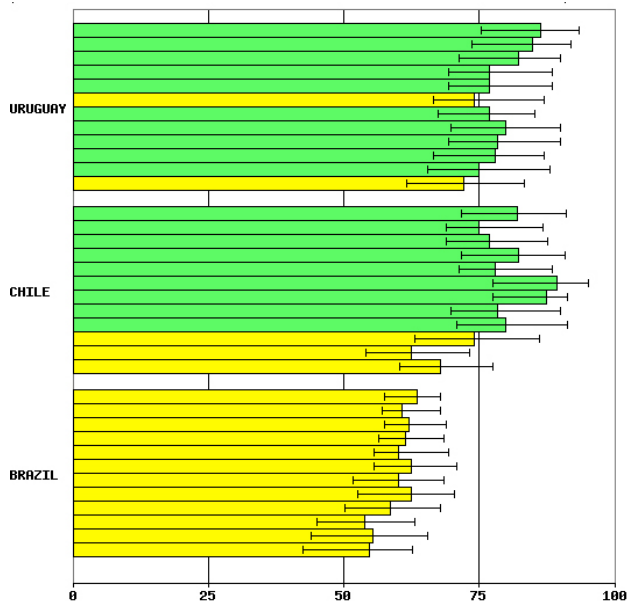


Figura 2 –Voz e Accountability 1998 a 2010 (top-bottom order).

Country's Percentile Rank (0-100)

■ 90th-100th Percentile ■ 50th-75th Percentile ■ 10th-25th Percentile
■ 75th-90th Percentile ■ 25th-50th Percentile ■ 0th-10th Percentile

Fonte: Banco Mundial, 2012.

DESENVOLVIMENTO DE INSTITUIÇÕES DE CONTROLE EXTERNO NO BRASIL, CHILE E URUGUAI: DIFERENÇAS SIGNIFICATIVAS?

Brasil

No Brasil, as instituições de controle externo ganharam novos contornos e importância com a promulgação da Constituição de 1988. No que diz respeito ao controle externo, sua responsabilidade no Brasil é atribuição do Tribunal de Contas da União⁸. Criado inicialmente em 1890, por inicia-

8. O Brasil conta também com Tribunais de Contas nos estados, compostos por sete membros que recebem o nome de Conselheiros. Para o presente trabalho nos

tiva do então Ministro da Fazenda Rui Barbosa e institucionalizado pela Constituição de 1891, o TCU foi norteado pelos princípios de autonomia, fiscalização, julgamento e vigilância. A Constituição de 1988, ampliou suas competências e jurisdição, e o Tribunal de Contas da União passou a ter poderes para, em auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e à economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. Entre suas competências privativas estão:

- (i) Apreciar as contas anuais do Presidente da República;
- (ii) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos;
- (iii) apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões civis e militares;
- (iv) realizar inspeções e auditorias por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional;
- (v) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais;
- (vi) fiscalizar a aplicação de recursos da União repassados a estados, ao Distrito Federal e a municípios;
- (vii) prestar informações ao Congresso nacional sobre fiscalizações realizadas;
- (viii) aplicar sanções e determinar a correção de ilegalidades e irregularidades em atos e contratos;
- (ix) sustar, se não atendido, a execução de ato impugnado comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal;
- (x) emitir pronunciamento conclusivo, por solicitação da Comissão Mista Permanente de Senadores e Deputados, sobre despesas realizadas sem autorização;
- (xi) apurar denúncias apresentadas por qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato sobre irregularidades ou ilegalidades na aplicação de recursos federais;
- (xii) fixar os coeficientes dos fundos de participação dos estados, Distrito Federal e municípios e fiscalizar a entrega dos recursos aos governos estaduais e às prefeituras municipais. (TRIBUNAL DE CONTAS DO BRASIL, 2012).

ateremos somente ao Tribunal de Contas da União.

Em suma, configura-se como um tribunal administrativo, auxiliar ao Congresso Nacional, encarregado de julgar as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer cidadão que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo às finanças do Estado. Trata-se de um órgão colegiado, composto por nove ministros, cujos mandatos se encerram compulsoriamente aos 70 anos (idade de aposentadoria para os servidores públicos). Seis ministros são indicados pelo Congresso Nacional, dois pelo Presidente da República e dois são escolhidos entre os auditores e membros do Ministério Público⁹, que funciona junto ao Tribunal. Suas funções básicas são fiscalizadora, consultiva, informativa, judicante, sancionadora, corretiva, de ouvidoria e normativa e, de acordo com MELO *et al* (2009, p.1224), embora não faça parte do sistema judiciário, atua como autoridades judiciais quase independentes.

Ainda no Brasil, uma série de medidas tem sido adotadas no combate à corrupção. A Lei de 12.527 de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso a Informação, também se mostra um importante passo em direção à transparência e consolidação democrática, e tem como objetivo regulamentar o direito constitucional de acesso do cidadão às informações públicas e tem sua aplicação aos estados, municípios, Distrito Federal e aos três Poderes da União.

Ainda, tem destaque no país a Transparência Brasil, organização não-governamental, autônoma e independente, fundada no ano 2000 e dedicada a combater a corrupção. Dentre suas iniciativas estão a realização de mapeamento sobre a corrupção em diferentes esferas (eleitoral, privada, municípios e outras); criação de instrumentos para monitoramento do fenômeno da corrupção e implementação de programas de combate à corrupção em parceria com entes públicos, como é o caso da Controladoria Geral da União (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2012).

Chile

Com o retorno do Chile à democracia em 1990, o governo adotou uma série de medidas destinadas a promover a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. O primeiro passo foi à adoção de uma agenda com vistas a aumentar a transparência, fortalecer a probidade e prevenir a

9. Órgão autônomo e independente cuja missão é promover a defesa da ordem jurídica.

corrupção. A institucionalização dessa agenda teve início no ano de 1994 com a criação da Comissão Nacional de Ética Pública (CHILE TRANSPARENTE, 2011).

Um segundo marco foi à edição da “Lei de Probidade Administrativa” no ano de 1999, a qual incorporou os princípios da probidade e transparência como normas explícitas de conduta ética dos organismos e funcionários públicos. Nesse mesmo ano foram promulgadas diversas reformas no Código Penal destinadas a aperfeiçoar as disposições que tratam dos delitos de corrupção. Essas medidas respaldaram a adesão do governo chileno à Convenção Interamericana Contra a Corrupção, ratificada no ano de 1998.

O terceiro marco foi a “Agenda Pró-Transparência”, que introduziu uma série de reformas entre os anos de 2003 e 2005. Dentre as principais medidas adotadas estão: a Lei de Transparência, Limite e controle do Gasto Eleitoral, que regulamentou as doações e o gasto das campanhas; Projeto de Lei destinado a regular as atividades de *lobby*, com a criação de um registro público de *lobistas*; a institucionalização da Auditoria Interna em todas as repartições do governo e a principal a reforma constitucional promulgada no ano de 2005 que consagrou o princípio de probidade administrativa (SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA – GOVERNO DO CHILE, 2012).

No que tange ao controle externo desde o período da Colônia até a formação do Chile Republicano, existiram diversas instituições envolvidas em questões de controle, gestão, contabilidade e supervisão da administração pública. Dentre estas podemos citar o Tribunal de Contas estabelecido por lei em 1888, o qual era norteado pelos princípios da legalidade, independência e prestação de contas por parte dos funcionários públicos.

No ano de 1926 com a supressão da *Dirección General de Contabilidad*, do *Tribunal de Cuentas*, da *Dirección General de Estadística* e da *Inspección General de Bienes de la Nación*, nasce a *Contraloría General de La República* (DFL N° 400-Bis de 26 de março de 1927). Por conta dessa supressão essa instituição agrega as funções de registro de pessoal, tribunal de contas e normatizador da contabilidade nacional (MELO, 2007).

A Controladoria Geral da República é um órgão superior de fiscalização da administração do Estado, ela goza de autonomia frente ao Poder Executivo e demais órgãos da administração pública. Suas funções estão estabelecidas no artigo 98 da Constituição do Chile de 1980.

O objetivo da Controladoria é resguardar o devido uso do patrimônio público, buscando dessa forma preservar e fortalecer a probidade e

transparência, contribuindo dessa forma com a melhoria das condições de governabilidade e *accountability*. Para isso foram concedidos amplos poderes a Controladoria, listamos abaixo os principais:

- (i) Autoridade para interpretar as normas legais que afetam o nível administrativo. Este poder permite que seja desenvolvida uma legislação uniforme, um sistema de súmulas vinculantes, de forma que a mesma regra jurídica seja aplicada a todos os casos. A interpretação uniforme permite um ganho na previsibilidade administrativa, isto é, legitima a confiança dos cidadãos que à administração utilizará os mesmos critérios para situações análogas;
- (ii) Atividade de controle prévio, realizado através de um instrumento jurídico do direito administrativo chileno denominado *toma de razón*, que é um procedimento de controle preventivo através do qual a Controladoria-Geral analisa a constitucionalidade e legalidade dos decretos e resoluções administrativas. Segundo Melo (2007), a *toma de razón* exerce um importante papel de *veto player* no sistema administrativo;
- (iii) Auditorias, com objetivo de zelar pelo cumprimento das normas jurídicas, resguardar a propriedade pública e respeito ao princípio da probidade administrativa.
- (iv) Regular e realizar com exclusividade a contabilidade do setor público em geral, com objetivo de informar a comunidade sobre a gestão do Estatal;
- (v) Julgar com exclusividade as contas de pessoas ou funcionários responsáveis por fundos ou bens públicos com intuito de responsabilizar tanto os atuais como os antigos funcionários que tenham causado danos à propriedade pública (Lei n. 10.336).

Nesse modelo institucional de Controladoria a figura central é o Auditor Geral, que é nomeado pelo Presidente da República após confirmação pelo Senado. O cargo só pode ser preenchido por advogados e é vitalício até o limite de 75 anos (idade para aposentadoria compulsória no setor público chileno). Como se vê, aqui há forte concentração de autoridade e poder na figura do *Controlador Geral*, que é responsável individualmente pelos pareceres da Controladoria e também pelo seu organograma, já que tem prerrogativas para nomear funcionários, definir padrões salariais, entre outras atribuições.

A responsabilização pela má gestão da Controladoria Geral recai individualmente sobre o *Controlador Geral*, que pode ser destituído do cargo

após processo de *impeachment* iniciado pelo Senado. O *Controlador Geral* presta contas anualmente sobre a gestão do ano anterior, as mesmas são enviadas ao Presidente e ao Congresso Nacional e dispostas no endereço eletrônico da instituição para conhecimento dos cidadãos. De acordo com Melo (2007), o diagnóstico da Controladoria indica que a instituição apresenta muitas qualidades desejáveis para uma instituição de controle, como: credibilidade, imparcialidade, profissionalismo e independência. Porém, este autor ressalta que não é possível estabelecer se essas qualidades são resultado da eficiência e forte institucionalismo estatal chileno ou se elas decorrem de características inerentes à Controladoria Geral. O autor também aponta algumas características indesejáveis da instituição como: falta de articulação com o Legislativo e o caráter obsoleto da ênfase no controle prévio.

Como se vê, a maior parte das medidas adotadas pelo Chile, pós-redemocratização, está ligada à transparência e acesso à informação, ferramentas chaves para o combate a corrupção e a *accountability*. O acesso à informação permite a fiscalização pelos cidadãos das ações praticadas por seus governantes dando-lhes capacidade de avaliar o desempenho do governo e debater sobre suas ações. Uma das formas mais efetivas de combater um mau governo é através da liberdade de expressão que surge de forma ampla com o acesso irrestrito e integral à informação.

Uruguai

No que se refere ao Uruguai com seu retorno à democracia em 1985, o país, assim como o Chile, priorizou a transparência, a prestação de contas e o acesso à informação como eixos fundamentais das políticas públicas de combate à corrupção, as quais passaram a fazer parte da agenda governamental do país com a assinatura no ano de 1996 da Convenção Interamericana contra a Corrupção (ratificada em 1998).

Em dezembro de 1998 com a edição da Lei 17.060/98 que trata sobre o uso indevido do poder público (corrupção) foi criada a Junta Assesora em Matéria Econômica e Financeira do Estado, atualmente Junta de Transparência e Ética Pública (JUTEP – Lei n. 18.362/08).

A JUTEP é um órgão de controle superior que atua com independência técnica no âmbito do Poder Executivo ao qual se vincula através do Ministério da Educação e Cultura. A Junta é integrada por três membros, indicados pelo chefe do Poder Executivo, com prévia aprovação por 3/5 dos membros do Senado (JUTEP, 2012).

No que concerne ao controle externo, o primeiro registro de controle do uso dos recursos públicos coincidiu com a independência do Uruguai, sua primeira constituição de 1830 criou a “Comissão de Contas”. O objetivo desse órgão era realizar auditoria das contas apresentadas pelo governo. O Tribunal de Contas foi incorporado à organização institucional do país como órgão de controle externo pela Constituição de 1934 e suas bases, ou seja, sua organização, funções e competências se mantêm até os dias atuais através da Constituição que está em vigor desde 1967 (TRIBUNAL DE CONTAS URUGUAY, 2012).

Dentre as funções do Tribunal de contas, podemos citar as principais: acompanhamento da execução dos orçamentos; o controle de toda a gestão relativa à Fazenda Pública e a elaboração anual de relatório à Assembleia geral sobre a prestação de contas formulada por todos os órgãos do Estado. Este relatório constando a prestação de contas é submetido à *Asamblea General* (TRIBUNAL DE CONTAS URUGUAY, 2012).

O Tribunal é composto de 07 membros, designados pela *Asamblea General* por 2/3 dos votos totais dos seus componentes. O mandato será de 05 anos e admite reeleição. Os membros do TCU são responsáveis por seus atos mediante a *Asamblea General*, que tem o poder de destituí-los através de impeachment, em caso de violação da Constituição ou outros crimes graves, ou pelo voto de 2/3 de seus componentes, nos demais casos.

Tabela 2. Desenho Institucional de Controle Externo no Brasil, Chile e Uruguai

<i>Desenho Institucional</i>	BRASIL	CHILE	URURUGAI
<i>Modelo instituição</i>	Tribunal de contas	Auditor Geral	Tribunal de Contas
<i>Marco legal (período pós independência)</i>	Tribunal de Contas, 1891.	“Contaduría Mayor y Tribunal de Cuentas”, 1839	“Comisión de Cuentas”, 1830.
<i>Dispositivo constitucional</i>	Constituição de 1988, arts. 71-75 e 161	Constituição de 1980, arts. 98-100	Constituição de 1967, arts. 208-213
<i>Estrutura Organizacional</i>	Órgão colegiado, composto por 09 ministros. 06 indicados pelo Congresso Nacional, 02 pelo Presidente da República. 02 escolhidos entre os auditores e membros do Ministério Público.	Controlador Geral Eleito pelo Presidente, após crivo do Senado.	Órgão colegiado composto por 07 membros eleitos pela “Asamblea General” (Poder Legislativo) por 2/3 dos votos do total dos membros. O presidente é designado pelos membros eleitos para compor o TCU.

<i>Desenho Institucional</i>	BRASIL	CHILE	URURUGAI
Mandado	Vitalicío até 70 anos (idade de aposentadoria do funcionalismo público)	Vitalicío até 75 anos (idade de aposentadoria do funcionalismo público)	05 anos. Membros podem ser reeleitos.
Vinculação	Instituição ligada ao Legislativo	Independente	Instituição ligada ao Legislativo
Poderes	Semi-judicial	Semi-judicial	Sem poderes judiciais
Funções	Contábil; Financeira; orçamentária; operacional; patrimonial	controle da legalidade; auditoria; contabilidade e jurisdicional.	Acompanhamento da execução dos orçamentos; controle gestão relativa à Fazenda Pública; Elaboração anual de relatório à “Asamblea General” sobre prestação de contas formulada por todos os órgãos do Estado.
Instituições subnacionais	Existência de TCU's nos Estados	Existência de Controladoria nos Estados	TCU atua no âmbito nacional
Responsabilização dos gestores	Perante o Congresso Nacional e ao Poder Judiciário	Individual. Controlador Geral	Coletiva perante “Asamblea General”.
Prestação de contas	TCU analisa técnico e juridicamente as contas do Executivo e envia ao Congresso Nacional, ao qual compete o julgamento.	Controlador Geral elabora anualmente a “Cuenta Pública” sobre a gestão do ano anterior. Enviada ao Presidente e ao Congresso (art. 143, Lei n. 10.336).	TCU elabora anualmente relatório dos gastos públicos e envia a “Asamblea General”.
Outras instituições de controle	Transparência Brasil	“Chile Transparente” e “Fundación pro acceso”.	

Fonte: Tribunal de Contas Brasil, Uruguai e Controladoria Geral da República do Chile.

Desde a redemocratização, nenhum dos três países passou por algum tipo de instabilidade institucional e política como guerra civil ou golpe de Estado, por exemplo. No caso brasileiro, como exceção, houve a interrupção de mandato presidencial do Presidente Fernando Collor de Melo em 1992. A comparação entre países no que diz respeito ao controle externo

mostra diferenças no que diz respeito aos desenhos institucionais. A primeira característica que nos chama atenção é o fato de tais instituições foram criadas em momentos historicamente muito próximos no Uruguai e no Chile (1830 e 1839, respectivamente) e somente sessenta anos depois no Brasil. Embora isso não nos permita qualquer afirmação no sentido de qualificar ou atestar eficiência dessas instituições, os marcos temporais revelam que as preocupações naquele sentido se fizeram presentes muito antes entre nossos vizinhos.

De acordo com Santiso (2007), ao avaliar a qualidade das instituições de controle externo na América Latina, Brasil e Chile (dos três países analisados no artigo) mostraram-se mais robustos no exercício do controle na região. Para tanto, Santiso buscou avaliar a qualidade institucional das instituições de controle externo por meio de quatro indicadores: independência, tempestividade, credibilidade e *enforcement*. Há, de acordo com o estudo, uma forte correlação entre níveis de corrupção e qualidade das instituições de controle externo (SANTISO, 2007). O próprio autor reforça o caráter de que não é possível uma associação direta entre modelo de instituição de controle externo e o desempenho mais consistente dos países no controle da corrupção, observado que os modelos brasileiro (Tribunal de Contas) e chileno (*Contraloría*) são distintos. Neste sentido, podemos inferir que credibilidade institucional associada a eficiência e independência resulta em um melhor desempenho institucional no controle e combate à corrupção.

Retomando a análise do desenho institucional das instituições de controle externo dos três países, Chile e Brasil são mais parecidos em relação à prestação de contas, aos mandatos, as instituições subnacionais e à vinculação. Brasil e Uruguai são mais semelhantes do ponto de vista da estrutura organizacional e quanto a vinculação entre o Poder Legislativo e as instituições de controle externo, já que no caso chileno há independência e não vinculação formal com o Poder Legislativo. Desta forma, quando observamos o modelo de responsabilização dos gestores (fator fundamental da *accountability* e controle de corrupção, por exemplo), os modelos brasileiro e uruguaio são mais parecidos (pela relação entre as instituições de controle e os respectivos parlamentos) que em relação ao caso chileno, como pode ser melhor visualizado na Tabela 2. Entretanto, Chile e Uruguai possuem desempenho maior, em relação ao Brasil, no controle de corrupção e mesmo no exercício de *accountability*, como é possível observar através dos indicadores de governança do Banco Mundial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo consistiu em comparar o desenvolvimento dos modelos institucionais de controle externo no Brasil, Chile e Uruguai, após suas redemocratizações, e avaliar se a estabilidade política apresenta relação direta na institucionalização de mecanismos de *accountability* nos três países. Para isso, utilizamos indicadores fornecidos pela Transparência Internacional e pelo Banco Mundial, além da revisão de literatura especializada.

Primeiramente notamos que no que toca a percepção da corrupção, balizada aqui pelo Índice de Percepção da Corrupção, os dois países apresentam desempenhos semelhantes e quantitativamente superiores aos do Brasil (7,0 e 7,2 *versus* 3,5). Dada as supracitadas limitações do indicador, utilizamos os indicadores de Governança fornecidos pelo Banco Mundial e constatamos, novamente, semelhanças de desempenho entre Chile e Uruguai, ao mesmo tempo em que notamos discrepâncias significativas para o Brasil.

Em relação ao “controle da corrupção”, numa trajetória temporal de doze anos, Chile e Uruguai apresentam melhores desempenhos. O Chile se mostrou relativamente estável, o Uruguai melhores taxas de crescimento ao passo que o Brasil mostrou-se altamente instável, com pior desempenho comparado. No que diz respeito a “voz e accountability”, a discrepância novamente ficou por conta do Brasil, cujos valores, embora tenham variado pouco, se mostraram bastante abaixo dos padrões dos outros países.

A análise comparativa dos países revelou ainda que a ênfase dada à transparência e ao acesso às informações para o cidadão é marcadamente distinta. No caso chileno e uruguaio as iniciativas nesse sentido tiveram lugar logo após o período de redemocratização, ao passo que no Brasil essas iniciativas foram graduais e mais tardias, tendo lugar principalmente nos primeiros anos 2000. Vale ressaltar que nesse último caso a Lei de Acesso a Informação, sancionada há pouco mais de um mês, tem encontrando resistências diversas na prática.

Os efeitos da corrupção, portanto, são altamente interdependentes e penetrantes e geradores de externalidades – como ineficiência governamental - para outros domínios sociais, econômicos e políticos. A estabilidade democrática de Brasil, Chile e Uruguai, ainda que existam mais similaridades de desempenho entre os dois últimos, permitiu criar condições de fortalecimento institucional de controle nos países, aspecto fundamental ao combate à corrupção. Ao longo das últimas décadas, o combate à corrupção ganhou maior consistência na agenda governamental dos três

países, acompanhando a maior consolidação democrática e reforço institucional de controle. Acreditamos que, embora os modelos de instituição de controle externo sejam diferenciados entre os países, Chile e Uruguai mostram um amadurecimento maior do ponto de vista do exercício efetivo da *accountability* horizontal, o que reflete nos melhores indicadores de controle e combate da corrupção, reforçado pela estabilidade política dos países como a ausência de golpes de Estado, guerras civis e interrupções de mandatos presidenciais, entre outros indicadores de estabilidade política.

REFERÊNCIAS

AISEN, A.; VEIGA, F. J. *How Does Political Instability Affect Economic Growth?* IMF Working Paper. Janeiro de 2011. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2011/wp1112.pdf> Acesso em: 18 de Junho de 2011.

ALONSO, J.A; GARCIMARTÍN, C. (2008). *Acción colectiva y desarrollo. El papel de las instituciones*. Madrid, Editorial Complutense.

ARATO, A. (2002). *Representação, soberania popular e accountability*. Lua Nova, São Paulo, no. 55- 56, BANCO MUNDIAL. INDICADORES DO BANCO MUNDIAL, 2012. Disponível em: http://info.worldbank.org/governance/wgi/mc_chart.asp Acesso em: 03 de maio de 2012.

BRASIL. CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. Histórico da Controladoria Geral da União Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/CGU/Historico/index.asp>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

BRASIL. Lei Complementar nº 131 de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm Acesso em: 26 de junho de 2012.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12527.htm. Acesso em: 26 de junho de 2012.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DO BRASIL. Portal do Tribunal de Contas. Disponível em: http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/institucional/conheca_tcu/historia>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

CHILE. MINISTERIO DE LA SECRETARIA GENERAL DE GOBIERNO, 2012. Disponível em:<<http://www.msgg.gob.cl/>>. Acesso em: 12 de junho de 2012.

CHILE. SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA – GOVERNO DO CHILE, 2012 - Elaborado pela Divisão de Estudos – Ministério Secretaria Geral da Presidência – Governo do Chile. Disponível em: <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/un/unpan026052.pdf>> Acesso em: 20 de julho de 2012.

CHILE TRANSPARENTE, 2011. Disponível em: <<http://www.chiletransparente.cl/chile-transparente>>. Acesso em: 18 de junho de 2012.

CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO. Disponível em: <<http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/B-58.htm>>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

COUTINHO, M. V. (2008). **Crises Institucionais e Mudança Política na América do Sul**. Rio de Janeiro: Marcelo Coutinho.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. (2001) The Institutional Determinants of Economic Policy Outcomes. In: HAGGARD, S. and MCCUBBINS, M. D. **Presidents, Parliaments and Policy**. New York: Cambridge University Press.

DAHL, R. A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. São Paulo: Edusp, 2005.

DAHL, R.; LINDBLOM, C. **Política, economia e bem-estar social**. Rio de Janeiro: Lidoar, 1971.

DI TELLA, R; SCHARGRODSKY, E., (2003). **The role of wages and auditing during a crack-down on corruption in the city of Buenos Aires**. Journal of Law and Economics, Chicago, the University of Chicago Press, 46 (1), pp-269-292.

FILGUEIRAS, F. (2008). Marcos teóricos para o estudo da corrupção. In: AVRITZER, L.; BIGNOTTO, N., et al. **Corrupção: ensaios e crítica**. Belo Horizonte: Editora UFMG.

GOLDEN, R; PICCI, L. (2005). **Proposal for a New Measure of Corruption, Illustrated with Italian Data**. Economics & Politics, Charlottesville (Virginia), vol.17, nº1, pp. 35-75.

HSIEH, C.T; MORETTI, E. (2005). **Did Iraq Cheat the United Nations? Underpricing, Bribes and the Oil for Food Program**. In: NBER Working Papers, Cambridge, nº 11202.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **Corruption Perception Index**, 2011. Disponível em: <<http://cpi.transparency.org/cpi2011/>>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

KAUFMANN, DI; KRAAY, A. A.; MASTRUZZI, M. (2007), **Governance Matters VI: Governance Indicators for 1996-2006**. World Bank Policy Research Working Paper No. 4280. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=999979>> Acesso em: 14 de Abril de 2011.

KITSCHOLT, H. (2000). **Linkages between citizens and politicians in democratic politics**. Comparative Political Studies. p. 845 – 879.

KLITGAARD, R. (1997). **Controlling Corruption**. Berkeley, University of California Press.

MELO, M. A; PEREIRA, C.; FIGUEIREDO, C. M. (2009). **Political and Institutional Checks on Corruption: Explaining the Performance of Brazilian Audit Institutions**. Comparative Political Studies, v.42, p.1217-1244.

MELO, M. A. (2007). **O viés majoritário na política comparada: responsabilização, desenho institucional e qualidade democrática.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v.22, p.11-30.

_____. (2007). **O Controle Externo na América Latina.** Instituto Fernando Henrique Cardoso Maio, 56p.

MORENO, E.; C., B.; Shugart, M. D. (2003). **The accountability deficit in Latin America.** In: S. Mainwaring e W. Christopher (eds.), *Democratic accountability in Latin America*, Oxford/Nova York, Oxford University Press.

MOISÉS, J. A. (2010). **Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Edusp.

O'DONNELL, G. (1991). **Democracia delegativa?.** *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, (31).

_____. (1998). **Accountability horizontal e novas poliarquias.** Lua Nova, n°44, São Paulo.

_____. (2011). **Estimating Illicit Financial Flows Resulting from Drug Trafficking and Other Transnational Organized Crimes.** Disponível em: http://www.unodc.org/documents/dataandanalysis/Studies/Illicit_financial_flows_2011_web.pdf. Acesso em: 27 de dezembro de 2011.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL AMERICANO. (2009), **Mapa da Estabilidade. Informe Semestral sobre Estabilidade e Violência Política na América do Sul**, n. 8, 2º semestre.

_____. (2008). **Mapa da Estabilidade. Informe Semestral sobre Estabilidade e Violência Política na América do Sul**, n.7, 2º semestre.

PELLEGRINI, L; GERLAGH, R. (2007). **Causes of corruption: a survey of cross country analyses and extended results.** *Economics of Governance*, DOI 10.1007.

PICCI, L. (2005). **Corruption measurement and control. Towards a unified approach.** Paper presented at the IV Global Forum on Fighting Corruption. Brasília, Brasil, 7-10 de junho.

PRZEWORSKI, A.; Alvarez, M, E.; Cheibub, J. A.; Limongi, F. (2000). **Democracy and Development.** New York: Cambridge University Press.

POWER, T.J; GONZÁLES, J. (2003). **Cultura política, capital social e percepções sobre corrupção: uma investigação quantitativa em nível mundial.** *Revista Sociologia e Política*. no.21, p.51-69.

PRO ACCESO FUNDACIÓN, (2012). Disponível em:<<http://proacceso.cl/>>. Acesso em: 10 de junho de 2012.

ROCHA, E.; SANTOS, M. L. (2011). **“Capital Social e Democracia: a confiança realmente importa?”.** *Revista Sociologia e Política*.vol.19 no.38, p.43-64.

SANTISO, C. (2007). **“Auditing for Accountability The Political Economy of Government Auditing and Budget Oversight in Emerging Economies.** Washington, DC: Johns. Hopkins University, unpublished doctoral dissertation.

SELIGSON, M. A. (2005). **The Measurement and Impact of Corruption Victimization**: Survey Evidence from Latin America in *World Development*, vol.34, n°2, pp-381-404.

SILVA, M. F. G. **A economia política da corrupção**, (1996). Disponível em:<<http://www.transparencia.org.br/docs/MFernandes1.pdf>.> Acesso em: 20 de junho de 2012.

TANZI, V. (1998). **Corruption around the world**. Causes, consequences, scope, and cures. IMF Staff papers, Washington, IMF, vol.45, n°4.

TRANSPARÊNCIA BRASIL. Informações Institucionais – Transparência Brasil. Disponível em: <http://www.transparencia.org.br/>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

URUGUAI. JUTEP. (2012). Junta de Transparencia y Ética Pública. Disponível em: <http://www.jutep.gub.uy/documents/10157/18334/713>. Acesso em: 14 de junho de 2012.

URUGUAI. TRIBUNAL DE CONTAS URUGUAY, 2012. Disponível em: <<http://www.tcr.gub.uy/>>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

ALTERAÇÕES DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO LOCAL AO LONGO DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO TURÍSTICA: ESTUDO NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL

Nilson Cortez Crocia de Barros

Professor doutor do Departamento de Geografia. Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: nilson.barros@pq.cnpq.br.

RESUMO

O trabalho analisa alterações no perfil demográfico da população residente no Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil, de 1991 a 2010. Utilizam-se dados demográficos dos Censos e Contagens do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conclui-se que o município, em decorrência do seu desenvolvimento turístico e da imigração recebida, apresentou maior crescimento populacional, maior nível de educação formal para os residentes, maior importância da população na idade de trabalho e exibiu aumento significativo na presença dos estrangeiros, diferenciando-se do padrão rural dominante.

PALAVRAS-CHAVE: *Geografia da população. Turismo. Tibau do Sul. Pipa.*

ABSTRACT

The article describes demographic changes, which affected the local population of the Municipality Tibau do Sul, State of Rio Grande do Norte, Brazil from 1991 until 2010. Official statistical census data released by Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística are examined. Conclusions: due to the amount and the nature of the migration flows, the municipality changed demographically to differentiate itself from the other surrounding traditional municipalities particularly by faster population growth, higher levels of formal education, a much younger demographic profile and a growing presence of foreign nationals.

KEYWORDS: *Population geography. Tourism. Tibau do Sul. Pipa.*

RESUMEN

Los cambios demográficos sucedidos en la población residente en el condado de Tibau do Sul, estado de Rio Grande do Norte, entre los años de 1991 y 2010, son estudiados. Se examinan los datos demográficos del censo y cuentas hechos por Instituto Brasileiro de Geografia e Estadística. Como respuesta

de la naturaleza diferenciada de las olas migratorias que recibió, Tibau do Sul ofrece un nivel más elevado de educación formal para sus residentes, más población en edad productiva y exhibe un aumento significativo en presencia de extranjeros.

PALABRAS CLAVE: *Geografía de la población. Turismo. Tibau do Sul. Pipa.*

INTRODUÇÃO

No presente trabalho são identificadas alterações demográficas na população residente no Município de Tibau do Sul acontecidas nos últimos vinte anos, de 1990 a 2010. A população dos turistas ou visitantes (os consumidores) não foi objeto atenção, e sim a população local residente entendida segundo a definição oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O trabalho procura então descrever características demográficas da população local a partir do exame dos dados demográficos – Censos e Contagens oficiais – disponíveis para os anos de 1991, 1996, 2000, 2007 e 2010. Para os anos de 2000 e 2010, examinaram-se os micro dados referentes às migrações.

De forma muito tentativa e flexível, procura-se associar os padrões demográficos identificados nesses anos e as suas alterações ao longo das duas décadas (1990 e 2000), à tipologia das fases de evolução das destinações turísticas envelopada no modelo do ciclo dos *resorts* de R. Butler (1980). Observo que a tipologia foi adaptada ao estudo da destinação em trabalhos anteriores, de forma mais compreensiva em Barros (2009).

As apreciações das séries das variáveis demográficas escolhidas para o Município de Tibau do Sul, nos decênios indicados, permitiram, de fato, identificar mudanças nos padrões ou perfis indicados nesse município. Não obstante, essas evidências, fruto apenas das comparações entre os instantes (anos de Censos ou Contagens) sucessivos dentro da mesma unidade geográfica de observação – o Município de Tibau do Sul –, optamos pelo artifício da comparação geográfica mediante contrastes, quer dizer, o método de cotejar as mesmas variáveis como expressão de lugares ou regiões divergentes quanto a características geográficas gerais.

Tal artifício produziu melhor figuração e nitidez na identificação das alterações acontecidas na destinação, isto é, no Município de Tibau do Sul. A outra unidade municipal escolhida para ser comparada, no mesmo período e com base nas mesmas variáveis, foi o Município de Espírito Santo, também no Estado do Rio Grande do Norte. Essa unidade municipal

não foi afetada por nenhuma dinâmica econômica local diferenciadora durante o período e, nos anos de 1980 e antes, os dois municípios (ou regiões político-administrativas) poderiam ser francamente equalizados como domínios territoriais tradicionais.

No presente trabalho, após breve apresentação da área de pesquisa – o que inclui descrever as condições sociais e ambientais prévias e contemporâneas à difusão, cuja exposição é necessária ao melhor entendimento contextual das alterações demográficas que tiveram lugar nos últimos vinte anos –, procede-se à revisão da literatura dedicada ao modelo de ciclo dos *resorts*, que é a teoria regional envolvente do trabalho. Em continuação, faz-se revisão das discussões demográficas pertinentes ao caráter das populações residentes em domínios territoriais de desenvolvimento turístico. Depois, examina-se empiricamente a dinâmica demográfica da população residente no Município de Tibau do Sul pelo método comparativo, e oferecem-se as conclusões.

Na parte empírica, estão descritas as características demográficas da população da unidade municipal (Tibau do Sul) a partir dos dados populacionais oficiais disponíveis para os anos censitários e de contagens significativos ao objetivo da pesquisa. Os dados da dinâmica da função (hospedagem) permitiram construir a série histórica da oferta de meios de hospedagem (Unidades de Habitação, UHs em hotéis/pousadas), de forma contínua desde 1990 até o ano de 2005, e incluiu-se o ano de 2011, restando a lacuna de dados para o intervalo 2006-2010, para o Município de Tibau do Sul, a destinação turística (Gráfico 1). Como o objetivo da pesquisa é teórico – especificamente proceder à exploração das relações de influência entre o desenvolvimento turístico e as alterações demográficas, visando identificação e confirmação de tendências –, os dados de hospedagem contínuos até 2005, e incluindo-se na série os disponíveis para o ano de 2011, permitem sem dúvida discutir as alterações demográficas tendo como pano de fundo o desenvolvimento turístico expresso pela série de Unidades de Habitação, até a fase de *consolidação* (4 fases), para empregar a linguagem do modelo de ciclo referido.

Os dados contínuos referentes aos meios de hospedagem foram sendo analisados e discutidos na perspectiva da teoria do ciclo progressivamente (Barros, 2002 a b, 2003, 2005, 2009). Reconhecemos que o período coberto pela série dos meios de hospedagem é suficientemente longo para incluir sintomas de pelo menos quatro fases (*exploração, envolvimento, desenvolvimento e consolidação*) do conjunto das seis propostas pelo modelo teórico ou ideal do ciclo de R. Butler, exceto naturalmente as

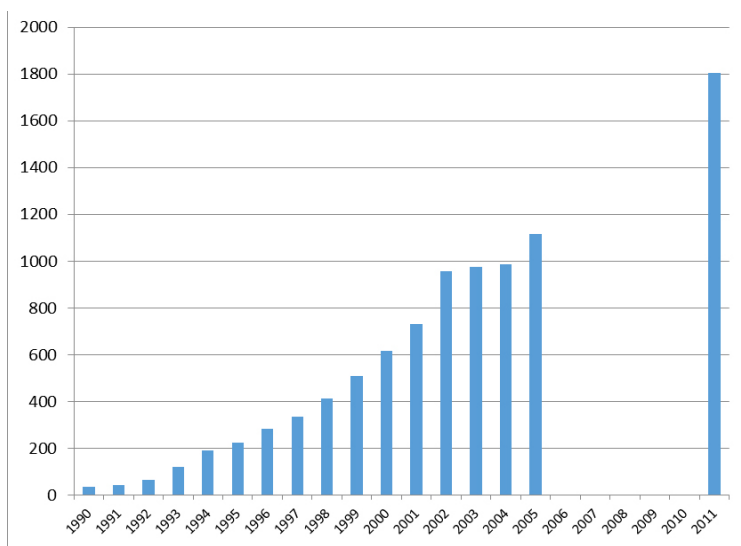
duas últimas (*estagnação, declínio*), não obstante o caráter polêmico que toda apreciação referente ao posicionamento dos *resorts* dentro do ciclo apresenta, como se verá na revisão teórica.

Com base nas pesquisas anteriores, já citadas, sugiro que Pipa – que é a vila turística *core* dentro do Município de Tibau do Sul – estaria experimentando uma espécie de prolongamento das características da *fase de desenvolvimento* (Barros, 2009), o que se confirma com os dados de hospedagem disponíveis para o ano de 2011. Esta fase apresenta, em função da persistência da demanda turística e da grande oferta de capital natural, uma curiosa situação de *overlapping* (superposição) com a teoricamente posterior *fase de consolidação* da destinação. O prolongamento teria a propriedade de retardar as fases da *estagnação* e do *declínio* – etapas ou fases posteriores na sequência teórica –, elasticando deste modo o ciclo do produto turístico, ou seja, prolongando o ciclo de vida da região turística em estudo.

A ÁREA: O TURISMO NO MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL

A difusão do turismo no Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, seguiu o padrão conhecido como SSS – *Sun, sand and sea* – dominante no Nordeste do Brasil. Tibau é, como destinação, uma das diversas centralidades a partir das quais se realizou a difusão da urbanização de padrão turístico nestas *fronteiras de serviços* litorâneas. Tal expansão do turismo fez com que, por sobre áreas antes de escassa utilização produtiva, acontecesse a expansão da *fronteira dos serviços* de lazer, entretenimento e acomodações. Ao longo do litoral existiam, e existem ainda, consideráveis secções de área que exibem notáveis estoques de capital natural, zonas que se tem transformado em *fronteiras de recursos* de interesse aos empreendedores do setor turístico. Então, não obstante peculiaridades, o desenvolvimento do turismo no Município de Tibau do Sul (Figura 1) ostenta traços comuns às destinações litorâneas no Nordeste do Brasil, particularmente àquelas localidades de desenvolvimento mais “espontâneo”.

GRÁFICO 1 – Tibau do Sul: Unidades de Habitação



Fonte: Pesquisa direta. PMT do Sul. Ibge (2011)

As condições sociais e territoriais em Tibau do Sul pré-difusão turística

Os assentamentos de população que hoje são destinos turísticos no âmbito do Município de Tibau do Sul, isto é, a sede do Município de Tibau do Sul e a vila de Pipa, possuem origens que remontam ao período colonial, posto que foram registrados pelo cronista Aires do Casal no começo do século 19 na sua obra *Corografia Brasílica* (1817) (Casal, 1976, p.278-279). Aqueles povoados eram pequenos portos pesqueiros articulados funcionalmente ao mundo dos engenhos da várzea do rio Jacu – cujo centro era a povoação de Goianinha – ou da várzea do rio Curimataú (povoações de Vila Flor e Canguaretama), ligando-se a estes núcleos pelos rios mencionados ou mediante caminhos carroçáveis, sistema de povoamento – *habitat*, especificamente – descrito classicamente por Melo (1958, p.225-228), Andrade (1957, p.11-30), Andrade (1959) (Figura 1).

Bem mais tarde, foram os usineiros e senhores de engenho, entre outros influentes, os primeiros a utilizarem estes vilarejos como balneários, a partir dos anos de 1930, sem que tal utilização removesse destas localidades praieiras suas herdadas características rurais e pesqueiras. O fato é que Tibau do Sul e a sua vila de Pipa, por falta de volume na demanda local por turismo, nunca se constituíram em destinos turísticos de massa, mas sim destinos restritos às poucas famílias da elite agrária, burocrática e

comerciante da *hinterlândia* canvieira, algodoeira e pecuária mais próxima. Pousadas nunca se desenvolveram na área, exceto a partir dos anos de 1990, data que é aqui tomada como o início do ciclo da destinação.

Tabela 1. Tibau do Sul, RN. População residente e taxas de crescimento médio geom. anual, 1991-2010

Município	População residente (anos)					Taxa de crescimento geométrico anual (%)			
	1991	1996	2000	2007	2010	1991/96	1996/00	2000/7	2007/10
Tibau do Sul	5.964	5.946	7.757	10.950	11.385	- 0,05	6,80	5,08	1,28

Fontes: IBGE (1996, 2007), *Contagem de população*. Rio de Janeiro.

IBGE (1991, 2000, 2010), *Censos demográficos*. Rio de Janeiro.

Num sentido mais amplo, não aconteceram, apesar do desenvolvimento turístico, alterações profundas na estrutura mais geral da distribuição da população nesta área, mas sim o reforço ou maior concentração do povoamento em algumas secções territoriais em Tibau do Sul. Mas a população cresceu significativamente nas duas últimas décadas, isto em boa medida impulsionada pelo turismo, mas seguindo no geral uma estrutura de circulação e distribuição populacional herdada do período colonial. Em decorrência da demanda pela destinação, a partir dos anos de 1990 os caminhos carroçáveis coloniais foram sendo revestidos por asfalto, o que atraiu novos consumidores turísticos, facilitando-se a difusão do turismo de casas de fins de semana e principalmente do turismo hoteleiro, assim como as visitas de um dia. Este é, realmente, o começo da difusão do turismo no litoral do Município de Tibau do Sul, vila de Pipa.

O turismo e a sua regionalização no Município de Tibau do Sul

Foi o litoral municipal o campo da difusão turística. Neste litoral podem ser identificados, numa análise morfofuncional, quatro focos da dinâmica territorial dos investimentos do setor. Estes focos de investimentos representam aqui também os elementos da estrutura espacial da Região Turística em consideração e estão identificados abaixo (Quadro 1).

Quadro 1 – Elementos espaciais do assentamento turístico em Tibau do Sul

1. A sede administrativa de Tibau do Sul.
2. O Corredor de hotéis que se estende desde a Sede de Tibau até à vila de Pipa.
3. A Zona Central da vila de Pipa.
4. A Periferia ou Bordas imediatas à vila de Pipa, área de expansão em função do congestionamento da Zona Central da vila.

Fonte: Barros, 2009.

A expansão do turismo e o crescimento da população foram extraordinários em Tibau do Sul, particularmente na vila de Pipa, desde os meados dos anos de 1990 até meados da década passada (Tabela 1). Foi a fase do grande desenvolvimento da destinação, fase que parece ter dado lugar nos últimos anos à de consolidação, ou melhor, dado lugar a uma complexa situação de mistura de caracteres das duas fases mencionadas (*desenvolvimento* e *consolidação*). Decorrentes do crescimento foram, entre outros fatos, a elevação do preço da terra na vila de Pipa e a crescente densidade das edificações. Essa valorização da terra reverberou para todo o Município de Tibau, inclusive secções rurais. Os congestionamentos de circulação na Zona Central da vila de Pipa (elemento 3, Quadro 1) se tornaram grande problema-reflexo desta densidade, levando à construção, com recursos do PRODETUR II, do Anel Viário de Pipa (BNB.PRODETUR, 2012).

Resultado é que a sede de Tibau do Sul (elemento 1, Quadro 1), o mencionado Corredor Tibau-Pipa (elemento 2) e as Bordas e Periferias da vila de Pipa (elemento 4) representam as unidades territoriais de especial interesse para os investidores com objetivos de instalar hotéis do padrão *resort* ou não (Figura 1). Para os hóspedes das outras unidades territoriais do assentamento, a Zona Central da vila de Pipa tornou-se progressivamente a área de visitação com fins de gastronomia, compras e diversão noturna, espécie de DCN (Distrito Central de Negócios) da Região Turística em foco como um todo, verificando-se uma divisão territorial-funcional nos serviços. Há claros incrementos de capital cultural na área, e de perdas de capital natural, para empregar a imagem do balanço de capitais (GARROD-FYALL, 1998). Estas observações sugerem sinais da fase de *consolidação*.

Como antes indicado, a destinação teria entrado numa fase de *consolidação*, não obstante pessimistas indiquem preocupantes sinais – ainda que apenas supostos – também de *estagnação*. No intervalo 2007/2010 verificou-se uma substancial redução no crescimento populacional médio municipal para 1,3% ao ano, uma taxa igual à constatada para o Estado do Rio G. do Norte no seu conjunto (Tabela 1). A destinação teria, para alguns, começado a enfrentar sintomas de estagnação com incerta duração. Entretanto, dada a complexidade dos fatores internos e externos que influenciam o desempenho de uma região turística, e também a curva exposta no Gráfico 1 para a destinação em foco, pode-se mais acreditar é que não há evidências que suportem a hipótese da estagnação para o *resort* sob estudo. Comportamentos de demanda abaixo das expectativas por alguns anos em um *resort* não podem, imediatamente, e à revelia dos dados de

expansão dos meios de hospedagem, ser necessariamente tomados como marcos iniciadores da estagnação na trajetória do ciclo da destinação.

Acredita-se que a carcinocultura, com menor efeito, foi suplementar ao turismo nos anos de 1990 e começos da década de 2000 na atração de imigrantes para o Município de Tibau do Sul. Estes imigrantes assentaram-se na área municipal próxima aos manguezais, onde alguns pequenos povoados experimentaram forte expansão (margens da Lagoa Guaraíras, afastada cerca 15 a 10 km da vila de Pipa). Contudo, o declínio desta atividade foi severo nos últimos anos da década passada, continuando pelos dias atuais, o que ajuda a entender a queda do crescimento populacional no final da década passada. Além disso, pode-se supor que a facilitação da mobilidade na última década permitiu intensificar a pendularidade (mobilidade) para a força de trabalho oriunda dos municípios vizinhos para trabalhar na destinação, como alternativa à residência no – ou migração para – inflacionado município turístico.

ABORDAGEM GEOGRÁFICA SISTEMÁTICA DA FUNÇÃO TURÍSTICA E O MODELO DO CICLO DOS RESORTS

O modelo de ciclo de Butler (1980) é um dos modelos mais influentes em Geografia do Turismo, dentre outros que oferecem tipologias evolutivas ou temporais para as destinações. Seu caráter é ser uma representação teórica sintética da dinâmica regional turística, representação orgânica ou integradora de muitas variáveis tendo como pano de fundo o conceito de Espaço Geográfico. É, em decorrência, modelo classicamente geográfico, no senso que exhibe da definição areal e da visão regional de síntese. Levando-se em conta a classificação de Coltman para os ciclos – ciclo curto ou sazonal, ciclo de média duração, e ciclo de longo prazo ou tendência -, o modelo do ciclo dos *resorts* ou destinações ou zonas turísticas referido encaixa-se na categoria dos modelos cíclicos de tendência ou de longo prazo (COLTMAN, 1989, apud GONÇALVES; AGUA, 1997, p.12). A destinação é identificada como a *área* ou região que é uma porção do Espaço Geográfico definida pelo turismo. O conceito de região – central na Geografia (GOMES, 1995; LENCIONI, 2003) – é utilizado para circunscrever territorialmente o assentamento – ou “*lugar turístico*” na denominação de Cruz (2003, p.13) – que vai ser submetido à análise tipológico-evolutiva ou temporal.

O modelo encerra a ideia de que o espaço geográfico é regionalizado e se altera – é produzido – por processos, no caso, comandados pelo

sistema cultural dos serviços. Algumas análises de destinações inspiradas no modelo procuram mesmo por foco nas alterações acontecidas na base dos recursos naturais ao longo das fases, como Hernandez e Leon (2007) acerca das condições ambientais na fase de *pós-estagnação*, quando os esforços podem ser dirigidos para a recuperação ambiental da destinação visando o seu *rejuvenescimento* e que escape do *declínio*.

A destinação – região turística – tem sua ontologia descrita em etapas ou fases ou estágios sucessivos teóricos. A destinação apresentaria uma sequência de seis fases: 1) *fase da exploração*, 2) *fase do envolvimento*, 3) *fase do desenvolvimento*, 4) *fase da consolidação*, 5) *fase da estagnação* e, finalmente, a última etapa: 6) *a fase do declínio* ou a do *rejuvenescimento* da destinação (Butler, 1980).

Muitos estudiosos já haviam percebido que as destinações iam experimentando mudanças ao longo do tempo. Likorish & Kershaw (1958, apud CHOY, 1992, p.26) descreveram a tendência à substituição dos visitantes ricos pelos visitantes da classe média à proporção que a destinação tornava-se mais antiga; finalmente, a destinação acabava dominada pelos pobres em renda, e a região-produto já não era mais aquele “produto” que existira na fase inicial. Observações similares estão nos trabalhos de Christaller (1963, apud BUTLER, 1980, p.5), Plog (1973) e Stansfield (1970), entre outros. A ideia básica é que existe uma sucessão diferencial de visitantes (consumidores da destinação) e Butler sistematiza esta ideia inspirando-se no conceito de ocupação sequencial de D. Whittlesey (1929), tal como o observa Johnston (2001, p.5). A metáfora é aspirada dos estudos da ecologia humana, quer dizer, é central a consideração da competição pelo espaço entre as espécies ou suas variedades (no caso, variedades de turistas). A população dos visitantes (os consumidores turísticos) e o meio geográfico (a destinação) são as dimensões sob foco.

Butler argumenta existir um processo acumulativo no espaço (o meio vai mudando) ao longo da evolução de uma área turística. O que vai acontecendo na destinação irá, cumulativa e organicamente, estruturar-se espacialmente e atuar posterior e incessantemente na definição do caráter do lugar, afetando o futuro da destinação. Tal como em toda reunião de objetos materiais e relações sociais, uma destinação possui origem, desenvolvimento e decadência. O modelo de Butler, portanto, se suporta nas ideias ecológicas da dinâmica de populações (WILKINSON, 1996, p.17) associadas à ecologia regional ou da paisagem.

Em torno do modelo rondam muitas críticas, e dentre elas são numerosas aquelas dirigidas à sequências proposta das fases para o desenvolvimento

da destinação. O próprio Butler admite que, no caso de o turismo ter se difundido por áreas onde não havia assentamento humano anterior ou em que este assentamento era de pequena importância, não faria sentido considerar os dois primeiros estágios da evolução, isto é, o da exploração e o do envolvimento (BUTLER, 1980, p.11). Nesse particular, foi inspirado justamente nos sistemáticos estudos feitos por Noronha (1976) para o Banco Mundial – cuja agência BID financia o Prodetur – que Butler se baseou para evidenciar os limites da sua própria proposta.

Outro crítico das fases argumenta com o exemplo das Ilhas Salomão: aparentavam estar no início do desenvolvimento, mas na realidade já estavam ingressando num “*estágio modificado de declínio*” (DOUGLAS, 1997, p.17). Ou seja, muitas fases propostas eram irreconhecíveis em certas destinações. E esta “amputação” de fases seria mais comum do que se pensava. Papua Nova Guiné, por exemplo, havia passado dos “*primeiros momentos de evolução*” para um claro declínio desde 1973 (DOUGLAS, 1997, p.17). Para alguns, o comportamento do desenvolvimento das destinações coincidiria com o modelo apenas em poucos casos, e então não se deveria esperar muito da sua capacidade preditiva (COOPER, 1994, p.344, apud WILKINSON, 1996, p.23).

E como identificar a fase na qual estaria a região turística? Agarwal lamentou que o modelo de Butler não oferecesse indicadores claros para que a pesquisa sobre uma determinada destinação pudesse apontar quando a mesma se movia de uma fase a outra. Melhor seria, afirmou, que o modelo atribuísse mais valor aos momentos de superposição (*overlapping*) entre as fases que se sucedem (AGARWAL, 1997, p.69,70,71) que às fases propriamente ditas. Tal crítica é de grande utilidade no exame da destinação oferecido pelo presente artigo.

Intervenções funcionais de origem externa ou interna, como a introdução de novas atrações – casas de shows, marinas, instalações esportivas, museus, casas de jogos etc. – podem lançar a destinação em novo(s) ciclo(s) a ponto de alterar toda a lógica de sequências de fase do ciclo anterior. Este é um grande esforço procedido, por exemplo, em velhas destinações, inclusive na Europa Mediterrânea (CHALKITI, 2007, p.163), para conferir sustentabilidade às destinações de massa. Estas novas atrações poderiam criar uma situação de fases que cortaria os vínculos lógico-sequenciais do quadro atual da destinação com a sua história prévia (CHOY, 1992, p.29). O modelo de Butler falharia, nestes casos, em identificar as fases. Poder-se-ia perguntar: estaríamos diante de um novo ciclo com novas fases, ou ainda diante do mesmo antigo ciclo renovado (CHOY, 1992, p.29)?

As controvérsias prosseguem. Uma vez que o foco do modelo é a população de visitantes, já foi perguntado o seguinte: o ciclo da destinação, com as suas fases, seguiria uma única e mesma curva para todos os grupos de turistas oriundos dos diferentes mercados que, ao longo do tempo, se vão sucedendo em uma mesma região turística ou destinação? Moore & Whitehall, utilizando modelos estatísticos (Markov), concluíram que, no caso de Barbados, o modelo da curva em forma de S, de Butler, oferece uma boa imagem para a chegada de turistas no período 1957-2002, mas apenas para determinados mercados emissores. Entretanto, não se poderia dizer que o mesmo comportamento da curva representaria os turistas advindos de todos os mercados emissores que chegaram à destinação (MOORE; WHITEHALL, 2005, p.112).

Malgrado todas as críticas que possam ser feitas ao modelo do ciclo e sua lógica evolucionária, analistas em geral – inclusive aqueles muito críticos ao modelo – reconhecem seu notável valor e influência, o que se expressa por massivas discussões e reedições de trabalhos (BUTLER, 2006, 2009; TSIKALI, 2008).

O modelo do ciclo das destinações ou das regiões turísticas, sendo o mais influente dos modelos evolutivos, compreensivelmente foi submetido a severas apreciações revisionais suportadas em estudos empíricos realizados em diferentes contextos espaciais e temporais. Apesar de todo o volumoso criticismo construído em torno dele, ele é uma referência central nas análises dedicadas ao estudo sistemático da dinâmica das destinações e continua a suscitar ininterrupto, fluente e variado espectro de discussões produtivas sobre a ontologia das regiões turísticas.

No presente artigo, essa ontologia é imaginada e apreciada, especificamente, na sua dimensão ou face demográfica. Uma destinação, claro, apresenta várias dimensões que podem ser estudadas em suas dinâmicas particulares ou específicas. Como explorar melhor uma destas tantas faces da perspectiva ontológica geral do *resort*? Deve-se reconhecer – inclusive é o que fazem muitos dos mais severos críticos da teoria do ciclo – que a representação sequencial proposta por R. Butler oferece eficiente ferramenta teórica unificadora ou integradora das propriedades da região turística em sua dinâmica. Eis a razão central da utilização do modelo na presente análise das alterações dos padrões demográficos na destinação Tibau do Sul nos últimos vinte anos, posto que o presente artigo empenha-se em integrar a análise das características demográficas da população local (dimensão populacional) à interpretação dinâmica da destinação turística.

A ANÁLISE DEMOGRÁFICA DA POPULAÇÃO LOCAL E A ANÁLISE DO TURISMO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO DA DESTINAÇÃO OU REGIÃO TURÍSTICA

Não restam dúvidas que a preocupação em torno das relações entre o turismo – como uma função de amplos efeitos territoriais – e os estudos de população é atitude já assentada nos ambientes acadêmicos e de consultoria interessados nas atividades e nos lugares de lazer, visitas e entretenimento. Vários modelos desenvolvidos durante as últimas décadas inspiraram-se nas alterações que a distribuição geográfica da população local experimentava em decorrência do desenvolvimento ou da expansão da função turística.

Mesmo formulações ou modelos voltados para explorar as dimensões de Origem/Destino, como o de Lundgren (1982) – que classifica os destinos como *metropolitanos*, *periféricos urbanos*, *periféricos rurais* e de *ambiente natural* –, ou a representação de Turner & Ash (1976) (*centro ou metrópoles/periferias*), trazem em si ou denotam na sua linguagem atenção às concentrações ou distribuições das populações. O próprio índice de Defert (1967) avaliando a importância da função turística numa região resulta da relação entre o número dos leitos disponíveis numa determinada região turística (N) e a sua população local (P).

Não obstante a tudo isso, os estudos de segmentação demográfica (perfis demográficos) dos visitantes, isto é, dos consumidores ou turistas, são eles compreensivelmente muito mais numerosos na bibliografia que procura incorporar a análise demográfica à turística, uma vez que tais estudos são vitais para os interesses de curto e médio prazo da denominada indústria do turismo. É mesmo consagrada a expressão estratégia de segmentação (JUANEDA; SASTRE, 1999), para alcançar população determinada – certo perfil – dos consumidores. Esses estudos demográficos formam uma importante parte auxiliar aos denominados estudos dos fluxos turísticos ou da demanda.

Observe-se que os modelos evolucionários, tais como o de Butler (1980), ou o de Thurot (1973), ou de Plog (1973), são baseados na sucessão desta população (consumidores), isto é, da população dos visitantes (turistas) segundo os seus estilos de consumo ou segundo as suas classes de renda (segmentação em perfis), ou ambos os critérios combinadamente. Propõem eles que, ao longo do tempo, tem lugar na destinação uma sequência reconhecível de segmentos (tipos de perfis) demográficos diferentes de visitantes. A população dos visitantes é representada como mudando à proporção que o tempo passa, mudando em seus quantitativos segundo

os estilos de vida e de consumo, segundo os grupos de idade, segundo os níveis de renda, isto é, o caráter do fluxo se vai alterando à proporção que a destinação ou região turística vai desenvolvendo. Os padrões demográficos dos visitantes sofrem mudanças.

Quando as atenções institucionais de pesquisa das grandes iniciativas de investimentos e vendas do serviço turístico – crescentemente operando à escala global – se voltam para as secções do Espaço Geográfico que são ou podem se tornar destinações (zonas receptoras), o foco é posto, naturalmente, de modo exclusivo nas características naturais ou culturais da área que podem cooperar para formatar os produtos turísticos, ou que podem ser disfuncionais às estratégias espaciais de expansão. Então, certa preocupação com a disponibilidade e características da mão de obra local a ser incorporada ao mercado de trabalho do setor se constitui exceção à reconhecida desatenção à demografia da população local. Pode-se pensar que, de certa forma, isto é reflexo do tradicional planejamento de cima para baixo rotineiramente associado à história de implementação dos muitos planos estratégico-espaciais para o setor, o que tem dado espaço a justificados criticismos (ARAÚJO, 2012; ARAUJO, BRAMWELL, 2002; ARAUJO, DREDGE, 2012; LIU, WALL, 2006).

Os modelos de segmentação evolucionária, antes referidos, não analisam a população local sistemática ou diretamente numa perspectiva de fases ou evolucionária. Entretanto, a população dos habitantes da destinação compartilha do processo das mudanças precipitado pela ontologia da destinação turística, desenvolvendo este que conduz em geral à standardização ou institucionalização turística da região receptora.

Em decorrência de tudo isso, entendemos como necessária a avaliação daquilo que acontece à população local: como é a sua ontologia, como ela muda em seus caracteres demográficos (etariamente, educacionalmente, migratoriamente etc.) à medida que a destinação descreve a sua trajetória de alterações.

Quanto à distribuição no espaço da população local nas regiões turísticas (destinações), outros modelos contemplam muito própria e precisamente o assunto. O proposto por Miossec (1976) pressupõe cinco etapas-padrão da organização espacial numa região turística. Neste caso, enquanto a primeira etapa mostra, entre outras características, baixas densidades demográficas e isolamento entre os assentamentos humanos, a última etapa é, pelo contrário, caracterizada pelas altas densidades demográficas e pela hiperconectividade entre os assentamentos turísticos. Lozato-Giotart (1993, p.125) observa, por seu turno, baseando-se em J.

Lundgren, o modo como o processo de crescimento populacional metropolitano vai absorvendo ou colonizando a zona de segunda residência para a população residente metropolitana; o crescimento populacional da metrópole prossegue requalificando sequencialmente novas e mais distantes áreas rurais para a função de zona das residências secundárias.

Entretanto, apesar desse interesse no aspecto da distribuição espacial da população, o Grupo de Estudos em Turismo da União Geográfica Internacional (UGI), há cerca de uma década, entendeu de estabelecer como foco claro e relevante de pesquisas os nexos entre o turismo e os estudos mais amplos da população; especificamente, as relações entre o turismo e o fenômeno das migrações.

Havia o reconhecimento, entre os estudiosos do turismo numa perspectiva geográfica, que chegara o tempo de desenvolver estudos sobre aspectos ainda pouco analisados (Hall, Williams, 2002, p.3) ou a merecer reexame à luz das novas realidades do espaço turístico. Existiam evidências que estudos de ordem demográfica, claramente interconectados com as destinações, eram escassos, como o demonstraram Botterill, Haven e Galé (2002). Os primeiros resultados de tais investigações apareceram no número temático *Turismo e Migrações*, do periódico *Tourism Geographies* (2000, vol.2, n.2, February), inspirado, principalmente, na experiência dos espaços turísticos do mundo desenvolvido.

Deste empenho resultou que palavras indicadoras de classes de mobilidade – pendularidades diversas, migração de trabalho, de retorno, de aposentados, empresarial etc. –, que não raro se superpõem, tornaram-se menos escassas na bibliografia da Geografia do Turismo, deste modo incorporando-se mais frequentemente à análise do turismo os temas da mobilidade, migração e circularidade, central na Geografia contemporânea. Das mencionadas discussões decorreu a ideia norteadora de que o turismo pode ser entendido como envolvendo duas grandes formas de mobilidade. Uma é aquela denominada de *mobilidade do trabalho ou da produção*, entendida como orientada para resolver o provimento dos serviços turísticos, forma importante especialmente onde o turismo é de massas e de expansão rápida e que necessita mão de obra adicional, isto é, além da capacidade da oferta local. A outra, denominada *mobilidade de consumo*, é devida aos deslocamentos produzidos pelos próprios consumidores ou turistas (WILLIAMS, HALL, 2000, p.11).

Voltado propriamente para o estudo da *mobilidade do trabalho*, então no âmbito daquela iniciativa da UGI, mencione-se o trabalho de Szivas & Riley, artigo que aborda (revisa) o tema da entrada da mão de obra

advinda do desemprego ou de outros setores (agricultura, por exemplo), na atividade turística (movimento intersetorial do trabalho). Como era de esperar, movimento que se associa fortemente à mobilidade geográfica.

Esses autores rerepresentam algumas discussões e argumentos desenvolvidos em torno da mobilidade nas experiências do turismo periférico nas áreas rurais ao longo das décadas precedentes (2002, p.54-5), replicando-os em artigo posterior (SZIVAS, RILEY, AIREY, 2003). Atenção especial merece o trabalho produzido por Salva-Tomàs estudando características demográficas dos imigrantes recentes na área turística segundo a origem geográfica dos mesmos, e a segmentação existente no mercado de trabalho turístico fortemente entrelaçado com estas origens. De maneira mais ampla, o autor procura relacionar as migrações (quanto à origem), no caso tanto a de trabalho quanto a de consumo, à expansão do turismo de massa nas Ilhas Baleares, Espanha, a partir dos anos de 1950, identificando as mudanças. As alterações verificadas no perfil demográfico dos residentes são identificadas, inclusive etariamente, que é o caso do rejuvenescimento da população (SALVA-TOMÀS, 1996, 2002).

Para a discussão destes problemas, da associação entre a mobilidade intersetorial e geográfica, pode-se retomar a observação de Singer (1980) de que, não obstante existam zonas de expulsão, são as zonas de atração onde se encontram as demandas por força de trabalho que acabam por definir as trajetórias da mobilidade geográfica (SINGER, 1980, p.226). A generalização pelo território nacional das políticas de transferência de renda e cobertura social implantadas a partir do final dos anos de 1990, e intensificada na última década acreditamos não alteraram este fenômeno gravitacional comandado pelas zonas de desenvolvimento diferenciado, que é precisamente o caso turístico de Tibau do Sul. Para a produção do serviço turístico, um determinado estoque de força de trabalho há que ser reunido num *sítio* geográfico onde o serviço vai ser consumido (WILLIAMS, HALL, 2000, p.13), e isso comanda a direção da mobilidade geográfica no rumo de uma região.

Abriu-se um campo de possibilidades para os estudos sobre os padrões reais de mobilidade do trabalho, isto é, sobre diversificados tipos de circulação ou de migração vinculada à produção (BELL; WARD, 2000). Os estudos vão suscitando indagações e reflexões; nesse aspecto cumpre observar as anotações desenvolvidas por Brito acerca do descolamento entre as condições da mobilidade espacial e as condições da mobilidade social nas décadas mais recentes no Brasil (2009, p.21). Esse problema é particularmente importante no campo da análise das potencialidades

migratórias para as zonas de forte desenvolvimento dos serviços turísticos. É que a globalização, as específicas exigências de interação e inserção nas redes sociais como requerimentos de trabalho, a internacionalização das destinações, isto e muito mais, têm evidenciado a importância da migração internacional no setor (AITKEN, HALL, 2000), sobrepondo-se à força da proximidade, à diferença do que pode ocorrer a outros setores. O problema exige a análise do caráter ou perfil da mobilidade geográfica ao nível das diferentes escalas geográficas. De certa forma, pode-se dizer que isso se associa ao que Brito denomina de restrições crescentes da inserção da força de trabalho por conta da reestruturação no país (BRITO, 2009, p.19; OJIMA, 2012, p.151).

Com a generalização da mobilidade, fato já anunciado por Zelinky (1971), e com a superação em muitos espaços geográficos, como no Brasil, da dominância do clássico padrão de migração campo (agricultura) à cidade (indústria), atenções têm sido postas nas migrações de retorno, não restritamente ao retorno dos agora aposentados que haviam formado os fluxos do padrão clássico das áreas rurais para as metrópoles (fluxos nacionais ou internacionais), mas também dos migrantes de retorno de diferentes faixas etárias e perfis socioprofissionais. Exemplo é o estudo sobre migrações de retorno em velhas áreas de *plantations* (CONWAY, POTTER, 2007) na América, áreas envolvidas há décadas por esquemas de desenvolvimento turístico de massas. Há exemplos de estudos voltados para a avaliação da migração de áreas urbanas (metrópoles) para áreas periféricas, áreas mais naturais ou rurais, em função da instalação da atividade turística nestas zonas e oportunidades profissionais e de investimentos então decorrentes (PANIÁGUA, 2002), constituindo-se numa variedade do que se tem chamado de contraurbanização.

É evidente que a destinação turística, inclusive a sob exame no presente trabalho, não é apenas afetada nas suas características demográficas pela ação dos investidores turísticos e das políticas públicas diretamente vinculadas ao setor. As circunstâncias regionais da agricultura exercem suas influências, assim como políticas públicas de efeitos com extensão geral ao território do país, tais como transferências de renda (aposentadorias e benefícios da previdência, programas de complementação de renda, habitacionais etc.), extensão de redes de saúde e educação etc. Campos, Barbieri e Carvalho (2007) estudaram as relações entre migração e previdência social no Brasil entre 1980 e 2000; trata-se de um fenômeno extenso e significativo para a interpretação da mobilidade no país (GUEDES, 2005). De fato, como o observa Massey (2005, p.148) em geral, o espaço – e no

caso uma região turística como a em foco – é uma esfera de relações e de multiplicidades contemporâneas, que, no caso, inclui tanto a dimensão mais propriamente dos fatores turísticos quanto os demais, como políticas sociais, reestruturações produtivas etc.

Existem processos em generalizada difusão, como o envelhecimento da população, o declínio da mortalidade e da fecundidade, fenômenos associados à difusão dos padrões da *transição demográfica* (vital) no Brasil já numa segunda fase. Ou o aumento da mobilidade territorial ou geográfica no país à proporção que a modernização se espalhou pelo espaço geográfico alterando seus sistemas de transporte e comunicação (*transição de mobilidade*), isto associado às restrições de inserção crescentes no mercado de trabalho, restrições antes mencionadas (BRITO, 2009). Ou a transição ocupacional, como o espalhamento das atividades de serviços (educação, saúde, energia, comunicações etc.) pelo espaço como aspecto do que se chamou revolução pós-industrial (DANIELS, 1993; STANBACK *et al*, 1983), o que alterou os padrões gravitacionais para os fluxos. Entretanto, há na literatura naturais evidências que zonas forte e diferencialmente afetadas por uma atividade¹ como o turismo tendem a apresentar também características demográficas diferenciadas (SZIVAS, RILEY, AIREY, 2003; SALVA-TOMÁS, 1996, 2002).

O DESENVOLVIMENTO DE PIPA E AS ALTERAÇÕES NOS PADRÕES DEMOGRÁFICOS: ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Esclarecemos, a princípio, que a unidade de observação estatística é o Município. Para que fossem avaliadas as alterações demográficas experimentadas pelo Município de Tibau do Sul (a destinação turística) ao longo do seu desenvolvimento nas décadas 1990 e 2000, tomou-se para efeito de comparação ou contraste o Município de Espírito Santo, localizado no Agreste do Estado e a cerca de 40 km de T. do Sul, como já informado. E. Santo, o município contraste, não sofreu nenhum processo local que pudesse ser identificado como de dinâmica estrutural, nenhum processo diferenciador local (seja de serviços turísticos, petróleo/gás, fruticultura, dinâmica metropolitana periférica, serviços de logística, ou outro). Então, se assume possa ele expressar a trajetória, digamos, *normal*, dos padrões demográficos no contexto regional nas décadas de 1990 e 2000, trajetória

1. Silva (2005) e Pagnato & Becker (2007), por exemplo, examinam a influência da atividade petrolífera na região de Macaé.

da qual o Município de Tibau do Sul se desviou por conta de ter se tornado uma destinação turística de sucesso.

Eis, em resumo, o material que será analisado: 1. Taxas geométricas médias anuais de crescimento da população; 2. Indicadores dos padrões da população segundo idade, sexo e escolaridade nos anos de 1991, 1996, 2000, 2007, 2010; 3. Exploração dos dados migratórios dos anos censitários 2000 e 2010 no sentido de identificar mudanças nos padrões de migração ao longo do desenvolvimento da região/destinação turística, e avaliar de que forma as migrações influenciaram nos perfis ou padrões demográficos.

As alterações nas características demográficas são interpretadas flexivelmente à luz do processo de expansão da função turística, e tal processo de desenvolvimento é expresso pelo Gráfico 1 que figura o crescimento dos meios de hospedagem.

As alterações na Dinâmica do Crescimento da População Local

As alterações verificadas, ao longo de quatro décadas, na relação entre as populações residentes nos dois Municípios, Tibau do Sul e Espírito Santo estão na Tabela 2. Notável que as duas unidades territoriais acabaram, afinal e na década passada, por permutar a posição de ostentar a maior população, isso em função da dinâmica turística que vem tendo lugar em Tibau do Sul nas duas últimas décadas. Em 1970, a população de T. do Sul (3.897 habitantes) era cerca de 2/3 da população residente no Município de Espírito Santo (6.143 habitantes) naquele ano; porém, a partir dos meados da década de 2000, passa a ser maior (Tibau: 11.385 hab.; E. Santo: 10.475).

Tabela 2 – Relação da População Residente em T.do Sul e E. Santo. 1991 a 2010. RN

Anos	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
Relação*	0,63	0,66	0,59	0,65	0,72	1,08	1,09
T.Sul/ESa							

Fontes: IBGE. *Contagem de população*. (1996, 2007). Rio de Janeiro.

IBGE. *Censos demográficos* (1970, 80, 91, 2000, 2010). R. de Janeiro.

*Obs. 1: Relação definida pela seguinte Fórmula:

Pop. Residente no M. de Tibau do Sul ÷ População residente no M. de Espírito Santo.

A Tabela 3 compara as taxas de crescimento populacional ostentadas pelas duas unidades municipais nos últimos trinta anos. Nota-se que na década de 1980 a taxa de crescimento populacional média geométrica anual (em %) no Município de E. Santo era sensivelmente superior àquela verificada para Tibau do Sul. Pode-se sugerir, aceitando-se a premissa realista de que

os padrões de fecundidade deveriam ser equivalentes, maiores perdas por emigração para este último município (Tibau do Sul). A situação passa a se alterar na década seguinte, década de 1990, com as perdas se acentuando para E. Santo e reduzindo-se acentuadamente para Tibau do Sul. Pode-se afirmar, apoiando-se ainda na Tabela 1 – que indica a taxa média anual de 6,80% para Tibau no período de 1996/2000 - que os anos da mais intensa imigração para o *resort* foram os dez anos entre meados dos anos de 1990 e meados da década seguinte. Este é justamente o segmento da linha do tempo da destinação mais convincente para que chamemos de *core* da *fase do desenvolvimento*.

Observa-se um crescimento sustentado da taxa de crescimento populacional para o Município de Tibau desde a década de 1980 até à Contagem de População de 2007. Sendo a última taxa calculada para o decênio, isto é, de 2000 a 2010, vê-se o movimento como ainda ascendente, década a década, desde 1980. Os dados da última Contagem de População (2007), entretanto, produzem uma visão mais realista do que realmente passou a acontecer no *resort* nos anos finais da década de 2000 (entre 2007 e 2010), em termos do seu crescimento populacional. Tem lugar uma vertiginosa queda na sua dinâmica populacional, com a taxa praticamente se equalizando à verificada para Espírito Santo no mesmo triênio, e sendo menor que a do Rio G. do Norte em seu conjunto. E foi mesmo inferior ao seu próprio crescimento médio anual para os anos de 1980.

Tabela 3 – Taxa do crescimento geométrico médio anual (%) da população residente nos intervalos entre os Censos e Contagens nos Municípios indicados, 1980-2010

Municípios	1980/1991	1991/2000	2000/2007	2007/2010	2000/2010
E. Santo	2,85	0,64	- 0,80	1,12	- 0,23
Tibau do Sul	1,85	2,95	5,08	1,28	3,92
Estado do RN	2,21	1,56	1,17	1,68	1,32

Fontes: IBGE. Censos demográficos (1980, 1991, 2000, 2010). R.J. IBGE. Contagem (2007). Rio de Janeiro.

As alterações no Perfil por Sexo da População Local

O que se pode concluir da Tabela 4, que expõe a Razão de Sexo nas duas unidades municipais que estão sendo comparadas, é que não são registradas diferenças significativas entre os padrões verificados para os dois

Municípios em cada um dos anos com dados disponíveis. A transformação do Município de Tibau do Sul numa destinação turística de sucesso não acarretou alterações na sua Razão de Sexo. Entretanto, deve-se notar que no ano de 1996 (ano de Contagem) a Razão de Sexo foi ligeiramente superior para o Município de Tibau do Sul. Esse fato talvez esteja associado à fase bem intensa da construção de hotéis e pousadas (entrada de mão de obra masculina), inclusive hotéis do tipo *resorts*, quando a destinação estava justamente na fase do *take off*. Observa-se ainda que, em 1991, a Razão de Sexo era sensivelmente maior em Espírito Santo, e por hipótese, podemos pensar que tal diferencial resulta da natureza diferente da absorção de mão de obra segundo sexo das atividades primárias existentes em cada um dos municípios à época. Enquanto em E. Santo dominava a pecuária e a agricultura de roças (milho, feijão etc.), em Tibau do Sul, ao lado da agricultura de roças, havia a forte presença da atividade extrativista (“marisqueira” nos manguezais), ao lado da pesqueira e da carcinocultura.

Tabela 4 – Razão de Sexo* da população residente nos Municípios indicados para os anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

Ano	1991	1996	2000	2010
Espírito Santo	121,18	104,91	105,43	103,16
Tibau do Sul	104,25	110,03	104,46	102,33
Estado do RN	95,30	95,45	95,99	95,66

Fontes: IBGE. Censos (1991, 2000, 2010). R.J. IBGE. Contagem (1996). Rio de Janeiro.

* *Razão de Sexo* = $H/M \times 100$

Alterações no Perfil Etário da População Local

Na Tabela 5 acham-se expostas as seguintes taxas, nos dois Municípios indicados, para os anos de 1991, 1996, 2000 e 2010: a Taxa de Dependência Geral (TDG), a Taxa de Dependência Infantil (TDInf) e a Taxa de Dependência dos Idosos (TDId). É clara a evidência que a Taxa de Dependência Geral (TDG) declina, de 1991 a 2010, mais acentuadamente no caso do Município de Tibau do Sul que no caso do Município de Espírito Santo. No ano de 1991, a TDG registrada para Tibau do Sul (97,81) era maior que a taxa para o Município de Espírito Santo (95,31). Ao longo do período de vinte anos, ambas as taxas se reduzem significativamente em relação ao padrão de 1991. É ao longo dos anos de 1990, a década do começo da difusão do turismo, que a TDG para Tibau do Sul ostenta mais acelerada queda. Resultado deste processo é que, ao se olhar as taxas para o ano de 2010, a mesma (TDG) é significativamente menor em

Tibau do Sul que a registrada para Espírito Santo. A população de Tibau do Sul exibe um padrão etário mais centrado na faixa que compreende as pessoas entre os 14 a 65 anos de idade.

Tabela 5 – Taxa de Dependência Geral, Infantil e de Idosos* nos Municípios indicados nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

	1991	1996	2000	2010
Municípios	TDG. TDInf. TDId.	TDG. TDInf. TDId.	TDG. TDInf. TDId.	TDG. TDInf. TDId.
Espírito Santo	95,31; 82,19; 13,12	84,16; 70,43; 13,73	79,33; 65,54; 13,79	59,53; 46,10; 13,75
Tibau do Sul	97,81; 84,35; 13,47	60,61; 53,32; 8,29	68,68; 57,01; 11,67	51,59; 42,84; 8,75
Estado do RN	76,21; 65,77; 10,44	67,82; 57,31;10,51	61,27; 50,98;10,29	47,86; 46,65; 11,20

Fontes: IBGE. Censos (1991, 2000, 2010). R. J; IBGE. Contagem (1996). Rio de Janeiro.

* - (TDG) *Taxa de Dependência Geral* = $100 \times (\text{Pop. 0-14 anos} + \text{Pop. 65 anos ou mais}) \div P$ de 15-64 anos.

- (TDIn) *Taxa de Dependência Infantil* = $100 \times \text{Pop. 0-14 anos} \div \text{Pop. 15-64}$.

- (TDId) *Taxa de Dependência de Idosos* = $100 \times \text{Pop. 65 anos ou mais} \div \text{Pop 15 a 64 anos}$. (Plane, Rogerson, 1994).

Os dados exibidos na Tabela 5 mostram que a Taxa de Dependência de Idosos (TDId) para o Município de Espírito Santo mantém-se praticamente inalterada durante as duas décadas (em 1991 foi de 13,12, e em 2010 foi de 13,75), enquanto a mesma taxa para o Município de Tibau do Sul – que em 1991 foi de 13,47, valor próximo ao da taxa para E. Santo – declina severamente. Isto sustenta a afirmação antes feita acerca dos diferentes perfis etários das duas regiões (municípios) sob processo de comparação. E, ainda seguindo o mesmo raciocínio, como a população residente no Município de Tibau é muito centrada na faixa de reprodução, é compreensível que a Taxa de Dependência Infantil para o Município de Espírito Santo não seja tão mais alta que a mesma taxa registrada para o Município de Tibau do Sul. Mas o fato é que a Taxa de Dependência Infantil (TDInf), que era ligeiramente maior em Tibau do Sul quando comparada com a taxa para E. Santo em 1991 veio a ser menor para o ano de 2010.

A Tabela 6, ainda que contenha informações redundantes em relação à Tabela 5, oferece medidas mais diretas para avaliar a presença dos jovens ou dos idosos nas populações residentes nos dois municípios que estão sendo comparados quanto aos padrões descritivos ou perfis demográficos

que exibem. Espírito Santo, não afetado por dinâmica de alteração funcional, continuou mantendo a sua Taxa de Idosos (população residente com 60 anos ou mais de idade) mais alta que a de Tibau do Sul, e mesmo aumentou a taxa de 1991 (9,14) a 2010 (12,01). No caso do município que é destinação turística (Tibau do Sul), a taxa, que em 1991 era próxima à de E. Santo (9,07), declina para 8,46 em 2010.

Por outro lado, ainda na Tabela 6, constata-se que a Taxa de Adultos Jovens (TAJ) (aqueles residentes com idades entre 18 a 39 anos), taxa que era praticamente igual em ambos os municípios no ano de 1991, passa, a partir de 1996, e até 2010, a ser sustentadamente mais alta em Tibau do Sul.

Tabela 6 – Taxa de Idosos (Tid)* e Taxa de Adultos Jovens (TAJ)** da população residente nos municípios indicados nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2010

	1991	1996	2000	2010
Municípios	Tid. TAJ	Tid. TAJ***	Tid. TAJ	Tid. TAJ
Espírito Santo	9,14; 29,01	9,90; 26,18	10,23; 31,91	12,01; 34,43
Tibau do Sul	9,07; 28,74	7,00; 29,47	9,14; 35,70	8,46; 39,21
Estado do RN	8,24; 33,54	8,53; 30,76	9,03; 36,14	10,84; 37,47

Fontes: IBGE. Censos Demográficos (1991, 2000, 2010). Rio de Janeiro.

IBGE. Contagem de População (1996). Rio de Janeiro.

*Tid = Pop. 60 anos ou mais / Pop. Total x 100.

**TAJ = Pop. de 18 a 39 anos / Pop. Total x 100. (Anos de 1991, 2000 e 2010).

*** Observamos que a TAJ para o ano de 1996 é calculada com o limite inferior do intervalo diferente da calculada para os anos de 1991, 2000 e 2010, em decorrência da forma de publicação dos dados. Nela, o intervalo das idades é: de 20 a 39 anos (inclusive), e não de 18 a 39 anos (inclusive) como na obs. **.

Alterações no Perfil Educacional da População Local

A variável que descreve o(s) nível (eis) da instrução formal da população residente com 10 ou mais anos de idade revela-se particularmente comunicativa na identificação da diferenciação que passa a acontecer nos padrões ou perfis demográficos entre os dois municípios (Tabela 7). A participação populacional relativa (%) na faixa de menor instrução é acentuadamente mais alta no Município de Espírito Santo, no ano de 2010, que no Município de Tibau do Sul.

Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%), nos Municípios indicados, para o ano de 2010

Nível de instrução	Espírito Santo (%)	Tibau do Sul (%)
A. Sem instrução e fundamental incompleto.	75,4	63,5
B. Fundamental completo e médio incompleto.	12,4	14,5
C. Médio completo e superior incompleto.	10,7	17,0
D. Superior completo.	1,5	5,0

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2010). Rio de Janeiro.

Quando, contudo, são consideradas as faixas de instrução C e D – que somadas incluem a população dos escolarizados com curso de nível médio completo ou mais (inclusive curso superior seja completo ou incompleto) –, a importância dessas duas faixas somadas, para o Município de Tibau do Sul é efetivamente mais que o dobro do verificado para o Município de Espírito Santo. Certamente se verifica o fenômeno da importação dos padrões educacionais por conta dos requerimentos ou exigências do mercado de trabalho, fato muito reconhecido nas áreas que recebem forte influxo de imigrantes e relembra o postulado teórico da natureza seletiva do fenômeno das migrações apresentado na revisão bibliográfica. É possível então concluir que os padrões diferenciais de educação que se evidenciam pela Tabela 7 resultam do processo de entrada e acumulação migratória, ao longo de duas décadas, na destinação turística Tibau do Sul.

Os Padrões Migratórios e a Difusão Turística

A Tabela 8 identifica, em termos relativos (taxa em %), os brasileiros natos residentes em cada um dos dois municípios que são identificadas como *Migrantes*. Estes, os *Migrantes*, podem ser considerados *Migrantes em geral*, ou serem considerados *Migrantes de Retorno*, devendo-se observar que estes últimos acham-se incluídos na categoria dos *Migrantes* em geral.

Examinando os dados para o ano de 2000, pode-se constatar que a *Taxa Geral de Migrantes* é bem aproximada para os dois municípios, sendo mesmo ligeiramente menor para Tibau do Sul, registro que não deixa de ser intrigante e contrário à expectativa teórica. Para o ano de 2010, entretanto – e certamente decorrência dos efeitos do turismo –, o indubitável influxo maior de imigrantes em Tibau do Sul acabou por se expressar no levantamento censitário, de maneira que a *Taxa Geral de Migrantes* tornou-se sensivelmente maior para Tibau do Sul, o município *resort*, quando comparada com a *Taxa* para o Município de E. Santo (Tabela 8).

Mas, observe-se ainda que a *Taxa Geral de Migrantes* é substancialmente aumentada para ambos os municípios, e a *Taxa dos Migrantes de Retorno* aumenta também para os dois municípios, quando se compara os dados registrados para o ano de 2000 e para o de 2010.

Tabela 8 – Taxas da População (residente) Migrante nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul segundo duas categorias (em %), em relação ao total dos residentes, para os anos 2000 e 2010

Categorias de Migrantes	M. de Espírito Santo		M. de Tibau do Sul	
	2000	2010	2000	2010
Migrante	19,3	34,7	17,2	44,3
Migrante de Retorno	2,4	4,7	1,7	3,8

Fonte: IBGE. Censos demográficos 2000 e 2010. Rio de Janeiro.

Nota: * A categoria *Migrante* no município Y é o residente no município Y que *não nasceu* neste município Y, mais os residentes que, mesmo tendo nascido em Y, moraram em outro município em alguma (s) fase(s) das suas vidas, isto é, são ou formam a categoria *Migrantes de Retorno* (exibem experiência migratória). O que se entende então como *Migrante* (municipal) envolve, para usar uma linguagem comum, os ‘forasteiros’ e mais os ‘filhos-da-terra’ retornados. O que se denomina *Migrante*, nesta Tabela 8 e na Tabela 9 é, portanto, este somatório (*Migrante municipal*)

Os dados antes apresentados sugerem que se pergunte acerca das épocas de chegada dos fluxos migratórios, e a Tabela 9, a seguir, expõe o Tempo de Residência (moradia) dos Migrantes segundo as categorias da migração. Os dados do Censo de 2000 permitem olhar a formação do estoque migratório, por tipo de migrante, do ano de 2000 para trás segundo intervalos temporais. Vejamos primeiramente o caso dos Migrantes em geral (ou total T); em seguida, dos migrantes que não são filhos da terra (os chamados Migrantes “Forasteiros”, MF); e, por último, o caso dos migrantes de retorno (Migrantes de Retorno, MRet), isto é, aqueles que são os filhos da terra que retornaram, comparando os seus fluxos em cada município, segundo a época que eles retornaram ao município de nascimento.

Sobre os Migrantes em geral (T), divisa-se, com nitidez, que o período de chegada, do estoque migratório total que já estava residindo no Município de Tibau do Sul no ano 2000, foi marcadamente o período de 1997 a 2000, fase de intensa aceleração na expansão deste *resort* turístico. Os migrantes, declarados em 2000, com menos de dez anos de residência, isto é, os chegados durante a década de 1990, a da expansão turística em Tibau do Sul, eram também mais representativos no Município turístico que no Município de Espírito Santo. Mais precisamente, enquanto os migrantes entrados em Tibau do Sul na década de 1990 representavam cerca de

60,14% do estoque dos migrantes no ano de 2000, os entrados no mesmo período no Município de Espírito Santo representavam 49,61%.

Ainda acerca dos Migrantes em geral (T), e desta vez observando os estoques registrados em ambos os municípios no ano de 2010 – o padrão dez anos depois do ano 2000, antes exposto –, a força das migrações mais recentes, entendendo-se como mais recentes as acontecidas entre 2001 e 2010, para o total de migrantes continua a evidenciar-se mais forte para Tibau do Sul, inclusive para todas as faixas de Tempo de Residência definidas, quando em comparação com o Município de Espírito Santo. A *Migração geral* da década de 2000, em Tibau do Sul, representou 58,52%, e em E. Santo 42,52%. Nas duas décadas, portanto, o município *resort* recebeu fluxos mais renovados de migrantes.

Quanto aos Migrantes “forasteiros” (MF), a chegada deles é muito concentrada nos anos finais da década de 1990 em Tibau do Sul; e não se revela diferenciação temporal significativa de chegadas no caso de E. Santo. Também no município que é destinação turística (Tibau do Sul) os migrantes deste tipo (“forasteiros”) chegados na década são bem mais representativos que os chegados a mais de 10 anos, quando se os compara com a situação no Município de Espírito Santo. Os dados registrados no ano de 2010, também para o estoque, mostram que a importância relativa dos “forasteiros” é sempre maior, ao longo de todas as faixas de tempo da década de 2000, para Tibau, e também que a superioridade relativa dos forasteiros deixa de ser tão pronunciada nos anos finais desta década quando comparada com a década de 1990 neste mesmo município.

Os Migrantes de Retorno, nos últimos anos da década de 1990, tornam-se bem menos significativos no conjunto dos migrantes, no Município de Tibau do Sul, em função da maior chegada dos “forasteiros” (MF). Dez anos depois, olhando-se os dados registrados para 2010, observa-se que no final da década de 2000 os Migrantes de Retorno (MRet) retomam alguma importância em relação aos “forasteiros” (MF), e estes anos correspondem justamente ao período da forte queda na dinâmica do crescimento populacional em Tibau do Sul, quando a taxa geométrica média de crescimento anual da população neste município passou de 5,08 no período 2000\2007, para 1,28 % no período 2007/2010.

Tabela 9 – Total de Migrantes (T), Migrantes Não-nascidos no Município (MF) e Migrantes de Retorno (MRet), nos Municípios indicados, segundo o Tempo de Residência, em anos, no município, com importância relativa (em %), nos anos de 2000 e 2010

Tempo de Residência no município (em anos)	2000						2010*					
	E. Santo			T. do Sul			E. Santo			T. do Sul		
	MF	Mret	T	MF	Mret	T	MF	Mret	T	MF	Mret	T
0 a 1	8,00	2,84	10,84	19,10	1,43	20,53	10,22	0,58	10,80	15,01	1,08	16,09
2 a 3	8,43	1,72	10,15	16,78	0,68	17,46	9,18	3,25	11,53	14,83	1,68	16,51
4 a 5	6,24	1,55	7,79	5,66	1,64	7,30	6,20	1,21	7,41	10,01	1,90	11,90
6 a 7	9,47	0,60	10,07	7,30	0,68	7,98	6,17	1,23	7,41	6,88	0,79	7,67
8 a 9	9,12	1,64	10,76	5,53	1,36	6,89	4,12	1,26	5,38	6,04	0,31	6,35
10 ou mais	47,85	2,54	50,39	36,63	3,21	39,84	52,11	5,38	57,48	39,31	2,17	41,48
Total*	89,11	10,89	100,00	91,00	9,00	100,00	87,99	12,01	100,00	92,08	7,92	100,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000 e 2010). Rio de Janeiro.

Obs.: * - É o que se chama *migrante de estoque* em qualquer das categorias, i. é, independente do tempo de moradia.

** - Observa-se que há muito pequenas dificuldades de ajustes dos percentuais para os dados correspondentes ao ano de 2010; optamos por apresentar e interpretar os dados tais como estão – não os harmonizando (ajustamentos), pois acreditamos que tais dificuldades não inviabilizam a utilização destas informações disponíveis dos denominados *Micro Dados* (Migração) do Censo.

A Tabela 10 discrimina, dentre os Migrantes (total) que possuem menos de 10 anos de residência em Tibau do Sul e em Espírito Santo, as suas respectivas faixas etárias nos anos de 2000 e 2010. Olhando os dados fornecidos pelo Censo 2000 - que dá os números para os migrantes chegados na década de 1990 –, claramente se nota que os migrantes que se dirigiram nesta década para o Município de Tibau Sul eram, em mais da metade, pessoas na faixa etária entre os 20 e os 39 anos de idade, indicando forte migração de trabalho. O percentual dos migrantes da década nesta faixa etária (20 a 39 anos) é bem superior no caso de Tibau de Sul quando comparado ao verificado para o Município de Espírito Santo.

Quando se examinam os dados fornecidos pelo Censo do ano 2010, esta faixa continua a ser bem mais representativa em Tibau do Sul, verificando-se também uma forte presença em Tibau, quando comparado com Espírito Santo, da população na faixa etária seguinte, de 40 a 59 anos. Observa-se ainda que, na faixa de 0 a 19 anos, há forte superioridade de migrantes em Espírito Santo, fato talvez ligado ao fenômeno intenso

de retorno de famílias com responsáveis ainda em idade reprodutiva. Os dados migratórios expostos reforçam as descrições anteriormente feitas para as populações residentes nos dois municípios quanto às diferenças nos seus padrões ou perfis etários.

Tabela 10 – Migrantes com menos de 10 anos de residência* nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, segundo a importância relativa (em %) dos grupos de idade. Anos de 2000 e 2010

Grupos de idade	Espírito Santo		Tibau do Sul	
	2000	2010	2000	2010
0 a 19 anos	38,31	61,13	30,24	43,24
20 a 39 anos	36,93	25,61	50,51	36,40
40 a 59 anos	14,49	8,05	15,28	15,63
60 anos ou mais	10,27	5,25	3,97	4,75

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

* Obs.: o total do *estoque de migrantes* é depurado para extrair apenas os com até dez anos de residência no Município.

A Tabela 11 expõe a descrição dos Migrantes (total) que se dirigiram para Tibau do Sul e para Espírito Santo, respectivamente nas duas décadas (1990 e 2000), segundo a sua distribuição por sexo. Não se podem distinguir diferenças significativas entre os dois fluxos de migrantes que se encaminharam para cada um dos dois municípios quanto ao sexo, e isto acompanha a caracterização, utilizando o cálculo da Razão de Sexo, do conjunto dos residentes em cada uma das unidades municipais.

Tabela 11 – Importância relativa por sexo (em %) nos Migrantes com menos de 10 anos de residência* nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul. Anos de 2000 e 2010

Sexo	Espírito Santo		Tibau do Sul	
	2000	2010	2000	2010
Masculino	49,13	48,03	47,11	49,22
Feminino	50,87	51,97	52,89	50,78

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: * o total do *estoque de migrantes* é depurado para extrair apenas aqueles com até dez anos de residência no município.

A Tabela 12 descreve as características da instrução formal dos Migrantes (total) que haviam também chegado aos municípios de Tibau e

Espírito Santo, respectivamente, na década de 1990 (Censo de 2000) e na década de 2000 (Censo de 2010). Nesta Tabela se observa com nitidez que os imigrantes que se dirigiram para Espírito Santo na década de 1990 eram majoritariamente caracterizados como situados nos níveis inferiores da disponibilidade da instrução formal, exatamente o oposto para o verificado no Município de Tibau do Sul. Quando se observam os dados fornecidos pelo Censo de 2010, sobre o perfil educacional dos migrantes chegados nos dez anos anteriores, aos dois municípios, a mesma diferenciação é constatada. Merece destaque a forte presença em Tibau do Sul dos migrantes com o Curso Médio Completo e Superior (incompleto ou completo). Tais dados são bem compatíveis com a hipótese da importação dos padrões educacionais de acordo com a natureza das atividades econômicas na área de destino dos fluxos.

Tabela 12 – Migrantes com menos de 10 anos de residência*, respectivamente nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, segundo importância relativa (em %) do nível de instrução formal que possuem. Anos de 2000 e 2010

Nível de Instrução**	Espírito Santo		Tibau do Sul	
	2000	2010	2000	2010
Nível I	66,10	85,80	36,43	61,01
Nível II	29,78	8,21	39,08	14,69
Nível III	3,2	5,98	24,68	24,30
Nível ND	2,34	-	0,91	0,00

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: * o total do estoque de migrantes é depurado para extrair apenas aqueles com até dez anos de residência no município.

** Nível I: Sem instrução e fundamental incompleto (0 a 3 anos de estudo).

Nível II: Fundamental completo e médio incompleto (4 a 10 anos de estudo).

Nível III: Médio completo e superior incompleto ou completo (com 11 ou mais anos de estudo). Nível ND: Não determinado.

Com exceção dos dados para T. do Sul em 2010, as demais totalizações dos percentuais apresentam pequenas diferenças em relação a 100%. Ex.: E. Santo (2000: 101,42%; 2010: 99,99); T. do Sul (2000:101,10). Omitimos então as totalizações dos percentuais. As inconsistências indicadas, acreditamos, não alteram a capacidade sugestiva geral dos dados.

A Tabela 13 apresenta a Taxa de Imigração Estrangeira para os dois municípios que estão tendo os seus perfis demográficos comparados. O que chama a atenção, quanto à presença dos estrangeiros, comparativamente entre as duas unidades municipais, é em primeiro lugar a total ausência deles no Município de Espírito Santo, tanto no ano de 2000 quanto no

ano de 2010. Em segundo lugar, deve-se observar que a presença dos estrangeiros, já constatada na destinação turística Tibau do Sul para o ano de 2000, é ela significativamente crescente, como indica o registro dos mesmos para o ano de 2010.

Neste último município, Tibau, no ano de 2000, o Censo constatou a residência de 34 indivíduos (Taxa de Imigração Estrangeira, 0,44%) que não eram brasileiros natos; é presença modesta, resultante da fase de acelerado desenvolvimento da destinação, mas significativa, vez que ela pode sem dúvida ser interpretada como um efeito estrutural sobre o perfil demográfico do *resort*. Reforçador desta observação é que, dez anos depois, os não brasileiros natos residentes serão 221 pessoas, que é o total deles (estrangeiros) registrado em 2000 multiplicado 6,5 vezes. A Taxa de Imigração, por seu lado, vai ser multiplicada 4,4 vezes, passando de 0,44 em 2000 para 1,94% no ano de 2010. Isto revela o crescimento no fluxo dos estrangeiros, crescimento claramente associado às fases de *desenvolvimento* (subfase alta) e *consolidação* da função turística em Tibau do Sul. À proporção que a destinação em foco se foi consolidando e os estabelecimentos de hospedagem ganhando escala e institucionalização, a destinação tendeu a acelerar a sua internacionalização no quesito residente. A presença dos residentes estrangeiros cresce muito mais que a dos residentes nascidos no Brasil.

Tabela 13 – Taxa de Imigração Estrangeira (TIExt)* (em %) nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul nos anos de 2000 e 2010

	2000		2010	
	E. Santo	T. do Sul	E. Santo	T. do Sul
Residentes não brasileiros natos	-	34	-	221
TIExt	0	0,44	0	1,94

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

* OBSERVAÇÕES: População residente de não brasileiros natos compreende as pessoas nascidas em outros países e residindo no determinado município brasileiro; inclui os não naturalizados e os naturalizados. A Taxa de Imigração Estrangeira (ou de Residentes Não Brasileiros Natos) é obtida mediante a fórmula: *Não Brasileiros Natos Residentes/População Total Residente x 100*. Dos 221 não brasileiros natos residentes no Município de Tibau do Sul no ano de 2010, apenas 28 deles (13%) estavam naturalizados.

Na Tabela 14 estão discriminadas as épocas de chegadas dos volumes dos brasileiros não natos que estavam residindo em 2010 no Município de Tibau do Sul. Como a presença dos estrangeiros como residentes somente começa a ter lugar a partir dos anos de 1990, aceitamos que o subperíodo

“até 2000” significa de fato a década de 1990. Olhando-se os decênios, o período de maior importância de chegadas para os estrangeiros que residiam no município em 2010, foi o compreendido entre 2001 a 2010, mas sem que as chegadas acontecidas até o ano de 2000 deixem de ser significativas. Evidentemente que existe certo fator que poderia ser chamado de “*fator de tempo de permanência em si*”. É isto que talvez faça com que, ao examinarmos os dois quinquênios da última década, o mais recente, isto é, o de 2006 a 2010, seja mais expressivo.

Tabela 14 – Importância relativa (em %) do período no qual fixaram residência no Brasil os Residentes Não Brasileiros Natos registrados no ano de 2010 no Município de Tibau do Sul

Até 2000 (A)	De 2001 a 2005 (B)	De 2006 a 2010 (C)	Apenas 2001/2010 (B+C)
31,7	29,9	38,4	68,3

Fonte: IBGE. Censo demográfico (2010). Rio de Janeiro.

A Tabela 15 identifica, para os Municípios de Tibau do Sul e Espírito Santo, de acordo com os resultados dos dois últimos censos, o de 2000 e o de 2010, a unidade da federação (Estado) onde nasceram os residentes natos no Brasil – todos eles, sejam migrantes ou não migrantes.

Então, quando observamos o local de nascimento destes residentes nos dois municípios que estão sendo objeto da comparação, nota-se que no ano de 2000 a presença dos nascidos no próprio Estado do Rio Grande Norte é praticamente a mesma para ambas as unidades municipais. Entretanto, dez anos depois – no ano de 2010 –, a presença dos residentes nascidos no próprio Estado do Rio Grande do Norte declina significativamente para Tibau do Sul; e mesmo aumenta, ainda que muito pouco, para o caso do Município de Espírito Santo. O município *resort* turístico revela na última década uma maior capacidade de atração de imigrantes oriundos dos outros estados da federação, e também internacionais como já antes comentado e evidenciado.

São por ordem de importância – excluindo-se o próprio Estado do R. G. do Norte, claro –, respectivamente, os imigrantes nascidos na Paraíba (3,75%), Rio de Janeiro (0,96%), São Paulo (0,25%) e Pernambuco (0,20%) as quatro unidades federativas de nascimento que se podem destacar, para o ano de 2000, em Espírito Santo, e esta hierarquia mantém-se segundo os dados censitários para o ano de 2010. Portanto, o perfil de origem do migrante, quanto à unidade da federação de nascimento, não é alterado

neste último município, caso se observe o estoque dos residentes nascidos noutros estados registrados pelos dois censos, o de 2000 e o de 2010.

Observando-se o padrão para Tibau do Sul, entretanto, nota-se que para o ano de 2000 as origens mais importantes – excetuando-se, claro, o próprio RN – foram os Estados da Paraíba, São Paulo, Rio de Janeiro, e Estados do NO/CO/DF/ES, seguido de Estados da Região Sul, Bahia e Pernambuco (esse com 0,40%). O posicionamento de São Paulo, do DF e dos Estados do Sul sugere existir diferenciação de padrões de origem para o ano de 2000, quando comparado ao padrão para o Município de Espírito Santo. Acredita-se que o padrão de origem do estoque para o município *resort*, padrão registrado no ano de 2000, ainda não esteja tão afetado pela expansão da função turística como estará dez anos depois, em 2010.

Então, olhando os dados de dez anos depois para a destinação turística (Tibau do Sul), ano de 2010, o Estado da Paraíba se mantém na primeira posição, mas Pernambuco passa à segunda, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se ainda no caso de Tibau do Sul, comparando-se com os dados de 2000, a crescente presença de residentes nascidos em Estados do Sul do Brasil, e na Bahia e em Alagoas, estes dois últimos e a Região Sul com tradição de forte oferta turística litorânea. Pode-se crer que esta geografia dos fluxos reflita as relações de Tibau com zonas com características de exportar trabalhadores mais qualificados e investidores do setor de turismo, lazer e entretenimento.

Tabela 15 – Importância (em %) da unidade da federação de nascimento dos Residentes Brasileiros Natos e da população dos Brasileiros Natos em relação ao total da População Residente nos Municípios de Espírito Santo e Tibau do Sul, para os anos de 2000 e 2010

Estado ou região de nascimento	2000		2010	
	E. Santo	T. do Sul	E. Santo	T. do Sul
Rio G. do Norte	94,60	94,84	95,22	89,66
Paraíba	3,75	1,21	1,80	2,23
Rio de Janeiro	0,96	0,65	1,32	1,66
São Paulo	0,25	0,81	0,91	1,69
Pernambuco	0,20	0,40	0,42	2,20
Ceará	0,14	0,10	0,00	0,12
Bahia	0,00	0,47	0,07	0,43
Piauí	0,00	0,00	0,05	0,05
Região Sul	0,00	0,48	0,00	0,86
DF, E. Santo e regiões CO e NO	0,07	0,57	0,19	0,26
Alagoas	0,00	0,04	0,00	0,36

Estado ou região de nascimento	2000		2010	
	E. Santo	T. do Sul	E. Santo	T. do Sul
Sergipe	0,04	0,00	0,00	0,04
Minas Gerais	0,00	0,09	0,05	0,21
Sem especificação	0,00	0,00	0,00	0,26
Pop. de residentes bras. natos	100,00	99,56	100,00	98,06

Fonte: IBGE. Censos demográficos (2000/2010). Rio de Janeiro.

Obs.: Os percentuais de origem por estado são calculados em relação ao total de residentes brasileiros natos.

CONCLUSÕES

Pode-se afirmar que a população no município que experimenta o processo de desenvolvimento e consolidação da função turística exhibe nítido rejuvenescimento demográfico. O número dos residentes cresceu com rapidez em decorrência do influxo das migrações com perfil marcadamente concentrado nas idades de trabalho e reprodução.

A migração é claramente orientada para o trabalho, com menor importância relativa dos migrantes de retorno em relação aos forasteiros. Os migrantes são em geral indivíduos nascidos em outros municípios e unidades da federação, isso conduzindo, pelas exigências da seletividade de inserção no mercado de mão de obra dos serviços turísticos, à importação de padrões educacionais. A seletividade orienta as origens geográficas nacionais dos migrantes, reforçando aquelas origens associadas à tradição de formação de mão de obra e exploração da atividade turística. O município passa a progressivamente atrair migrantes nascidos em outros países, aumentando na sua população residente a presença dos estrangeiros.

A fase de *desenvolvimento* da destinação exhibe altas taxas de crescimento da população residente com base no influxo migratório, e isto parece ser o sinal mais impressionante da fase. A fase de *consolidação* do *resort* parece se expressar sobremaneira por uma desaceleração no crescimento da população local, a fixação de um diferenciado perfil educacional na sua população e um aumento significativo na presença dos estrangeiros e nacionais oriundos de locais com tradição de oferta de serviços turísticos.

O Quadro 2, a seguir, sumariza analiticamente as conclusões extraídas da observação do material estatístico demográfico.

Quadro 2 – Esquema Sintético Conclusivo da comparação dos Perfis Demográficos e Migratórios entre os Municípios de Tibau do Sul e Espírito Santo na perspectiva da diferenciação produzida pelo Ciclo da Destinação Turística no M. de Tibau do Sul

Variável	Conclusões
Crescimento populacional	As taxas de crescimento da população, que se mantinham relativamente próximas para os dois municípios até o começo dos anos de 1990, passam então a divergir a partir da difusão do turismo no Município de Tibau do Sul (o município <i>resort</i>), cuja taxa aumenta de maneira muito significativa. As duas unidades territoriais acabam por permutar a posição de conter maior população, em função da dinâmica turística acontecida no município destino. Em 1970, a população de T. do Sul era cerca de 2/3 da população residente em Espírito Santo, mas passa a ser maior a partir dos meados da década de 2000.
Razão de Sexo	Não são registradas diferenças significativas entre os padrões para cada um dos dois municípios. Foi apenas no ano de 1996 que a Razão de Sexo foi mais elevada para o Município de Tibau do Sul, isto talvez decorrente das obras da construção civil hoteleira em Tibau.
TDG, TDI e TDInf (Taxas de Dependência Geral, de Idosos e Infantil)	A Taxa de Dependência Geral (TDG) cai mais suavemente no caso do Município de Espírito Santo, desde 1991 – ano em que era menor que a de Tibau – até o ano de 2010. Neste último ano (2010), a mencionada taxa se reduz significativamente para ambos os municípios em relação ao padrão de 1991. A população de Tibau do Sul exibe um padrão etário mais centrado na faixa de 14 a 65 anos. A Taxa de Dependência de Idosos (TDI) é severamente mais alta no caso do Município de Espírito Santo. A população de Tibau é muito centrada na faixa de reprodução. Decorre daí ser compreensível que a Taxa de Dependência Infantil em Espírito Santo não seja tão mais alta que a verificada em Tibau.
Caracterização Educacional	A variável nível de instrução formal é extremamente significativa na diferenciação de padrões demográficos ou perfis entre os dois municípios. A participação da faixa de menor instrução é acentuadamente mais alta para a população com 10 anos ou mais no Município de Espírito Santo. Quando, contudo, se trata das faixas que somadas incluem a população com curso de nível médio completo ou mais (inclusive curso superior seja completo ou incompleto), a importância destas duas últimas faixas somadas para Tibau do Sul representa mais que o dobro do verificado para o Município de Espírito Santo. Certamente se verifica um fenômeno da importação de padrões educacionais externos, evento reconhecido nas áreas que recebem forte influxo de imigrantes para funções de serviços e relembra a natureza seletiva da experiência migratória. Tal diferenciação de padrão, entre as duas unidades municipais, resulta da acumulação migratória ao longo das duas décadas examinadas.
Importância da Migração na Composição da População Residente	Dados para o ano de 2000 apontam a Taxa de Não Migrantes bem aproximada para os dois municípios. Entretanto, para o ano de 2010, fruto certamente do influxo maior de imigrantes em Tibau, a importância dos migrantes é sensivelmente maior para o Município de Tibau do Sul. As Migrações de Retorno aumentam para os dois municípios, quando se compara os dados registrados para o ano de 2000 e de 2010.

Variável	Conclusões
Períodos de chegada dos fluxos migratórios	Examinando os dados coletados pelo Censo de 2000, observa-se com clareza que a época de chegada do estoque existente de migrantes no Município de Tibau do Sul naquele ano, foi muito significativa nos anos compreendidos entre 1998 a 2000, fase de intensa aceleração na expansão da destinação turística. Os migrantes com menos de dez anos, isto é, chegados durante a década de 1990, a da expansão turística em Tibau do Sul, eram também sensivelmente mais importantes neste Município que no Município de Espírito Santo. Ao lado disto, a Migração de Retorno revelou-se mais significativa em Espírito Santo na década 1991/2000. Foram os Migrantes (não nascidos no município onde residiam) os responsáveis pela dinâmica migratória em Tibau do Sul, especialmente nos últimos anos da década de 1990. Dados de 2010 indicam que a força das migrações mais recentes, isto é, as acontecidas entre 2001 e 2010, para o total do estoque dos Migrantes, continua a ser maior para Tibau do Sul, em comparação com o Município de E. Santo. A expressividade dos “recentes”, no total do estoque de Migrantes, é ainda mais acentuada em 2010 que no caso do ano de 2000.
Os Migrantes segundo suas faixas etárias	Nos dados do Censo 2000 (Migrantes chegados na década de 1990) evidencia-se que os Migrantes que se dirigiram para o Município de Tibau do Sul eram na sua maioria pessoas na faixa etária dos 20 aos 39 anos, indicando forte migração de trabalho. A importância desta faixa etária nos Migrantes em Tibau é bem superior ao verificado para Espírito Santo. Quando se examina os dados fornecidos pelo Censo do ano de 2010, esta faixa continua a ser bem mais significativa em Tibau do Sul, verificando-se também uma forte presença em Tibau, quando comparada com Espírito Santo, da população na faixa etária seguinte, de 40 a 59 anos. Observa-se ainda que, na faixa de 0 a 19 anos, há forte superioridade de migrantes em Espírito Santo, fato talvez ligado ao fenômeno intenso de retorno de famílias com responsáveis ainda em idade reprodutiva. Há, portanto, diferenciais etários significativos nos migrantes que se dirigiram para cada um dos dois municípios.
Os Migrantes segundo o Sexo	Observa-se que não há diferenças significativas entre os fluxos de migrantes que se dirigiram para cada um dos dois municípios quanto ao sexo. Isto é compatível com os dados da caracterização por sexo para o conjunto dos residentes em ambos os municípios.
Os Migrantes segundo Nível de Instrução	Os Migrantes que se dirigiram para Espírito Santo ao longo da década de 1990 eram majoritariamente caracterizados como situados na categoria de instrução menor. Exatamente o oposto era verificado no Município de Tibau do Sul. Nos dados do Censo de 2010, sobre o perfil educacional dos migrantes chegados nos dez anos anteriores aos dois municípios, o mesmo padrão se mantém, merecendo destaque a forte presença em Tibau do Sul dos migrantes com Curso Médio Completo e Superior (incompleto ou completo). Tais dados são bem compatíveis com a hipótese da importação dos padrões educacionais de acordo com a natureza das atividades econômicas na área de destino (seletividade).

Variável	Conclusões
Brasileiros natos segundo a Unidade da Federação de Nascimento	No ano de 2000, a presença dos nascidos no próprio Estado do Rio Grande Norte é praticamente a mesma para ambas as unidades municipais. Contudo, vendo o ano de 2010, a presença dos indivíduos nascidos no próprio Estado declina significativamente para Tibau do Sul, e mantém-se praticamente a mesma para o Município de Espírito Santo. Após a importância do próprio Estado do R. G. do Norte, o padrão das origens (por ordem de relevância: PB, RJ, SP e PE) se mantém para o ano de 2010 em Espírito Santo. No padrão para Tibau do Sul, entretanto, observa-se que para o ano de 2000 as origens mais importantes – excetuando-se o próprio RN – foram PB, SP, RJ, e Estados do NO/CO/DF/ES, seguindo-se os Estados do Sul, BA e PE. O posicionamento de SP, do DF e dos Estados do Sul sugere uma diferenciação de padrões de origem já para o ano de 2000. Dez anos depois, ano de 2010, a Paraíba se mantém na primeira posição; contudo, Pernambuco passa à segunda posição, seguido por São Paulo e Rio de Janeiro. Destaca-se, comparando-se com os dados de 2000, a crescente presença no Município de Tibau de residentes nascidos em Estados da Região Sul do país, na Bahia e em Alagoas, estes dois últimos com tradição de forte oferta turística litorânea, o que supõe interações de força de trabalho e investimentos.
Migrantes estrangeiros (Não brasileiros Natos)	Total ausência de Não Brasileiros Natos no Município de Espírito Santo, tanto no ano de 2000 quanto no ano de 2010, e a presença progressivamente maior dos mesmos no Município de Tibau do Sul (2000 e 2010). Neste município, no ano de 2000, constatou-se a presença de 34 indivíduos (0,44%) que não haviam nascido no Brasil, presença ainda bem pequena, mas diferenciadora do seu padrão migratório comparativamente a E. Santo. Dez anos depois, aquela presença é quase quintuplicada, passando para 221 pessoas ou 1,94% da população total dos residentes. Isto revela o crescimento do fluxo dos migrantes internacionais, evento associado à expansão da função turística em Tibau do Sul.
Períodos de chegada dos fluxos migratórios de Não Brasileiros Natos	Examinando-se os decênios, o período de chegada ao Brasil de maior importância para os Não Brasileiros Natos que ainda residiam no Município de Tibau do Sul no ano de 2010, é o de 2001 a 2010, mas sem que as chegadas acontecidas até o ano de 2000 deixem de ser reconhecidas como significativas. Comparando-se apenas os dois quinquênios da última década, conclui-se que o de 2006 a 2010 é o mais importante.

REFERÊNCIAS

- AGARWAL, S., (1997). *The resort cycle and seaside tourism: an assessment of its applicability and validity*. *Tourism Management*, v. 18, n. 2, p.65-73.
- AITKEN, C.; HALL, M. (2000). *Migrant and foreign skills and their relevance to the tourism industry*. *Tourism Geographies*, 2(1):67-86.
- ANDRADE, M. C. de. (1957). *Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o Rio Manguape*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

ANDRADE, G. O. de. (1959). **Os rios do açúcar do Nordeste Oriental: o Rio Paraíba do Norte**. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.

ARAÚJO, L. M. (2012). **Políticas públicas de turismo e território em regiões periféricas**. In: Castilho, C.; SELVA, V. (org.). *Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos*. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, p.53-72.

ARAÚJO, L.; BRAMWELL, B. (2002). **Partnership and regional tourism in Brazil**. *Annals of Tourism Research*, v. 29, n. 4, p. 1138-1164.

ARAÚJO, L.; DREDGE, D. (2012). **Tourism development, policy and planning in Brazil**. *Tourism in Brazil: environment, management and segments*. London: Routledge, p. 16-29.

BARROS, N.C. de (2002a). **Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em G. do Turismo**. *Turismo: visão e ação*, Camboriú, v.4, n.11, p. 9-32.

_____. (2002b). **Seaside tourist destination area in North East Brazil**. In: THE ANNUAL MEETING OF THE ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS, Los Angeles.

_____. (2003). **O rejuvenescimento da região turística por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções: a destinação turística de Pipa, litoral do Nordeste do Brasil**. *Revista Geográfica*, Instituto Panamericano de Geografia e História, México, n.133, p.73-90.

_____. (2005). **Expansão turística, dinâmica espacial e sustentabilidade das destinações no litoral do Nordeste do Brasil**. *Turismo: visão & ação*, Camboriú, v. 7, n.2, p. 241-256.

_____. (2009). **Por que as destinações turísticas no Nordeste do Brasil não declinam: uma interpretação geográfica**. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco.

BELL, M.; WARD, G. (2000). **Comparing temporary mobility with permanent migration**. *Tourism Geographies*, 2(1): 87-107.

BNB.PRODETUR (2012) (site: www.bnb.gov.br).

BOTERRIL, D.; HAVEN, C.; GALE, T (2002). **A survey of doctoral theses accepted by universities in the UK and Ireland for tourism studies, 1990-1999**. *Tourist Studies*, v. 2, n. 3, p. 283-311.

BRITO, F. (2009). **As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes**. B. Horizonte. In: VI ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, ABEP.

BUTLER, R. W. (1980). **The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources**. *Canadian Geographer*, v.24, n. 1, p. 5-12.

_____. (2006). **The tourism area life cycle: applications and modifications**. Clevedon, England: Channel View Publications, volume 1.

BUTLER, R. (2009). **Tourism in the future: Cycles, waves or Wheels?** *Futures*, v. 41, n.6, p.346-352.

CAMPOS, M.; BARBIERI, A.; CARVALHO, J. (2007). **Migração e Previdência Social no Brasil entre 1980 e 2000**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, ABEP.

CASAL, Manuel Aires do. (1976). **Corografia Brasileira**. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp.

CHALKITI, K. C. (2007). **Mass Tourism: diversification and sustainable development in Southern Europe**. *Tourisms: an international Multidisciplinary Journal of Tourism*, v.2, n.1, p.163-166.

CHOY, D. (1992). **Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations**. *Journal of Travel Research*, v. 30, p.26-31.

CHRISTALLER, W. (1963). **Some considerations of tourism location in Europe**. *Regional Science Association Papers*, n. 12, cit in: BUTLER, 1980, op.cit.

COLTMAN, M. M. (1997). **Introduction to Travel and Tourism**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1989. In: GONÇALVES & ÁGUAS.

COOPER, C. (1994). **The destination lifecycle: un update**. In: SEATON, A.V., JENKINS, C.L. at al., eds. *Tourism: the State of the Art*. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons, p.340-346, cit. in: WILKINSON, 1996, op. cit.

CONWAY, D.; POTTER, R. (2007). **Caribbean Transnational Return Migrants as Agents of Change**. *Geography Compass*, 1/1, p.25-45.

CRUZ, R. C. (2003). **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca.

DANIELS, P. (1993). **Service Industries in the World Economy**. London: Institute of British Geographers (IBG)/Blackwell.

DEFERT, P. (2003). **Le Taux de Fonction Touristique: mise au point et critique**. *Cahiers du Tourisme*, C-13, CHET, Aix-en-Provence, cit por PEARCE.

DOUGLAS, N. (1997). **Applying the lifecycle model to Melanesia**. *Annals of Tourism Research*, v. 24, n. 1, p. 1-22.

GARROD, B.; FYALL, A. (1998). **Beyond the rhetoric of sustainable tourism?** *Tourism Management*, v. 19, n. 3, p.199-212.

GOMES, P. (1995). **O conceito de Região e sua discussão**. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, p.49-76.

GONÇALVES, V.; ÁGUAS, P. (1997). **The concept of life cycle: an application to the tourist product**. *Journal of Travel Research*, v. 36, n.2, p. 12-22.

GUEDES, M. Z. (2005). **O papel das aposentadorias e benefícios da previdência na dinâmica socioeconômica dos Municípios de Equador e Parelhas, RN**. Natal. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

HALL, C.; WILLIAMS, A. (2002). **Tourism, migration, circulation and mobility: the contingencies of time and place**. In: *Tourism and Migration: new relationship between production and consumption*. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 1-52.

HARRISON, L; HUSBANDS, W. eds. (1996). **Practicing responsible tourism: international case studies in Tourism planning, policy and development**. New York: John Wiley & Sons.

HERNANDEZ, J.; LEON, C. (2007). **The interactions between natural and physical capitals in the tourist lifecycle model**. *Ecological Economics*, v. 62, n.1, p.184-193, April. IBGE. **Censos Demográficos do Brasil (1970, 1980, 1991, 2000 e 2010)**. Rio de Janeiro.

_____. **Contagem de População do Brasil (1996, 2007)**. Rio de Janeiro.

_____. (2012). **Pesquisa de meios de hospedagem ano 2011**. Rio de Janeiro.

JOHNSTON, C. (2001). **Shoring the foundations of the destination life cycle model: part 1 (ontological and epistemological); part 2 (a case study of Khona, Hawai'i Island)**. *Tourism Geographies*, v.3, n. 1, 2, p. 2-28, 135-164.

JUANEDA, C.; SASTRE, F. (1999). **Balearic Islands tourism: a case study in demographic segmentation**. *Tourism Management*, v. 20, n.4, p.549-552.

LENCIONI, S. (2003). **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp.

LIKORISH, J.; KERSHAW, A. (1958). **The Travel Trade**. London: Practical Press, cit. in CHOY, 1992, op.cit.

LIU, A.; WALL, G. (2006). **Planning tourism employment: a developing country perspective**. *Tourism Management*, 27, p.159-170.

LOZATO-GIOTART, J. (1993). **Géographie du tourisme**. Paris: Masson.

LUNDGREN, J. (1982). **The tourist frontier of Nouveau Quebec: functions and regional linkages**. *Tourist Review*, v. 37, n.2, p. 10-16, 1982, cit. in: PEARCE, 2003, op. cit.

MASSEY, D. (2005). **For Space**. London: Sage Publications.

MELO, M. L. de. (1958). **Aspectos do "habitat" rural no Nordeste do Brasil**. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, v.X, tomo I, p.221-266.

MIOSSEC, J. (1976). **Elements pour une théorie de l' espace touristique**. *Les Cahiers du Tourisme*, Aix-en-Provence, n. C 36, cit. in: PEARCE, 2003, op. cit.

MOORE, W.; WHITEHALL, P. (2005). **The tourism area lifecycle and regime switching models**. *Annals of Tourism Research*, v. 32, n.1, p. 112-126.

MOURA, H. (org). (1980). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: BNB, 2 vols.

NORONHA, R. (1976). **Review of the sociological literature on tourism**. Washington: The World Bank.

OJIMA, R.(2012). **As migrações recentes no Rio Grande do Norte**. *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*, Recife, v.26, n.2, p.147-153.

PAGNATO, F.; BECKER, O. (2007). **Dinâmica migratória na capital do petróleo**. In: **ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES DA ABEP**.

PANIÁGUA, A. (2002). **Urban.-rural migration, tourism entrepreneurs and rural restructuring in Spain**. *Tourism Geographies*, v.4, n.4, p.349-371.

PEARCE, D. (2003). **Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph.

PLANE, D.; ROGERSON, P. (1994). **The geographical analysis of population**. New York: J. W. Sons.

- PLOG, S. (1973). **Why destination areas rise and fall in popularity**. Cornell Hotel and Restaurant Administration Quarterly, p.13-16, November.
- PMT (Prefeitura Municipal de Tibau do Sul) (2006) **Listas de hotéis e pousadas (vários anos)**. Tibau do Sul.
- SALVA-TOMÀS, P. (1996). **Las implicaciones socioculturales del turismo en el mar Mediterraneo**. In: LEMOS, A. ed. Turismo: impactos socioambientais. S. Paulo: Hucitec, p.187-206.
- SALVÀ-TOMÀS, P. (2002). **Tourism development and foreign immigration in Balearic Islands**. Révue européenne des migrations internationales, v.18, n.1, p.1-14.
- SILVA, L. (2005). **Reconfiguração do Norte Fluminense a partir dos anos 70: a chegada do petróleo e suas consequências na dinâmica do crescimento regional**. ENCONTRO DA ABEP, R. de Janeiro.
- SINGER, P. (1980). **Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo**. In: MOURA, H. op. cit. pp...217-244.
- STANBACK, T.; BEARSE, P.; NOYELLE, T.; KARASEK, R. (1983). **Services: The New Economy**. New Jersey: Rowman & Allanheld Publishers.
- STANSFIELD, C. (1970) **The development of modern seaside resort**. Parks and Recreation, v. 5, n.10, p. 14-17; 43-46.
- SZIVAS, E.; RILEY, M. (2002). **Labour mobility and tourism in the post 1989 transition in Hungary**. In: HALL, C.; WILLIAMS, A. Tourism and Migration: new relationship between production and consumption. Netherlands: Kluwer Academic Publishers, p. 53-72.
- SZIVAS, E.; RILEY, M.; AIREY, D. (2003). **Labor mobility into tourism**. Annals of Tourism Research, v.30, n.1, p.64-76.
- THUROT, J. (1973). **Les Tourisme tropical Balnéaire: le modele caraibe et ses extensions**. Tese au Centre d'Études du Tourisme, Aix-en-Provence, cit. In: PEARCE, 2003, op.cit.
- TOURISM GEOGRAPHIES. (2000). Vol. 2, n. 1, February (special number on Tourism & Migration).
- TSIAKALI, K. (2008). **The tourism area lifecycle**. Tourisms: an international Multi-disciplinary Journal of Tourism, v.3, n.1, p.200-203.
- TURNER, L.; ASH, J. (1976) **The golden hordes**. New York: St. Martin Press.
- WHITTLESEY, D. (1929). **Sequent Occupancy**. Annals of the Association of American Geographers, v.19, p.162-165.
- WILKINSON, P. (1996). **Graphical Images of the Commonwealth Caribbean**. In: HARRISON; HUSBANDS, p.16-40, op.cit.
- WILLIAMS, A.; HALL, C. (2000). **Tourism and migration: new relationship between production and consumption**. Tourism Geographies, v. 2, n.1, p. 5-27.
- ZELINSKY, W. (1971). **The Hypothesis of the Mobility Transition**. Geographical Review, v.61, n.2, p.219-249.

TRÊS DÉCADAS DE ENCONTROS E REENCONTROS CONFIGURAM O NOVO PERFIL DEMOGRÁFICO DA NUPCIALIDADE BRASILEIRA 1991, 2000 E 2010

Flávio Henrique Miranda de A. Freire

Professor do Programa de Pós-graduação em Demografia, do Programa de Pós-graduação em Estudor Urbanos e Regionais da UFRN. E-mail: fhfreire@ccet.ufrn.br.

Moisés Alberto Calle Aguirre

Professor do Programa de Pós-graduação em Demografia e do Departamento de Demografia e Ciências Atuariais da UFRN. E-mail: calle@ccet.ufrn.br.

RESUMO

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise descritiva e comparativa das transições entre os estados conjugais por sexo e idade da população brasileira entre os anos 1991, 2000 e 2010. Utilizaram-se as informações do Registro Civil e do Censo Demográfico (IBGE), de 1991, 2000 e 2010. Para transformar as taxas em probabilidades de transição, utilizaram-se conceitos de tabelas de sobrevivência, mais precisamente tabelas multiestados. A proporção de solteiros tem aumentado sistematicamente em ambos os sexos entre 1991 a 2010, já a de casados experimentou tendência inversa. Nos três períodos analisados a probabilidade de casar pela primeira vez continua sendo maior nas mulheres com relação aos homens, já o recasamento é mais provável por parte do homem do que entre as mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: *Nupcialidade. Tábuas Multiestado. Transição entre estados conjugais.*

ABSTRACT

The purpose of this paper is to make a descriptive and comparative analysis of the transitions between marital status by sex and age of the population between the years 1991 2000 and 2010. Authors used the information of the Vital Statistics Reports and Census (IBGE), 1991, 2000 and 2010. To turn rate for transition probabilities, we used the concepts of life tables, more precisely multistate life tables. The proportion of singles has grown steadily in both sexes from 1991 to 2010. However, married experienced reverse trend. In the three periods, the probability of marrying for the first time is still greater in women compared to men, since the remarriage is more likely on the part of man than among women.

KEYWORDS: *Marriage. Multi-state Life Table. Transition between marital States.*

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es realizar un análisis descriptivo y comparativo de las transiciones entre estados maritales por sexo y edad de la población brasileña entre los años 1991, 2000 y 2010. Fueron utilizadas las informaciones del Registro Civil y del Censo Demográfico (IBGE), de 1991, 2000 y 2010. Para transformar las tasas en probabilidades de transición, se utilizaron conceptos de tablas de sobrevivencia, más precisamente tablas multiestados. La proporción de solteros ha ido aumentando sistemáticamente en ambos sexos entre 1991 e 2010, la de casados experimentó tendencia inversa. En los tres periodos analizados la probabilidad de contraer nupcias por la primera vez, continúa siendo superior en las mujeres en relación al de los hombres, en el caso del re-casamiento la probabilidad es superior en los hombres en relación al de las mujeres.

PALABRAS CLAVE: Casamiento. Tablas Multiestados. Transición entre estados maritales.

INTRODUÇÃO

A composição da nupcialidade nas últimas três décadas apresenta mudanças de forma acentuada como se pode apreciar na distribuição percentual da população de 15 anos e mais por sexo, segundo o estado conjugal desde 1980 até 2010 (Tabela 1). Os resultados mostram que nesse período, a população no estado de solteiros aumentou em ambos os sexos e a de casados tanto em homens como em mulheres diminuiu. Esse fato pode ser explicado devido à mudança na estrutura etária da população, no ingresso ao matrimônio, cada vez mais, a idades mais maduras e também pelo aumento significativo das uniões consensuais.

Na mesma Tabela, se pode apreciar que as mudanças nas proporções do estado do divórcio e separação são mais marcantes nas mulheres (de 0,2% em 1980 passa a 2,9% em 2010), do que nos homens (que varia entre 0,1% e 1,5% no mesmo período). O estado de viuvez tem comportamento sem grandes oscilações no período considerado, seja nas mulheres, seja nos homens. Contudo, chama a atenção o grande diferencial no percentual do estado de viuvez segundo o sexo. Enquanto o percentual de mulheres no estado de viuvez gira em torno de 8%, os homens no estado de viuvez não atingiram 2% ao longo do período estudado. Uma hipótese que estaria explicando esse diferencial pode ser imputada à sobremortalidade masculina, principalmente devido às mortes por causas externas que afetam os homens adultos jovens. Desta forma, se além do homem ter uma probabilidade de morte maior do que a mulher, ele ainda em geral

é o mais velho do casal, conseqüentemente a chance dele ser viúvo será tanto mais baixa quanto menor for à mortalidade feminina com relação à masculina. Embora tenham ocorrido estas mudanças na dinâmica nupcial, o casamento formal ainda continua como a forma de união que, tanto homens como mulheres privilegiam.

Tabela 1 – Nordeste: Distribuição percentual da população de 15 anos e mais, por sexo segundo o estado conjugal

Ano	1980		1991		2000		2010	
	Hom	Mul	Hom	Mul	Hom	Mul	Hom	Mul
Estado conjugal								
Solteiro(a)	37,0	32,4	37,3	31,0	39,7	35,8	36,1	30,9
Casado(a)	49,9	46,1	45,3	41,7	37,6	35,0	36,7	35,1
União								
Consensual	8,5	7,8	12,5	11,5	18,6	17,3	23,0	21,5
Desquitado(a) ou Separado(a)	1,3	3,7	2,1	5,7	-	-	1,1	1,7
Divorciado(a)	0,1	0,2	0,4	0,9	1,1	2,3	1,5	2,9
Viúvo(a)	1,8	7,8	1,6	7,7	1,4	6,4	1,7	8,0

Fonte: Censos Demográficos: 1980/1991/ 2000 e 2010, IBGE.

Esta análise se torna o ponto de partida para abordar a nupcialidade em seu processo dinâmico, ou seja, que nos leva a responder perguntas como: Qual a probabilidade de um matrimônio terminar em divórcio? Ou, declarado o divórcio, qual seria a probabilidade de voltar a casar? Quanto tempo se esperaria que durasse um matrimônio.

A tábua de vida “multiestado” é um bom dispositivo para analisar este fenômeno demográfico, já que através dela é possível seguir uma coorte (real ou hipotética) de nascimentos expostos a um conjunto de taxas de casamento, divórcio, viuvez e morte por estado conjugal. Desta forma, esta metodologia constitui-se no instrumento capaz de responder as perguntas que foram formuladas anteriormente, pois proporciona uma armação detalhada para a análise de tendências e diferenciais na formação e dissolução da família. Conseqüentemente, o presente trabalho objetiva realizar uma análise descritiva e comparativa das transições entre os estados conjugais por sexo e idade da população brasileira entre os anos 1991, 2000 e 2010 utilizando tábuas de multiestado, isto é, a passagem que poderiam experimentar as pessoas quando transitam de um estado para outro (solteiro para casado, casado para divorciado, divorciado para casado, casado para viúvo). Para isso serão calculadas taxas de transição entre os estados conjugais, probabilidades de transição dos estados conjugais: i) solteiro para

casado, ii) casado para separado judicialmente, iii) casado para divorciado, iv) divorciado para casado e v) casado para viúvo, isso tudo através da tábua de vida multiestado; concomitantemente será calculada a esperança de vida em cada estado conjugal, por sexo e idade.

O trabalho está estruturado em quatro itens, além desta introdução. No primeiro, é feita uma breve referência aos antecedentes teóricos das tábuas de vida multiestado. No segundo item descrevem-se as fontes de dados utilizadas e a metodologia das tábuas de multiestado, em sequência são expostas as análises dos resultados e para finalizar com a exposição das considerações finais.

REFLEXÕES TEÓRICAS

Em demografia, a nupcialidade compreende o estudo da formação e da dissolução das uniões¹. Definido no sentido amplo, o conceito demográfico da nupcialidade engloba os matrimônios, as separações, divórcios e viuvez (NEWELL, 1988). Em um sentido mais restrito e próximo ao uso habitual se entende por nupcialidade a celebração religiosa e ou administrativa do matrimônio. Trata-se, a diferença de eventos demográficos como a fecundidade e a mortalidade, de um fenômeno puramente social, seu estudo por parte da demografia a estado estreitamente vinculado: i) à fecundidade na medida em que este componente estava condicionada pela idade do acesso ao matrimônio e ii) na análise da estrutura da população, aqui o conhecimento da nupcialidade interessa por si mesmo, pois a composição de uma população segundo o estado conjugal é uma característica qualitativa importante para análise demográfico (LIVI-BACCI, 1993; BIXBY, 1978).

Diferente da mortalidade, o matrimônio é reversível (separações e divórcios), repetível (núpcias posteriores) e normalmente voluntário (importância da tomada de decisões individuais e compartilhadas). Além disso, na análise da nupcialidade se distinguem questões tão diferentes como: quantos se casam? (solteira final), quando se casam (calendário, incluindo a análise conjuntural)? Quem se casa e com quem (eleição de cônjuges: idade, residência, outras características socioeconômicas)? São

1. Por união se entende coabitação mais o menos estável de um casal, sancionada pela lei ou a costume. O termo compreende os matrimônios (matrimônio civil ou religioso) e as uniões estabelecidas sem nenhuma formalidade ou cerimonia, denominadas uniões consensuais, uniões livres ou convivência.

estes elementos, dentre outros, segundo Livi-bacci (1993) que estariam caracterizando a dinâmica da nupcialidade.

Uma das técnicas que dá conta dessa dinâmica é denominada tábuas multiestado. Segundo Spenshade e Eisenberg (1982), esta técnica foi desenvolvida inicialmente para a análise de padrões e fluxos migratórios inter-regionais. Mais tarde, o uso desta metodologia foi aplicado em áreas distintas de pesquisa como: força de trabalho (ativo e inativo), causas de morte e nupcialidade.

Schoen e Nelson (1974) e Spenshade e Braun (1982) argumentam que o modelo da tábua de vida multiestado, referente à nupcialidade surgiu na década dos 30 do século passado. Posteriormente, nos anos 40 do século passado, Niessen (1949) e Jones (1962), propõem tábuas somente para a análise da viuvez. Um avanço com relação a esses dois últimos foi feito por trabalhos como os de Jacobson (1959) que construíram tábuas de recasamento, viuvez e divórcio. Krishnan (1971), também utilizou essa técnica só mostrando tábuas de divórcio. Mais recentemente citam-se os trabalhos de McCarthy (1977, 1978) e Manken *et al* (1981), que incorporaram no desenvolvimento da técnica a história de casamentos.

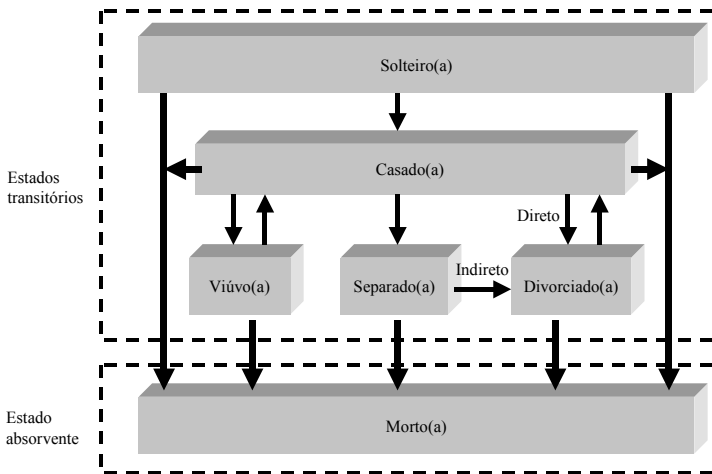
Ainda, Willekens *et al* (1983); Spenshade e Eisenberg, (1982) desenvolvem a técnica da tábua de vida multiestado de maior precisão para observar o movimento das pessoas de uma coorte na passagem de um estado nupcial para outro. Essa tábua foi idealizada como um “sistema” no qual seus componentes funcionam de forma articulada, considerando que entre a vida e a morte existem quatro momentos no estado da nupcialidade pelos quais a população transita: solteiro (a), casado (a), viúvo (a) e divorciado (a). A dinâmica do sistema reconhece a existência de um estado denominado absorvente (a morte) e de três estados denominados transitórios (casado, viúvo e divorciado). Nos estados transitórios, as pessoas podem experimentar movimentos de um estado conjugal para outro, isto é, as pessoas solteiras podem se tornar casadas, as pessoas casadas podem se tornar viúvas ou divorciadas; as quais, por sua vez, podem voltar a casar.

No modelo dos autores acima citados leva-se em consideração cinco estados nupciais pelos quais se espera que as pessoas transitem em sua vida nupcial. Já para o caso brasileiro, esse modelo sofre algumas variações, como consequência de normas legislativas vigentes no país. Essas variações são percebidas no caso particular da separação, reconhecida de duas formas pela legislação: separação judicial e o divórcio. Esses dois estados funcionam de forma separada, configurando uma dinâmica diferente do

que a tradicional. A nova configuração da dinâmica da nupcialidade para o caso brasileiro, pode ser apreciada no Esquema 1.

O Esquema 1 ilustra a dinâmica da nupcialidade, a partir de dois blocos: o primeiro corresponde aos estados transitórios e o segundo corresponde ao estado absorvente (morte).

Esquema 1 Sistema do estado conjugal



O bloco que corresponde ao estado transitório é o mais importante do modelo, dado que ele mostra o circuito pelo qual a nupcialidade vai transitar. A trajetória da dinâmica nupcial inicia-se com o estado de solteiro (a), de onde as pessoas podem passar ao estado absorvente ou ao estado do casamento. O seguinte movimento corresponde à transição do casamento para o estado absorvente ou para o estado de viuvez ou para o estado de separação judicial ou, ainda, para o divórcio (direto). Quando esses três últimos estados nupciais não são absorvidos pela morte, eles podem voltar ao estado do casamento. Nesse processo, as pessoas quando se acham na situação da separação judicial, para voltar a casar passam pelo estado do divórcio (indireto).

O segundo bloco que corresponde ao estado absorvente revela o fim do movimento do modelo, aqui todos os estados denominados transitórios finalizam sua trajetória.

Seguindo esse arcabouço teórico, Shoen vem aplicando esse modelo de tábuas multiestado para dados norte-americanos. Além de Shoen e Nelson (1974), tem Shoen e Weinick (1993) e, mais recentemente, Shoen e Standish (2001). Nesse último, utilizando dados de 1995 comparados com dados de 1988, encontraram que a idade média no primeiro casamento subiu substancialmente: de 28,6 anos para os homens e 26,6 anos para as mulheres. A probabilidade de um casamento terminar em divórcio mudou pouco e foi para 0,437 para homens e 0,425 para as mulheres. Além disso, no artigo os autores argumentam que os padrões de casamento e divórcio observado desde 1970, mostram o efeito que a coabitação tem na família americana, adiando mas não substituindo o casamento.

METODOLOGIA E FONTES DE DADOS

Aqui são descritas as fontes de dados utilizadas e o modelo da tábua de vida multiestado.

As informações básicas para o estudo dos estados conjugais provêm de duas fontes: i) Estatísticas do Registro Civil e ii) Censo Demográfico para os anos 1991, 2000 e 2010 respectivamente, realizadas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As informações coletadas no Registro civil são os dados oficiais de casamento, separação judicial e divórcio, obtidos através de registros contínuos do evento de interesse ao longo do ano. Portanto, as informações provenientes dessa fonte são informações de período.

No caso do Censo Demográfico, os dados referem-se ao volume da população segundo o estado conjugal, ou seja, pessoas em situação de solteiro (a), casado (a), viúvo (a), separado (a) judicialmente e divorciado (a). Essa informação determina o número de pessoas que na data da pesquisa (01/09/1991, 01/08/2000 e 01/08/2010) encontrava-se em determinado estado conjugal.

É importante destacar que ficam fora da análise deste trabalho, os casamentos realizados no âmbito religioso, as uniões consensuais e as separações não judiciais.

No Brasil, até 2010, havia duas formas de dissolução do casamento: a separação judicial e o divórcio, os quais são importantes diferenciá-los, já que somente o divórcio (além da morte de um dos cônjuges e da anulação do casamento) é capaz de romper definitivamente o vínculo matrimonial. A separação judicial, por sua vez, apenas põe fim às relações do casamento,

mantendo intacto o vínculo existente entre os ex-cônjuges (CARVALHO NETO, 2001). Nesse sentido, o presente trabalho leva em consideração na análise à separação judicial e o divórcio, como coisas distintas.

Para estimar a transição de casado para divorciado, foi levado em conta o divórcio concedido somente quando os cônjuges vinham do casamento, ou seja, a transição é feita de forma direta, conhecida legalmente por divórcio direto. Para a transição de separado para divorciado foi considerado apenas o divórcio em que os cônjuges vinham somente da separação judicial, ou seja, para que a transição ao divórcio se concretize o cônjuge deve passar primeiro pela separação judicial, motivo pelo qual a legislação a denomina de divórcio indireto.

É importante destacar que, a Emenda Constitucional (EC) 66/2010, pôs fim à dissolução da sociedade conjugal, por meio da separação judicial, seja ela consensual ou litigiosa, estabelecendo o divórcio imediato. Antes da EC nº 66/2010, a separação judicial ou de fato era uma etapa a ser cumprida para se pleitear o divórcio. Esse obstáculo ao fim do vínculo matrimonial era imposto pelo art. 226, § 6º, da Constituição Federal (CF) segundo o qual o casamento civil seria finalizado pelo divórcio, após separação judicial por mais de um ano, ou separação de fato, caso comprovada, por mais de dois anos. Após essa emenda constitucional, o art. 226, § 6º, da CF passou a ter uma redação mais simples: “§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.” Na realidade, por meio dessa simplificação, duas modificações de impacto foram feitas: a) o fim do instituto da separação judicial; b) a extinção do prazo mínimo para a dissolução do vínculo matrimonial (eis que não há mais referência à separação de fato do casal há mais de dois anos) (CAHALI, 2011). Como o período do estudo se dá em 1991, 2000 e 2010 a lei 66/2010, ainda não havia entrando em vigor, assim para o presente trabalho foi analisado também a separação judicial como dissolução matrimonial.

Divórcio: É a dissolução do casamento, ou seja, extinção do vínculo matrimonial que se opera mediante sentença judicial, conferindo as partes o direito de um novo casamento civil, religioso e/ou outras cláusulas de acordo com a legislação de cada país.

MODELO DE TÁBUA DE VIDA MULTIESTADO

As tábuas multiestado são desenvolvidas a partir da ideia Markoviana. Desta forma, Schoem (1988)¹ argumenta que os vários estados de nupcialidade e a morte constituem os elementos de um processo de Markov,

através do qual a probabilidade de transição entre dois estados, i e j , é tomada considerando só o estado atual do indivíduo. Isto implica numa limitação do modelo, pois seria esperado que uma pessoa que, por exemplo, era casada, separou-se e depois se casou novamente tenha probabilidade de separar desse último casamento diferente daquela que está no primeiro matrimônio.

Contudo, não se deve desprezar a abordagem Markoviana, pois mesmo supondo haver diferença entre as probabilidades exemplificadas no parágrafo anterior, não há nenhuma razão para imaginar que no geral essas diferenças sejam de magnitude significativa.

As probabilidades de transição, segundo o processo Markoviano, são expressas da seguinte forma:

$$\pi_{ij}(x,t) = \text{prob} \{S(x+t) = j | S(x) = i\} \quad (1)$$

Onde, $\pi_{ij}(x,t)$ denota a probabilidade de uma pessoa no estado i à idade exata x esteja no estado j na idade $x+t$.

As tabelas multiestados aqui desenvolvidas baseiam-se em três condições estabelecidas pela teoria Markoviana: “tempo não homogêneo”, “espaço finito”, e processo de Markov de “tempo contínuo”.

Segundo Schoem (1988), a propriedade do tempo não homogêneo expressa que as forças de decremento podem variar dentro dos intervalos de idade. Espaço finito diz que o modelo contém $k+1$ estados onde k é um inteiro positivo maior que 1. O estado $(k+1)$ é dito absorvente (i.e., um estado onde não há nenhum decremento, por exemplo, morte). Quanto aos outros K estados, pelo menos dois são comunicáveis, de maneira que haja incrementos (concorrentes) em pelo menos um caso. A propriedade de tempo-contínuo permite usar cálculos entre intervalos de tempo discreto (ou idade) para descrever o comportamento do modelo.

Neste quadro, as tábuas de vida multiestado (TVME) podem ser organizadas a partir das probabilidades de transição definidas na equação (1), onde os $(k+1)$ por $(k+1)$ estados representam a matriz de probabilidades $\Pi(x,t)$. Desta forma, aplicando esta metodologia aos dados de nupcialidade utilizados, temos $K=5$ estados denominados transitórios, isto é solteiro (a), casado (a), separado (a) judicialmente, divorciado (a) e viúvo (a). Assim, o sexto estado $(K+1)$, chamado absorvente representa a morte. A matriz $\Pi(x,t)$ fica, portanto, expressa da seguinte forma:

$$\Pi(\mathbf{x}, \mathbf{t}) = \begin{bmatrix} \pi_{11}(x, t) & \dots & \pi_{12}(x, t) & \dots & \pi_{13}(x, t) & \dots & \pi_{14}(x, t) & \dots & \pi_{15}(x, t) & \dots & \pi_{16}(x, t) \\ \pi_{21}(x, t) & \dots & \pi_{22}(x, t) & \dots & \pi_{23}(x, t) & \dots & \pi_{24}(x, t) & \dots & \pi_{25}(x, t) & \dots & \pi_{26}(x, t) \\ \pi_{31}(x, t) & \dots & \pi_{32}(x, t) & \dots & \pi_{33}(x, t) & \dots & \pi_{34}(x, t) & \dots & \pi_{35}(x, t) & \dots & \pi_{36}(x, t) \\ \pi_{41}(x, t) & \dots & \pi_{42}(x, t) & \dots & \pi_{43}(x, t) & \dots & \pi_{44}(x, t) & \dots & \pi_{45}(x, t) & \dots & \pi_{46}(x, t) \\ \pi_{51}(x, t) & \dots & \pi_{52}(x, t) & \dots & \pi_{53}(x, t) & \dots & \pi_{54}(x, t) & \dots & \pi_{55}(x, t) & \dots & \pi_{56}(x, t) \\ \pi_{61}(x, t) & \dots & \pi_{62}(x, t) & \dots & \pi_{63}(x, t) & \dots & \pi_{64}(x, t) & \dots & \pi_{65}(x, t) & \dots & \pi_{66}(x, t) \end{bmatrix} \quad (2)$$

Onde 1 se refere a solteiro (a), 2 a casado (a), 3 a separado (a) judicialmente, 4 significa divorciado (a), 5 a viúvo (a) e 6 a morte. Algumas considerações devem ser feitas sobre a matriz de probabilidades $\Pi(\mathbf{x}, \mathbf{t})$. Primeiro, cada linha denota um espaço amostral condicionado ao estado inicial na idade x , ou seja, reflete todas as transições possíveis de uma pessoa do estado i à idade exata x . Assim, na primeira linha, por exemplo, têm-se todas as transições possíveis daquelas pessoas que eram solteiras à idade x . Desta forma, elas tem uma probabilidade $\pi_{11}(x, t)$ de chegarem a idade $x+t$ ainda solteiras, ou uma probabilidade $\pi_{12}(x, t)\pi_{12}(x, t)$ de estarem casadas aos $x+t$ anos, dados que era solteira aos x anos. Neste sentido, percebe-se que cada linha desta matriz de probabilidades deve somar 1 (um). Além disso, a última linha, referente ao estado absorvente, deve ser composta por 0 (zeros), exceto na última coluna, onde $\pi_{66}(x, t)\pi_{66}(x, t)$ deve ser igual a 1 (um).

A probabilidade de transição, ou seja, a probabilidade de que uma pessoa do estado i à idade exata x chegue à idade $x+t$ no estado j , é escrita em termos da função de sobrevivência da seguinte forma:

$$\pi_{ij}(x, t) = \frac{l_{ij}(x+t)}{l_i(x)} \quad (3)$$

Onde:

- I. $l_i(x)$ representa o número de pessoas no estado i à idade exata x ;
- II. $l_{ij}(x+t)$ representa o número de pessoas que na idade exata x estão no estado i , e na idade exata $x+t$ pertencem ao estado j , ou seja, representa o número de pessoas que transitaram de i para j entre as idades exatas x e $x+t$;
- III. l_{ij} corresponde aos fluxos brutos, pois eles representam o resultado de muitos movimentos individuais entre os estados.

Com efeito, esta é a relação entre a probabilidade de transição e a função $l(x)$ da tábua de vida, mas há um passo anterior a esse, necessário para a operacionalização dos cálculos, que é escrever a probabilidade de transição como função das taxas de transição calculadas a partir dos dados².

PERFIL DOS ESTADOS NUPCIAIS NO BRASIL

As análises dos resultados que a seguir se expõem, fazem referência às probabilidades de ingresso ao primeiro matrimônio, dissolução do casamento, recasamento e expectativa de vida de homens e mulheres de permanecer solteiro(a), casado(a), divorciado(a) e viúvo(a).

Probabilidades de ingresso ao primeiro matrimônio

Com o objetivo de mostrar as transformações da nupcialidade no longo das três décadas passadas, os gráficos 1, 2 e 3 apresentam o perfil das probabilidades do ingresso ao primeiro matrimônio, ou seja, a transição de solteiro(a) para casado(a) por sexo e grupo de idade, para os anos 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

Em termos gerais esses resultados revelam que as probabilidades de ingresso ao casamento à medida que avança na idade sua trajetória desenha um padrão curvilíneo e côncavo tanto dos homens como das mulheres no trânsito de solteiro (a) para casado (a), com ritmo acelerado e crescente até os 30 anos, para então, desabar rapidamente até os 50 anos se estabilizando para as demais idades.

Quando observamos este fenômeno por sexo, os resultados mostram que nas mulheres a probabilidade de contrair as primeiras núpcias em 1991, a partir dos 20 anos, já se apresentava maior em relação ao dos homens, esse diferencial vai aumentando com a idade, até alcançar uma probabilidade máxima ao completar os 30 anos de 70% no caso das mulheres frente a 40% no caso dos homens.

Nove anos mais tarde (2000), o processo de mudança do perfil de ingresso ao casamento por sexo e idade, apresenta características de mudança surpreendentes: i) a trajetória das probabilidades segundo a idade delineiam um desenho curvilíneo similar ao de 1991, ii) apesar dessa trajetória ser similar,

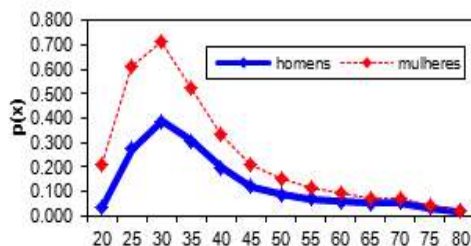
2. Este procedimento está amplamente descrito com maiores detalhes no trabalho: (FREIRE e AGUIRE, 2000). Além desse, esses autores também utilizaram essa metodologia nos seguintes trabalhos: (FREIRE, AGUIRE, MONTENEGRO e ARAÚJO, 2006) e (FREIRE, SPYRIDES, AGUIRE e ARAÚJO, 2010).

os níveis das probabilidades por idade são completamente diferentes principalmente nas faixas etária 20 e 30 anos, mostrando um padrão de queda brusca nas probabilidade de ingresso ao primeiro matrimônio, principalmente quando homens e mulheres completam os 30 anos, que no caso das mulheres, chegou perto de 40%, e no caso dos homens próximo de 20%.

Nos dez anos subsequentes, o perfil de ingresso ao matrimônio continua seu processo de transformação, desta vez não apenas apresentando um ritmo de queda em todas as idades, mas também, e surpreendentemente, as probabilidades de ingresso ao matrimônio por idade das mulheres serem quase iguais ao dos homens, chegando aos 30 anos a um nível máximo de 20% em 2010, para ambos os sexos. Ou seja, nesses 19 anos houve intenso processo de mudança do perfil de ingresso ao primeiro matrimônio das mulheres, saindo de probabilidade de primeiro casamento bem mais altas nas idades abaixo dos 30 anos, até chegar bem próximo ao perfil de casamento que apresentam os homens em 2010. Será que se pode dizer que houve uma transição dos níveis de primeiro casamento de mulheres nos últimos 19 anos?

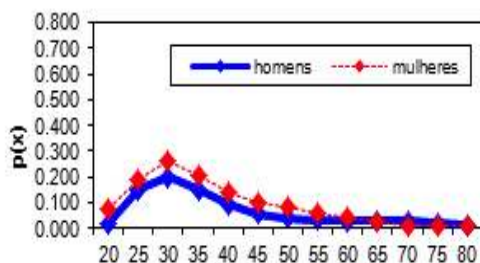
Frente a esse fato, surgem algumas questões importantes que merecem serem refletidas em profundidade, quais são as causas que estariam explicando essas mudanças do perfil de ingresso ao primeiro casamento principalmente das mulheres? Ainda não existem evidências científicas que expliquem esse fato, mas algumas hipóteses podem servir como pistas a seguir: i) aumento na idade média de ingresso ao matrimônio tanto para os homens quanto para as mulheres, ii) as mulheres antes de casar estariam preferindo primeiro a realização profissional; iii) tanto de homes quanto mulheres estão optando cada vez mais por uniões consensuais.

Gráfico 1 – Brasil 1991: Probabilidade do primeiro casamento por sexo e grupo de idade



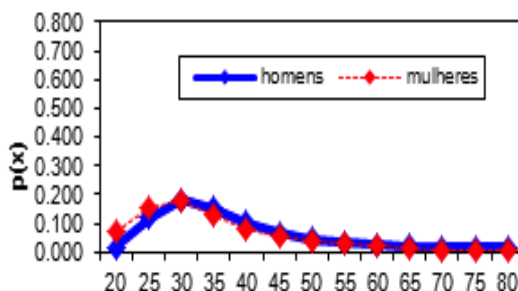
Fonte: Tabelas A1 e A2

Gráfico 2 – Brasil 2000: Probabilidade do primeiro casamento por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A3 e A4

Gráfico 3 – Brasil 2010: Probabilidade do primeiro casamento por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A5 e A6

Probabilidade de dissolução do casamento

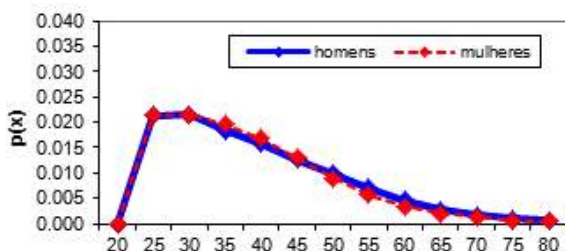
No Brasil, as formas de dissolução do casamento eram por três vias: i) morte de um dos conjugues, ii) divórcio e iii) separação judicial, esta última até 2010 era um modo de extinção da união conjugal, mas não dissolvia o vínculo de núpcias. A Emenda Constitucional 66/2010, criada no ano de 2010 põe fim a dissolução da união conjugal, por meio da separação judicial, com esta medida se buscou dar maior fluidez a este tipo de separação legal e amparada por lei.

Neste quadro, o perfil da separação judicial entre 1991 a 2010 experimenta mudanças importantes como pode se apreciar nos Gráficos 4, 5 e 6 que expõem as probabilidades de separação judicial por sexo e idade para esses anos. De forma genérica, observa-se claramente que nos três

períodos a probabilidade de separação judicial quase não apresenta diferencial por sexo nem por idade, ou seja, tanto homens quanto mulheres têm um padrão semelhante, indicando um aumento até os 25 anos, idade que seria o ponto de inflexão e daí experimentam uma queda vertiginosa até os 65 anos, para depois tender a se estabilizar em praticamente 0 (zero).

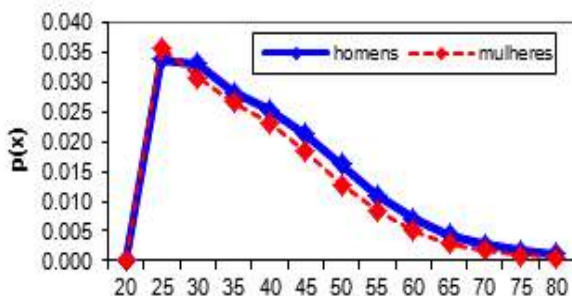
Os resultados mostram também que entre os períodos 1991 e 2000 houve um aumento crescente no nível das probabilidades da separação judicial a partir dos 25 até os 45 anos, tanto nos homens quanto nas mulheres, mas entre 2000 e 2010 este cenário (para as mesmas idades) muda e experimenta uma queda considerável na probabilidade de uma pessoa casada obter separação judicial para ambos os sexos.

Gráfico 4 – Brasil 1991: Probabilidade de separação judicial por sexo e grupo de idade



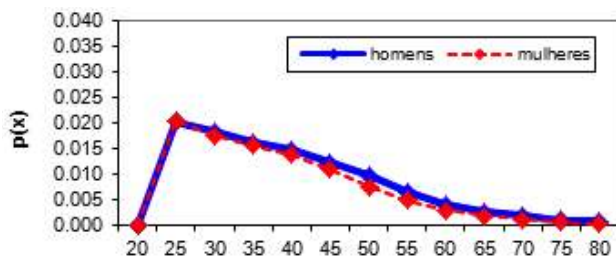
Fonte: Tabelas A1 e A2

Gráfico 5 – Brasil 2000: Probabilidade de separação judicial por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A3 e A4

Gráfico 6 – Brasil 2000: Probabilidade de separação judicial por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A5 e A6

Outra forma de dissolução ou separação no caso do Brasil é o divórcio (reconhecido legalmente). Os gráficos 7, 8 e 9 apresentam as probabilidades do casamento terminar em divórcio por grupo de idade e sexo para os anos 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

Os resultados observados por sexo e idade estão mostrando para ambos os casos uma tendência de aumento das probabilidades de divórcio entre 1991 a 2010, destacando sempre a probabilidade de divórcio maior das mulheres. Todavia, no mesmo Gráfico pode se observar para 1991 e 2000 que as mulheres estariam se divorciando com maior intensidade entre as idades de 30 a 35 anos em relação aos homens com essas mesmas idades. Dez anos mais tarde (2010), o perfil da intensidade dos divórcios se faz mais jovem, entre as idades 25 e 30 anos, cinco anos mais cedo em relação ao período anterior.

Merece uma análise particular a probabilidade de divórcio aos 30 anos tanto de mulheres como dos homens, pelos maiores aumentos experimentados em relação ao resto das idades. Assim, o aumento das probabilidades de divórcio das mulheres aos 30 anos entre 1991 a 2000 foi aproximadamente de 50%, já para o período 2000 a 2010 este aumento fica por volta dos 45%. No caso dos homens, o aumento na probabilidade de divórcio aos 30 anos para o primeiro período (1991 a 2000) é muito mais expressivo em relação ao das mulheres, chegando aproximadamente 86%, e para o segundo período (2000 a 2010) este incremento atinge aproximadamente 70%. Depois desses picos nas probabilidades de divórcio esse fenômeno experimenta no resto das idades tendência de queda, em todos os períodos estudados.

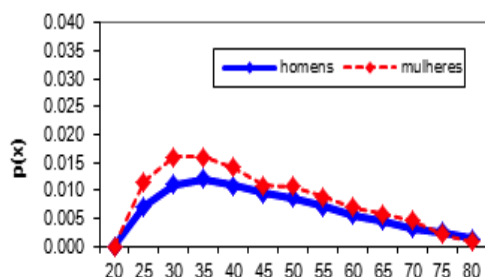
O aumento nas probabilidades do divórcio pode ser por causa da ampliação do acesso e à desburocratização dos serviços de justiça, fato que poderia estar explicando a diminuição da separação judicial, já que, com

possibilidade de requerer a dissolução do casamento a qualquer tempo e a diminuição dos trâmites legais para conseguir um desvinculo matrimonial, as pessoas agora podem transitar diretamente para o divórcio, sem necessariamente adquirir antes a separação judicial.

Segundo o especialista em Direito de Família, Josino Ribeiro Neto, antes era preciso esperar dois anos de separação de fato ou um ano de separação judicial para o casal se divorciar. Agora, o divórcio pode ser pedido independentemente de qualquer outro requisito, exceto a decisão do casal ou apenas de um deles, de pôr fim o vínculo matrimonial (RIBEIRO NETO, 2011).

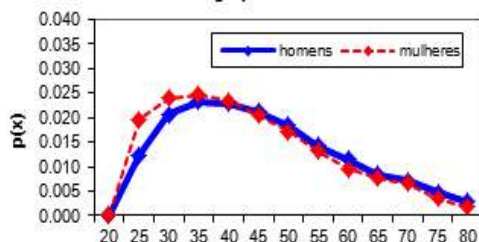
Segundo Shoen e Weinick (1993), em estudo similar, usando tábuas multiestado para avaliar as transições entre estados conjugais nos Estados Unidos, lá os resultados apontam para uma leve diminuição nos divórcios entre 1983 e 1988. Com a extinção da separação judicial, poderemos verificar essa tendência específica do divórcio.

Gráfico 7 – Brasil 1991: Probabilidade de divórcio por sexo e grupo de idade



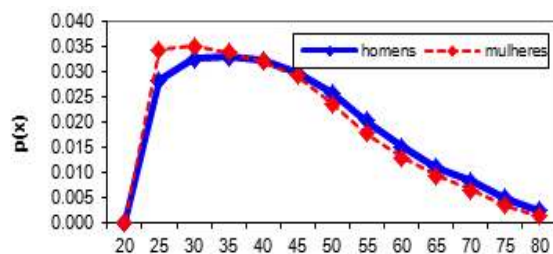
Fonte: Tabelas A1 e A2

Gráfico 8 – Brasil 2000: Probabilidade de divórcio por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A3 e A4

Gráfico 9 – Brasil 2010: Probabilidade de divórcio por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A5 e A6

Probabilidade de recasamento de divorciadas (os)

O recasamento, segundo o ESQUEMA 1, mostra que a dinâmica nupcial adquire movimento quando pessoas que experimentaram o divórcio ou a viuvez podem transitar novamente ao estado de casamento. Nesse quadro, os Gráficos 10, 11 e 12 apresentam as probabilidades de recasamentos de divorciados (as) por sexo e idade para o Brasil em 1991, 2000 e 2010.

De forma genérica, observa-se claramente que nos três períodos a probabilidade de recasamento segundo a idade segue o mesmo padrão, isto é, aumenta até os 30 anos para logo iniciar seu descenso rapidamente até os 45, e daí em diante continuar com um descenso menos intenso, esse fenômeno pode se observar tanto nos homens quanto nas mulheres em 1991 e com similar padrão para os anos 2000 e 2010.

Na análise por sexo e idade o perfil nupcial muda, observando-se um grande diferencial em 1991 entre homens e mulheres onde as probabilidades de novas núpcias são bem maiores nos homens do que nas mulheres. Esse processo inicia-se aos 25 anos e termina à idade dos 80 anos.

Este padrão de novas núpcias por sexo e idade continua no ano 2000 e 2010, embora, em níveis e diferenciais de sexo bem menores. Destaca-se que o reingresso de uma mulher divorciada a um novo casamento oficial é menos provável do que o de um homem divorciado, apesar de este diferencial por sexo tenha diminuído de maneira considerável entre 1991 a 2010.

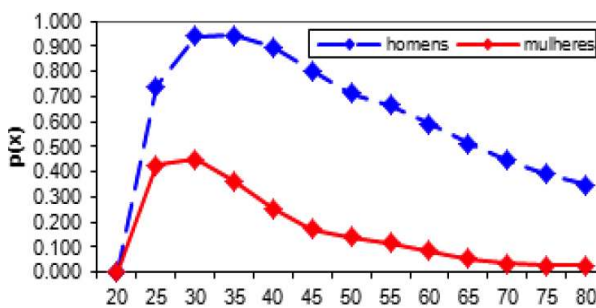
Particularizando a análise na idade de maior representatividade 30 anos, onde a probabilidade de novas núpcias é a maior em relação ao resto das idades, se pode observar que em 1991, o diferencial por sexo destaca claramente a probabilidade mais elevada (0,94) para os homens em relação às mulheres, que registram uma probabilidade bem menor (0,45) para essa mesma idade. Portanto, há um grande diferencial, com as

probabilidades de ingressar novamente à vida conjugal entre os homens 108% maior que para as mulheres aos 30 anos.

Nove anos mais tarde, em 2000, o processo de transição para o estado nupcial casada (o) mostra que a probabilidade de recasamento experimenta queda vertiginosa na idade dos 30 anos, registrando valores de 0,39 para os homens e 0,22 para as mulheres, isto significa um diferencial entre eles da ordem de 1,77 a favor dos homens, ou seja, a probabilidade de contrair novas núpcias é 77% maior nos homens do que nas mulheres para esta mesma idade.

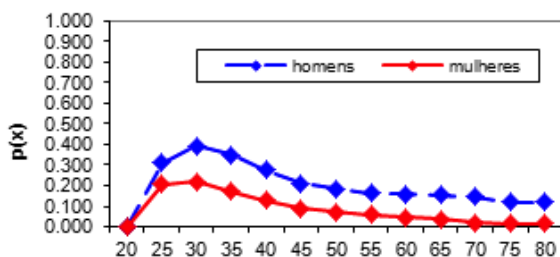
Já no ano 2010, o processo de transição continua dinâmico, mas o padrão não muda, assim, na idade de referência 30 anos, as probabilidades de recasamento nos homens (0,38) continuam maiores em relação à probabilidade de novas núpcias das mulheres (0,29), embora esses valores tenham experimentado quedas importantes em relação a 1991, ainda, o diferencial por sexo é grande, com a probabilidade de recasamento dos homens 31% maior que a probabilidade de contrair novas núpcias nas mulheres. Apesar das probabilidades de ingressar novamente ao casamento entre homens e mulheres tenha diminuído nos últimos 30 anos, ainda pode se observar que a probabilidade de uma mulher divorciada voltar a casar é muito mais baixa do que a probabilidade de um homem divorciado da mesma idade casar novamente.

Gráfico 10 – Brasil 2010: Probabilidade de recasamento de divorciados por sexo e grupo de idade



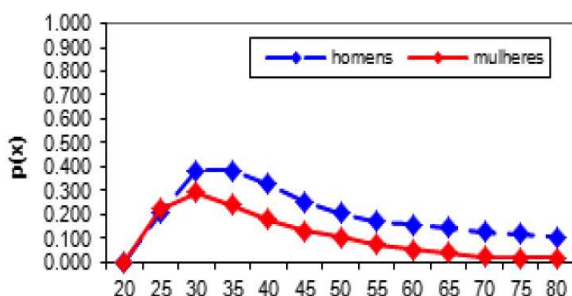
Fonte: Tabelas A1 e A2

Gráfico 11 – Brasil 2000: Probabilidade de recasamento de divorciados por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A3 e A4

Gráfico 12 – Brasil 2010: Probabilidade de recasamento de divorciados por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A5 e A6

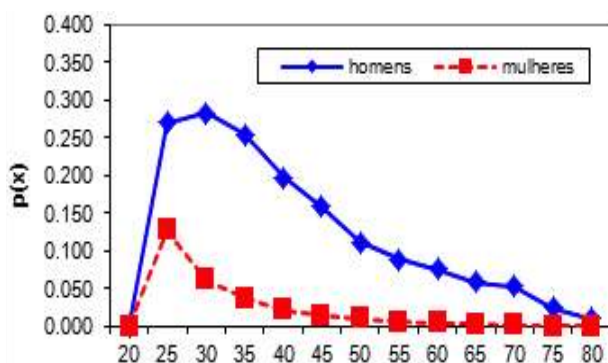
Probabilidades de recasamentos de viúvos (as)

As probabilidades de recasamentos de viúvos(as) são apresentadas nos gráficos 13, 14 e 15 respectivamente, esses gráficos estão mostrando padrão similar ao constatado no recasamento de pessoas divorciadas, com importantes diferenciais por sexo e idade, destacando que a probabilidade de recasamento de uma mulher viúva é menor do que a probabilidade de recasamento de um homem viúvo.

Além disso, observa-se também que essas probabilidades têm diminuído consideravelmente em 19 anos (1991-2010). Analisando por faixa etária, a probabilidade de um homem viúvo voltar a casar aos 25 anos em 1991 era de 0,23 e em 2010 essa probabilidade desaba para 0,12. De um modo geral, observamos que para ambos os sexos, as probabilidades vão

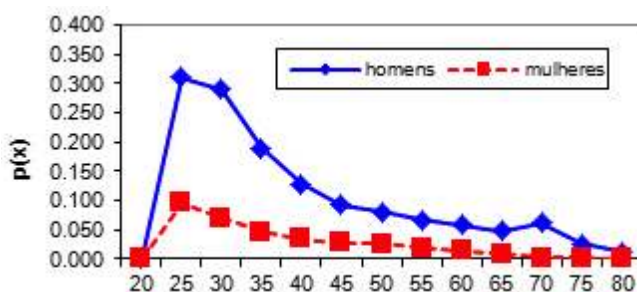
decrecendo à medida que avança a idade. Isso mostra que, quanto mais tarde os casamentos forem dissolvidos, menores serão as probabilidades de recasamentos. Pode-se notar também que a probabilidade de uma mulher viúva voltar a casar é bem menor do que a probabilidade de um homem viúvo voltar a casar. Contudo, assim como no recasamento de divorciados, o diferencial por sexo diminuiu consideravelmente.

Gráfico 13 – Brasil 1991: Probabilidade de recasamento de viúvos por sexo e grupo de idade



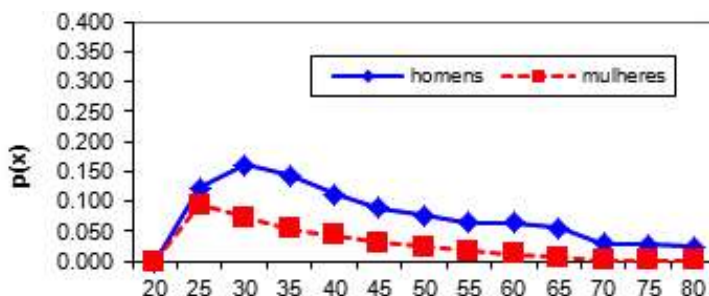
Fonte: Tabelas A1 e A2

Gráfico 14 – Brasil 2000: Probabilidade de recasamento de viúvos por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A3 e A4

Gráfico 15 – Brasil 1991: Probabilidade de recasamento de viúvos por sexo e grupo de idade



Fonte: Tabelas A5 e A6

Expectativa de vida de cada estado conjugal

A expectativa de vida ao nascer de uma coorte submetida a uma determinada situação de mortalidade representa o tempo médio de vida a partir do nascimento. Assim, nas tabelas 2, 3 e 4 apresentam-se os resultados das esperanças de vida a partir dos 20 anos segundo estado conjugal, para ambos os sexos, nos anos 1991, 200 e 2010.

Esses resultados reproduzem que entre a vida e morte, o indivíduo experimenta diferentes situações conjugais pelas quais tem que atravessar. Comparando-se os anos 1991, 2000 e 2010, nota-se que as pessoas estão vivendo mais tempo no estado conjugal solteiro. A expectativa média de vida a partir dos 20 anos teve um aumento de 1991 a 2010 de 6,75 anos para os homens e 4,29 anos para as mulheres. Em relação à separação dos cônjuges tanto para o divórcio quanto para a separação judicial também teve um aumento, mas as mulheres ainda permanecem mais tempo nesses estados conjugais, devido às dificuldades para encontrar um novo parceiro. No que diz respeito à viuvez, a partir dos 20 anos de idade, houve uma diminuição significativa no tempo vivido como viúvo em ambos os sexos, nas mulheres foi de 3,68 anos e nos homens de 0,67 anos no período 1991-2010.

Os resultados da esperança de vida por estado conjugal sustentam ainda mais os resultados das probabilidades de transição. Por exemplo, o fato das mulheres terem, em média, menos tempo de vida no casamento quando comparadas aos homens, e por outra parte, terem uma fração do tempo de suas vidas vividas como separadas, divorciadas e viúvas maior do que os homens, reflete precisamente os diferenciais por sexo descobertos nas probabilidades de recasamento, divórcio e viuvez para o período de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 2 – Brasil 1991: Esperança de vida por sexo e idade segundo estado conjugal

Idade	MMasc. s(x)	FFem. s(x)	MMasc. c(x)	FFem. c(x)	Masc. esep (x)	Fem. esep (x)	MMasc. ed (x)	FFem. ed (x)	Masc. ev (x)	FFem. ev (x)	Masc. e(x)	FFem. e(x)
220	111,56	112,57	229,28	227,05	0,57	1,37	00,41	22,01	22,13	88,62	443,94	551,63
225	77,63	99,25	229,03	225,70	0,57	1,36	00,41	22,01	22,17	88,68	339,81	447,01
330	55,06	77,10	227,63	223,31	0,54	1,31	00,40	11,98	22,23	88,76	335,87	442,46
335	33,53	55,64	225,39	220,39	0,49	1,22	00,37	11,92	22,30	88,86	332,10	338,03
440	22,52	44,51	222,82	117,35	0,42	1,11	00,33	11,81	22,39	88,97	228,48	333,75
445	11,78	33,57	220,06	114,31	0,34	0,98	00,27	11,68	22,49	99,10	224,96	229,64
550	11,21	22,78	117,28	111,36	0,27	0,84	00,22	11,52	22,61	99,20	221,59	225,71
555	00,78	22,11	114,52	88,58	0,20	0,70	00,16	11,35	22,73	99,25	118,38	221,99
660	00,46	11,54	111,84	66,00	0,14	0,56	00,12	11,17	22,84	99,12	115,40	118,39
665	00,24	11,06	99,24	33,77	0,09	0,44	00,08	00,98	22,90	88,74	112,56	114,99
770	00,10	00,66	66,83	22,02	0,05	0,32	00,05	00,78	22,87	88,00	99,90	111,78
775	00,03	00,37	44,77	00,85	0,03	0,21	00,03	00,58	22,69	66,85	77,55	88,86
880	00,01	00,19	33,15	00,30	0,01	0,12	00,02	00,37	22,14	55,12	55,33	66,09

Fonte: Elaborado com base dados do Registro Civil-1991 e Censo Demográfico-1991

Tabela 3 – Brasil 2000 - Esperança de vida por sexo e idade segundo estado conjugal

Idade	MMasc. es(x)	FFem. es(x)	Masc. ec(x)	FFem. ec(x)	Masc. esep (x)	FFem. esep (x)	MMasc. ed (x)	Fem. ed (x)	Masc. ev (x)	Fem. ev (x)	M Masc e(x)	Fem e(x)
220	224,52	227,28	19,24	117,91	1,29	1,69	1,40	2,32	1,49	4,96	47,94	54,15
225	220,39	223,32	19,08	117,10	1,30	1,68	1,42	2,32	1,52	4,98	43,71	49,40
330	117,06	220,10	18,18	115,66	1,29	1,63	1,43	2,29	1,54	5,01	39,50	44,70
335	114,43	117,41	16,69	113,86	1,24	1,54	1,40	2,23	1,57	5,04	35,33	40,07
440	112,22	115,02	14,93	111,92	1,16	1,43	1,34	2,12	1,61	5,07	31,25	35,55
445	110,30	112,85	13,12	99,98	1,05	1,29	1,24	1,97	1,64	5,09	27,35	31,18
550	88,58	110,85	11,32	88,10	0,92	1,13	1,11	1,78	1,69	5,10	23,62	26,97
555	77,03	99,00	9,55	66,30	0,78	0,98	0,96	1,58	1,72	5,07	20,05	22,94
660	55,63	77,30	7,85	44,62	0,65	0,82	0,80	1,37	1,74	4,95	16,68	19,07
665	44,39	55,74	6,23	33,14	0,53	0,67	0,65	1,15	1,74	4,72	13,54	15,43
770	33,31	44,32	4,72	11,90	0,42	0,52	0,51	0,93	1,67	4,30	10,62	11,97
775	22,36	33,04	3,35	11,00	0,31	0,38	0,37	0,70	1,50	3,61	7,88	8,72
880	11,52	11,89	2,17	00,46	0,20	0,23	0,24	0,43	1,10	2,53	5,23	5,55

Fonte: Elaborado com base dados do Registro Civil- 2000 e Censo Demográfico- 2000

Tabela 4 – Brasil 2010- Esperança de vida por sexo e idade segundo estado conjugal

<i>Idade</i>	<i>Masc es(x)</i>	<i>Fem es(x)</i>	<i>Masc ec(x)</i>	<i>Fem ec(x)</i>	<i>Masc esep(x)</i>	<i>Fem esep(x)</i>	<i>MMasc ed(x)</i>	<i>FFem ed(x)</i>	<i>MMasc ev(x)</i>	<i>FFem ev(x)</i>	<i>MMasc e(x)</i>	<i>FFem e(x)</i>
20	27,71	28,60	19,33	19,04	0,64	0,87	1,55	2,56	1,46	4,84	50,69	55,92
25	23,53	24,46	19,27	18,40	0,65	0,87	1,57	2,56	1,48	4,86	46,50	51,15
30	20,01	21,07	18,53	17,09	0,64	0,84	1,57	2,52	1,50	4,88	42,25	46,41
35	17,13	18,25	17,16	15,32	0,62	0,80	1,53	2,43	1,52	4,90	37,96	41,71
40	14,71	15,80	15,44	13,34	0,58	0,74	1,44	2,30	1,54	4,92	33,70	37,09
45	12,58	13,57	13,57	11,29	0,52	0,67	1,31	2,11	1,56	4,93	29,54	32,57
50	10,68	11,53	11,69	9,28	0,45	0,59	1,16	1,89	1,57	4,92	25,55	28,21
55	8,97	9,64	9,84	7,33	0,38	0,50	0,98	1,65	1,58	4,87	21,76	23,99
60	7,42	7,87	8,04	5,50	0,32	0,42	0,80	1,39	1,57	4,75	18,14	19,93
65	5,97	6,21	6,31	3,84	0,25	0,34	0,62	1,13	1,52	4,51	14,68	16,03
70	4,65	4,68	4,71	2,44	0,19	0,26	0,45	0,87	1,42	4,09	11,43	12,35
75	3,43	3,30	3,28	1,38	0,13	0,18	0,31	0,62	1,22	3,45	8,37	8,93
80	2,26	2,06	2,06	0,69	0,08	0,11	0,18	0,37	0,85	2,42	5,43	5,64

Fonte: Elaborado com base dados do Registro Civil- 2010 e Censo Demográfico- 2010

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos padrões de comportamento demográfico tanto de homens como de mulheres no ingresso ao casamento e separações, antes que conclusivos orientam a levantar possibilidades (questões) de futuras investigações com especificidades próprias da nupcialidade, que poderiam ser abordadas em estudos sóciodemográficos.

Com relação às probabilidades do primeiro casamento, entre 1991, 2000 e 2010 houve decréscimo em todas as faixas etárias. Esse fato pode ser devido ao crescimento significativo das uniões consensuais, que em 2010 representou, no país, 36,4%. Outro fator que estaria contribuindo para o adiamento de ingresso ao primeiro matrimônio seria o fato das pessoas estarem optando por passar mais tempo na situação de solteiro. Nesse sentido cabe perguntar, quais as razões que estariam levando homens e principalmente às mulheres adiar o casamento? E quais as razões que estariam levando tanto os homens quanto às mulheres a optarem pela união consensual?

Com relação ao divórcio, houve um aumento substancial no período estudado (1991, 2000 e 2010), atingindo o seu maior patamar em 2010, principalmente no caso das mulheres de 25 a 35 anos, dado que apresentam uma probabilidade de se divorciar maior do que os homens. Porque as mulheres de idades jovens estariam tomando esta decisão? No caso do divórcio, isso pode ocorrer devido à mudança na legislação.

Quanto ao recasamento de divorciados e viúvos, os dados mostram que em 1991 os homens tinham maior probabilidade de ingressar a um novo

casamento quando comparados com as mulheres. Ou seja, em 1991 um homem jovem, com idade por volta de 30 anos tinha praticamente como certo um novo casamento ao se divorciar. No entanto, 19 anos depois esse padrão mudou substancialmente, praticamente igualando homens e mulheres nesse quesito. Esse novo padrão de recasamento chama atenção, pesquisas de ordem qualitativas poderiam ajudar a trazer elucidacões sobre o entendimento deste fenômeno.

REFERÊNCIAS

BIXBY, L.R. (1978). *Nupcialidade y fecundidade em cuatro zonas rurales de América Latina*. Serie C.N 1008, San José - Costa Rica.

CAHALI, Y. S. (2011). *Separações Conjugais e Divórcios*. Ed. Revista dos Tribunais, 12ª ed, 1088p.

CENSO DEMOGRÁFICO – CD (1980). *Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade*. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. No 1.

_____. (1991). *Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade*. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. No 1.

_____. (2000). *Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade*. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. No 1.

_____. (2010). *Nupcialidade, Fecundidade e Mortalidade*. Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE.

ESTATÍSTICA DO REGISTRO CIVIL – RC. (2000) Ministério do Planejamento e Orçamento. Fundação Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE. Diretoria de Pesquisas Departamento de População, v. 18.

FREIRE, F.H.M.A.; SPYRIDES M.H. C.; AGUIRRE, M.A.C.; ARAÚJO, K.L.S. (2010). *Encontros e reencontros: um diagnóstico da dinâmica matrimonial no nordeste do Brasil*. *R.bras.Estat.*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 234, p.43-44 73, jan./dez.

_____.; AGUIRRE, M.A.C.; MONTENEGRO, A.A.F.; ARAÚJO, K.L.S.(2006). *Casamento e recasamento: uma análise multivariada do mercado matrimonial no Nordeste*. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

_____.; AGUIRE, M.A.C. (2000). *Dinâmica entre os estados conjugais da população brasileira: uma aplicação das tábuas de vida multiestado para medir probabilidades de transição*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000, Caxambu. Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, v. VL 1.

JACOBSON, P.H. (1959). *American Marriage and Divorce*. New York: Rhinehart.

JONES, J. P. (1962). *Remarriage tables based on experience under OASDI and United States Employees Compensation Systems*. U.S. Department of Health, Education and Welfare, Social Security Administration. Actuarial Study No 55. Washington,

D.C.: Government Printing Office.

KRISHNAN, P. (1971). **Divorce tables for females in the United States: 1960.** In: *Journal of Marriage and the Family* 33 (May), p. 318-320.

LIVI BACCI, M. (1993). **La formación y disolución de las parejas.** In: *Introducción a la demografía.* Ariel, Barcelona España, p. 193-226.

MANKEN, J.; TRUSSEL, J.; STEMPEL, D.; BABAKOL, O. (1981). **Proportional hazard life able models: an illustrative analysis of sociodemographic influences on marriage dissolution in the United States.** In: *Demography*, 18(May), p.181-200.

McCARTHY, J. F. (1978). **A comparison of the probability of the dissolution of first and second marriage.** In: *Demography* 15 (August), p. 345-359.

_____. (1977). **Patterns of Marriage Dissolution in the United States.** Doctoral dissertation, Princeton University.

NEWELL, C. (1988). **Methods and Models in Demography.** New York, the Guilford Press.

NIESSEM, A.M. (1949). **A revised American remarriage table.** *Record of the American Institute of Actuaries* 38, p.5-18.

SAVELAND, W.; GLICK, P.C. (1969). **First marriage decrement tables by color and sex of the United States in 1958-60.** In: *Demography* 6(August), p. 243-260.

SCHOEN, R. (1988). **The Multistate Life Table.** In: *Modeling multigroup populations.* New York: Plenum Press, p. 63-105.

_____.; STANDISH, N. (2001). **The Retrenchment of Marriage: results from Marital States Life Tables for the United States, 1995.** *Population and Development Review*, 27(3): 553-563.

_____.; WEINICK, R. (1993). **The Slowing Metabolism of Marriage: Figures from 1988 U.S. Marital Status Life Tables.** *Demography*, v. 30, n.4.

_____.; NELSON V. E. (1974). **Marriage, Divorce, and Mortality: a life table analysis.** In: *Demography*. v. 11, No 2, p. 267-290.

SPENSHADE, T.J.; EISENBERG B. R. (1993). **Life Course Analysis and Multi-State Demography: An Application to Marriage, Divorce, and Remarriage.** In: *Readings in Population Research Methodology. Nuptiality, Migration, Household, and Family Research.* Published for United Nations Population Fund by Social Development Center Chicago, Illinois, v. 4, p.13-19/13-29.

WILLEKENS, F.J.; SHAH, I.; SHAH, J.M.; RAMACHADRAN, P. (1993). **Multi-State Analysis of Marital Status Life Tables: Theory and Application.** In: *Readings in Population Research Methodology. Nuptiality, Migration, Household, and Family Research*, v. 4, p.13-30/13-37. Published for United Nations Population Fund by Social Development Center Chicago, Illinois.

A GESTÃO DOS RISCOS OPERACIONAIS E O DUMPING SOCIAL

June Alisson Westarb Cruz

Doutor em Administração Estratégica pela PUCPR. E-mail: june.cruz@pucpr.br.

Wesley Vieira da Silva

Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. E-mail: wesley.vieira@pucpr.br.

Susan Emily Iancoski Soeiro

Aluna do Programa de Mestrado em Direito – PPGD da PUC/PR. E-mail: susan.emily.soeiro@gmail.com.

RESUMO

É indiscutível a importância das relações trabalhistas na sociedade de capital, nesse sentido, as infrações à legislação trabalhista podem caracterizar o dumping social e, desse modo, ensejar a reparação do dano coletivo mediante indenização. Nesse contexto, diante do impacto financeiro que pode advir à empresa, o presente estudo possui como objetivo central promover a gestão de riscos operacionais por meio da análise da jurisprudência a respeito do dumping social, bem como abordar questões acerca da delimitação da conduta concreta passível de configurar dumping social. Como técnica de análise de risco, foi utilizada a probabilidade, que consiste em apurar o número de vezes que um determinado evento (condenação por dumping social) ocorreu em um período de tempo estabelecido. Como resultado, foi constatado que a ocorrência do risco operacional analisado é baixa, pois das 345 (trezentos e quarenta e cinco) decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) pesquisadas, as quais se referem ao período compreendido entre 01/02/2011 e 01/02/2014, houve condenação ao pagamento de indenização por dumping social em apenas dois casos, porém, com críticos impactos financeiros em razão dos critérios subjetivos de arbitramento do montante indenizatório. Não obstante, a jurisprudência recente do Tribunal em comento demonstra que a mera inobservância à legislação trabalhista, por si só, não caracteriza uma condição apta a justificar a aplicação de multa ou indenização.

PALAVRAS-CHAVE: *Relações trabalhistas. Riscos operacionais. Dumping social. Jurisprudência.*

ABSTRACT

It is undisputed the importance of labor relations in the capitalist society in this sense, the violations of labor law may characterize social dumping and thereby give rise to compensation for the damages through collective compensation. Considering financial impacts that may result to the company, this study has as main objective to promote the management of operational risks through the analysis of case law regarding social dumping, as well as address issues concerning the delimitation of social dumping is likely to set concrete behavior. As technical risk analysis, probability that is to consider the number of times a particular event (condemnation for social dumping) occurred in a set period was used. It was found that the occurrence of operational risk is considered low because of 345 (three hundred and forty five) decisions of the Regional Labor Court of the 3rd Region (Minas Gerais) surveyed, which refer to the period from 01/02/2011 to 02/01/2014, there was judgment for the payment of compensation for social dumping in only two cases, however, with critical financial impacts due to the subjective criteria of arbitration of the indemnity amount. Nevertheless, the recent Court under discussion demonstrates that the mere failure to labor legislation, by itself, does not characterize an able condition to justify the imposition of a fine or compensation.

KEYWORDS: Labor relations. Management of operational risks. Social dumping. Jurisprudence.

RESUMEN

Es incuestionable la importancia de las relaciones de trabajo en la sociedad capitalista, en este sentido, violaciones de la legislación laboral se caracteriza por el dumping social y por lo tanto dar lugar a una indemnización por los daños a través de la compensación colectiva. En este contexto, teniendo en cuenta el impacto financiero que pueda surgir con la compañía, este estudio tiene como objetivo principal promover la gestión de los riesgos operacionales por medio del análisis de la jurisprudencia en relación con el dumping social, así como abordar las cuestiones relativas a la delimitación de objeto determinada conducta configurar el dumping social. Como análisis de riesgo técnico, probabilidad, que es considerar el número de veces que un evento en particular (condena por el dumping social) se produjeron en un período determinado de tiempo se utilizó. Como resultado, se encontró que la ocurrencia de un análisis del riesgo operativo es bajo debido a 345 (trescientos cuarenta y cinco) las decisiones del tribunal regional del trabajo de la 3ª región (minas gerais) estudiados, que se refieren al período de 01 / 02/2011 y 02/01/2014, se produjo la condena al pago de una indemnización por el dumping social en sólo dos casos, sin embargo, con impactos financieros críticos debido a los criterios subjetivos de arbitraje del monto de la indemnización. Sin embargo, la corte recientemente en discusión demuestra que la mera falta de legislación laboral, por sí sola, no caracteriza a una persona capaz de justificar la imposición de una multa o la condición de indemnización.

PALABRAS CLAVE: Las relaciones laborales. Los riesgos operacionales. El dumping social. Jurisprudencia.

INTRODUÇÃO

O custo dos direitos trabalhistas exerce influência direta na formação do preço e, com o objetivo de conquistar ou manter-se no mercado, empresas podem deliberadamente descumprir normas trabalhistas, inclusive para prejudicar outras empresas que atuam em conformidade com a legislação. Nesse sentido, a redução de custos mediante descumprimento das leis que conferem direitos aos trabalhadores pode forçar outras empresas a agirem do mesmo modo para se manterem no mercado, o que, por fim, conduziria toda a sociedade às condições de trabalho desfavoráveis.

Surge, assim, um interesse de doutrinadores do Direito do Trabalho pelo cumprimento das leis nas relações trabalhistas através da aplicação da figura do *dumping* dentro do país, nas relações entre nacionais, desconsiderando o caráter internacional do instituto de proteção do mercado doméstico diante do mercado exterior. Promovem, assim, a ampliação do conceito do *dumping*, o qual passa a ser chamado de *dumping* social.

Nesse contexto, o presente estudo correlaciona a gestão de riscos operacionais e o *dumping* social, com o objetivo de verificar qual a probabilidade e qual o impacto financeiro que pode ser acarretado às empresas em razão das condenações pela prática de *dumping*.

A análise de riscos operacionais é um instrumento de gestão de empresas, que consiste na reflexão e na ponderação a respeito das consequências das condutas a serem adotadas quanto ao cumprimento da legislação. Assume um aspecto de equilíbrio nas decisões na medida em que objetiva não expor a empresa a passivos trabalhistas desnecessários, o que inclui a possibilidade de evitar a configuração do *dumping* social.

Desta forma, o presente estudo tenciona promover a análise da jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região relativa ao *dumping* social como forma de gestão de riscos operacionais, com o intuito de verificar a probabilidade da condenação ao pagamento de indenização por *dumping* social e o impacto financeiro.

A partir da averiguação dos fundamentos do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais) nas condenações verificadas no período analisado, o presente estudo ainda almeja contribuir para a delimitação da conduta concreta considerada prejudicial e condenável, passível de caracterizar juridicamente o conceito de *dumping* social e a respectiva indenização.

O RISCO OPERACIONAL

O termo risco engloba um conceito multidimensional e se divide em três grandes grupos: a) risco de mercado, relativo às oscilações nos preços dos ativos negociados em conformidade com as circunstâncias de mercado; b) risco de crédito, inerente às possíveis perdas diante do inadimplemento de uma das partes; bem como o c) risco operacional, que resulta das falhas no desempenho das atividades da empresa.

Nos termos da Resolução BACEN 3.380/2006, o risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

§ 1º A definição de que trata o caput inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Observa-se que na definição fornecida pelo Banco Central, o risco operacional também abarca os prejuízos referentes ao descumprimento de dispositivos legais. O risco operacional relaciona-se a falhas no desempenho da atividade econômica. Pode-se dizer que são falhas no fazer.

Assim, não se refere exclusivamente ao setor bancário, muito embora exista regulamentação e supervisão maiores nesse aspecto. Isto porque sempre que uma atividade é realizada, paira sobre esta a possibilidade de ocorrerem falhas as quais afetam o resultado esperado de modo negativo.

Dentro da previsão acerca do “descumprimento de dispositivos legais” (Resolução BACEN 3.380/2006) se inclui a inobservância às regulamentações do trabalho. Se não bastasse, a Resolução é clara ao elencar dentre os eventos de risco operacional demandas trabalhistas e a segurança deficiente do local de trabalho.

Art. 2º [...]

§ 2º Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- I - fraudes internas;
- II - fraudes externas;
- III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição;
- VI - aqueles que acarretem a interrupção das atividades da instituição;
- VII - falhas em sistemas de tecnologia da informação; Resolução nº de 3380 de 29 de junho de 2006;
- VIII - falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na instituição.

Desta forma, verifica-se que o risco jurídico é inerente à atividade econômica.

Frank Knight trata da teoria da decisão ao diferenciar risco de certeza. Expôs que os dirigentes das empresas normalmente identificam os momentos críticos apenas após a ocorrência do fato. Destacou que se fossem capazes de identificar iminentes alterações, não existiriam mudanças abruptas quanto à rentabilidade dos negócios. Assim, deveriam detectar as novas circunstâncias favoráveis e desfavoráveis (BERNSTEIN, 1997, p. 220).

John Maynard Keynes demonstrou que a incerteza constituiria o paradigma que domina a realidade e não a probabilidade matemática. A prevalência da incerteza aparece no anseio pela liquidez e pela opção de formalização de acordos mediante força legal (BERNSTEIN, 1997, p. 228).

Gevaerd Filho (2001, p. 306) relaciona o termo risco à inexistência de lucro e expõe que o risco constitui princípio orientador da atividade empresarial no que se refere à eficiência e à lucratividade. Ressalta a necessidade da adequada administração do risco para que exista a eficiência, a qual posteriormente possibilita a ocorrência de lucratividade.

Entretanto, é possível às empresas identificar as consequências jurídicas de seus atos quando da tomada de decisões acerca da organização e da condução interna do trabalho.

Como forma de diminuir a probabilidade de discussões judiciais, considerando a quantidade de trabalhadores envolvidos, mostra-se importante uma completa e prévia análise jurídica quanto às repercussões trabalhistas dos atos decisórios e normativos internos, a fim de tomar a decisão mais

adequada ao ordenamento jurídico trabalhista e promover a prevenção e redução de lides judiciais.

A análise de riscos e a reflexão e ponderação que esta pode oferecer a respeito das consequências das condutas possíveis de serem adotadas é um instrumento de gestão de empresas que pode favorecer o desenvolvimento econômico e social.

Como visto a atuação preventiva quanto à instituição de um processo de gestão de riscos assume um aspecto de equilíbrio nas decisões na medida em que objetiva não expor a empresa a passivos trabalhistas desnecessários.

Ademais, prioriza o tratamento da probabilidade do risco, concentrando-se em ações anteriores à ocorrência do evento ao invés de preferir apenas a mitigação de resultados no Judiciário. Nesse contexto é que deve ser analisada a figura do *dumping* social criada pela doutrina jurídica trabalhista brasileira.

O QUE É DUMPING

O que os doutrinadores do Direito do Trabalho denominam por *dumping* social constitui um instituto proveniente da prática de anticoncorrência conhecida por *dumping* no comércio internacional.

No âmbito das relações internacionais, existem aqueles que advogam a causa do comércio justo, solidário e ético, no qual é possível alcançar um sistema de comércio internacional que possua como finalidade a redução das desigualdades sociais e manutenção dos padrões de um desenvolvimento sustentável (RICOBOM, 2011, p. 41).

Há uma intensificação cada vez maior de trocas e investimentos em virtude de diversos compromissos firmados no campo do comércio exterior, o que pugna por um fortalecimento de regras de Direito Internacional, a fim de estimular relações fundadas em parâmetros leais e justos.

Nesse contexto se destaca a atuação da Organização Mundial do Comércio (OMC), como organismo intergovernamental detentor de função legislativa e judiciária para a harmonização das regras dos diferentes países membros.

Dentre os instrumentos de defesa comercial contra as práticas desleais existentes no comércio internacional, encontram-se as ações antidumping para garantir a livre concorrência. A defesa da concorrência tem por objetivo evitar concentrações e condutas de agentes econômicos que possam trazer riscos aos mercados (CORDOVIL, 2011, p. 162).

A prática de *dumping* trata-se de uma forma desleal que consiste na “colocação de mercadoria em outro país a preço inferior ao praticado no mercado doméstico do país exportados, com o fito de desestabilizar a concorrência” (GUEDES; PINHEIRO, 2002, p. 20).

Ocorre quando uma empresa exporta produtos abaixo do preço normal ou do preço de custo praticados no mercado interno de seu país, o que causa danos às empresas estabelecidas no país que importa tais produtos ou até mesmo prejudica o estabelecimento de empresas. Isto porque estes produtos são fornecidos ao mercado internacional por preços altamente reduzidos e, por consequência, muito competitivos.

Desta forma, o dumping resta caracterizado quando há redução artificial e temporária de preços por intermédio de uma abusiva especulação, com a finalidade de prejudicar ou até mesmo eliminar a concorrência em razão do consequente ganho de vantagens no mercado, o que inclusive pode resultar no monopólio de determinado produto ou segmento, consoante explanado por Gustavo F. Trierweiler (2009, p. 83):

Portanto, conclui-se que o dumping pressupõe a redução artificial e temporária de preços, mediante o exercício de especulação abusivo, com o intuito de prejudicar – ou quiçá eliminar – a concorrência e obter vantagens no mercado, como o monopólio de determinado produto ou segmento.

A preocupação com as consequências do dumping assume grande importância em diferentes países, pois influencia a competitividade da empresa quanto à constituição do preço e pode oscilar a arrecadação de tributos pelo governo, de modo que não somente as empresas, mas o próprio Estado possui interesse na existência de um mercado com diferentes companhias atuantes em um mesmo ramo.

O DUMPING NA ESFERA TRABALHISTA

Conforme exposto, *dumping*, vocábulo utilizado em inglês, pois sem tradução nas línguas latinas, corresponde a uma forma de concorrência desleal no âmbito internacional.

Todavia, existem doutrinadores no Direito do Trabalho que sustentam a aplicação da figura do *dumping* dentro do país, nas relações entre nacionais, desconsiderando o real propósito do instituto, qual seja, de proteção do mercado doméstico diante do mercado exterior.

O termo *dumping* em sua origem consiste na designação de uma prática de concorrência desleal, caracterizada pelo estabelecimento de preço inferior para a venda destinada a outro país em comparação com o preço de venda interna do mesmo produto ou serviço, isto é, no mercado doméstico possui preço superior ao que é vendido no mercado estrangeiro, como explicado por Rodrigo Gava (2007):

Em geral, pretende-se designar esta prática de concorrência desleal como aquela na qual se estabelece o preço de venda externo inferior ao interno ou, de qualquer forma, inferior a um valor “normal” de um produto similar, ou seja, quando uma determinada indústria oferece o seu produto em um mercado de exportação a um preço inferior ao que é corrente no seu mercado doméstico - nas clássicas, primogênicas e pragmáticas palavras conceituais, o dumping consiste na “*price-discrimination between nation and markets*”.

Não obstante o conceito e o objetivo do instituto, na doutrina jurídica trabalhista, a expressão *dumping* passou a ser utilizada com a finalidade de designar um extenso conjunto de situações não demonstradas com clareza ou consideradas implícitas em relação ao objetivo de manutenção da equidade no âmbito da concorrência internacional (GAVA, 2007).

Argumentam que a venda de produtos no exterior a um valor menor que o preço no mercado interno é possível quando certos Estados permitem salários consideravelmente baixos e precárias condições de trabalhos, muitas vezes em razão do estágio de desenvolvimento ou devido à miséria que assola grande parte do mundo (TRIERWEILER, 2009, p. 85):

Dentre as modalidades de dumping, convencionou-se chamar de *dumping* social a conduta de certos Estados em pagar salários muito baixos e oferecer condições de trabalho precárias com o intuito de, reduzindo-se severamente gastos com mão de obra, possibilitar que seus produtos internos tenham preços inferiores ao mercado internacional ou, então, que o baixo custo da mão de obra dos trabalhadores locais seja atraente à instalação de novas empresas.

Além disso, parte-se do pressuposto de que para obter vantagem no mercado internacional, empresas fixam-se em outras regiões ou transferem estabelecimentos na busca por menores custos de mão de obra. Tal fato costuma ser noticiado pela mídia principalmente quanto às grandes multinacionais (TRIERWEILER, 2009, p. 81):

[...] as grandes empresas multinacionais têm estudado a alteração do local de produção, seja reduzindo a produção em determinadas unidades de certos países para aumentar em outros ou, até mesmo, instalando novas unidades, mediante a transferência de toda a produção. Estas reduções ou paradas pontuais nas produções ou, até mesmo, o fechamento de certas unidades vêm sendo anunciadas na mídia, juntamente com o anúncio de implementação de novas unidades em locais diversos.

É cediço que o custo dos direitos trabalhistas exerce influência direta na formação do preço e, portanto, na competitividade da empresa, de modo que pode ocorrer o descumprimento das normas laborais com o firme propósito de obtenção de mercado em manifesto prejuízo às empresas que atuam em conformidade com a legislação.

A teoria do dumping social se origina a partir do contexto de globalização da economia, quando se torna mais frequente o desdobramento das indústrias para desenvolver produtos de modo desmembrado, com a transferência de parcela ou etapas da produção para países detentores de mão de obra barata e com pouca ou nenhuma regulamentação do trabalho.

O aumento assim obtido da competitividade, eliminando ou diminuindo a concorrência de forma significativa, apenas é possível por meio de uma conduta sistemática de agressões ao bem-estar do trabalhador por nem mesmo considerar condições mínimas de trabalho digno.

Tal prática desrespeita também a estrutura do Estado e o próprio modelo capitalista, o qual possui a livre concorrência como um dos seus pilares ao pressupor o oferecimento de idênticas condições no mercado para seu desenvolvimento.

O *dumping*, agora social, está relacionado à venda de mercadorias no comércio internacional “por preços muito baixos porque tratam seus trabalhadores como escravos, pagando-lhes salários irrisórios e submetendo-os a jornadas esgotantes” (SAAD, 1995, p. 174-176).

Em razão dessa forma de oferta desleal de produtos por preço significativamente inferior, o dumping prejudica a economia do país importador, podendo ocasionar a extinção de empresas já instaladas ou impossibilitar a criação de novas empresas do mesmo ramo, o que elimina postos de trabalho e reduz o padrão de vida.

A diversidade de legislações trabalhistas entre países, com variados níveis de direitos assegurados aos trabalhadores, gera diferentes repercussões no custo de produtos. Surge, assim, um interesse pelo respeito de direitos e relações trabalhistas para além das fronteiras de cada país, mormente considerando a globalização e a multinacionalização de empresas.

Nesse ponto merece destaque a atuação da Organização Internacional do Trabalho – OIT para a promoção em alguns países e para a manutenção em outros de um patamar mínimo de direitos dos trabalhadores a fim de garantir dignas condições de labor.

Porém, a doutrina e a jurisprudência pátria têm firmado entendimento no sentido de que esta prática originariamente conceituada sob o ponto de vista do mercado internacional pode ocorrer também no âmbito interno.

Nesse diapasão, tal prática não ocorre necessariamente apenas num país em relação a outro. Mesmo quando companhias estão sujeitas a um idêntico regime jurídico, o custo de produção tende a ser variável. Em muitas oportunidades devido à utilização de diferenciada tecnologia, matéria-prima com diversificados graus de qualidade, obtenção de melhor desconto na negociação de insumos, dentre outros. Todavia, pode ocorrer que a formação de custo inferior de produtos seja proveniente da ausência de cumprimento de determinados direitos trabalhistas.

Na prática de dumping social, além das transgressões a direitos trabalhistas, desconsidera-se o sistema capitalista de produção e o próprio Estado Democrático de Direito.

Nessa perspectiva, as violações ao ordenamento jurídico acarretam prejuízo à livre concorrência, ao sistema capitalista e ao próprio consumidor, pois esta forma de obtenção de vantagem no mercado pode inclusive eliminar a concorrência.

Sob outro aspecto, para que empreendimentos se mantenham no mercado e para que a concorrência não seja eliminada, outras empresas seriam forçadas a agir do mesmo modo para também reduzir seus custos. Assim, inevitavelmente, as condições de trabalho em toda a sociedade seriam prejudicadas. Como resultado, a prática de dumping social não configura dano meramente individual, mas sim à coletividade.

Assim, no Brasil, a doutrina admite a responsabilização das empresas que reduzem os custos de sua produção mediante a supressão de direitos mínimos dos trabalhadores, vislumbrando as condenações como instrumento viável na reprimenda de empresas reincidentes na prática de exploração do trabalhador.

Isto porque a regulamentação do trabalho garante direitos duramente conquistados ao longo de décadas. Historicamente, movimentos econômico-sociais “determinaram a necessidade de surgimento da tutela do direito do trabalho como instrumento de garantia do bem-estar social” (ERCOLE FILHO, 2009, p. 165).

TÉCNICA DE ANÁLISE DE RISCO

Consoante exposto por Antônio Celso Ribeiro Brasileiro (2005, p. 23), devem ser estudados dois parâmetros para a análise estruturada de risco: a probabilidade, isto é, a chance dos danos acontecerem em face da condição existente (risco); bem como apurar o impacto operacional ou financeiro. Assim, a probabilidade e o impacto compõem a declaração de riscos bem estruturada.

Definidos os dois critérios, parte-se para o cálculo da perda esperada – PE, que consiste na multiplicação direta entre a probabilidade de acontecimento do risco – P_b – e o impacto financeiro – I R\$.

Sob o aspecto objetivo, o conceito de probabilidade constitui “o número de vezes que um determinado evento pode ocorrer em uma certa atividade, dividido pela quantidade de eventos possíveis em uma mesma atividade” (BRASILIANO, 2005, p. 24).

Desta forma, imprescindível o levantamento de dados disponíveis para a análise de risco, que no presente estudo se refere à condenação ao pagamento de indenização por dumping social, a fim de estabelecer a respectiva porcentagem de ocorrência.

Para aferir a probabilidade é considerada a seguinte fórmula: $P = N/T$, sendo: P a probabilidade de um evento ocorrer; N o número de vezes que ocorre o evento e T o número total de eventos.

No presente estudo, foram analisadas como eventos as decisões provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – Minas Gerais, em razão dos atributos da base de dados disponibilizados no site deste órgão do Poder Judiciário na *internet*.

Poder-se-ia, por exemplo, verificar as decisões do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região – Paraná, entretanto, quando da pesquisa do verbete “dumping social” na base de dados, aparecem apenas três decisões referentes ao dumping social no período de apuração; ou então do Tribunal da 12ª Região – Santa Catarina, porém, no mesmo período consta apenas uma decisão.

Os eventos analisados se referem ao período compreendido entre 01/02/2011 e 01/02/2014 (três anos), no qual existe um total de 345 (trezentos e quarenta e cinco) decisões (acórdãos) a respeito do *dumping* social.

Para verificar o resultado de cada evento, isto é, para apurar se houve ou não condenação, é preciso acessar cada um dos processos para visualizar a íntegra da decisão, pois a primeira informação que surge no *site* se

refere à ementa (resumo) do julgado, a qual na grande maioria das vezes se encontra incompleta, o que dificulta a pesquisa.

Dentre todas as decisões verificadas, houve condenação ao pagamento de indenização por dumping social em apenas dois casos, que se referem aos seguintes processos: 02174-2011-008-03-00-2 (CNJ 0002174-66.2011.5.03.0008) e 00907-2007-068-03-00-1 (CNJ 00900700-62.2007.5.03.0068).

O primeiro caso (decisão publicada em 11/12/2013) tratou-se de uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra duas empresas. A sentença havia condenado as rés ao pagamento de indenização por danos no importe de R\$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) a ser revertido para o FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador. O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região reduziu a indenização para R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região verificou que as rés descumpriram obrigações legais em relação à segurança e saúde laboral, pois a extrapolação da jornada de forma injustificada, o desrespeito aos intervalos intra e interjornadas, a não concessão regular de descanso semanal remunerado e o desrespeito à hora noturna reduzida demonstraram condutas que impedem a efetiva recomposição física e psicológica dos trabalhadores, aumentando a risco de acidentes de trabalho e doenças laborais, ao mesmo tempo em que os priva da fruição de direitos fundamentais, como o direito ao lazer, à desconexão ao trabalho, ou à convivência familiar.

Considerou que quanto à situação econômica das rés, estas detinham boa saúde financeira, consistindo notoriamente em grupo econômico sólido e de elevado porte, que atua fortemente no ramo dos supermercados.

Desse modo, decidiu por reduzir o valor da indenização, porém, ao montante que atendesse à preponderante função punitiva da indenização por dano moral coletivo. Foi observado que em relação ao proveito obtido, a conduta das empresas caracterizou o dumping social, uma vez que obtiveram vantagem, alavancando seus lucros, em detrimento de direitos laborais mínimos.

Ademais, conclui que as empresas incorreram em conduta reincidente, pois muito embora tivessem sido autuadas pelo Ministério do Trabalho em diferentes oportunidades, persistiram no desrespeito à legislação laboral, o que demonstrou a falta de compromisso das empresas a merecer repreensão pedagógica.

Assim, diante da criteriosa análise acerca dos aspectos para quantificação do dano, apesar de as rés consistirem em empresas de grande vulto

econômico, entendeu que a sentença merece reparo quanto ao valor da indenização, justificando que o valor de R\$ 1.500.000,00 se ajusta ao porte econômico das empresas, acarretando o efeito pedagógico, sancionatório, preventivo e dissuasório, peculiares a esse tipo de responsabilidade civil, sem o risco de obstar suas atividades.

O segundo caso (decisão publicada em 25/05/2012) também foi uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho contra duas empresas, tendo restado mantida a sentença quanto à indenização arbitrada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) em prol do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região verificou a existência de trabalho infantil, algumas crianças na colheita de café, outras no corte da cana. Enfatizou que a atividade desempenhada era perigosa por excelência, por expor os trabalhadores a ferramentas e máquinas que lhes trazem risco, como serras, motores, tratores, facões etc., que podem cortar e até mesmo amputar membros; além da exposição a produtos químicos, como agrotóxicos e herbicidas, que podem causar lesões na pele, problemas respiratórios e irritação nos olhos, entre outros.

Foi comprovado que as empresas reiteradamente cometeram agressões sociais aos direitos dos trabalhadores, em conduta geradora de dano de natureza coletiva, ante a ilegalidade da contratação de trabalhadores em desatendimento à CLT e a utilização de trabalho infantil como método de produção, com a consequente sonegação dos direitos trabalhistas, em flagrante desrespeito ao princípio da dignidade humana, em clara conduta antissocial.

Em ambos os processos foram constatadas agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas, as quais geraram um dano à sociedade, pois com tal prática foi, propositalmente, desconsiderada pelas empresas a estrutura do Estado e do próprio modelo capitalista diante da obtenção de vantagem indevida em face da concorrência.

No âmbito do Tribunal analisado, observa-se que a probabilidade de ocorrência do dano (risco) dentro do período de apuração é muito baixa, posto que relacionada a questões específicas de descumprimento da legislação do trabalho de caráter coletivo e de atendimento às condições mínimas, de forma que não se configura unicamente pela mera atuação desconforme da empresa à ordem jurídica trabalhista.

Todavia, quanto ao impacto do dano, denota-se que pode ser considerado crítico, pois o valor da indenização é fixado de acordo com o porte do empreendimento, com intuito pedagógico e sancionatório, por critérios

subjetivos de razoabilidade e proporcionalidade dos magistrados do Tribunal, sem que exista qualquer patamar objetivo prefixado com montante mínimo ou máximo.

FUNDAMENTOS EXPOSTOS NAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Observa-se que a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3) tem se firmado no sentido de não acolher a aplicação irrestrita da indenização pela prática de *dumping social*.

Quanto ao Enunciado nº 4, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, realizado no final de 2007, o TRT3 manifesta uma posição que revela uma interpretação estrita quanto aos seus termos, não ampliativa ou não extensiva.

Assim dispõe o referido Enunciado:

DUMPING SOCIAL. DANO À SOCIEDADE. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido '*dumping social*', motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, 'd', e 832, § 1º, da CLT.

A doutrina admite a responsabilização das empresas pela desconsideração dos direitos trabalhistas – os quais são direitos sociais duramente conquistados ao longo da história – porém, quando coletivamente assegurados.

Nos acórdãos pesquisados, os magistrados entenderam que para a condenação das empresas ao pagamento de indenizações pela prática do *dumping social*, é primeiramente necessário que esta conduta esteja devidamente tipificada. Desse modo, conferem ao instituto uma conceituação mais limitada.

Ao adaptarem o conceito de *dumping social* disposto pela doutrina jurídica trabalhista à prática, expõem que o *dumping social* se caracteriza quando a empresa, mediante burla à legislação trabalhista, auferir

vantagens indevidas devido à redução do custo do produto, o que acarreta um maior lucro nas vendas. Assim, para a condenação seria necessário estar demonstrada no processo a obtenção de vantagens indevidas e do maior lucro em razão do descumprimento propositado da legislação do trabalho.

Para o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, o dumping social representa a conduta amparada no comércio desleal e no preço predatório, em efetivo prejuízo da concorrência e da dignidade dos trabalhadores, e não meramente em suposições e nem considerando tal prejuízo como implícito.

Nesse diapasão, entende, por exemplo, que o simples fato do empregado laborar em horas extras não configura a ocorrência de dumping social, pois por si só não significa a efetiva prática de agressões reincidentes e inescusáveis à legislação trabalhista, mesmo porque a possibilidade de realização de horas extras, desde que devidamente pagas ou compensadas, é permitida pelo artigo 59 da CLT.

Ademais, considera que o dano sofrido pelo empregado em razão da ausência de pagamento das horas extras é reparado pela condenação da empresa ao pagamento destas, de forma que conceder a indenização por dumping implicaria malferir o princípio da restituição integral, conferindo mais ao autor do que lhe é devido.

Nas decisões que negam provimento ao pedido de condenação da empresa ao pagamento de indenização, o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região verificou que não existia o reiterado inadimplemento de obrigações trabalhistas para aumentar a competitividade no mercado, o qual é necessário para caracterizar o dumping social.

Importa encontrar-se efetivamente caracterizada a concorrência desleal pela empresa, através da comercialização de produtos e serviços a preços inferiores ao mercado. Além disso, é preciso que os empregados estejam submetidos a condições degradantes de trabalho.

Nos processos analisados (total de 345), com exceção dos dois casos já expostos, não houve demonstração pela parte reclamante que a empresa proporcionava produtos ou serviços a preços irrisórios ou abaixo de mercado e também não restou demonstrada a existência de labor em condições degradantes ou desumanas. A jurisprudência pesquisada considera que, justamente pela figura do dumping não estar diretamente vinculada ao Direito Individual do Trabalho, sendo, pois, o dumping social relacionado ao aspecto coletivo, há que se observar critérios objetivos para a aferição do dano social. Os referidos critérios consistem na reincidência na prática do ato ilícito pelo empregador, bem como na circunstância de se tratar

de conduta deliberada e assumida de descumprimento da ordem jurídica trabalhista, no intuito de obtenção de lucro.

Ademais, a jurisprudência analisada entende que o dano ocasionado pelo dumping social é coletivo, isto é, desencadeia um prejuízo a toda a sociedade, além dos trabalhadores em geral, de modo que a reparação da ofensa por meio de indenização não caberia em ações individuais, mas, sim, em ações coletivas, especialmente a ação civil pública, sendo o valor revertido ao FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Desta forma, se não houver provas concretas de que as violações reiteradas significassem vantagem de mercado para a empresa e se não causarem efetivo dano à sociedade, não incide o dumping social e tampouco a sua reparação. É necessário que a empresa adote conduta dolosa e deliberada, com o objetivo de fraudar direitos dos trabalhadores para reduzir seus custos de produção e ensejar a concorrência desleal.

Portanto, o descumprimento da ordem jurídica trabalhista não conduz de modo automático e imediato o direito à indenização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem ocasiões nas quais a empresa age ilegalmente, porém, pratica o ato em interpretação inserida dentro da razoabilidade e da racionalidade, que não pode ser prontamente considerada como decorrente de má-fé ou atitude dolosa. Muitas vezes, a forma pela qual interpreta a situação não pode ser presumidamente imputada como objetivando o dumping.

A indenização por dumping social comporta estudo e reflexão, conforme procedido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), sob pena de ser mal utilizada, como resposta a qualquer motivo, e até mesmo vulgarizada para atender interesses meramente financeiros dos postulantes, ensejando entendimentos e decisões que ocasionem dano a toda sociedade por obstar a continuidade do empreendimento e encerrar postos de trabalho.

Neste diapasão, o método de gestão de riscos concernente à probabilidade do evento relativo à condenação da empresa por dumping social demonstra que a possibilidade de ocorrência do risco operacional é consideravelmente baixa, porém, com críticos impactos financeiros em razão dos critérios subjetivos de arbitramento do montante indenizatório.

No presente estudo, foi verificado que a ocorrência do risco operacional é baixa porque, embora o dumping social seja considerado pela doutrina jurídica trabalhista como uma prática prejudicial e condenável, a

jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região ensina que a conduta não pode ser assim caracterizada de forma ampla, irrestrita ou implícita, sendo imprescindível estar efetivamente comprovada nos autos para a fixação da respectiva indenização contra a empresa.

Acaso prevalecesse o entendimento de que qualquer violação trabalhista é apta a justificar a aplicação de multa ou indenização, invariavelmente todas as ações (reclamatórias trabalhistas) ajuizadas, por si só, demonstrariam a prática de dumping pela empresa, sem a efetiva análise do caso concreto.

REFERÊNCIAS

ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas. ISO 31000 – gestão de riscos – princípios e diretrizes, 2009.

ALVES, Carlos André de Melo; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **A divulgação do risco operacional segundo recomendações do Comitê de Basiléia**. Disponível em: <www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/552.pdf>. Acesso em: 30 out. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução BACEN 3.380/2006**. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3380_v2_P.pdf> Acesso em: 02 abr. 2013.

BERNSTEIN, Peter I. (1997). **Desafio aos deuses: a fascinante história do risco**. Trad. de Ivo Korytowski. São Paulo: Campos.

BESSA, Fabiane Lopes Bueno Netto. (2006). **Responsabilidade social das empresas: práticas sociais e regulação jurídica**. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. (2005). **Técnicas de análise de riscos**. Revista Eletrônica Brasileiro & Associados, setembro/outubro, n. 20.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Gerenciamento de riscos na empresa – estrutura integrada: sumário executivo**, 2007. Disponível em:

<www.coso.org/documents/COSO_ERM_ExecutiveSummary_Portuguese.pdf>. Acesso em: 29 out. 2012.

COOTER, Robert; ULLEN, Thomas. (2010). **Direito & economia**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman.

DIAS, Reinaldo. (2012). **Responsabilidade social: fundamentos e gestão**. São Paulo: Atlas.

CORDOVIL, Leonor. (2011). **Antidumping: interesse público e protecionismo no comércio internacional**. São Paulo: Revista dos Tribunais.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Desempenho dos cinco maiores bancos em 2011**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/esp/desempenhoBancos2011.pdf>> Acesso em: 29 out. 2012.

ERCOLE FILHO, Roggi Attilio. (2009). A tutela constitucional dos direitos dos trabalhadores como instrumento do bem-estar. In: HASSON, Roland (Coord.) **Direitos dos trabalhadores & direitos fundamentais**, Curitiba: Juruá.

- FIALHO, Jussara Farias. (2009). Conflito entre direitos fundamentais do empregado e interesses econômicos. In: HASSON, Roland (Coord.) **Direitos dos trabalhadores & direitos fundamentais**, Curitiba: Juruá.
- GASDA, Élio Estanislau. (2011). **Trabalho e capitalismo global: atualidade da doutrina social da igreja**. São Paulo: Paulinas.
- GAVA, Rodrigo. (2007). **Dumping Social Vermelho: Ideário Humanista ou Protecionismo Hegemônico?** Juris Síntese n° 65 - mai/jun.
- GEVAERD FILHO, Jair Lima. (2001). **Direito Societário: teoria e prática da função**. Vol. II. Curitiba: Gênese.
- GONÇALVES, Almir Rogério. (2002). Uma análise jurídica do estudo e gerenciamento dos riscos envolvidos na atividade financeira e seu tratamento atual no Brasil. **Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro**, v. 128, p. 102-121, São Paulo: Malheiros, out./dez.
- _____. (2005). O Direito, o mercado, o contrato, os riscos legais e a certeza jurídica. **Revista de Direito Mercantil industrial, econômico e financeiro**, v. 139, p. 76-108, São Paulo: Malheiros, jul./set.
- GONÇALVES, José Antônio Pereira. (2012). **Alinhando processos, estrutura e compliance à gestão estratégica**. São Paulo: Atlas.
- GUEDES, Josefina Maria M. M.; PINHEIRO, Silvia M. (2002). **Antidumping, subsídios e medidas compensatórias**. 3 ed. São Paulo: Aduaneiras.
- KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. (2011). **Introdução à economia**. Trad. de Helga Hoffmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- LABRUNA, Vivian. (2007). **A influência da governança corporativa no Direito Societário Moderno**. *Revista de Direito Empresarial*, Curitiba n. 8, p. 171-187.
- LOBO, Jorge. (2006). **Princípios da Governança Corporativa**. *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, São Paulo, v. 142, p. 141-154.
- LUNKES, Rogério João. (2010). **Controle de gestão: estratégico, tático, operacional, interno e de risco**. São Paulo: Atlas.
- MANZI, Vanessa Alessi. (2008). **Compliance no Brasil: consolidação e perspectivas**. São Paulo: Saint Paul.
- MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; ANDRADE, Rogério Pereira de. (2006). **Regulação bancária e dinâmica financeira: evolução e perspectivas a partir dos acordos de Basiléia**. Campinas: Unicamp IE.
- PASTORE, José. (2007). **Trabalhar custa caro**. São Paulo: LTr.
- PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. (2005). **Direito, economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier.
- RICOBOM, Gisele. (2011). A proposta de regulamentação do comércio justo no Brasil e a proteção dos direitos humanos. In: BULZICO, Bettina Augusta Amorim; GOMES, Eduardo Biacchi (Coord.). **Desenvolvimento, democracia e dignidade da pessoa humana**. Ijuí: Ed. Unijuí.
- SAAD, Eduardo Gabriel. (1995). **Dumping Social**. Ed. Genesis V, n. 26, p. 174-176, fev.

- SALAMA, Bruno Meyerhof. (2010). **Direito e economia: textos escolhidos**. São Paulo: Saraiva.
- SANTOS, Aline de Menezes. (2003). **Reflexões sobre a governança corporativa no Brasil**. Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, v. 130, p. 180-205.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita. (2008). **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. 2 ed. São Paulo: Cortez.
- STIGLITZ, Joseph E.; WALSH, Carl E. (2003). **Introdução à microeconomia**. Trad. de Helga Hoffmann. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier.
- TRIERWEILER, Gustavo F. (2009). As relações de trabalho, o dumping e a crise econômica. **Revista IOB Trabalhista e Previdenciária**, v. 21, n. 242, agosto.
- VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. (2012). **Fundamentos de economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva.
- ZYLBERSZTAJN, Décio; SZTAJN, Rachel. (2005). **Direito e economia – Análise econômica do direito e das organizações**. São Paulo: Campus.

.....

HOMENAGEM:

ERNESTO LACLAU (1935-2014)

.....

ENTREVISTA

Joanildo Burity

Pesquisador e Diretor de Formação e Desenvolvimento Profissional, Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: joanildo.burity@fundaj.gov.br.

Gustavo Gilson Oliveira

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: gustavosaet@yahoo.com.br.

Rui Mesquita

Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: gomesdemattosdemesquita.rui@gmail.com.

NOTA INTRODUTÓRIA

Ernesto Laclau, filósofo político argentino, um dos grandes nomes da teoria política contemporânea, faleceu em 13 de abril de 2014, quando se estava organizando um evento no Recife no qual seria conferencista, promovido pela Fundação Joaquim Nabuco, a Universidade Federal de Pernambuco e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a ser realizado em setembro do corrente ano. A Cadernos de Estudos Sociais, neste número, gostaria de prestar uma homenagem especial à contribuição deixada pelo professor Laclau ao pensamento político contemporâneo, com recepções intelectuais em várias outras áreas do conhecimento, nas ciências sociais, na filosofia e na educação, em particular, e o faz pela publicação desta entrevista inédita. A entrevista aqui publicada foi realizada no Recife, em 16 de agosto de 2013, por ocasião de um conjunto de atividades com Ernesto Laclau organizadas pelo Grupo de Pesquisa sobre Pós-estruturalismo, Política e Construção de Identidades (UFPE/Fundaj) e que foi a última ocasião em que Ernesto visitou o Recife e o Brasil. A entrevista foi conduzida por Joanildo Burity, Gustavo Gilson Oliveira e Rui Mesquita, e permeia momentos de conversa em português e em espanhol.

Gustavo Gilson Oliveira: Professor Ernesto, há uma crítica que se faz com alguma frequência, embora não ao seu trabalho, mas à teoria do discurso, de que esta possuiria dois déficits, que seriam um déficit normativo e um déficit metodológico. No campo metodológico, a crítica é de que

faltaria uma reflexão mais profunda sobre como fazer pesquisa empírica, e no domínio normativo, a crítica é de que a teoria do discurso não teria uma reflexão sobre como agir politicamente e eticamente, ficando apenas numa dimensão analítica, ou mesmo, para alguns, pós-moderna. A minha pergunta sobre isso divide-se em dois pontos: em primeiro lugar, você acha que a crítica é justa, se ainda temos essa deficiência? Ou teria sido superada, na questão metodológica? Penso em contribuições como a de Jason Glynos e David Howarth, em seu *Logics of critical explanation in social and political theory*, em que utilizam o conceito de lógica, falando de lógicas políticas, sociais, fantasmáticas. Que lhe parecem as respostas dadas, no plano metodológico, por outras formas de análise do discurso, como a análise crítica do discurso de Fairclough, ou a análise de discurso francesa?

ERNESTO LACLAU: Yo creo que esta pregunta implica varias cuestiones. En primer lugar está la cuestión de lo descriptivo y lo normativo. Es algo que con frecuencia se ha planteado. Para mí, este no es un problema, porque lo que está detrás de esta afirmación es una idea, que debe ser puesta en cuestión, según la cual habría una descripción absolutamente ajena a los valores, y de otro lado lo normativo vendría en segundo paso como una añadidura. Ahora, en efecto, describir los hechos de una cierta manera es ya estar en una perspectiva que es a la vez descriptiva y normativa. Esta mesa que tenemos delante si es una forma de defenderme de un ataque, es conceptualizada de una cierta manera. Si es un obstáculo que me impide avanzar hasta ese otro punto, es conceptualizado de otra manera. No hay nunca hechos puros que sean ajenos a un proyecto normativo. Esto lo entendía Heidegger muy bien. Él justamente trataba de ir más allá de una descripción puramente óptica que no tuviera implicaciones de otro tipo. O sea una primera cuestión es que para mí, lo escribí en un ensayo, hay que distinguir entre lo ético, que es invertir en un determinado continuum, y lo normativo. Ahora en cualquier tipo de descripción, va a haber siempre dimensiones normativas que están adicionadas a ella. Analíticamente, después podemos separar lo descriptivo de lo normativo. Pero en la realidad, las dos dimensiones se dan siempre entremezcladas. Lo interesante desde el punto de vista analítico es ver como ese entremezclamiento ocurre, como las ciertas formas de definición dependen de formas de evaluación normativa Y viceversa.

El segundo punto que tú planteabas, respecto de Glynos y Howarth, yo no estoy para nada en desacuerdo con este tipo de discriminación. Lo

que pasa es que lo único que yo añadiría es que estas son un poco como subdivisiones, dentro de lo que uno puede llamar una lógica social general, y además estas lógicas muchas veces se superponen, donde llega el límite de lo social y empieza el límite de lo político, donde llega el límite de lo fantasmático y empieza las otras dos lógicas. Es decir que me parece que la definición es pertinente, pero lo que hay que pensar es tanto la presencia de todas ellas y su superposición en el análisis de cualquier conducta social.

Gustavo Gilson Oliveira: E quanto às diferentes formas de análise do discurso: a análise do discurso francesa, a análise crítica do discurso?

ERNESTO LACLAU: El análisis del discurso en Francia, que es algo que estuvo ligado, en los años setenta y ochenta, a la obra de Michel Pêcheux, por ejemplo que fue un gran amigo mío, era una concepción completamente distinta de la que nosotros tenemos. Para ellos, el discurso era un objeto entre los objetos. Ellos diferenciaban entre el momento discursivo, el momento ideológico, el momento político, etc., y era un desarrollo que estaba dominado por una cierta taxonomía de lo social.

En el caso de Foucault, por otro lado, para él también el discurso es un tipo de objeto basado en el enunciado, y es distinto de otros tipos de objetos. Para nosotros las cosas se plantean de una manera diferente, porque la categoría discurso tiene un valor ontológico: describe el nivel más básico de la constitución de todo objeto, pero para poder dar este paso era necesario liberar a la teoría del discurso de sus connotaciones exclusivas con lo hablado y lo escrito. Y esto se fue desarrollando en varias etapas, desde el mismo campo lingüístico, se dio en el pasaje del estructuralismo saussuriano a las segundas escuelas estructuralistas, la de Praga y la de Copenhague, una realización de que la formalización de las categorías lingüísticas llevaba a un punto en que ya no eran más categorías estrictamente lingüísticas. Se aplicaban a todo sistema de significación. Una vez que esto se ha conseguido, como la significación coincide con lo social en el sentido amplio, ya no hay límites para lo discursivo. Lo discursivo ya no es simplemente algo relacionado con los enunciados. Lo discursivo es algo relacionado con la significación, y la significación está omnipresente.

De otro lado, tú has mencionado Fairclough. De nuevo yo he discutido varias veces con él en seminarios. Él tiene un análisis sumamente fino acerca de la configuración de lo discursivo, pero de otro lado mantiene una visión puramente sociológica acerca del modo en que lo social se

estructura. Él no piensa lo social como estructurado discursivamente, que es la diferencia con nuestra escuela,

Gustavo Gilson Oliveira: Más cercano a Foucault en este caso...

ERNESTO LACLAU: No, él no va por el lado de Foucault, va por el lado de la lingüística, y dentro del lado de la lingüística,

Rui Mesquita: Em proximidade com o realismo crítico, também...

ERNESTO LACLAU: Sí, algo de eso, sí...

Joanildo Burity: Ele também utiliza a teoria da estruturação de Anthony Giddens, como preferência.

ERNESTO LACLAU: Bueno, acerca de casos patéticos prefiero no hablar. (risos)

Gustavo Gilson Oliveira: O outro ponto que mencionei antes foi a questão do déficit no campo normativo. Creio que também haja um desenvolvimento nos últimos anos, como no debate ético com Alain Badiou, e a pergunta é: como num artigo do livro *Debates y Combates*, como vês a questão da ética do compromisso militante, em relação com a questão do acontecimento ou do evento em Badiou, e como a relacionas também à ética do desejo de Lacan, por exemplo?

ERNESTO LACLAU: La teoría de Badiou presenta ciertos parecidos formales con la que nosotros estamos desarrollando, pero solo ciertos... Por ejemplo, Badiou también piensa que hay que buscar un nivel ontológico primario de descripción de lo social, pero él lo trata de encontrar en la teoría de los conjuntos y no en la lingüística... La cuestión allí es ver si el tipo de relación que estamos analizando, por ejemplo, relaciones antagónicas, pueden formalizarse mejor en un tipo de teorización o de otra. Para nosotros la categoría de significante vacío es capital. Y yo creo que la categoría de significante vacío no se puede pensar propiamente dentro de una teoría del análisis de los conjuntos. Ahora ha habido ciertos ensayos de replantear, por ejemplo, redescibir la teoría nuestra de la hegemonía, no en términos de la teoría de los conjuntos sino en términos de la topología,

y los trabajos de Venicia Varela, desde este punto de vista, son interesantes, uno de ellos lo hemos traducido y publicado, en Debates y combates.

La teoría del evento en Badiou yo creo que también presenta dos fases. Yo coincido con la noción de evento en el sentido de que el evento no es reducible ni describible en ninguna infraestructura que lo preceda. Ese es el punto en que yo coincido con él. Donde empiezo a no coincidir es cuando él considera que los eventos son hechos que han ocurrido absolutamente raras veces en la historia y que han representado un punto de partida completamente nuevo. Yo creo que la presencia del evento tiene una realidad mucho más banal, es decir, la misma secuencia histórica presenta una serie de rupturas que tienen un valor distinto, algunas ruptura son mayores, otras menores, pero nunca llegamos a un evento puro. Y en realidad cuales han sido los eventos para Badiou es algo que él mismo no está claro. Él está todavía pensando si la revolución rusa fue un evento o no.

Gustavo Gilson Oliveira: Neste sentido, como relacionas tua percepção de uma ética do compromisso militante com a visão da ética do desejo de Lacan?

ERNESTO LACLAU: Y con esa estoy mucho más de acuerdo. La ética del deseo está apuntando a algo que es perfectamente pensable dentro de la teoría de la hegemonía.

Rui Mesquita: Uma imagem que eu utilizo muito com meus estudantes para explicar o antagonismo é a do tabuleiro de xadrez, na qual fazes uma discussão com a teoria dos jogos, dizendo que o verdadeiro antagonismo não está no jogador, mas no trapaceiro. Isto me parece remeter à exterioridade do antagonismo e, portanto, a seu caráter não dialetizado. E nesta medida isto também aponta, segundo entendo, à característica de negatividade social, de heterogeneidade do social. Também esta negatividade me parece que não pode ser absoluta, porque estaríamos falando de uma metafísica, não de uma metafísica da presença, mas uma metafísica da ausência. Minha pergunta, neste contexto, considerando o eixo da hegemonia e do populismo, e que falaste na palestra de ontem que há que haver uma combinação dos eixos, é a seguinte: sobre que princípios poderíamos pensar essa articulação, desde o ponto de vista estratégico? Sabendo da indecidibilidade do terreno social, desde que lugar se pode identificar os critérios para realizar a combinação ou analisá-la?

ERNESTO LACLAU: En realidad, hay dos problemas distintos en lo que estás planteando. En primer lugar está la cuestión que está ligada al ejemplo del juego de ajedrez. En el juego de ajedrez, los dos contrincantes tratan de aniquilarse mutuamente en tanto contrincantes. Pero hay un sistema de reglas que domina el juego. Entonces la naturaleza del juego y el punto en que el antagonismo existe están claramente analizados y definidos. Ahora suponga que viene alguien y pega una patada al tablero; aquí el antagonismo es más profundo, porque es el sistema mismo de reglas lo que está puesto en cuestión. Ahí la teoría de los juegos diría: bueno, lo que pasa es que hay siempre un supergame que estos dos contrincantes están jugando, pero eso es un mito. En muchos casos hay simplemente colapsos del sistema de reglas. Ahora, si todo fuera tan claro como el juego de ajedrez en que las reglas están definidas del comienzo, sería comparativamente fácil analizarlo. Pero los actores sociales no saben exactamente que juego están jugando. Algunas reglas son implícitas, las reglas explícitas son relativas y muchas veces son violadas. Hay algún juego que se está jugando, hay límites al desarrollo del antagonismo, pero esos límites están siendo redefinidos todo el tiempo. O sea que la primera cosa es ver que la cuestión de la negatividad no es eliminada simplemente porque las reglas de la estructura son reglas que están todo el tiempo cambiando y oscilando. Esa es una primera cuestión.

La segunda cuestión, sobre los posibles criterios para la combinación entre los ejes de la autonomía y la hegemonía, las posiciones del activista y del analista son un poco diferentes pero la tarea es la misma. Yo diría lo siguiente: ¿qué es lo que sería un corte populista total sin ningún anclaje institucional? Sería el caos. Ahora ese caos es el que estuvo muy cerca de llegar Robespierre, porque él iba definiendo el pueblo de forma tan abstracta que los enemigos del pueblo se incrementaban todo el tiempo. Entonces todo sistema de reglas tendía a ser eliminado. Llegó un momento en el cual la sociedad empezó a reaccionar defendiendo sistemas de reglas que finalmente el jacobinismo cayó. Pero esas son situaciones extremas. Lo que ocurre con más frecuencia es que los cortes populistas se dan por partes de fuerzas que tienen un cierto anclaje institucional, y que empiezan a modificar si usted quiere volver a lo del ajedrez nuevamente, las reglas del tablero. Cuando Perón comenzaba dirigiéndose como militar a las masas, evidentemente el ejército era puesto al frente de una tarea que nunca había sido una tarea militar. Pero la identidad militar no desaparecía totalmente; estaba allí siendo modificada, transformada, etc.

De otro lado, un institucionalismo total: ¿qué sería? Una sociedad que funcionara como un mecanismo de relojería, en la cual no habría ninguna posibilidad de un proceso antagónico. Lo que ocurre son siempre situaciones intermedias. Un populismo nunca es tan radical como para que el pueblo no tenga ningún contacto con el sistema institucional anterior, y no hay institucionalismo que no deje cierto margen de maniobra a través del cual se reintroduce el juego político. O sea que las dos dimensiones, el institucionalismo y el populismo, nunca se presentan en un estado puro. Hay dos investigadores franceses que han escrito un libro “Par le peuple, pour le peuple”⁵. Yo menciono su trabajo en mi libro, y ellos dicen que en realidad una cierta dosis de populismo es idéntico con la presencia de lo político, porque no hay política que no trate de desafiar, aunque sea en mínima medida, el orden de cosas existentes, o defenderlo, y de esa manera el antagonismo está presente en cualquier tipo de acción política. Cuando pasamos a la autonomía y hegemonía ya la cuestión es diferente. Porque aquí ya no se trata de la relación entre el populismo y lo institucional; de lo que se trata es de la relación entre la reestructuración del estado y el desarrollo de manifestaciones de tipo nuevo. Ayer, en el seminario, hablábamos por ejemplo del caso italiano. A fin de la segunda guerra mundial, hubo una discusión en el Partido Comunista italiano, acerca de cómo orientar la estrategia del partido. Por un lado estaba un sector obrerista puro que era gente como Pietro Secchia, [Mauro] Scocimaro, y ellos sostenían que el partido era el partido del proletariado, que el proletariado era un enclave en el norte industrial, y que entonces tenía que ser el partido del norte industrial, y no del Mezzogiorno. La otra posición, que era más gramsciana y que se impuso porque Palmiro Togliatti, el secretario general del partido, la adoptaba, era decir: no, vamos a crear también la hegemonía del partido en el sur. Entonces, ¿cómo crear esa hegemonía, si la clase obrera es tan débil? Simplemente, transformando los sindicatos, los locales del sindicato y del partido en los puntos de confluencia de una serie de luchas parciales: la lucha por el problema del agua, la lucha contra la mafia, las cooperativas escolares, todo esto. Entonces, todas estas luchas que libradas asimismo, en un momento de pura autonomía, hubieran sido a lo mejor débiles y dispersas, empezaron a tener un peso mucho mayor en la medida en que venían de una entidad como el partido comunista. Pero, de otro lado, entonces eso les daba más fuerza, pero las subordinaba a la dirección comunista. Entonces ahí siempre hay una tensión que solamente se puede resolver con la negociación. Y como decíamos ayer⁶, durante décadas el partido comunista italiano tuvo un gran éxito en alentar y promover la

formación de frentes de lucha autónomos, que no eran directamente del partido, o no eran originariamente del partido, aunque después estaban inscritos en el partido, y de esa manera se produjo una democratización profunda de la sociedad italiana en esas décadas...

Ahora, ¿cuándo viene el momento de la autonomía? Allí, para Togliatti, está claro que la noción de hegemonía, incluso si era una hegemonía muy democrática, era dominante. Era solo sobre la base de la expansión del partido que las cadenas democráticas de equivalencia podían expandirse. En cierto momento se llega a un punto en el cual las luchas autónomas exceden lo que el partido con su estrategia podía absorber, y entonces se pasa a la segunda ola del pensamiento político en Italia, que es la ola de la autonomía, a afirmar que cada lucha tiene que librarse por sí misma independientemente de las otras y que por algún milagro habría una coincidencia oppositorum por la cual todas van a converger en un cierto punto, que es un poco la posición de Negri hoy día. Ahora, esas dos dimensiones están presentes en toda la estructuración de la política contemporánea.

Rui Mesquita: Professor Ernesto, continuando então com o raciocínio sobre a heterogeneidade e a negatividade em nível social, que seria como que a impureza da positividade do social e que impediria a completude do social, isto tem a ver com sua ideia de que é impossível pensar um ato político fundante de uma nova sociedade baseado numa ideia moderna de emancipação. Trata-se, também, nesta discussão de pensar a construção de vontades gerais e, portanto, isto tem a ver com formação humana. Como pensa a tarefa da educação neste contexto? Porque há toda uma discussão no campo da educação de que as escolas, por estarem localizadas no eixo institucional, o que fazem é reproduzir as diferenças, as desigualdades econômicas, políticas, culturais, e assim há muitos pensadores da educação que defendem uma educação mais popular ou populista. O que seria, à primeira vista, uma educação pensada desde o populismo, pensada desde a razão populista?

ERNESTO LACLAU: Yo pienso que la educación es un campo privilegiado, en la estructuración del sentido social. Es decir, Gramsci escribió mucho sobre educación, y evidentemente la escuela es un campo de una guerra de posiciones entre una concepción jerárquica de la sociedad, por un lado, y tendencias democratizantes y populares, del otro lado. Lo que pienso es que los anclajes institucionales de la educación no pueden limitarse simplemente a las escuelas en el sistema público tradicional. Evidentemente hay una dimensión educacional que cubre hoy día una

variedad de otras áreas. Entonces si uno empieza a definir la educación en un sentido amplio, lo que me parece que hay que ver son las redes a través de las cuales el sentido común empieza a estructurarse, y éstas van a coincidir solo parcialmente con la escuela pública, en el sentido clásico. Dentro de la escuela pública en el sentido clásico, de todos modos, hay tareas y muchas muy importantes a llevar a cabo.

Joanildo Burity: Ernesto, eu gostaria de continuar a reflexão sobre as condições de articulação entre o eixo da autonomia e o eixo da hegemonia, sugerindo que talvez tenhamos que especificar com mais profundidade as condições de emergencia da demanda, refletir sobre o conceito de demanda, neste contexto. Coloco duas questões. A primeira questão é sobre o momento da subjetividade individual, que leva à percepção e formulação de uma demanda num contexto que se vai tornando mais público e assim também mais coletivo. Falo da passagem da subjetividade individual, de como a pessoa percebe e formula su ideia de uma demanda, a sua articulação ou deslocamento a um nível mais público e coletivo, levando um sujeito a ocupar um espaço público. Para pensar o que move a subjetividade individual há formulaciones diversas. Por exemplo, penso em William Connolly e sua ideia de uma ética agonística, que deve ser cultivada como condição prévia ou facilitadora para que uma subjetividad aberta e passível de produzir um efeito coletivo se expresse. Também creio que, no trabalho de Jason Glynos e David Howarth, quando falam da dimensão ética da lógica fantasmática, também apresentam uma espécie de projecto normativo de uma abertura da subjetividad individual à contingência, ao diverso, etc. Como vê esta passagem, desde a perspectiva da formulação e articulação das demandas, do subjetivo pessoal ao subjetivo coletivo?

ERNESTO LACLAU: Yo creo que si hay una demanda, siempre esa demanda va a ser colectiva. Lo que puede haber inicialmente es una sensación de insatisfacción con la situación existente. Pero una vez que esa situación de insatisfacción plasma en una demanda, con una reivindicación simplemente, entonces siempre esa reivindicación y demanda es colectiva. No hay un discurso de demanda puramente individual. Para darte un ejemplo brasileño, en la transición a la república empieza a haber muchas demandas insatisfechas en las zonas rurales, porque se construyen las líneas ferroviarias, que se apropian de varias leguas a los dos costados de la vía, gente es expulsada de allí, se empiezan a alterar las formas de vida tradicionales, entonces hay una insatisfacción difusa.

Y además empiezan a cobrar impuestos, que es algo que nunca habían hecho en Brasil. Entonces tu conoces la historia, hay un día en que están los cobradores dispuestos en unas mesas en una localidad, y la gente se está rebelando contra ellos, sin saber muy bien qué tipo de discurso. En esas llega Antonio Conselheiro y les dice: “la república es el anticristo.” Y entonces allí se empieza a plasmar un sistema de demandas pero es sobre la base de inscripción de sentimientos difusos. Es un sentimiento difuso lo único que existe a nivel individual.

Joanildo Burity: OK, mas deixe-me insistir um pouco mais: este sentimento difuso de insatisfação pode ser pensado, por exemplo, desde a lógica inconsciente do desejo ou desde essa lógica mais positiva de uma ética agonística, generosa, pluralista, como propõe Connolly, certo? Estas duas dimensões não necessariamente se articulam claramente, não é?

ERNESTO LACLAU: Sí, la primera dimensión es exactamente lo que, en términos lacanianos, sería el sujeto antes de la subjetivación. Es decir, en un primer momento, el niño empieza a tener una sensación de insatisfacción, entonces los padres les dicen: “tiene hambre.” Entonces, cuando dicen “tiene hambre”, ya ellos están escribiendo simbólicamente algo que no tenía inscripción simbólica previamente y, de pronto, el tener hambre va a ser una forma de construir discursivamente el deseo. Es decir que el deseo se estructura siempre por el pasaje por un campo simbólico.

Respecto a lo de Connolly, bueno, eso se refiere a una etapa muy posterior: como, ya una vez que hay demanda concreta, si esta se articula o no se articula, y cuál sería el ideal de una articulación que a Connolly le guste y todo este tipo de cosas...

Joanildo Burity: Então, neste sentido, poderíamos dizer que o momento prévio, ou que leva à estruturação da demanda, não necessariamente pode ser pensado desde a ótica de uma espécie de vontade individual, de um conteúdo prévio.

ERNESTO LACLAU: No. La voluntad individual se construye colectivamente.

Joanildo Burity: Minha segunda questão, Ernesto. Mencionaste Antônio Conselheiro e sua ideia do Anticristo. Gostaria de relacionar isso com algo que eu tinha em mente e que tem a ver com a contribuição específica, de

formações discursivas ou de matrizes simbólicas, nesta constituição da demanda, enquanto demanda por definição coletiva. Há em nosso tempo uma visibilidade e saliência crescente de discursos religiosos sobre o social, o público, o cultural, etc. E alguns desses discursos estão efetuando sua disputa em termos de uma hegemonia cultural, para preservar ou para transformar a cultura mais ampla. Em alguns casos estão articulando discursos especificamente políticos de mudança, representação, inclusive com ideias muito regressivas, de implantação de um reino de Deus como forma da política. Embora tenhas escrito em alguns espaços sobre o teológico-político na contemporaneidade, por exemplo, na tua reflexão sobre os nomes de Deus, sobre misticismo e retórica, eu gostaria de ouvir mais sobre como vêes os discursos religiosos na contemporaneidade, como forma específica de construção de demandas.

ERNESTO LACLAU: No estoy seguro que haya algo que uno pueda generalizar sobre el discurso religioso, porque hay muchos discursos religiosos y desarrollan estrategias completamente distintas. Un calvinista del Mayflower y un evangelista actual en Brasil tienen relativamente poco en común, aunque algún elemento común no dejarían de tener pero en teoría comparativa, porque el tipo de discurso es completamente diferente. Ahí hay que ver me parece entre discursos que tienden a una etización de las prácticas sociales y discursos que tienden a la construcción de una sociedad radicalmente distinta. Antonio Conselheiro no trataba de etizar las prácticas sociales habituales. Incluso rechazaba los billetes del banco de la República porque la República era el Anticristo. Lo que trataba de hacer era construir en Canudos el reino de dios sobre la tierra, y ese reino de dios sobre la tierra era una sociedad totalmente separada de la sociedad existente. Nadie hoy día sostiene ese tipo de afirmación, aunque Žižek piensa que las favelas se consideran a sí mismas como sucesoras de Canudos. (Risos.) Lo que me parece que se da hoy en día, por ejemplo en discursos evangélicos, pero en discursos católicos de la teología de la liberación también, es el intento de una crítica social que no se separa de la sociedad, no se trata de construir ningún Canudos, ningún monasterio benedictino. Tratan al contrario de intervenir en las prácticas sociales con ciertos criterios éticos, que empiecen a cambiar el sentido de esas instituciones. Esto me parece que está ocurriendo todo el tiempo, hoy día, y es lo más positivo que viene del lado de la religión, esa ruptura con la idea del enclaustramiento, ya sea colectivo de una comunidad, ya sea más pequeño en monasterios, es algo que me parece que es un avance.

Joanildo Burity: Há, por exemplo, para dar mais um passo nesta reflexão, as formas de articulação do discurso político em termos de redes transnacionais de movimentos, e isto se deu no Fórum Social Mundial, mas também se dá na participação de grupos, de movimentos religiosos em organizações das Nações Unidas ou em situações mais esporádicas, como no caso do Occupy. Por outro lado, há mobilizações como as muçulmanas, que tendem a apresentar-se como recobrando toda a esfera do social e ao mesmo tempo flertando, desde diferentes grupos internos ao Islamismo, com ideias de democracia, de pluralidade, etc. Qual tua leitura disso?

ERNESTO LACLAU: Yo creo que desde el punto de vista del post fundacionalismo, los movimientos que han venido del cristianismo son más avanzados que los movimientos musulmanes. Los movimientos musulmanes están todavía en una perspectiva fundacionalista radical, la mayor parte de ellos al menos.

Gustavo Gilson Oliveira: Também no cristianismo, temos a neocristandade, Opus Dei, Ratzinger, etc...

ERNESTO LACLAU: Y también por supuesto en el cristianismo hay montones de grupos fundamentalistas. Lo que quiero decir es que en el cristianismo hay una variedad de posibilidades mayores que las que se dan en el movimiento islámico en este momento.

Joanildo Burity: Voltando ao tema da construção da demanda, que te parece serem as possibilidades mais promissoras de incorporar ou articular estes movimentos de carácter religioso?

ERNESTO LACLAU: Más promisoría para quien, para los movimientos religiosos o para una perspectiva más global?

Joanildo Burity: ... para a ideia de transformação social mais profunda...

ERNESTO LACLAU: Sí, yo creo que estos movimientos religiosos son una forma de respuesta que se adecua nicely a este tipo de posibilidad que estamos hablando, y otras que no vienen de los movimientos religiosos. Si uno piensa en el movimiento de los Sem Terra en Brasil, también es una fuerza democratizante, en este mismo respecto, pero no es un movimiento religioso.

ERNESTO LACLAU (1935-2014): A TRAJETÓRIA DE UM LEGADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS

Luis Gustavo Teixeira da Silva

Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).
E-mail: gustavoteixeira2519@gmail.com.

RESUMO

O objetivo deste texto é prestar uma homenagem ao legado de Ernesto Laclau às ciências sociais. Para isso, oferecemos um panorama sobre seu contexto de formação, que percorre elementos da história Argentina, suas atividades como militante político e sua inserção no cenário acadêmico inglês nos anos setenta. Acredita-se que esta discussão proporciona ângulos para entender seus direcionamentos políticos e epistemológicos. Após este quadro, o texto também discute os conceitos que lhe conferiram prestígio. Em primeiro lugar, propomos uma descrição sobre o lugar de suas reflexões no cenário acadêmico, isto é, com quais perspectivas tem dialogado e se contraposto no debate contemporâneo. A partir disso, explicita-se a construção da noção de discurso, bem como, de antagonismo e hegemonia. Por último, a atenção se centra na compreensão do conceito de populismo como ferramenta para entender as concepções políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Ernesto Laclau. Pós-estruturalismo. Discurso. Populismo.

ABSTRACT

The aim of this text is to pay tribute to the legacy of Ernesto Laclau for social sciences. For this, we provide an overview of their training context, elements that run through the history of Argentina, his career as a political activist and its place in the English academic setting in the seventies. It is believed that this discussion provides angles to understand its political and epistemological directions. After this picture, the text also discusses the concepts that conferred your prestige. Firstly, we propose a description of the place of his reflections on the academic setting, ie with which prospects have dialogued and contrasted in the contemporary debate. From this, explains the construction of the notion of discourse as well, antagonism and hegemony. Finally, attention is focused on understanding the concept of populism as a tool for understanding the political conceptions.

KEYWORDS: Ernesto Laclau. Post-structuralism. Discourse. Populism.

RESUMEN

El objetivo de este texto es para rendir homenaje al legado de las ciencias sociales Ernesto Laclau. Para ello, ofrecemos una visión general del contexto de su formación, que se ejecuta a través de elementos de la historia argentina, sus actividades como activista político y su inclusión en la escena académica Inglés en los años setenta. Se cree que esta discusión ofrece ángulos para entender sus direcciones políticas y epistemológicas. Después de esta foto, el texto también analiza los conceptos que conferirían prestigio. En primer lugar, se propone una descripción del lugar de sus reflexiones sobre el entorno académico, es decir, con la que las perspectivas han dialogado y contrastada en el debate contemporáneo. De esto, explica la construcción de la noción de discurso, así, el antagonismo y hegemonía. Por último, la atención se centra en la comprensión del concepto de populismo como una herramienta para comprender las concepciones políticas.

PALABRAS CLAVE: Ernesto Laclau. El post-estructuralismo. El discurso. El populismo.

INTRODUÇÃO

Em 13 de abril de 2014 faleceu Ernesto Laclau, teórico argentino que conquistou prestígio acadêmico internacional através de suas reflexões. Nascido em Buenos Aires, em 1935, cresceu ao redor de discussões políticas. A principal influência neste ambiente foi seu pai (que também se chamava Ernesto Laclau), advogado, intelectual e militante do partido político *Unión Cívica Radical*, especialmente da tendência yrigoyenista¹. Seu engajamento era tanto, que Ernesto Laclau (pai) chegou a participar como chefe civil das revoltas frustradas de 1931, que tinham por objetivo depor o então Presidente da Argentina José Félix Uriburu. As derrotas nos “contragolpes” lhe renderam o exílio no Uruguai, retornando à Argentina em 1932² (LACLAU, 2013).

1. Hipólito Yrigoyen foi o fundador da *Unión Cívica Radical* e Presidente da Argentina em dois mandatos, (1º em 1916-1922 e o 2º em 1928-1930), tendo sido deposto em 1930 pelo golpe de Estado liderado por José Uriburu. Contudo, Yrigoyen se notabilizou no cenário ideológico argentino por defender um regime popular e a independência econômica do País, baseados no nacionalismo liberal (RODGERS, 1991).
2. O retorno à Argentina não significa que o ambiente político tivesse se estabilizado, muito pelo contrário, os anos entre 1930-1943 são conhecidos como *La Década Infame*, devido à perseguição política e aos problemas econômicos (RODGERS, 1991).

A instabilidade política e econômica, o crescimento dos movimentos sindicais, o advento do peronismo e a ligação familiar a este contexto eram suplementos para um espaço de reflexões entre Ernesto Laclau, seus irmãos e seus pais. Dada atmosfera ajuda a entender a anedota expressa por sua mãe, Maria Elena Gastelou: “en esta casa, las ideas sobran. Lo que nos falta es plata” (LACLAU, 2013).

Assim, em sua juventude (entre os anos cinquenta e sessenta), Ernesto Laclau se filiou a alguns partidos de inspiração socialista, porém em virtude das múltiplas divisões internas, pouco permaneceu nesses grupos. A partir de seu ingresso no curso de História da Universidade de Buenos Aires, passou igualmente a integrar o movimento estudantil, em particular o denominado *Frente de Acción Universitaria*, que mais tarde, em 1963, iria se confluir com o *Partido Socialista de la Izquierda Nacional* (LACLAU, 2014).

Por conta desta junção, alguns membros do movimento estudantil assumiram postos na estrutura partidária a Ernesto Laclau coube o papel de editor da revista do partido, intitulada *Lucha Obrera*, função que ocupou por cerca de cinco anos. Não obstante, quando assinava seus artigos utilizava o pseudônimo de Sebastián Ferrer, para evitar inconvenientes com o CONICET (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*), que era ligado ao governo e lhe concedia a bolsa de estudos (LACLAU, 2014).

No final dos anos sessenta, Laclau rompe com o partido em razão de suas dissidências com o programa ideológico, sobretudo pela crescente inclinação ao leninismo. Neste mesmo período inicia sua carreira como docente na *Universidad Nacional de Tucumán* (localizada no norte da Argentina), entretanto foi demitido durante a ditadura de Juan Carlos Onganía³, que implementou uma política educacional repressiva (a ponto de promover a maior “fuga de cérebros” da história argentina), com perseguição e expulsão das universidades públicas de professores e estudantes considerados “subversivos” (LACLAU, 2013).

Ernesto Laclau ajustou suas reflexões e atividades acadêmicas à militância em clivagens políticas de esquerda, portanto parece plausível sublinhar que seu labor intelectual é influenciado e está intimamente relacionado ao seu contexto de formação. O qual uniu suas posições políticas e a história Argentina do período (1930-1970), que apresentava vicissitudes

3. Presidente da Argentina entre 1966-1970.

e incertezas com diversas forças políticas e sociais emergindo, onde tanto ele quanto sua família estavam estreitamente envolvidos.

Em 1969, dentro do cenário repressivo da ditadura de Onganía, surge a oportunidade de uma bolsa de estudos para a Universidade de Oxford na Inglaterra. Todavia, o intercâmbio que deveria durar três anos, prolongou-se em virtude do endurecimento da ditadura argentina e pelo êxito na função de assistente do consagrado historiador marxista, Eric Hobsbawm (LACLAU, 2014b).

Se para analisar as ideias de Laclau não é recomendável dissociá-las de seu prisma de formação, tampouco é possível ignorar a influência de sua permanência na Inglaterra, haja vista o contexto singular de reflexão acadêmica do período. Isto dito, com base em sua inserção no movimento intelectual conhecido como *New Left*, que integrou grandes acadêmicos, como Perry Anderson, Raymond Williams e Stuart Hall⁴ (LACLAU, 2013).

Um dos principais propósitos deste grupo era a revisão das obras de Karl Marx, problematizando as interpretações acadêmicas e políticas desta teoria⁵. Tendo em vista, que algumas abordagens se equivocavam ao prover argumentos unidimensionais sobre a realidade, sem explorar as densidades das intervenções sociais (HALL, 2013). Disso resulta o alinhamento de boa parte destes acadêmicos com as perspectivas de Antonio Gramsci e Louis Althusser, intelectuais marxistas que propuseram novos horizontes para refletir os processos políticos e sociais de dominação (LACLAU, 2014b).

Já no início dos anos setenta, tornou-se professor na Universidade de Essex. Em 1978, após quase dez anos na Inglaterra, publica seu primeiro livro, intitulado, *Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo*, composto por artigos escritos a pedido e sob a supervisão de Perry Anderson (LACLAU, 2014b). Apesar da obra não apresentar grandes inovações analíticas, por outro lado antecipa temas e preocupações teóricas que mais tarde seriam retrabalhadas ou refutadas.

-
4. Alguns destes intelectuais fundaram o Centro Contemporâneo de Estudos Culturais, conhecido como a “Escola de Birmingham”. Que adquiriu notoriedade acadêmica nos anos setenta pelo debate acerca das práticas culturais em um contexto de transformações profundas nas estruturas sociais, sobretudo as vividas na Inglaterra, tanto no pós-guerra como no advento do *thatcherism* (HALL, 2013).
 5. É preciso lembrar que neste período muitos regimes considerados autoritários se apropriam de conceitos marxistas, por exemplo, Josef Stálin na União Soviética, Tito na Iugoslávia e Mao Tsé-Tung na China. A crítica do grupo se remete ao uso dos postulados marxistas para justificar políticas autoritárias (HALL, 2013).

Nos anos oitenta alcança o auge de sua carreira devido à ascensão intelectual, fruto da publicação, em 1985, de *Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia*, escrito em parceria com Chantal Mouffe. Tal obra se constituiu em um marco de revisão do pensamento marxista, por conta da crítica ao essencialismo identitário, ao determinismo econômico e a visão mecanicista dos arranjos sociais.

Ainda nessa década, Ernesto Laclau fundou o programa de pós-graduação em análises do discurso. Atualmente conhecido como *Essex School of discourse analysis*, que desde então passou a receber profissionais e estudantes interessados em sua abordagem conceitual⁶. O livro *The Making of Political Identities* (1994) reúne alguns dos primeiros trabalhos baseados neste aporte. Explorando temáticas diversas (por exemplo, o *Apartheid* na África do Sul, a crise de identidade na Iugoslávia e o Rastafarismo como resistência cultural na Jamaica), tais analistas demonstram que além de uma construção filosófica, as noções de discurso, antagonismo e hegemonia possuem força heurística para explicar os fenômenos sociais.

Nas décadas posteriores veio o aprofundamento dos conceitos delineados e construídos em grande medida na interlocução com um conjunto amplo e interdisciplinar de pesquisadores, tais como: Slavoj Žižek, Judith Butler, Michel Walzer, Alan Badiou, Claude Lefort, Hanna Pitkin, Nancy Fraser, Jacques Rancière e Stuart Hall. Por intermédio destes debates, acentua-se a inclinação de seu vínculo epistemológico com o desconstrucionismo de Jacques Derrida e com a psicanálise de Jacques Lacan.

A consagração no rol dos grandes pensadores contemporâneos seria selada com a publicação, em 2005, de *La Razón Populista*. Obra em que amadurece as linhas argumentativas desenvolvidas em trabalhos anteriores e as utiliza para reconceitualizar a noção de populismo, entendendo esse conceito como elemento ontológico das práticas políticas. Em virtude do êxito intelectual, Ernesto Laclau recebe o reconhecimento de sua excelência acadêmica, sendo-lhe outorgado o título de Doutor *Honoris Causa* da Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Córdoba, Universidad Católica de Córdoba, Universidad Nacional de San Martín,

6. Cabe ressaltar que Celi Regina Jardim Pinto, cientista política e professora da UFRGS, era a única profissional brasileira da área a estar imersa neste contexto, sendo orientada em seu doutoramento por Ernesto Laclau entre os anos de 1980-1986. Por isso, é considerada a grande responsável por trazer ao Brasil este referencial teórico.

Universidad Nacional de San Juan e Universidad Nacional de Rosario, todas localizadas na Argentina.

Sua obra está traduzida para mais de vinte idiomas, e o emprego de suas categorias possui uma trajetória de significativa contribuição para as ciências sociais na América Latina, EUA e Inglaterra (MENDONÇA; CASEMIRO, 2014). Mesmo assim, o interesse por este autor acontece de maneira ainda gradual no Brasil, por exemplo, até a metade dos anos 2000, havia apenas dois núcleos de estudos nas ciências sociais, um no Rio Grande do Sul e outro em Pernambuco, coordenados por Céli Pinto e Joanildo Burity, respectivamente.

No entanto, parece que esse cenário está sofrendo modificações, e um dos principais indícios da receptividade deste autor no Brasil ocorreu em 2013, onde em atividade de cooperação acadêmica realizou-se a Escola de Altos Estudos em Teoria do Discurso, com a presença de Ernesto Laclau. Dada atividade reuniu esforços dos programas de pós-graduação das Universidades Federais de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Pernambuco e Pelotas (RS), e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Tal experiência integrou estudantes e profissionais das áreas de Sociologia, Ciência Política, Pedagogia e Direito, que desenvolvem trabalhos sob essa perspectiva.

Após o breve panorama sobre seu contexto de formação, que oferece ângulos para entender seus direcionamentos políticos e epistemológicos, este texto pretende discutir os conceitos que lhe conferiram prestígio. Com esse propósito em vista, apresentamos quatro seções: na primeira, propomos uma descrição sobre o lugar destas reflexões no cenário acadêmico, isto é, com quais perspectivas têm dialogado e se contraposto. Na segunda seção, explicita-se a construção da noção de discurso, bem como, de antagonismo e hegemonia. Na terceira seção, a atenção se centra na compreensão do conceito de populismo. Por último, buscamos relacionar sua obra e conceitos com suas convicções políticas.

O LUGAR DE SUAS REFLEXÕES NO MAPA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

O situar de suas reflexões se encontra no interstício entre o fetichismo à teoria e o antiteoriscismo. O que equivale a dizer, que suas construções analíticas são complexas, mas que estão fora dos marcos autorreferenciais e sem conexões com a realidade. Do mesmo modo, se caracterizam pela busca por abordagens e diálogos que contribuam para o aprimoramento

na assimilação e interrogação das estruturas discursivas hegemônicas, se contrapondo radicalmente ao relativismo epistêmico.

Sendo assim, sua proposta se inscreve no campo teórico pós-estruturalista, mais especificamente, no pós-fundacionismo (MARCHART, 2009). Dado referencial ganha fôlego pela desconstrução de duas vertentes importantes da filosofia social do século XX. Em primeiro lugar, emprega-se uma crítica sofisticada ao essencialismo, oriundo das concepções fundacionais da sociedade. Essa abordagem compreende que os arranjos sociais baseiam-se em princípios e leis, as quais se apresentam como a essência ou a verdadeira base, sobre a qual está alicerçada a sociedade (LACLAU; MOUFFE, 2010). Em outras palavras, o essencialismo comumente apresenta a existência de um fundamento transcendente ou superestrutural, que se situa fora das relações sociais e políticas (MARCHART, 2009).

Dentre os exemplos mais citados de teorias fundacionais estão o marxismo e o deliberacionismo. No que tange ao primeiro, tema central da obra de Laclau e Mouffe (2010), entendem os autores que tal concepção resume o fundamento da história universal na luta entre oprimidos e opressores na relação capital/trabalho. Dessa forma, a lógica do pensamento marxista seria a busca pela emancipação das forças sociais oprimidas, sendo a classe trabalhadora o agente privilegiado da transformação. Mais recentemente, Mouffe (2005) e Laclau (2006) sustentam que a teoria deliberacionista, sobretudo a inspirada em Rawls e Habermas, almejou construir o consenso racional e a justiça enquanto imparcialidade, como a essência às relações políticas, onde os conflitos seriam resolvidos por meio de deliberação dentro do quadro da razão pública.

A segunda desconstrução diz respeito ao antifundacionalismo, que está baseado na negação e oposição a existência de fundamentos que organizam a estruturação da sociedade (MARCHART, 2009). Laclau (2011) compreende essa perspectiva como subjacente às orientações pós-modernas, nas quais há o rompimento do indivíduo com os sistemas de identificação, tais como, trabalho, cidadania e estado. Em lugar disso, o indivíduo seria portador de uma subjetividade única (*Self*), sua junção na sociedade se daria em relações face a face de negociação da realidade, em que os fundamentos estão ausentes e a sociedade é desprovida de sentido coletivo. Todavia, o antifundacionalismo para se desenvolver necessita erguer-se na negação do fundamento, e assim, cria um novo fundamento, ou seja, o antifundamento (LACLAU, 2011).

Conforme dito anteriormente, o pós-fundacionalismo emerge na crítica dessas duas abordagens. Em relação ao antifundacionalismo, vê uma

clara impossibilidade de superar ou afirmar a inexistência de elementos estruturantes da sociedade (LACLAU, 2011). Por outro lado, sua crítica aos fundacionalismos metafísicos está alicerçada na suposta premissa de uma totalidade ou essência dos processos e agentes sociais. Para Laclau e Mouffe (2010), a noção de discurso significa um fundamento parcial. Portanto, tal perspectiva não nega a existência de fundamentos e a pretensão desses em tornarem-se hegemônicos, entretanto, destaca-se que esse fundar é sempre precário e instável. Por isso, a instabilidade constitui-se em um dos elementos centrais desta abordagem, pois impossibilita a concepção de um sentido finalístico para os discursos construídos pelo social (MARCHART, 2009).

A NOÇÃO DE DISCURSO, HEGEMONIA E ANTAGONISMO

A teoria do discurso elaborada por Ernesto Laclau versa sobre a teoria dos sentidos. Apreende-se que discurso é um sistema de representação, cuja função é a produção de sentidos, com o intuito de simbolizar a realidade sob um conjunto de significados articulados. Isso já nos diz que os discursos nesta perspectiva são abertos, ou seja, eles atraem elementos de outras formações discursivas, vinculando-os a sua própria rede de significação. Do mesmo modo, sustenta que todos os sentidos presentes no espaço social são provenientes de formações discursivas, pois nenhum significado pode se constituir fora do campo da discursividade (LACLAU; MOUFFE, 2010).

Dessa forma, essa noção de discurso não está assentada na distinção entre pensamento e ação, símbolo e realidade. O que significa dizer, que as práticas sociais são entendidas como construções discursivas. Isso permite entender a especificidade das ideias, que são elaboradas sob determinadas noções, ao passo que restringe outras possíveis articulações de sentido. Dito de outro modo, os discursos contêm significados incorporados pelos sujeitos, que os constroem, ao mesmo tempo em que são por eles subjetificados, provocando efeitos concretos nos indivíduos, especialmente na forma como esses irão compreender a conjuntura social e política (PINTO, 2006).

Assim, Laclau (1992; 2006; 2008) demonstra que as identidades sociais são fruto de práticas discursivas, portanto não podem ser consideradas puras e tampouco vistas como naturais. Desde já, esta colocação permite pôr em xeque a concepção fechada de identidade presente no fundacionalismo, seja de inspiração marxista, deliberacionista ou de perspectiva liberal, que edifica a racionalidade econômica/estratégica como princípio das relações sociais. Ao invés disso, o autor nos convida

a pensar nos termos de Saussure e Derrida, onde o significado não pode ser fixado em definitivo. Por mais que os discursos busquem uma consolidação dos sentidos articulados, esse processo será sempre provisório e precário, por mais que dure ao longo do tempo, ele será arbitrário e contingente, ou seja, nada garante que será obrigatoriamente assim (MENDONÇA, 2003).

As razões explicativas para essa instabilidade advém do antagonismo de posições no processo de simbolização. Visto que o campo da discursividade é repleto de práticas significativas, que para se construírem, por vezes, necessitam desconstruir outras. Sendo assim, os sentidos edificados sempre tendem a ter sua validade ameaçada por outras concepções. A partir desse cenário, alguns sentidos podem contingentemente se hegemonizarem, ao passo que outros não, mesmo que temporariamente.

Isso denota que o espaço social é complexo e heterogêneo, e que sobre um mesmo tema poderá haver múltiplas construções discursivas. Entretanto, os discursos não surgem do nada, para que sua articulação goze de sentido, eles necessitam de condições de emergência. O que equivale a dizer que o poder dos discursos é estabelecido sob condições específicas e historicamente delimitado que garantem o estatuto de verdade a determinados códigos, e a exclusão do campo da significação de outros significados possíveis. A colocação reafirma que os discursos são construções sociais, que visam conferir significado a realidade a partir de alguns sentidos, não obstante, essa construção é instável, pois está em permanente disputa.

O elemento estruturante desse argumento e a noção de hegemonia⁷, visto que sem ela o espaço social seria formado por discursos autorreferências, isto é, não haveria articulação, diálogo ou disputa para ver sedimentados seus princípios, em detrimento de outros. Conforme Laclau (1992), todo discurso busca em última instância tornar-se hegemônico, ou seja, que seus sentidos se universalizem. O que faz com que as práticas e a significação atribuída a uma matéria sejam dadas como natural.

É comum pensar a construção do discurso hegemônico como abrangente a uma parcela considerável dos indivíduos. Não há nenhum equívoco, contudo, é preciso atentar igualmente que o processo de hegemonização apresenta-se no interior dos grupos sociais. Assim, o espaço hegemônico possui um raio de atuação geralmente restrito a uma determinada esfera.

7. As distinções e aproximações entre a noção de hegemonia em Gramsci e a apresentada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2010), é explorada em Alves (2010).

Por isso, o mesmo não se constitui em uma totalidade social, ou melhor, um único princípio articulador. De acordo com Burity (1997), numa formação social poderá haver múltiplos centros de hegemonia, sem que haja relação entre eles.

Sabemos, entretanto, que a universalização dos sentidos hegemônicos nunca é plena, à medida que o mesmo não consegue abarcar a plenitude do social. Isto porque, a hegemonia se constrói em um campo cercado de antagonismos, em virtude das outras particularidades que não lograram o mesmo êxito em se universalizar, e assim, buscarão desconstruir este discurso para poderem se construir como uma nova hegemonia.

Para ilustrar esse ponto, parece pertinente usar o exemplo da democracia para dar ênfase ao que foi apresentado. Desse modo, sabe-se que os sentidos provenientes de sua fórmula liberal representativa constituem-se como discurso hegemônico no mundo ocidental. Por mais que seja hegemônico, este processo não impede a construção de discursos contra-hegemônicos sobre a democracia (PINTO, 1999).

Na América Latina, especialmente na Venezuela e Bolívia, apresentam-se elementos que seriam considerados aberrações para a democracia representativa. Por exemplo, na Venezuela, por intermédio do voto popular, o Presidente pode reeleger-se sem limite de mandatos. Na Bolívia, fora retirado o poder exclusivo dos partidos políticos na oferta eleitoral, ampliando essa prerrogativa aos movimentos sociais. Da mesma forma, o Governo de Evo Morales na Bolívia e o Movimento Zapatista no México, embora aceitem a noção de democracia, todavia buscam resignificar seus sentidos a partir das cosmologias indígenas locais (GROSFOGUEL, 2009). Nesse cenário, pode-se apreender que na constituição de um significado, independentemente se ele for hegemônico, o mesmo contará com pontos de tensão que irão impedir sua construção como totalidade social.

O aspecto inovador desta proposta consiste na combinação entre a reformulação de conceitos consagrados da literatura marxista tais como, antagonismo e hegemonia, com as categorias da linguística, sobretudo a noção de discurso. O resultado desta junção foi a construção de parâmetros de análises para identificar a legitimação dos valores na política, onde as concepções se constroem em torno de posições diferenciadas. Mas que, no entanto, são fluídas e híbridas, tendo em vista que os conteúdos sobre os quais as ideias estão alicerçadas são articulados de forma contingencial, abrindo a possibilidade de novas releituras das representações coletivas.

O CONCEITO DE POPULISMO

O discurso populista preserva as bases epistemológicas indicadas anteriormente. Antes de qualquer apontamento é necessário ressaltar que Laclau trata de resignificar esse termo. Uma vez que, a ideia de populismo é normalmente vista como negativa, devido à associação a retórica política classificada como manipuladora ou demagógica, consideradas pela democracia representativa desvios ou defeitos discursivos. Mendonça e Junior (2014) salientam que o populismo para estas percepções representa uma estratégia política falsamente popular e democrática, mediante a assunção da premissa de que o propósito da retórica populista é “enganar o povo”. Por outro lado, ponderam igualmente que, “nessa lógica pejorativa, o povo é dotado de uma passividade acrítica, de uma total incapacidade de discernir entre o seu interesse e o interesse daquele que supostamente o engana” (p. 125).

Ernesto Laclau rompe radicalmente com essa perspectiva, pois ela não fornece os elementos necessários para compreender as nuances do populismo, ou seja, nesse quadro teríamos apenas uma explicação enviesada e caricata da intenção subjetiva do líder, ao invés de compreender as razões do êxito de seu discurso. Assim, investe-se no entendimento da retórica como possibilidade de explicação do social, explorando as complexidades do fenômeno como lógica organizadora das relações políticas.

A partir desse ângulo, entende-se que tais elementos estão inscritos na realidade social, sendo impossível encontrar políticas em curso que não tenham uma matriz populista. Por isso que muito mais que uma ideologia específica, a lógica populista refere-se ao surgimento de espaços dicotômicos no tecido social. Nesse caso, temos um discurso hegemônico que fracassa em sua função de se sobrepor as particularidades, permitindo que vários pontos de disputas surjam, culminando, por vezes, no deslocamento ou ruptura com as práticas outrora naturalizadas. Amiúde, neste caso temos o conflito entre as demandas insatisfeitas e o regime existente, assim, o surgimento de uma lógica que articula a ideia de “povo” contra seus opressores (LACLAU, 2006).

A *demanda* é a precondição para a emergência da experiência populista. Essa categoria se subdivide em duas formas, a primeira refere-se a um pedido ou solicitação frente às instituições. A segunda se apresenta em caso de frustração na apelação, onde tais demandas se transformaram em reivindicações (MENDONÇA; JUNIOR, 2014). Dito de outra forma, as *demandas democráticas* existem (por exemplo, saneamento básico, saúde

e trabalho digno), mas estão dispersas em uma comunidade, uma vez atendidas ou isoladas, elas desaparecem (LACLAU, 2007; SALINAS, 2010). Todavia, se não atendidas, todas as demandas podem se articular em uma subjetividade social mais ampla, ou seja, um processo de representação, que construirá a noção de uma fronteira antagônica entre o “povo” e o poder, transformando as *demandas democráticas* em *demandas populares* (LACLAU, 2006).

A primeira situação representa a lógica puramente institucionalista, na qual, as *demandas democráticas* são absorvidas pelo sistema. Não obstante, a segunda faz emergir a experiência populista, posto que ela estabelece uma equivalência entre as demandas dispersas e seu opressor, passando estas a serem vistas como constitutivas do desejo popular (LACLAU, 2006; 2007b; SALINAS, 2010).

As *demandas populares* se cristalizam em símbolos comuns de representação. É neste cenário que surge a figura do líder, que encarna este processo de identificação popular (LACLAU, 2006). A função da liderança pode ser exercida por um movimento social, partido político, e obviamente por um líder. Contudo, é pertinente notar que a noção de líder não está meramente associada a algo específico, mas sim a um *nome* que ativa o desejo do objeto.

Aqui se expressa a grande influência da psicanálise (sobretudo, Jacques Lacan⁸), na obra deste autor. Conforme Laclau (2006), o *nome* ou o líder operam no funcionamento do inconsciente em que as representações se transformam em símbolos. O líder incorpora a representação das demandas não pelo fato de possuir atributos objetivos para atendê-las, mas preponderantemente em função dele representar aquilo que lhe supera, isto é, a capacidade de emancipação e satisfação dos discursos articulados.

Nesse panorama, o líder é o significante que unifica a cadeia discursiva, que torna possível a construção de um “povo”. É necessário esclarecer que tal ideia não representa um conjunto de habitantes de dada localidade concreta, antes, é a estruturação de um discurso representado na figura

8. É plausível que este fato se refira somente as suas opções epistemológicas. Contudo, pouco se menciona sobre os possíveis reflexos de sua formação na Argentina na escolha desta base conceitual. Isto dito, em virtude deste país ser considerado desde a metade do século XX um dos maiores centros do mundo em psicanálise, sobretudo baseada em Jacques Lacan. O que talvez o tenha familiarizado com os conceitos psicanalíticos, a ponto de se apropriar de tal modo, que os incorporou de forma proeminente em sua obra, e estabeleceu paralelos fecundos entre as categorias lacanianas e as ciências sociais.

de um líder, que torna sujeito uma parte das pessoas, mas que consegue ser politicamente construída como todo (LACLAU, 2006; 2007b; 2008).

A estruturação do “povo” é possível mediante a homogeneização das demandas heterogêneas, haja vista que de forma isolada elas não teriam condições de formar uma cadeia de equivalências entre “nós” e “eles”. A partir disso, o discurso populista apresenta a essência da representação política, pois ele se constrói no terreno em que as vontades específicas são influenciadas e influenciam os símbolos que o líder articulará através da equivalência das particularidades. Sob este argumento, desconstrói-se a noção de que as vontades são constantes ou definitivas, pelo contrário, há um processo de fricção e hibridização entre os conteúdos adotados, e os contingencialmente particularizados.

A avaliação pejorativa ou positiva da ideia construída de “povo” e do “líder”, dependerá do apoio que cada indivíduo dará a este movimento concreto (LACLAU, 2007b). Isto porque, os significantes que estruturam o discurso populista não possuem um conteúdo definido fora do campo em que estão sendo enunciados, por isso, seu sentido flutua entre formações discursivas distintas. Para tornar mais claro o exposto, convém apresentar três exemplos de construções populistas ao longo da história, que auxiliarão o leitor no entendimento deste discurso.

O primeiro exemplo pode ser o discurso neoliberal, que emerge mediante o contexto de crise do estado de bem estar social. Nesse período, ganha força as teorias monetaristas que postulam a necessidade de diminuição do estado. O desencadeamento da onda neoliberal (inspirado no monetarismo) teve como representante política (líder) a *Premier* britânica Margaret Thatcher, que alicerçou seu discurso na desmoralização do Estado. Tal discurso construiu uma cadeia de equivalências entre o “povo” e seu opressor, neste caso o aparelho estatal, enfatizando o livre funcionamento das forças do mercado, como capazes de proporcionar o desenvolvimento econômico e social (LACLAU, 2007b).

A segunda situação de populismo advém do movimento polonês denominado Solidariedade. Segundo Laclau (2011), esse movimento que se iniciou a partir de demandas específicas dos trabalhadores da cidade de Gdansk, integrou em suas manifestações, sindicatos de diversas categorias e de diferentes localidades⁹. Dessa forma, Laclau (2011) argumenta

9. Embora tenha havido lideranças neste movimento, inclusive Lech Walesa se tornou presidente da Polônia, contudo, elas não se constituíram da mesma forma que os outros exemplos citados.

que essa organização social se transformou no significante que unificou a contestação popular em torno dos problemas econômicos vividos naquela região, bem como, na oposição ao governo comunista.

O último exemplo refere-se à construção do discurso populista da chamada revolução bolivariana, na América Latina. Teríamos nesse caso, uma fronteira antagônica entre uma elite corrupta e sem canais de comunicação com as massas, e uma identidade popular que reclama maior participação nos processos decisórios, além de maior redistribuição dos bens socialmente produzidos. Tais demandas estariam representadas nas figuras dos líderes políticos, Hugo Chávez e Evo Morales, que encarnam a ruptura do “povo” contra os “saqueadores” do bem público (LACLAU, 2007b).

Diante do que foi apresentado, nota-se que Ernesto Laclau (2006) problematiza o conceito e o remete a uma esfera complexa, posicionando esta lógica discursiva na ontologia, ou na constituição dos processos políticos e sociais. Com isso, dada noção deixa de estar atrelada a estereótipos ameaçadores à política, e se transforma em ferramenta para identificar estes elementos em diversas concepções, inclusive naquelas, convencionadas pelo *mainstream* da ciência política, como avessas ao populismo.

Ernesto Laclau (2013) postula que a política contemporânea deve encontrar formas intermediárias de abarcar o institucionalismo e o populismo, independentemente das formas que estes viriam a assumir. Embora sejam vistas como incompatíveis dadas modalidades por si só não conseguem dar conta das vicissitudes as quais a política demanda. Uma vez que, o institucionalismo conduz a erradicação do conflito mediante a absorção das demandas pelo aparelho estatal, o que poderia consolidar o poder corporativo das instituições. Por outro lado, o populismo desencadeia a ruptura com o *status quo*, e em última instância levaria a dissolução dos marcos institucionais (LACLAU, 2013).

O INTELLECTUAL DOS DEBATES E COMBATES

Ernesto Laclau definia-se como um intelectual orgânico, visto que sua obra, conceitos e ideias refletiam suas preocupações teóricas e de engajamento político. Considerava que ao dar suas opiniões através de uma entrevista ou palestra, articulava sua atividade intelectual com as concepções que se filiava (LACLAU, 2013). A partir disso, podemos entender seus posicionamentos favoráveis aos governos latino-americanos

emergentes na última década¹⁰ (que lhe serviram como pano de fundo e se influenciaram de suas considerações sobre o populismo). Ainda que muitos analistas avaliassem a situação no continente como discrepante e com fortes tendências antidemocráticas, ele as considerava um novo horizonte para a política na América Latina, alertando que se algo deveria ser temido, era o neoliberalismo ao invés do bolivarianismo (LACLAU, 2007).

Sua construção teórica demonstrou que a democracia representativa é um discurso que se apoia em determinado conjunto de significantes, em detrimento de outros sentidos possíveis. Mesmo que seus significados sejam hegemônicos, eles sempre estão em disputa, pois são contingentes e finitos a uma realidade histórica. Isto posto, para denotar que seu desenvolvimento conceitual confluía com suas intervenções em discussões políticas. Sobretudo em favor da reeleição indefinida ou da regulação sobre os monopólios dos meios de comunicação (propostas por boa parte dos governos progressistas na América Latina deste decênio), pois entendia que nem todos os conteúdos considerados hegemônicos eram intrínsecos à democracia, mas fruto de uma formação discursiva específica.

Nos últimos anos, estava mais do que nunca lúcido e ativo, percorrendo o mundo para palestrar sobre suas concepções em universidades da América Latina, Europa e EUA. Também marcava presença para o público geral, apresentando programas de debates políticos na TV Argentina e Inglesa, onde esboçava suas ideias e respondia aos mais diversos críticos. Ernesto Laclau poderia ter se encastelado no universo acadêmico, especialmente pelo prestígio que já dispunha, mas ao invés disso e com enorme disposição, preferiu expor-se.

Faleceu Ernesto Laclau, todavia, suas ideias estão vivas, pois nos permitem refletir os discursos enquanto criações sociais e que seu objetivo é ter efeito nas regras de comportamento, e assim exercer influências cognitivas e ideológicas nos indivíduos. Ao mesmo tempo, nos ensina a ponderar que os discursos estão articulados com agendas políticas e sócio-culturais mais amplas. Sendo assim, estão estruturados sob o escopo de definições organizadas mediante regras de significações específicas, embora contingentes, se transformam em convenções naturalizadas, mas que devem ser sempre questionadas e enfrentadas, pois nenhum conteúdo representa a essência do social em sua totalidade.

10. Foi convidado para ser Embaixador da Argentina na França e Inglaterra, todavia, rejeitou.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana (2010). O conceito de hegemonia: De Gramsci a Laclau e Mouffe. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n° 80: p. 71-96.
- BURITY, Joanildo (1997). **Desconstrução, hegemonia e democracia**: O Pós-Marxismo de Ernesto Laclau. Universidade Federal de Pernambuco – Departamento de Ciência Política – Fundação Joaquim Nabuco, Dissertação (Mestrado).
- GROSGOUEL, Ramon (2009). Izquierdas e Izquierdas Otras: entre el proyecto de la izquierda eurocéntrica y el proyecto transmoderno de la nuevas izquierdas descoloniales. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.11: 9-29, julio-diciembre.
- HALL, Stuart (2013). **Discurso y Poder**. Editor Ricardo Soto Sulca, Huancayo-Perú, Editora da Universidad Nacional del Centro de Perú.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (2010). **Hegemonía y estrategia socialista**: Hacia una radicalización de la democracia. Editora Fondo de Cultura Económica (FCE), Buenos Aires, 3° edição.
- LACLAU, Ernesto (2006). **La razón populista**. Capítulos 4, 5 e 6. FCE, Buenos Aires.
- _____ (org.) (1994). **The making of political identities**. Editora Verso, Londres.
- _____ (1992). **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo**. Editora Nueva Visión, Buenos Aires.
- _____ (2007). La deriva populista y la centroizquierda en latinoamerica. **Revista Nueva Sociedad**, vol. 205, sept - oct.
- _____ (2011). **Emancipação e Diferença**. Capítulos 2, 4 e 6. Editora UERJ.
- _____ (2008). Atisbando el futuro. In: **Laclau: aproximaciones críticas a su obra**. (Orgs.) CRITCHLEY, Simon e MARCHART, Oliver. FCE, Buenos Aires.
- _____ (2014). **Depoimento [2012]**. El intelectual de los debates y los combates. Entrevista concedida a PERTOT, Werner, *Jornal Página/12*, 14-abril.
- _____ (2013). **Depoimento [jul. 2013]**. “Es el mejor momento democrático en 150 años”. Entrevista concedida a GRANOVSKY, Martín, *Jornal Página/12*, 21-julho.
- _____ (2014b). **Depoimento [nov. 2013]**. “La última entrevista de Ernesto Laclau con LA NACION”. Entrevista concedida a SEHINKMAN, Diego, *La Nación*, 13-abril.
- MARCHART, Oliver. **El pensamiento político posfundacional**: La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau. Buenos Aires, FCE, 2009.
- MENDONÇA, Daniel (2003). A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: Uma análise a partir da perspectiva da Teoria do discurso. Curitiba: **Rev. Sociol. Polit.** n° 20. p. 135-145.
- MENDONÇA, Daniel; CASEMIRO, Alicia (2013). Apresentação: O populismo na visão inovadora de Ernesto Laclau. In: **A razão populista**. LACLAU, Ernesto. Ed. Três Estrelas, SP.
- MENDONÇA, Daniel; JUNIOR, Roberto (2014). Rancière e Laclau: democracia além do consenso e da ordem. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n°13. Brasília, pp. 107-136.

- MOUFFE, Chantal (2015). Por um Modelo Agonístico de democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, num. 25 p.11-23, nov.
- PINTO, Céli (2006). Elementos para uma análise de discurso político. **Revista Barbarói**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, n. 24, p. 78-109.
- _____ (1999). Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. **Revista Sociologias**, n. 2.
- RODGERS, Susana (1991). El nacionalismo yrigoyenista (1930-1943). **Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, Buenos Aires, Volume 1:2.
- SALINAS, Alejandra (2011). Populismo, democracia, capitalismo: La teoría política de Ernesto Laclau. **Crítica Contemporánea. Revista de Teoría Política**, No1 Nov.

RESENHA CRÍTICA

HENRIQUE MARTINS, Paulo. *La descolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria*. 1ª Ed. – Buenos Aires: Fundación CICCUS; Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2012.

Danieli Siqueira

Professora do Departamento de Sociologia da UFPE. E-mail: danielisiqueira@hotmail.com

Neste livro, o autor reúne uma série de reflexões críticas presentes nas ciências sociais, a partir de uma abordagem que põe em diálogo a perspectiva da descolonialidade do poder e do saber, através das teorias pós-coloniais, da crítica antiutilitarista, da perspectiva do dom, do sistema da dádiva, além das abordagens sobre redes sociais. Desta maneira aborda de forma dialógica a produção pós-colonial crítica no sul global (em especial a partir da sociologia na América Latina) e a produção antiutilitarista e anticapitalista do norte global.

Aborda o contexto da descolonialidade a partir do questionamento das ideias de centro e periferia ou de norte e sul direcionando o olhar para a complexidade do mundo, a diversidade cultural, simbólica, linguística, bem como a dimensão política das novas reações anticoloniais que questionam velhos modelos imperialistas. Autores como Anibal Quijano, Pablo Casanova, E. Lander, E. Dussel, I. Wallerstein, A. Scribano, Marcel Mauss, J. Godbout, M. Godelier, dentre outros, são seus interlocutores neste livro.

Já na introdução levanta o questionamento sobre como foi construído o termo América Latina. Afirma que o caminho escolhido para abordar a América Latina como campo de reflexão é o entendimento desta região como comunidade de destino, entendendo-a como heterotópica, ou seja, em termos de Foucault, espaços marcados pela descontinuidade como forma de constituição da realidade. Isto se dá por um lado pela ruptura com o eurocentrismo e por outro por uma reflexão coletiva gerada pela tomada de consciência da colonialidade.

No primeiro capítulo o autor faz um apanhado sobre o contexto do surgimento e da trajetória da Sociologia na América Latina. Busca fazer uma releitura deste contexto a partir do debate teórico presente neste campo, que alguns autores chamam de teorias pós-coloniais, outros de

pós-independência e outras de teorias descoloniais. Houve alguns desafios que a Sociologia na América Latina enfrentou, um deles foi o fato de ter se desenvolvido num contexto sócio-histórico de dominação e reprodução da colonialidade.

Sendo assim, a Sociologia na América Latina passou por três etapas (século XIX e XX) entre colonialidade e anti-colonialidade. Essas etapas revelam um conflito para os intelectuais na América Latina. Um conflito sentimental entre viver a experiência da colonialidade, mas fazer parte da periferia e não do centro. Primeiramente, a etapa *pós-independência*, onde o conflito pelo controle de redistribuição de capital foi se incrementando na América Latina, de um lado por lutas pelo controle de terras que são necessárias para a reprodução do poder patrimonialista e oligárquico e por outro lado, pelas lutas de povos de tradições não eurocêntricas.

A segunda etapa da sociologia latino-americana é a fase do pós-colonialismo crítico, representada pelo momento de tomada de consciência, onde a ideia de centro e periferia passa a ser problematizada. A terceira etapa da sociologia latino-americana é a fase da recolonialidade e descolonialidade. Recebeu influência da linguística e das teorias do discurso. O pensamento crítico regional passou a avançar na desconstrução de mitos importantes como o da modernização, desenvolvimento, sociedade industrial, e, sobretudo a desconstrução do eurocentrismo que envolve todos os símbolos de dominação da colonialidade ocidental.

Com o advento da tese neoliberal da globalização substituiu-se a ideia de centro-periferia pela noção de contexto global, onde todos teriam acesso ao consumo, e a tecnologia. Nesse sentido a perspectiva de uniformização planetária contribui para um novo sistema de colonização das práticas.

Nessa direção visualiza que o futuro da sociologia depende da sua possibilidade de superar as tensões da colonialidade dos saberes e dos poderes e marchar rumo a uma crítica sociológica descolonial e antiutilitarista.

No segundo capítulo o autor afirma que as terminologias Sul e Norte são orientações epistemológicas necessárias para a descolonialidade. Aponta para o fracasso do projeto iluminista, que é baseado na dominação e competição desigual. Ressalta que a relação Norte e Sul no processo civilizador se dá pela hierarquia da desigualdade axiológica. Na modernidade ocidental o conhecimento técnico e científico é produzido pelas culturas do norte, como referência da verdade, ao passo que as culturas tradicionais são interpretadas como crenças de pouco interesse científico.

Faz uma crítica a W. Mignolo a respeito da proposta dele de desobediência epistêmica radical em relação à tradição eurocêntrica. Afirma que

essa proposta, dentre outras que seguem a mesma linha, de fato não são radicais, visto que continuam prisioneiras das representações geográficas clássicas da modernidade, desconsiderando os processos simbólicos e linguísticos da organização da episteme contemporânea. Coloca que pensar em termos de deslocamento (Derrida) é o melhor caminho para pensar tais rupturas. A noção de deslocamento no sentido de *différence* é também abordada por Stuart Hall e Homi Bhabha, já pensando a partir da crítica pós-colonial. Um dos pontos centrais do deslizamento epistêmico é a mudança de uma única representação de modernidade para a aceitação de várias modernidades. Cita Boaventura de Sousa Santos, com a Sociologia das ausências e a Sociologia das emergências, as quais se relacionam com a expansão das experiências sociais disponíveis e as possíveis. Nesse contexto, o processo de tradução apontado por Boaventura é central para entender o deslocamento de significações e experiências.

No terceiro capítulo afirma que há uma corrente dos estudos pós-coloniais que defende uma ruptura epistemológica entre Sul e Norte, como propõe Mignolo, outra corrente defende que deve haver uma interação complementar entre Sul e Norte. Martins defende a crítica dialógica do pensamento ao Norte e ao Sul. As zonas de contato estão mais abertas e mais rápidas favorecendo a configuração de poder plural diversificado. No Sul, o pensamento descolonial interroga as teorias pós-coloniais tradicionais preocupadas com o desenvolvimento como a teoria estruturalista e da dependência.

Na tentativa de articular a reação antiutilitarista e a pós-colonialidade o autor aponta alguns pontos importantes para o debate. Inicialmente, os desafios da ação pedagógica e mediadora no que compete a nova epistemologia do conhecimento ampliada. Outro ponto é o reconhecimento que a crítica antiutilitarista na Europa passa a ser um projeto descolonial quando contestou o pensamento monológico estruturalista para propor uma ampliação da ideia de sociedade que interroga o eurocentrismo. As reações antiutilitaristas na Europa não foram somente produtos de utopias, mas também de heterotopias.

No quarto capítulo o autor aborda as redes sociais como um novo campo sociológico que não pode ser explicado nem pelos paradigmas tradicionais holistas, nem pelos individualistas. A sociologia relacional fundada nas redes é uma alternativa para superar o dilema sociológico entre agência e estrutura.

Martins mostra dois grupos de autores que abordam a temática das redes. O primeiro grupo compreende redes apenas como uma metáfora. As visões simplistas sobre as redes não se preocupam em aprofundarem-se

histórica, cultural e simbolicamente. Localiza neste grupo de autores Adler-Lomintz, Molina, Requena Santos, dentre outros. O segundo grupo de autores busca teorizar e sistematizar a ideia de redes com o fim de intervir na realidade social, como é o caso das redes sócio técnicas (Latour, Castells, Callon, Musso). Na perspectiva da *network analysis*, as redes são compreendidas como mobilização causal de recursos e informação com objetivos estratégicos e interessados, é uma visão que Martins aponta como utilitarismo individualista (Granovetter, Putnam, Coleman, Lin, Bourdieu). A abordagem interacionista comprometida com a experiência da ação social aberta à articulação do objetivo com o subjetivo resulta de uma série de estudos que avançam nesta direção, feitos de forma discreta por Simmel e Mauss e de forma declarada por Nobert Elias e Melluci.

No quinto capítulo intitulado a teoria democrática e os fundamentos intersubjetivos da experiência associativa: uma reflexão inspirada no dom, o autor propõe pensar democracia a partir da “gramática da emancipação” (Laclau, 2000) e abandonar a tese clássica oferecida pela “filosofia do sujeito”, valorizando temas como diversidade, dom, descolonialidade, envolvendo pessoas morais individuais e coletivas, na organização das esferas públicas contemporâneas.

Martins cita críticas feitas a Habermas por teóricos antiutilitaristas como Honneth (2003), Souza (2003) e Taylor (2005). Essas críticas demonstram a importância de mergulhar profundamente na ontologia moral e rever os processos de organização e de identificação de lugares nas esferas cultural e social para além do “mundo da vida” habermasiano. Sugere que essa revisão possibilita colocar em pauta o entendimento de que a democracia enquanto processo de pactos intersubjetivos se baseia em aspectos de ordem moral e em significados diversos inscrito nas entranhas da ordem sociocultural e histórica de cada sociedade.

Martins utiliza a ideia de Marcel Mauss acerca da sociedade enquanto fato social total e sistemas formados por elementos materiais e simbólicos que participam com igual valor na organização da sociedade para repensar a forma de Habermas abordar a democracia. Ressalta a noção de obrigação e liberdade como componentes essenciais do *dom democrático* (Godbout, 2007; Caillé, 2000).

No sexto e último capítulo, o autor propõe abordar a temática da família repensando o modelo de democracia a partir das transformações vivenciadas pelo modelo de família moderna. O autor sugere que a compreensão descolonial de família vai além do laço consanguíneo, da sexualidade e do trabalho, que apesar de continuarem aparecendo como

elementos relevantes na caracterização da família moderna, tais elementos são insuficientes para explicar os novos desafios desta instância não só do mundo da vida, mas também das instituições sociais em geral e as políticas públicas e sociais em particular.

cadernos de ESTUDOS SOCIAIS

A revista *Cadernos de Estudos Sociais* é uma publicação semestral da Fundação Joaquim Nabuco. A proposta é de alternar edições de temas livres e dossiês temáticos, que serão definidos na medida em que surjam demandas consistentes no meio acadêmico, acolhendo textos escritos em português, inglês e espanhol, acompanhados de resumo, abstract e resúmen, seguidos de três a cinco palavras-chave, keywords e palabras clave. A publicação será feita na língua original da submissão, podendo ser traduzido para o português caso o autor se responsabilize pela tradução.

O objetivo é divulgar artigos originais na área de ciências sociais, nos campos da educação, sociologia, ciência política, antropologia, economia, demografia, estatística e correlatos. A CES é uma revista aberta à colaboração de pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa do Brasil e do exterior. Sua linha editorial busca dar espaço para o debate de temas atuais da sociedade, seja através de discussões teórico-metodológicas, seja de resultados de pesquisas fundamentados teórica e metodologicamente, resenhas e notas de pesquisa. São bem recebidos trabalhos que tragam estudos comparativos entre o Brasil e outros países, em um diálogo inter e multidisciplinar entre os campos de conhecimento das ciências sociais. Por isso, a CES não é uma revista de caráter institucional, mas focada no debate social e cultural internacionalizado.

A edição poderá ser especial temática na íntegra ou compor um dossiê de uma edição regular. A revista tem versão em PDF (em processo de editoração) e impressa. Cada autor terá direito a 5 edições impressas, cujo recebimento depende do correto preenchimento do cadastro no momento da submissão do artigo.

O texto deve ser original. Em caso de trabalhos que tenham sido apresentados em congresso, mas cuja relevância justifique a publicação, deve-se indicar o evento em que houve a apresentação.

O trabalho não pode estar sendo avaliado para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O texto deve ter entre 15 e 25 laudas e o arquivo da submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.

Somente são aceitos trabalhos através de submissões *on line*.

Somente serão aceitos artigos que atendam a todos os requisitos destas normas. A responsabilidade por revisão ortográfica e estilística, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade do autor.

Normas para publicação na Revista Caderno de Estudos Sociais

As normas seguem o padrão da ABNT 6022 e 6023. Os detalhes podem ser observados no site da revista – <http://periodicos.fundaj.gov.br/index.php/CAD>. A não observância das normas para publicação pelos autores pode resultar na recusa do artigo sem avaliação do trabalho, podendo o autor reapresentá-lo após a sua adequação.

A responsabilidade pela revisão inicial, referenciamento e formatação do texto original de acordo com estas normas é de inteira responsabilidade dos autores. A inobservância das regras de português que redundem na inelegibilidade do conteúdo do trabalho consiste num dos critérios de recusa para publicação.

Os artigos são submetidos a pareceristas *ad hoc*, após prévia avaliação da Equipe Editorial. Os artigos podem ser aceitos, recusados ou aceitos após alterações, que serão sugeridas pelos pareceristas ao autor. Os nomes dos pareceristas e dos autores são mantidos em sigilo durante todo o processo. A qualidade da redação do trabalho pode ser motivo para recusa do texto sem avaliação do seu conteúdo. O trabalho será avaliado considerando-se os seguintes critérios:

- a) Relevância do objeto;
- b) Pertinência e consistência teórico-metodológica;
- c) Qualidade da redação;
- d) Clareza da argumentação;
- e) Contribuição aos estudos na área de ciências sociais.

Para garantir a integridade da avaliação cega por pares para submissões à revista, devem-se tomar algumas providências para que a autoria e a avaliação do texto não sejam reveladas. Para isso, autores, editores e avaliadores devem adotar as seguintes medidas:

1. Os autores do documento devem excluir do texto seus nomes, substituindo-os por “Autor” e o ano de publicação, em referências e ao longo de todo o trabalho, em vez de nomes de autores, título do artigo

etc., que devem ser incluídos na área pertinente no item de submissões *on line*;

2. Em documentos do Microsoft Office, a identificação do autor deve ser removida das propriedades do documento (no menu Arquivo > Propriedades), iniciando em Arquivo, no menu principal, e clicando na sequência: Arquivo > Salvar como... > Ferramentas (ou Opções no Mac) > Opções de segurança... > Remover informações pessoais do arquivo ao salvar > OK > Salvar;

3. Em PDF, os nomes dos autores também devem ser removidos das Propriedades do Documento, em Arquivo no menu principal do Adobe Acrobat. Para submissões originárias, a revista prefere os formatos “doc” ou “rtf”.

O texto deve ser original. Em caso de trabalhos que tenham sido apresentados em congresso, mas cuja relevância justifique a publicação, deve-se indicar o evento em que houve a apresentação.

O trabalho não pode estar sendo avaliado para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em “Comentários ao editor”.

O texto deve ter entre 15 e 25 laudas e o arquivo da submissão deve estar em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF. Somente são aceitos trabalhos através de submissões *on line*.